

MARIA JOANA TONON

PALÁCIO DOS AZULEJOS:  
DE RESIDÊNCIA À PAÇO MUNICIPAL - 1878 - 1968

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Departamento de História Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas sob a  
orientação da Profª. Dra. Cristina  
Meneguello.

Este exemplar corresponde à  
Redação final da dissertação  
Defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
03/12/2003.

**BANCA:**

Profª. Dra. Cristina Meneguello

Prof. Dr. Marco do Valle

Prof. Dra. Olga Rodrigues Moraes von Simson

Campinas  
Novembro/ 2003

**UNICAMP**  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	T616p
V	EX
TOMBO BC/	56891
PROC.	20/117104
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,000
DATA	20/01/2004
Nº CPD	

CM001925B4-7

Bib id 3084 85

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

T 616 p Tonon, Maria Joana  
Palácio dos Azulejos: de residência à Paço Municipal – 1878 -  
1968 / Maria Joana Tonon. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Cristina Meneguello.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Penteadado, Joaquim Ferreira, Barão de Itatiba. 2. Palácio dos  
Azulejos (Campinas, SP). 3. Sobrados – Arquitetura - Séc. XIX.  
4. Família – São Paulo (Estado) – História – Séc. XIX.  
5. Prefeituras municipais. I. Meneguello, Cristina.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.

*Cenário da vida privada e das aprendizagens mais pessoais, tópico das recordações de infância, a casa é o sítio de uma memória fundamental que nosso imaginário habita para sempre. (...)*

*Fortaleza da “privacy”, protegida a um só tempo pelo umbral, os zeladores, guardiães do templo, e da noite, verdadeiro tempo das coisas íntimas, a casa é objeto de lutas internas, microcosmo percorrido por sinuosidades e fronteiras onde se defrontam o público e o privado, homens e mulheres, pais e filhos, patrões e empregados, família e indivíduos.*

Michelle Perrot

*...o edifício da Prefeitura deve ser a Casa da Cidade. Chamava-se “hôtel de ville, chama-se “city hall”: è a Casa da Cidade. Estabelece o padrão arquitetônico, fixa o espírito da raça, dá o exemplo de construção, tem caráter local, assume o valor de um símbolo; é tão importante quanto uma bandeira ou um brasão.*

Guilherme de Almeida

## RESUMO

Este trabalho se propôs a investigar o antigo sobrado geminado, construído e habitado pela tradicional Família de Joaquim Ferreira Penteado – Barão de Itatiba – conhecido, à partir de meados da década de 1930, como Palácio dos Azulejos.

Ao resgatar o sentido de casa, objeto rigidamente geométrico, observou-se que foi nela que se originaram e se desenvolveram, nos últimos séculos, importantes valores como privacidade, domesticidade, individualidade e conforto, além dos conceitos de lar e de família, tornando-se o elemento de fixação da unidade familiar. Passando por transformações físicas, através dos tempos, a casa, abrigo ou lar, sempre protegeu o corpo e o espírito do homem, resguardando-o, no conforto e na intimidade, não só das intempéries mas dos olhares públicos ou estranhos.

Para a família patriarcal paulista do século XIX, envolvida no espírito burguês, morar no sobrado urbano representava o que de melhor poderia existir em termos de habitação, pois simbolizava a riqueza, o poder e a modernidade, através das novas técnicas construtivas e estilos e uma avalanche de bens industrializados, matérias-primas, manufaturas, além de mudanças comportamentais.

Para manutenção deste poder, a Família Ferreira Penteado, juntamente com outras do período, mantiveram uma rede de alianças matrimoniais entre parentes e parentela política pois controlavam, desta maneira, não só o poder econômico mas fortaleciam os laços políticos e sociais que possuíam na cidade.

Transformado em Paço Municipal, a partir de 1908, o antigo sobrado passou por uma série de intervenções arquitetônicas, adequando-se ao novo uso de espaço público, não satisfazendo, desde o início, às necessidades do município, por ser um edifício adaptado.

Profundas alterações urbanas começaram a ser implantada em Campinas através do Plano de Melhoramentos Urbanos, a partir de 1938, cogitando-se por algumas vezes sua demolição e construção do novo Paço Municipal, fato não ocorrido no decurso dos anos, pela insistência de alguns preservacionistas que viam, na sua manutenção, a possibilidade dele abrigar o Museu Histórico de Campinas.

Apesar de ter assegurado seu tombamento através do IPHAN em 1967, ato retificado pelo CONDEPHAAT e pelo CONDEPACC, alguns anos depois, o Palácio dos Azulejos continuou gerando grandes tensões entre autoridades municipais e representantes de vários segmentos da sociedade pois, enquanto uns lutavam pela sua preservação outros pediam seu “destombamento” e, conseqüentemente, sua demolição, justificando que sua manutenção era a antítese do progresso, vislumbrando, na desocupação de importante solo, a possibilidade de grandes investimentos por empresários do setor imobiliário.

Na fase atual, com o empenho dos setores público e privado, discute-se a revitalização do centro da cidade de Campinas, tendo na restauração do Palácio dos Azulejos um dos principais motes para requalificar não só seu entorno, valorizando-o na malha urbana, mas a cidade através de inúmeras iniciativas como a restauração de bens históricos, ruas e logradouros públicos.

## ABSTRACT

The purpose of this work is to investigate the old semi-detached two-story house, built and inhabited by the traditional Joaquim Ferreira Penteado family – Itatiba Baron – which became known from the mid-1930s on as Palácio dos Azulejos (Tile Palace).

While retrieving the sense of the term house, rigid geometrically conceived object, it was noticed it was in it, that, along the past centuries, important values such as privacy, domesticity, individuality and comfort, along with the home and family concepts, were developed, becoming this way, the fixing element of the family unit. Undergoing physical transformations along the time, the house, be it shelter or home, has always protected men's body and spirit, sheltering them, in comfort and intimacy, not only from bad weather but also from the foreign or public gaze.

For the XIX century São Paulo patriarchal family, which was involved in the bourgeois spirit, living in an urban two-story house represented all the best in which concerned dwelling, since it symbolized wealth, the power and modernization through new constructive techniques and styles and an avalanche of industrialized goods, raw materials, manufactures, along with behavioral changes.

For keeping this power, the Ferreira Penteado family, together with others of the same period, kept a network of wedding alliances among relatives and political peers, seeing that they could, this way, not only keep control of the economical power, but also strengthen political and social ties held in the city.

Raised to the condition of City Hall, from 1908 on, the old two-story building underwent a series of architectural interventions, adapting itself to the new usage of the public space, seeing that, for being an adapted building, it had not met, from the very beginning, the needs of the municipality.

From 1938 on, deep urban changes started being implanted in Campinas through the Urban improvement plan, and at times, its demolition and the rebuilding of the new City Hall was considered, which did not take place along the years, due to the persistence of some conservationists who saw, in its maintenance, the possibility of its sheltering of the Campinas Historic Museum.

Although its listing for protection had been assured through the IPHAN in 1967, which act was amended by CONDEPHAAT and by CONDEPACC, some years later, the Palácio dos Azulejos continued generating great tension among the municipal authorities and representatives of the several segments of the society seeing that, while some struggled for its preservation, others demanded the suspension of its listing for protection and, consequently, its demolition, claiming that its maintenance was the antithesis of progress, devising, in the liberation of this important estate, a possibility of major investments on the part of real estate area entrepreneurs.

In the current stage, with the effort of the public and private sectors, the revitalization of Campinas' downtown area is under consideration, having in the restoration of the Palácio dos Azulejos the main motto for re-qualifying not only its surroundings, valorizing it not solely in the urban mesh, but the city itself through innumerable initiatives such as the restoration of historical assets, streets, and common grounds.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	11
INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO I – CASA, FAMÍLIA E RUA	
1.1 - A casa e a rua .....	25
1.2 – A família patriarcal .....	41
CAPÍTULO II – O PALÁCIO DOS AZULEJOS	
2.1 – As residências da Família Penteado .....	59
2.2 – Os sobrados em Campinas .....	85
2.3 – A construção do sobrado: implantação, técnica construtiva e programa de necessidades .....	91
2.4 - Estilo e ornamentação .....	137
2.4.1 – O uso dos azulejos .....	139
2.4.2 – Outros ornamentos .....	148
CAPÍTULO III – O PALÁCIO DOS AZULEJOS COMO PAÇO MUNICIPAL	
3.1 – Trajetória das repartições municipais campineiras .....	199
3.2 – As intervenções arquitetônicas .....	211
3.3 – O Plano de Melhoramentos Urbanos e a construção do novo Paço .....	257
3.4 – A luta por um Museu Histórico para a cidade .....	279
3.5 – A inauguração do novo Paço e o tombamento do Palácio dos Azulejos .....	281
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	285
ANEXOS .....	307
GLOSSÁRIO .....	319
BIBLIOGRAFIA .....	325

## ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

1 – Desenho da cidade em 1850.....	65
2 – Vista da cidade em 1868 .....	65
3 – Residência de Joaquim Ferreira Penteado e Família até 1878 .....	67
4 – Joaquim Ferreira Penteado – Barão de Itatiba .....	67
5 – Francisca de Camargo Andrade – Baronesa de Itatiba .....	67
6 – Mapa da região de Sousas/J. Egídio com localização de fazendas no séc. XIX.....	69
7 – Planta da cidade em 1878 com os principais sobrados da época .....	97
8 – Sobrados localizados na antiga rua do Rosário (hoje Francisco Glicério) .....	99
9 – Desenho do edifício da Cadeia e Câmara elaborado por H. Lewis em 1863 .....	99
10 – Sobrado do Visconde de Indaiatuba .....	101
11 – Sobrado de Joaquim Ferreira de Camargo Andrade – Barão de Ibitinga. ....	101
12 – Solar da Viscondessa de Campinas, depois de seu filho, o Marquês de Três Rios .....	103
13 – Casa térrea e sobrado do Barão de Ataliba Nogueira .....	103
14 – Vista da cidade em 1878. Ao fundo, o sobrado dos Barões de Itatiba .....	105
15 – Vista parcial da rua Regente Feijó com destaque para o sobrado dos B. de Itatiba.....	107
16 – Planta das residências da Família Penteado, em 1882 .....	109
17 – Sobrado de Estanislau Ferreira de Camargo Penteado. ....	111
18 – Parede de taipa de pilão do Palácio dos Azulejos .....	121
19 – Estuque elaborado com ripas de madeira no Palácio dos Azulejos .....	121
20 – Parede de tijolos do Palácio dos Azulejos .....	121
21 – Parede de taipa-de-mão do Palácio dos Azulejos .....	121
22 e 22 A – Prato com monograma da Família Penteado .....	131
23 – Louças e cristais da Família Penteado .....	131
24 – Programa de necessidades das residências da Família Penteado - térreo... ..	133
24 A – Programa de necessidades das residências da Família Penteado – Pav. sup.....	135
25 – Azulejo que compõe a fachada do sobrado contíguo .....	153
26 – Azulejo que compõe a fachada do sobrado da esquina.....	153
27 – Friso composto por ornamento grego .....	153
28 – Azulejo que compõe a platibanda dos sobrados da Família Penteado .....	153
29 – Friso que emoldura a platibanda dos sobrados da Família Penteado .....	153
30 – Friso localizado na cornija dos sobrados da Família Penteado .....	153
31 e 32 – Detalhes da fachada superior dos sobrados .....	155
33, 34, 35 e 36 – Acrotérios localizados no alto da platibanda .....	157
37 – Acrotérios quebrados .....	159
38 – Detalhes da platibanda, telhado e ornamentos.....	159
39, 40 e 41 – Detalhes do telhado.....	161
42 – Sacada do sobrado à rua Ferreira Penteado.....	163
43 – Grades das sacadas.....	163
44 – Detalhes do suportes para luminárias.....	163
45 e 46 – Detalhes ornamentais internos e externos das janelas do piso inferior.....	165
47 e 48 – Detalhes ornamentais internos das janelas do piso superior.....	167
49, 50 e 51 – Lambrequins de algumas portas-balcões do piso superior.....	167
52 – Porta principal do sobrado da esquina.....	169
53 – Porta principal do sobrado contíguo e porta construída na reforma de 1935.....	169
54 – Porta interna do pavimento térreo.....	171
55 – Porta interna dando acesso ao pavimento superior.....	171
56, 57 e 57A – Portas internas e detalhes .....	173

58 – Detalhes do calçamento elaborado por Orosimbo Maia.....	179
59 e 59A – Detalhes da escada nobre do sobrado da esquina.....	181
60 – Detalhes das escadas e do vestíbulo existente a partir de 1935/36.....	181
61 e 61A – Detalhes da clarabóia existente no sobrado da esquina .....	183
62 e 62A – Detalhes da clarabóia existente no sobrado contíguo.....	183
63 e 63A – Piso marchetado localizado no térreo.....	185
64 – Piso marchetado existente no lanço da escada do sobrado da esquina.....	185
65 – Piso de mármore localizado na entrada do sobrado da esquina .....	185
66 e 67 – Detalhes de alguns forros de madeira.....	187
68 e 69 – Detalhes de alguns forros de madeira.....	187
70, 71, 71A e 71B – Detalhes do forro de madeira e do lustre localizado no térreo.....	189
72, 73 e 74 – Pinturas existentes no primeiro lanço da escada do sobrado da esquina.....	191
75 e 76 – Pinturas existentes na escada nobre e no 1º pavimento do sobrado da esquina....	193
77, 78,79 e 80 – Pinturas localizadas na sala de jantar do sobrado contíguo.....	195
81 – Teatro São Carlos.....	197
82 – Edifício Armbrust.....	197
83 – Paço Municipal localizado à rua Dr. Quirino, nº 65, no início do século XX.....	209
84 – Planta elaborada em 1908 para sediar o Paço Municipal.....	215
85 – Projeto para o Paço Municipal elaborado por Ramos de Azevedo.....	223
86 – Planta do edifício após a compra do sobrado contíguo, em 1916 – Térreo.....	225
86 A – Planta do edifício após compra do sobrado contíguo – 1º Pavimento.....	227
87 e 88 – Detalhes do Paço Municipal com medições, após 1916 .....	229
89 – Jóquei Clube Campineiro na década de 1920.....	231
90 e 91 – Projetos de remodelação do Paço elaborados no final da década de 1910.....	233
92 e 93 – Outros projetos elaborados pelo arquiteto Bruno Simões Magro.....	235
94 – Paço Municipal na década de 20.....	243
95 – Adaptações feitas no Paço Municipal em 1927 .....	245
96 e 97 – Esboços das intervenções arquitetônicas realizadas na década de 30 .....	247
98 e 99 – Detalhes das intervenções arquitetônicas ocorridas entre 1935/36 .....	249
100, 101 e 102 – Outros detalhes das adaptações feitas em 1935 e 1936 .....	251
103 – Desenho do jardim interno do Paço Municipal por volta de 1934.....	253
104 – Paço Municipal no final da década de 1930.....	255
105 – Vista aérea do centro da cidade em 1950, onde se observa o Palácio dos Azulejos.....	267
106 – Vista aérea da cidade em 1955, onde se observa o Palácio dos Azulejos .....	269
107 e 108 – Planta de reforma do Palácio dos Azulejos em 1953.....	271
109 – Detalhes do anexo construído em 1953.....	273
110 – Localização do Paço Municipal e de seus anexos .....	273
111 – Desenho do portão do Corpo de Bombeiros.....	275
112 – Vista do Largo do Rosário após a demolição da Igreja do Rosário em 1956.....	277
113 – Projeto do novo Paço elaborado pelo arquiteto Rubens Carneiro Viana.....	295
114 – Cartão postal do Palácio dos Jequitibás no início da década de 1970 .....	295
115 – Projeto Cura elaborado pelo arquiteto Fábio Penteado em 1973.....	297
116 e 117 – Fachadas frontal e transversal do Palácio dos Azulejos .....	299
118 e 119 – Vistas aéreas do Palácio dos Azulejos .....	301
120 e 121 – Outras vistas aéreas do Palácio dos Azulejos .....	303
122 – Fachada do Palácio dos Azulejos tirada do edifício dos Correios e Telégrafos .....	305
123 – Foto do Prefeito Antonio da Costa Santos na janela do Palácio dos Azulejos.....	305

## **PALÁCIO DOS AZULEJOS:**

### **De residência à Paço Municipal 1878-1968**

*A cidade guarda em si as cicatrizes de vários momentos diferentes de luta: as teimosas marcas de uma memória inscrita nas pedras do calçamento, os monumentos aos sucessivos vencedores, os rastros de um passado que permanentemente se tenta ocultar ou maquiar.*

Cássia Magaldi

### **PREFÁCIO**

Formada em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Botucatu (SP), ingressei na Prefeitura Municipal de Campinas em 1992, através de concurso público, ocupando o cargo de Historiadora da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (C.S.P.C.), órgão criado em 1988, com o objetivo de assessorar o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC. Com uma lista de bens em processo de tombamento a espera de levantamentos científicos, adentrei no campo da pesquisa histórica campineira, desenvolvendo uma série de trabalhos, sozinha ou em parceria com a equipe do setor, constituída por agrônomo, fotógrafo e arquitetos e, esporadicamente, por biólogos, resultando, nos oito anos que ali permaneci, nos tombamentos de importantes bens culturais na cidade. Dos trabalhos realizados destacaram-se as pesquisas: *A Casa de Saúde Campinas, Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora e Externato São João, A Capela de Santa Cruz, Largo do Pará, Fazenda Mato Dentro* (Parque Ecológico “Monsenhor Emílio José Salim”), *As Vilas Manoel Dias e Manoel Freire, A Companhia Ramal Férreo Campineiro, O Largo do Rosário através dos anos*, entre outras pesquisas menores, mas não de menor importância.

Os estudos e encontros, especialmente com as equipes técnicas do IPHAN e CONDEPHAAT trouxeram novas visões e conhecimentos, enriquecidos, muitas vezes, pelos grandes debates promovidos nas reuniões do CONDEPACC, em torno de bens a serem tombados ou projetos a serem aprovados.

A possibilidade de transformar o Palácio dos Azulejos em um centro cultural surgiu, em junho de 1996, com a transferência para o mesmo de alguns setores da Secretaria de

Cultura, Esportes e Turismo, como: Museu da Imagem e do Som, Arquivo Histórico e a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural, localizados até então, no Lago do Café.<sup>1</sup>

Apesar de ser o único monumento arquitetônico tombado pelo IPHAN, CONDEPHAAT e CONDEPACC<sup>2</sup> na cidade, até então nunca merecera estudos sobre sua história, nem como residência da Família Ferreira Penteado, nem como Paço Municipal, a não ser os parcos levantamentos arquitetônicos elaborados pelo historiador Celso Maria de Mello Pupo e pelo IPHAN, onde diziam que o antigo sobrado havia sido edificado em 1878, caso único de duas residências construídas para compor uma unidade de grande destaque urbano, apresentando revestimento azulejado na fachada, fórmula não usual nas construções urbanas do planalto paulista do século XIX. Com sua transformação em Paço Municipal, a partir de 1908, passou por uma série de intervenções arquitetônicas para acomodação das repartições públicas, existindo na C.S.P.C. algumas plantas destas reformas, a maioria sem data ou referências dos arquitetos e engenheiros que as elaboraram.

Andando pelos corredores, assim que ali nos instalamos, veio a vontade imediata de descortinar o passado de seus moradores, quem foi seu construtor e como era, originalmente, sua arquitetura interna. Como já era um bem tombado e a lista de bens em processo de tombamento era imensa e urgente, não tivemos, num primeiro momento, a menor chance de fazer um estudo mais aprimorado do imóvel. Essa possibilidade só surgiu quando, premidos pela necessidade de elaborar um projeto para sua restauração, em 1998, apresentamos um trabalho histórico preliminar com o propósito de subsidiá-lo, deixando muito a desejar pois as dificuldades se apresentaram, desde o início, devido a complexidade do objeto de estudo e do período muito extenso que tínhamos para pesquisar. A verba naquele ano foi insuficiente para o início das restaurações, mas a vontade de continuar os

---

<sup>1</sup> O único departamento municipal que permaneceu no antigo Paço Municipal – Palácio dos Azulejos, após a transferência para o novo Paço Municipal em 1968, à Avenida Anchieta, foi o de Águas e Esgotos, transformada em SANASA, anos tarde. Em junho de 1996, mudou-se para o Palácio dos Espelhos, localizado na Avenida da Saudade para, dias depois, a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo assumir o local.

<sup>2</sup> De acordo com o parecer do Supremo Tribunal Federal “*tomb* significa conservar a coisa reputada de valor histórico ou artístico com a sua fisionomia característica.” Não acarreta, no entanto, na perda da propriedade e nem sua desapropriação pelo Estado. Ao proprietário cabe a responsabilidade de zelar pelo bem, sem desfigurá-lo com reformas inadequadas. Para isso, é importante consultar o órgão competente pelo tombamento, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. AMÍGOS DA D.P.H.A.N. A Lição de Rodrigo. Recife (PE): UFP, 1969 (*In-memoriám*); PROCESSO de Tombamento do Palácio dos Azulejos. D.P.H.A.N. Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1967.

levantamentos históricos levou-me a apresentar um projeto à Unicamp, onde, sabia, encontraria as orientações necessárias para a realização da tarefa.

No projeto apresentado, escolhi como período a ser estudado o ano de 1878, quando a Família Ferreira Penteado fixou residência no local, finalizando em 1968, quando as repartições municipais foram transferidas para o novo prédio à Avenida Anchieta, perdendo o edifício, desta maneira, a função pública de Paço mantida durante sessenta anos. O período escolhido era longo para o levantamento dos documentos existentes sobre o antigo edifício, por isso o desafio foi grande.

Ao assumir a chefia do Arquivo Histórico em 2001, encontrei uma massa documental amontoada em uma sala, no próprio Palácio dos Azulejos. Limpando e ordenando pacientemente os mais de três mil livros existentes, sabia que grande parte das minhas indagações poderiam ser respondidas por meio deles pois fui encontrando livros de registros de impostos, correspondências, contratos, relatórios, a grande maioria utilizados no decurso da pesquisa aqui apresentada que, ao meu ver, muito contribuíram para o enriquecimento do texto.

Já no final dos trabalhos, senti que não podia encerrá-la no ano de 1968, pois muitas respostas estariam por vir. Mantive, no entanto, esta data como limite, como fim de sua função enquanto Paço Municipal, avançando, a partir daí, para considerações gerais sobre os principais acontecimentos, no tempo, possibilitando, com isso, melhor compreensão de sua história até o momento atual, onde as autoridades municipais acenam novamente para sua restauração, iniciando-se, em parceria com o setor privado, a revitalização do centro histórico de Campinas.

## INTRODUÇÃO

A proposta principal deste trabalho é a compreensão do antigo sobrado localizado à rua Ferreira Penteado, nº 859, à principio, de propriedade de Joaquim Ferreira Penteado e de sua família e, posteriormente da Prefeitura Municipal de Campinas, sob o ponto de vista da arquitetura e da vida privada e pública ali vividas, começando pela sua construção, ocorrida no último quartel do século XIX e encerrando com a inauguração do novo Paço de Campinas, no ano de 1968.

Na época da construção do Palácio dos Azulejos, a cidade já havia consolidado a fase de expansão da produção cafeeira e trazido, com a geração de uma enorme riqueza, os melhoramentos nas próprias fazendas com reformas e construções de sedes novas, além da instalação de uma variedade de implementos e máquinas agrícolas que muito beneficiara os agricultores. Era pouco, pois as novas exigências criadas pela expansão do café, largamente difundido no mercado internacional fizeram com que os próprios fazendeiros, grandes detentores do capital acumulado investissem nos transportes ferroviários, para escoamento do produto, até então, dependente dos lombos dos burros.

Trouxeram nesta nova fase, a implantação e inauguração de duas grandes ferrovias na cidade: a Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais em 1872 que, conectada às linhas da São Paulo Railway em Jundiaí, colocava Campinas em contato direto com São Paulo e Santos, e a Cia. Mogiana, em 1875 que ligando-se, por seu turno, com as vias fluviais, seguia em direção ao interior da província, acompanhando de perto, devido aos grandes interesses capitalistas, o itinerário do café, criando cidades e fazendo mais fortunas. Esta nova situação gerou, desde então, as condições básicas para que Campinas assumisse a função de polo regional, verdadeiro “nó” de comunicações complementado, algumas décadas mais tarde, pela chegada de outras ferrovias menores.<sup>3</sup>

É importante anotar que as grandes transformações que colocavam Campinas em contato direto com o porto de Santos e, conseqüentemente, com o exterior, de maneira muito mais eficaz e rápida, conduziram para cá uma avalanche de imigrantes, estimulada

---

<sup>3</sup> BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. *Campinas, o Despontar da Modernidade*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996, p. 25. Sobre as ferrovias que foram implantadas na cidade, ver a obra de: MATOS, Odilon Nogueira. *Café e Ferrovias*. São Paulo: Ed. Arquivo do Estado. (Coleções Monográficas, 1981); MARCONDES, Marli Ap. *História e Informática: O uso da hipermídia no resgate da história da “Estrada de Ferro Funilense” (1899-1924, 2000*. (Dissertação de Mestrado. Instituto de Artes – UNICAMP

pelos próprios fazendeiros. Atraída pela promessa de um mundo novo repleto de possibilidades, a maioria pertencente às camadas mais pobres da população europeia trazia, de suas terras de origem, uma gama de conhecimentos, influenciando assim, toda a vida econômica, social e cultural brasileira. Essa mão-de-obra livre foi possibilitando, nos anos que se seguiram, a substituição do trabalho escravo e, conseqüentemente, minando a mentalidade escravocrata fortemente existente em terras campineiras.<sup>4</sup>

Como Joaquim Ferreira Penteado, quase todos os agricultores bem sucedidos ainda estavam estabelecidos em suas fazendas de café ao redor da cidade, até a primeira metade dos oitocentos, pois preferiam a casa do campo para residência, onde não imperava o luxo, mas a abastança sóbria de alta qualidade, conforto e abundância de bens móveis.<sup>5</sup> Ali não faltava nada do que necessitavam, abastecendo-se de muitos dos seus próprios recursos, pouco se empenhando em facilitar o progresso da sede da vila, que contava com escassos melhoramentos urbanos,<sup>6</sup> enquanto que a casa que possuíam na cidade era utilizada apenas para rápidas estadias em épocas de festas, missas especiais, batizados, casamentos, encontros políticos, visitas ao médico etc. Ou, como dizia Mário de Andrade: ...*Quase ninguém mora na vila, num (...) "week end" às avessas: semana, campo, domingo, vila.*<sup>7</sup>

Estes aristocratas do café campineiro tiveram algumas gerações de antepassados enriquecidos na fase da economia mercantil, com dinheiro inicialmente acumulado em pontos afastados do território brasileiro, vindo a estabelecer-se, posteriormente, na Capital ou no interior da Província de São Paulo, como abastados lavradores de cana-de-açúcar ou

---

<sup>4</sup> São inúmeros os trabalhos sobre imigrantes que se desenvolveram na Unicamp, nos últimos anos, especialmente sobre italianos, mostrando a grande influência que exerceram quando aqui chegaram, em praticamente todas as áreas do conhecimento. Quanto aos alemães e suíços que para Campinas e região vieram no século XIX, ver: BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. *Imigração, Educação e Religião: um estudo histórico-sociológico do Bairro dos Pires de Limeira, uma comunidade rural de maioria teuto-brasileira*, Campinas, 2001. (Dissertação de Mestrado. UNICAMP – Faculdade de Educação); GRININGER, Valdemar. *Imigração suíça em São Paulo – A história da Colônia Helvetia*, Campinas, 1991. (Dissertação de Mestrado. UNICAMP – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas)

<sup>5</sup> PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969, p. 96. Em sua outra obra, Pupo comenta que a vida nas fazendas já era faustosa desde os primeiros anos do século XIX, com suas magníficas residências, vestuários luxuosos, móveis abundantes e requintados. *Idem. Campinas, município no Império*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A, 1983, p. 45.

<sup>6</sup> MARIANO, Júlio. *Campinas de Ontem e Anteontem*. Campinas: Maranata, 1970, p.12.

<sup>7</sup> ANDRADE, Mário de. *Padre Jesuino do Monte Carmelo*. São Paulo: IPHAN, 1945, p. 12-3.

poderosos proprietários de engenhos, não desdenhando, decerto, certos índices de riqueza, como se pronuncia Sérgio Buarque de Holanda:<sup>8</sup>

De fato, à origem das maiores dinastias canavieiras e cafeeiras do século XIX, o que se encontra em São Paulo é, com poucas exceções, um negociante ou um soldado, não raro uma coisa e outra do mesmo tempo, às vezes algum advogado ou magistrado, europeus de preferência ou então brasileiros de primeira geração, que firmaram sua posição casando com a filha da terra e aplicando a renda em bens fundiários.<sup>9</sup>

Dessa “raça” audaz, gananciosa, isenta de compromissos com o passado e comprometida com o futuro, que em solo campineiro continuou a gerar lucros pela suplantação da cafeicultura em detrimento da cultura do açúcar, é que nasce, na visão de Pupo, o gosto pela residência urbana, tendo mobiliário mais caro e luxuoso, mais condizente e influenciado pelo contato com a Corte, principalmente após a primeira visita do Imperador D. Pedro II, seus familiares e uma comitiva especial em 1846 à cidade, acentuando, a partir daí, o culto pela etiqueta e pelo requinte no seio da emergente burguesia, principal agente transformador da sociedade brasileira, no século XIX.<sup>10</sup> Transferindo-se para a cidade, os poderosos fazendeiros passaram a se preocupar e se empenhar mais com os melhoramentos urbanos em geral, como:

...água, bondes, calçamento, melhor comércio, medicina e hospitais, Santa Casa para os pobres, e as residências luxuosas que, de simples casas de fins-de-semana e festas religiosas, passaram a ser os lares amplos, cômodos, ricos, para permanência da família, em permuta com as fazendas, que passaram a ser o refúgio para descanso e férias.<sup>11</sup>

Da mesma maneira que a maioria dos potentosos da época, o Comendador Penteado, juntamente com os filhos, procurou exteriorizar na casa urbana, concluída em

---

<sup>8</sup> Cada ciclo econômico, ocorrido em tempos e regiões diferentes, teriam produzido a sua aristocracia, sendo que o café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país. Depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros se tornam a elite social brasileira. HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O Palacete Paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira : 1867- 1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 15.

<sup>9</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Dispersão e Unidade*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964, v. 2, p. 454.

<sup>10</sup> Conferir, respectivamente, Celso Maria de Mello PUPO (1983), *op. cit.*, p. 44-6 e CAMPOS JUNIOR, Eudes de Mello. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*, 1997. (Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), p. 11.

<sup>11</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 156.

1878, toda a fortuna acumulada pela família, durante quase um século. O solarengo sobrado, construído também para abrigar a família de sua filha Francisca, possui, ainda hoje, duas largas fachadas ajaneladas, sacadas de ferro trabalhadas, estátuas de louças e azulejos, além de inúmeros elementos arquitetônicos e decorativos, seguindo o gosto predominante na época - o estilo neoclássico.

A pesquisa que Luis Saia fez para solicitação de tombamento deste edifício, em 1967, esclarece que, dentre as residências típicas de fazendeiros, o conjunto destaca-se por várias razões, mas principalmente por ser:

... um caso único de duas residências construídas de modo a compor uma unidade de grande destaque urbano; o revestimento das fachadas com azulejos, fórmula não usual nas residências cafestistas do planalto paulista, é outra indicação de riqueza (...) relacionada com a importância de Campinas no contexto da economia do café.<sup>12</sup>

Para o autor supracitado, diferentemente das residências paulistanas de cafeicultores que, como o Palácio dos Campos Elíseos, resultaram de projetos importados, o sobrado desta família em especial possui uma tipicidade que lhe advém da fatura rica e apurada e do uso de técnicas tradicionais, característica marcante das moradas cafestistas das cidades do interior, combinado ao mais importante fenômeno ocorrido na arquitetura paulista durante o império – a técnica construtiva tijoleira. Poucas edificações existiam na cidade com monumentalidade semelhante àquela pois a área urbana era constituída, principalmente, pelo casario simples e pobre, em pau-a-pique, destacando-se uma ou outra residência maior a quebrar a monotonia do local.

Tomar como base para investigação este antigo sobrado e, conseqüentemente, as intervenções pelos quais passou ao transformar-se em Paço Municipal, significa, antes de mais nada, reconhecer a existência de um rico campo de pesquisa no espaço doméstico e público, trazendo em seu interior um conjunto de signos que possibilitam interpretações de valores pessoais, econômicos, políticos, sociais e urbanísticos.

O interesse dos pesquisadores dos últimos anos por alguns temas atuais, com a entrada do cotidiano na história, teve origem na Escola dos Annales, em Estrasburgo, onde

---

<sup>12</sup> SAIA, Luis. Cópia da Solicitação de Tombamento do “Palácio dos Azulejos” pelo D.P.H.A N. (atual IPHAN), Ministério da Educação e Cultura, 13.11. 1967. Na época desta solicitação, Luis Saia era o Chefe do 4º Distrito do D.P.H.A N.

Marc Bloch e Lucien Febvre, seus fundadores, renovando o conceito de história, descortinaram horizontes, chamando incansavelmente à colaboração as diferentes ciências sociais no estudo de um objeto comum: o homem em sociedade. Fundaram uma revista em 1929, intitulada por algum tempo, *Annales d'histoire sociale*,<sup>13</sup> transformando, desta maneira, os *Annales* em um centro de diálogo. Nas décadas seguintes colheram excelentes resultados com o desenvolvimento de três níveis de análise que correspondiam a três diferentes unidades de tempo: a *structure* ou *longue durée*, dominada pelo meio geográfico; a *conjoncture* ou média duração, voltada para a vida social; e o evento efêmero, que incluía a política e tudo o que dizia respeito ao indivíduo. A estrutura ou longa duração tinha prioridade, enquanto que os eventos foram equiparados à poeira ou à espuma do mar.<sup>14</sup> Entre os estudos elaborados, destacam-se as grandes obras de Ernest Labrousse (década de 30), Jean Meuret (1946), Fernand Braudel (década de 1940), Pierre Goubert (1956), Pierre Chaunu (década de 1960), Henri Pirenne, Henri Sée, Baehrel, P. Vilar e Le Roy Ladurie (décadas de 1960 e 1970), além de outros.<sup>15</sup>

Novas abordagens tornaram-se possíveis graças à utilização de fontes novas e maciças, arquivos fiscais, demográficos, religiosos, notariais e militares. As incertezas, entretanto, aumentaram mais quando a análise passou a tratar das marginalidades como os pobres, as prostitutas, os prisioneiros, as mulheres etc., acentuando-se a dispersão dos objetos que saíram dos grupos indo em direção aos espaços, aos lugares, aos comportamentos, incluindo aí, o que há de mais cotidiano, as maneiras de ser, de amar, de vestir-se e de alimentar-se.<sup>16</sup>

Segundo Oliveira, *...essa aproximação com as ciências sociais aprofunda-se com a antropologia nos anos 80 [quando começa] ...a dividir as atenções com a história*

---

<sup>13</sup> A História Social não data do século XX, mas foi com a abertura da Escola dos *Annales* que se definiu como tal. BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Trad.: Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Editora, s.d., p. 717.

<sup>14</sup> HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. 2ª ed. Trad. Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 4

<sup>15</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História*. 5ª ed. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 349-50, 371, 472-5.

<sup>16</sup> André BURGUIÈRE, *op. cit.*, p. 718-20.

*intelectual e cultural, ou das mentalidades, tendo como responsáveis por essa valorização da história cultural Roger Chartier e Jacques Revel, influenciados por Michel Foucault.*<sup>17</sup>

Indo além das mentalidades com o objetivo de questionar os métodos e objetivos da história em geral, não foi proposto simplesmente um novo conjunto de temas para investigação, mas endossada a avaliação de Foucault de que os próprios temas das ciências humanas – o homem, a loucura, a punição e a sexualidade, por exemplo – eram produtos de formação discursivas historicamente contingentes. Essa nova maneira de trabalhar a história das mentalidades transformou-se, desde então, na Nova História Cultural. No momento, comenta Lynn Hunt:

...a ênfase na história cultural incide sobre o exame minucioso – de textos, imagens e ações – e sobre a abertura de espírito diante daquilo que será revelado (...). Os historiadores que trabalham com a cultura não devem deixar-se desanimar pela diversidade teórica, pois acabamos de entrar numa nova e extraordinária fase em que outras ciências humanas (...) estão nos redescobrimo...<sup>18</sup>

Aparecendo nos relatos históricos do passado apenas como “pano de fundo” que contribuiu para compreensão das histórias maiores, a casa, objeto aparentemente de interesse exclusivo da arquitetura, pode ser considerada como um universo de fronteira, possibilitando, atualmente, a convergência entre várias ciências, como a história e a arquitetura, além da antropologia, arqueologia e muitas outras, conduzindo a alguns campos de trabalho, como a vida privada e o cotidiano, a história da cultura material, a memória histórica e a memória cultural.<sup>19</sup>

O debate começou no Brasil, na década de 30, muito antes do uso do termo “vida privada”, através de inúmeros artigos e livros de Gilberto Freyre, iniciado pela *Casa Grande & Senzala* (1933), nos quais o autor coloca a casa no centro de seus argumentos, ...o centro irradiador da vida coletiva, repositório do sistema brasileiro de cultura ou de civilização.<sup>20</sup> Utilizava-se da casa, portanto, como ponto de partida para apreensão do

---

<sup>17</sup> OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *Uma ponte para o século XIX: um estudo da casa meiapontense*, 1999. (Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia), p. 20.

<sup>18</sup> Lynn HUNT, *op. cit.*, p. 13, 28-9.

<sup>19</sup> Adriana Mara Vaz de OLIVEIRA, *op. cit.*, *passim*.

<sup>20</sup> BRESCIANI, Maria Stella. A casa em Gilberto Freyre: síntese do *ser* brasileiro? In: CHIAPPINI, Ligia, BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 43-4

sistema cultural brasileiro, recusando-se em ver nas instituições políticas, administrativas e religiosas, o princípio formador da sociedade e da cultura brasileiras.<sup>21</sup>

Após uma longa ausência nos debates acerca da vida privada ou cotidiana na historiografia brasileira, novas gerações de historiadores voltaram a se manifestar no final da década de 1990, através de uma coletânea de textos, trazendo *...belíssimas reconstituições de hábitos, dos gestos, dos saberes, dos amores, do cotidiano, da sensibilidade, enfim, da mentalité...*, divididos em quatro obras, sob a coordenação geral de Fernando A. Novais. Dois grandes eixos acompanham todo o desenvolvimento da coleção: a temporalidade e a peculiaridade. Dizem os autores que o *...primeiro deriva do fato de ser esta uma obra histórica, cuja duração não é dada de forma matemática e fixa, mas se vincula à própria particularidade dos objetos recortados. O segundo lembra a singularidade do caso brasileiro, de uma privacidade que se constrói em um ambiente determinado.*<sup>22</sup>

Em todos os textos apresentados *...parte-se do princípio que os campos de estudos da vida privada e da vida cotidiana entrelaçam-se, abrindo diferentes possibilidades investigativas, que tanto podem ser complementares ou divergentes, mas nunca excludentes.*<sup>23</sup>

Sem estar somente comprometida em desvendar a “alma dos moradores”, a casa, enquanto objeto arquitetônico, físico e material, cumpre o importante papel de relatar vários aspectos como a posição ocupada na cidade, o significado de sua forma arquitetônica, a situação sócio-econômica de seus habitantes e outros. A materialidade, para muitos autores, une-se à espiritualidade e se expressa pelas maneiras de fazer, detectadas nas ações cotidianas que traduzem o universo da morada, revelando o momento histórico em que está inserida, pelo encontro permanente que gera entre as contingências universais e as interpretações individuais.<sup>24</sup>

---

<sup>21</sup> *Ibid.*

<sup>22</sup> NOVAIS, Fernando A (org. geral). *A História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 728. Contando com a organização de outros historiadores, a coleção ficou assim dividida: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil 2: Império: a corte e a modernidade nacional*; SEVCENKO. *História da vida privada no Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio*; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*.

<sup>23</sup> Adriana Mara Vaz de OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 33.

<sup>24</sup> *Ibid.*, *passim*.

É por meio do estudo do sobrado do velho Ferreira, numa interlocução da história com as ciências sociais, mas principalmente com a arquitetura, que procuraremos construir a história do Palácio dos Azulejos, na expectativa de estar contribuindo assim, para uma melhor apreensão da história dos sobrados urbanos do século XIX, inseridos no contexto da cidade que se modernizava.

Dentro dessa perspectiva de contribuição, a pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos, assim distribuídos:

No primeiro capítulo, dividido em duas partes, reconstituir-se-á o sentido de casa, em alguns momentos da história, seja na condição de abrigo, lar ou local de devaneio onde se desenvolveram, nos últimos séculos, valores como privacidade, domesticidade, conforto, além dos conceitos de lar e de família. Na segunda parte, será abordada, em linhas gerais, a família patriarcal paulista e a criação de uma rede de alianças matrimoniais entre parentes e grupos de parentela política, para deter, controlar e fortalecer o poder não só econômico, mas social e político, objetivando-se assim mais bem compreender a Família de Joaquim Ferreira Penteado, inserida no contexto histórico do século XIX.

O segundo capítulo dirigirá seu olhar, num primeiro momento, para a identidade dos moradores que habitaram o Palácio dos Azulejos, entre os anos de 1878 e 1915 e a trajetória dos mesmos com suas atividades complementares de grandes aristocratas do café. Destaca-se, aqui, a importância da construção de uma escola para crianças pobres, em frente ao sobrado da família, que garantirá o baronato a Joaquim Ferreira Penteado. Num segundo momento, a atenção recairá sobre a construção do Palácio dos Azulejos, procurando compreender a importância de se morar no sobrado, caracterizado como residência de gente rica, de bem, em detrimento da casa térrea, de chão batido, sem solidez, habitação instável insignificante feita para gente pobre; sua implantação no lote; seu programa de necessidades; o emprego das tradicionais técnicas construtivas em taipa de pilão e pau-a-pique, complementada pela técnica construtiva tijoleira, a grande inovação ocorrida no período; e a utilização do estilo neoclássico, concomitante com a chegada de uma avalanche de artigos de luxo, principalmente franceses, relativos à decoração, à moda e à arte em geral que passaram a ser exigidos no espaço doméstico.

No terceiro capítulo serão abordados o conceito de Paço e o percurso que as repartições públicas de Campinas fizeram, utilizando-se de vários locais improvisados pela falta de acomodações adequadas, com qualidades de higiene e de espaço e a efetivação da venda do sobrado pela Família Ferreira Penteado, no início do século XX, que passava, a partir de então, a abrigar não só o Paço, mas também a Câmara Municipal e o Fórum de Campinas. Finalizando este capítulo, serão descritos e analisados os grandes momentos de intervenções arquitetônicas ocorridos no Paço Municipal e as dificuldades encontradas para a transformação do velho sobrado residencial em local adequado para acomodar as repartições públicas, durante sessenta anos. Em meio aos obstáculos encontrados pelos engenheiros e arquitetos municipais, a implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos com contratação do engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia, trouxe um novo projeto urbanístico para a cidade e, conseqüentemente, grandes debates sobre a preservação do Palácio dos Azulejos e a possível criação do Museu Histórico de Campinas no local; a permuta do Palácio dos Azulejos com a Santa Casa de Misericórdia e a construção do novo paço municipal, iniciada em 1965, até o tombamento do edifício estudado, assegurando sua efetiva preservação, em 1967, pelo IPHAN.

Apesar de a proposta inicial e de o próprio título destacarem o período de noventa anos, pelos dois usos que o Palácio dos Azulejos tivera, de residência e de Paço, abordaremos, sucintamente, nas considerações finais, os últimos fatos envolvendo nosso objeto de estudos. Procuramos com isso dar uma melhor compreensão da trajetória do sobrado no tempo e no importante espaço que ocupa no centro da cidade, despertando, vez ou outra, a cobiça dos especuladores imobiliários que viram e ainda verão, em sua demolição, a possibilidade de mega-construções, num constante conflito gerado por grandes interesses econômicos.

O desenvolvimento do trabalho exigiu a pesquisa de uma ampla gama de fontes primárias (manuscritas e impressas) e secundárias, a começar pela documentação oficial do município, tais como legislação, relatórios municipais, livros de correspondências e de contratos de serviços, registros de impostos diversos, requerimentos de reforma e de aprovação de plantas, inventários, artigos e anúncios de jornais e revistas, almanaques, relatos de alguns viajantes, biografias, memórias, textos universitários, dicionários e

enciclopédias. Além disso, foi necessário elaborar um glossário com verbetes da arquitetura e uma seleção de fotografias com acréscimo de informações, por meio de legendas, que contribuem para a compreensão de todo o texto.

## CAPÍTULO 1

### CASA, FAMÍLIA E RUA

*E desta janela, largamente aberta, eu olho. Olho demoradamente, amorosamente, extasiadamente para o panorama luminoso e ascensional da cidade viva e atual que aí em torno se apinha e todo me envolve no seu abraço colorido de argamassas frescas e telhas novas: a cidade que constrói uma casa a cada vinte minutos. E olhando para isso tudo, para toda essa irresistível e incessante mocidade das coisas, ponho-me a pensar e a recordar...*

Guilherme de Almeida

#### 1.1 - A CASA E A RUA

Sempre que se escreva algo sobre casa, pensa-se, à primeira vista, num objeto rigidamente geométrico, feito de sólidos bem talhados, de vigas bem encaixadas, onde a linha reta predomina, pois o fio do prumo deixou-lhe a marca de sua sabedoria e de seu equilíbrio.<sup>25</sup>

Percorrendo os caminhos dos dicionários, a palavra casa, de origem latina, significa *cabana, choupana, choça, habitação humilde e precária; tenda de campanha, propriedade rural, pequena herdade*.<sup>26</sup> Existe a hipótese de que a casa, proveniente do latim vulgar, tenha prevalecido sobre *domus*, termo também latino, pela disseminação de seu uso através do cristianismo e seu apreço pela pobreza, tendo conferido prestígio a seus habitantes em quase todas as línguas românicas, inclusive o francês arcaico. É possível que os dois vocábulos tenham pertencido à língua oral, embora não se confundissem: *domus: casa, em sentido genérico; casa: cabana, casebre*.<sup>27</sup> Talvez seja derivado de *cado, ere, curus, sum*, no sentido de *se deitar, recostar, como o composto occassus, edificio destinado para ser habitado; morada, habitação; quarto, aposento, peça de edificio*.<sup>28</sup> Mantém o mesmo sentido de família, agregando o *de bens e propriedades que constituem o patrimônio de alguma pessoa; estabelecimento de comércio; companhia, comunidade eclesiástica ou*

---

<sup>25</sup> BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. Trad. Antonio P. Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 63.

<sup>26</sup> MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. s.l.: Editorial Confluência, 1952-59, p. 523-4

<sup>27</sup> *Apud* BRECIANI, Maria Stella. *Casa*. Campinas: Unicamp, s.d. (Mimeografado). QUEIROZ, R.F. Mansur. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, s.n.t., p. 49.

*religiosa*. Através dos anos, foi solidificando, porém, seu sentido principal: *morada de casas, edifício em que vive huma família com seus móveis & alfaias, amparadas das injúrias do tempo.*<sup>29</sup>

Entre os sinônimos encontram-se as palavras lar, morada, moradia, domicílio, habitação, residência. Lar deriva de *Lara, ou Laronda, ninfa da qual houve Mercúrio dois filhos chamados Lares, que os Gentios adoravam como deuses domésticos e protetores das casas (...) cidades & dos povos.*<sup>30</sup> Também toma o sentido de parte da cozinha onde *se accende o fogo; chão da chaminé onde se accende o lume.*<sup>31</sup> Fogo, por sua vez, designa, o direito à família que cozinha no mesmo lar. Nas antigas leis civis e eclesiásticas, forais etc., chamava-se fogo inteiro se o chefe da família era casado, e meio fogo, se era viúvo ou solteiro. Como regra, o casado pagava para a igreja o dobro do viúvo ou solteiro. Casal de fogo morto: o que está desabitado, reduzido a mato e sem cultura.<sup>32</sup> No *Novo Dicionário Aurélio*, fogo significa também, residência de uma família; lar, casa.<sup>33</sup>

Morada ganhou também, seu sentido *de casa ordinária, lugar onde se aloja por algum tempo*, diferente da habitação, *morada permanente, fixa*. Quanto à palavra domicílio, além da idéia de habitação, exprime o sentido, como termo de jurisprudência, da relação do indivíduo com a sociedade civil. Por sua vez, residência, sinônimo de morada também, *comparece como assistência contínua em um lugar ou casa e, além disso, e com mais particularidade, a mansão ou permanência no lugar em que se tem emprego ou ministério eclesiástico ou secular.*<sup>34</sup>

---

<sup>28</sup> *Apud Ibid.* FARIA, Eduardo de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 4º ed. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1859, vol. 1, p. 698.

<sup>29</sup> *Apud Ibid.* BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 173-177.

<sup>30</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario de Língua Portuguesa*. Lisboa: Na Typografia Lacérdina, 1813, v. 1 e 2, p. 355-7; v.2, p. 205.

<sup>31</sup> AULETE, F. J. Caldas. *Diccionario Contemporaneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1884, p. 1040, v.2.

<sup>32</sup> *Apud Ibid.* GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa/ Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Ltda., s.d., v. XI, p.514.

<sup>33</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, s.d., p. 639.

<sup>34</sup> Eduardo de FARIA, *op. cit.*, v.2, p. 748. Extraídos dos dicionários acima citados estão os derivados da palavra casa, como: casal, caselete, casório, casamento, casamenteiro, caseiro, casela, cassino, casula, caserna, câmara, conclave, casaca, etc. Quando associada a outra palavra se desdobra em vários sentido derivados: Casa Forte, de banhos; de fora; de lume, da Moeda, do Comércio; de Saúde; de hóspedes, de prazer; de jogo; da tia; da sogra; de prego; de cão; de asilo; de botão; de despejo; de courama; de Câmbio; de pasto; de educação; de purgar; de guarda; de estopa, etc. Sozinha pode ser usada como termo astrológico ou astronômico ou significando as repartições quadradas do tabuleiro de xadrez.

No obstante, longe de ser o espaço geométrico e delimitado, onde o homem habita, é na casa, abrigo ou invólucro, que se desenvolvem uma série de atividades relacionadas à sobrevivência e à manutenção do corpo e do espírito, protegendo e defendendo-o, no conforto e na intimidade, dos olhares públicos ou estranhos,<sup>35</sup> porque a casa é o nosso canto do mundo, nosso berço, nosso primeiro universo, um verdadeiro cosmos em toda a acepção do termo.<sup>36</sup> Compreendendo a casa desta maneira, descortina-se, fora de toda racionalidade, o campo do onirismo, onde todos os abrigos, refúgios ou aposentos tem valores oníricos consoantes. E isso, não se reserva à casa do presente tão somente, onde todos reconhecem seus benefícios, mas à casa do passado onde estão os verdadeiros bem-estares.

Para Bachelard *...a casa, como o fogo e a água, permite evocar luzes fugidias de devaneio que iluminam a síntese do imemorial com a lembrança, trazendo, pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida que se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Se a casa abriga o devaneio e protege o sonhador, permitindo que ele sonhe em paz, isso se torna o benefício mais precioso da mesma pois, é ao devaneio que pertencem os valores que marcam o homem em sua profundidade, revelando regiões de intimidade, de bem-estar, onde só a poesia e nunca a literatura eloquente pode expressá-la, repercutindo, amplamente, na alma do leitor. É pela poesia que “lemos um quarto” ou “uma casa”, uma vez que quarto e casa são diagramas da psicologia que guiam os escritores e poetas na análise da intimidade.*<sup>37</sup>

Na opinião de Bachelard, a casa é, evidentemente, um espaço privilegiado para um estudo fenomenológico dos valores de intimidade do espaço interior, se for considerada sua unidade concomitante com a sua complexidade, procurando integrar todos os valores particulares num valor fundamental. É nela que se apreende a história da vida privada e seu cotidiano, sua materialidade, o gosto de seus primeiros habitantes, sua conexão com a rua e com a cidade. Na compreensão de Michelle Perrot, a casa, o domicílio é:

... a única barreira contra o horror do caos, da noite e da origem obscura; encerra em suas paredes tudo que a humanidade pacientemente recolheu ao longo dos séculos; opõe-se à evasão, à perda, à ausência, pois organiza sua ordem interna, sua civilidade, sua paixão. Sua

---

<sup>35</sup> Maria Cecília N. HOMEM, *op. cit.*, p. 23 Ver também: CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A C. *Dicionário da arquitetura Brasileira*. São Paulo: São Paulo Livraria Editora, 1972, p. 23

<sup>36</sup> Gaston BACHELARD, *op. cit.*, p. 24.

<sup>37</sup> *Ibid.*, *passim*.

liberdade desabrocha no estável, no contido, e não no aberto ou no infinito. Estar em casa é reconhecer a lentidão da vida e o prazer da meditação imóvel(...). A identidade do homem é portanto domiciliar; e eis por que o revolucionário, aquele que não possui eira nem beira, e portanto nem fé nem lei, condensa em si toda a angústia da vagabundagem (...). O homem de lugar nenhum é um criminoso em potencial.<sup>38</sup>

Apesar de Norbert Elias (1939) e Philippe Ariès (1960), discutirem a gênese da vida privada, no Ocidente, através das obras *O processo civilizador* e *Historia Social da Família*, respectivamente, a incorporação desse objeto no universo da historiografia é bastante recente, não sendo reconhecido como campo de investigação na época. Foram necessários mais de vinte anos para o tema ganhar a devida atenção, quando Ariès e George Duby, responsáveis pela coleção *História da vida privada*, composta por cinco volumes e editada em 1985, inauguraram um debate em torno das questões teórico-metodológicas, envolvendo a vida privada com o objetivo de conhecer a sociedade conforme:

...suas atitudes e representações, variando no tempo e no espaço. Diante disso, constrói-se o universo que cerca o homem e que o faz, identificando as suas relações familiares e extrafamiliares (sociais), o seu comportamento, as suas posturas perante a religião, o seu corpo, o sexo, o poder, a educação, o trabalho, enfim, tudo aquilo que envolve a vida cotidiana e não é expresso na história factual, mas que exprime uma história da vida privada.<sup>39</sup>

Mesmo revelando a familiaridade e a domesticidade, nesta abordagem, a casa para Duby não é um espaço privilegiado em suas pesquisas, diferentemente de Ariès que a vê como: *...um elemento fundamental para apreensão da história da vida privada não vislumbrando-a como cenário de histórias individuais (...) o cotidiano e a vida privada confundem-se. A casa é um elemento concreto que, por meio de um conjunto de dados permite apreender as mudanças ocorridas na sociedade...*<sup>40</sup>

A casa, para Ariès, relativamente estável do século XII ao XV, começou a se modificar a partir de então, não deixando de se transformar até os dias atuais. Através de novas soluções arquitetônicas, reduziu a dimensão de seus cômodos, ganhando, cada um deles, funções específicas; multiplicou pequenos espaços; criou espaços de comunicação como corredores e escada privativa que permitiram entrar ou sair de um cômodo sem passar

<sup>38</sup> PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada 4 – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, p. 307-8.

<sup>39</sup> Adriana Mara Vaz de OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 24-5.

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 22-3.

por outro; distribuiu luz e calor às repartições domésticas, a começar pelo aproveitamento mais eficaz da própria lareira, etc. Ainda segundo o autor supracitado *...a história da vida privada se reduz, grosso modo, à substituição de uma sociabilidade anônima - a da rua, do pátio do castelo, da praça e da comunidade - por uma sociabilidade restrita que se confunde com a família, ou ainda com o próprio indivíduo.*<sup>41</sup>

Para John Luckacs *...domesticidade, privacidade, conforto, o conceito do lar e da família: estas são, literalmente, as principais conquistas da Era Burguesa.* Conclui dizendo que a nova situação vivida pelo homem burguês *...é muito mais que a mera busca pelo bem-estar físico; ela começa com a visão de casa como um ambiente para o aparecimento da vida interior. (...). Os móveis internos das casas surgem junto com os móveis internos da mente.*<sup>42</sup> A vida privada, escrevia Littré, devia ser cercada de muros, não se permitindo esquadrihar e revelar qualquer coisa que ocorresse na residência de um particular.<sup>43</sup>

O desejo de privacidade só ficou mais explícito após a separação dos aposentos dos senhores, dos de seus criados e das crianças que passaram a dormir em pequenos quartos adjacentes, tornando-se este fato mais acentuado, após as pessoas deixarem de residir no mesmo local do trabalho.<sup>44</sup>

A casa moderna define também a esfera da domesticidade. A palavra “home” – lar,<sup>45</sup> reuniu significados de casa e família, de moradia e de abrigo, de propriedade e afeição. “Home” significava não só a casa, mas tudo o que estivesse dentro e entorno dela, assim como as pessoas e a sensação de satisfação e contentamento que emanava de tudo isso. Podia-se sair da casa, mas sempre se “retornava ao lar”. Para Rybczynski deve-se entender por domesticidade *...um conjunto de emoções sentidas, e não um único atributo.*

---

<sup>41</sup> ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Phillipe +, CHARTIER, Roger (org.). *História da Vida Privada 3 - Da Renascença ao século das Luzes.* Trad. : Hidegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 13-6. Além dos volume 3 e 4 já citados, foram escritos também: VEYNE, Paul. (org.). *História da Vida Privada 1- Do Império Romano ao Ano Mil*; DUBY, Georges (org.). *História da Vida Privada 2- Da Europa Feudal à Renascença*; PROST, Antoine, VINCENT, Gérald (org.). *História da Vida Privada 5 – Da Primeira Guerra Mundial aos nossos dias.*

<sup>42</sup> *Apud* RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma idéia.* Trad. Betina Von Staa. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 63.

<sup>43</sup> Michelle PERROT, *op. cit.*, p. 307. Émile Littré foi filósofo e lexicógrafo francês (Paris 1801 – id. 1881). Discípulo independente de A. Comte, procurou divulgar as idéias do Curso de Filosofia positivista por meio de suas obras, sendo o *Dicionário da língua francesa* (1863-1873) a sua principal obra.

<sup>44</sup> Witold RYBCZYNSKI, *op. cit.*, p. 32-53.

<sup>45</sup> O termo passou a ser difundido em torno de 1830. Michelle PERROT, *op. cit.*, p. 309.

*Ela está relacionada à família, à intimidade, à devoção ao lar, assim como a uma sensação da casa como incorporadora – e não somente abrigo – destes sentimentos.* <sup>46</sup>

A casa havia deixado de ser somente abrigo diante dos elementos da natureza ou a proteção contra o invasor, duas importantes funções, mas muito mais que isso, tornara o ambiente para uma unidade nova e compacta: a família, trazendo com ela, o isolamento, a vida familiar, o lar, após a conquista da privacidade e da domesticidade, preparando-se para mais uma descoberta: a noção de conforto.

Vários confortos foram conquistados somente a partir da segunda metade do século XIX, não de natureza estética, mas de caráter fundamentalmente higiênico, após a realização de duas importantes pesquisas executadas pela administração pública inglesa, entre os anos de 1840-1850, vindo a confirmar as relações existentes entre insalubridade e más condições de habitação da população trabalhadora, com as altas taxas de mortalidade, baixa esperança de vida e doenças, principalmente epidêmicas que assolaram a Europa, na época.<sup>47</sup> Esta situação deu origem a uma grande preocupação do Estado e dos industriais com o alto custo econômico e social que estes desconfortos acarretavam, devido as jornadas de trabalho perdidas pelo operário doente, assistência dada às viúvas e órfãos, falta de resistência e inferioridade física e moral que os soldados recrutados nas cidades tinham, com relação aos do campo, além da desagregação das famílias e dissolução da “humanidade”.<sup>48</sup>

A própria saúde tornara-se uma problema técnico e era chegada a hora de atacar as causas e não mais os efeitos, com a intervenção na infra-estrutura da cidade, ou seja, nos equipamentos urbanos coletivos, pois o medo da peste, que se pensava afastada das cidades modernas, somava-se à proximidade da população pobre, a mais atingida pela doença, com as áreas habitadas pelos ricos.<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> Witold RYBCZYNSKI, *op. cit.*, p. 63-73, 85.

<sup>47</sup> O levantamento mais importante foi o da Comissão Real chefiada por Edwin Chadwick, discípulo de Bentham e utilitarista radical. Apesar de manter-se fiel aos pressupostos das anotações de médicos e filantropos do século anterior, inspirados na teoria mesológica, apontava também um novo elemento importante: o custo econômico e social do desconforto destas populações pobres. BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio A de Figueiras (org.). *Cidade & História: Modernização das Cidades Brasileiras nos séculos XIX e XX*, s.n.t., p. 15.

<sup>48</sup> BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. Trad. Jorge Hagime Oseki. *Espaço e Debates. Cidade e História*, NERU, 1981, nº 34. p. 39-41, 47.

<sup>49</sup> *Ibid.*; Ver também: Maria Stella BRESCIANI, *op. cit.*, p. 14.

Conjugando o olhar sensível do médico com o saber do engenheiro na observação do meio ambiente em que vivia a pobreza, ocorreu o desenvolvimento sem precedentes dos meios técnicos, permitindo, com o tempo, conter as doenças que a insalubridade portava. O engenheiro, responsável em trazer uma resposta prática aos problemas desencadeados pela falta de higiene, teve o importante auxílio de outros atores que entraram em cena, como o topógrafo, o geômetra e o geólogo, na compreensão dos componentes físicos do solo, além do arquiteto que, subvertendo todo conhecimento arquitetônico tradicional, infundiu novos saberes sobre o espaço doméstico e seu entorno, como se verá.

Não se pode deixar de anotar que toda esta evolução caracterizou-se não só pelos aspectos técnicos, mas econômicos e políticos também, monopolizados pelo Estado que assumiu a liderança no seio da empreitada urbana, por dispor de facilidades financeiras e poderes que os grupos privados não possuíam, como impor aos proprietários e aos construtores, novas normas de saneamento. Se apropriaram, conseqüentemente, da organização das práticas domésticas, conduzindo-as na direção que desejaram.<sup>50</sup>

No caso paradigmático das reformas urbanas de Paris, o espaço urbano foi transformado em um grande laboratório, na 2ª metade do século, com as reformas intervencionistas do Prefeito Haussmann<sup>51</sup> que, procurando desfazer amontoados de edifícios e de pessoas, nos bairros operários da cidade, impôs uma ação saneadora na intenção de substituir a rede de promiscuidade por uma série de comportamentos adequados. No espaço externo, um belo traçado de ruas e avenidas; em casa, famílias edificadas pelos preceitos burgueses da moralidade e do trabalho.<sup>52</sup>

Desta maneira, uma nova lógica da salubridade se impôs, nascendo o sistema sanitário, cuja base essencial era a circulação incessante de água pura que chegava à cidade e água servida que, em movimento perpétuo, saía também da casa e da cidade sem ter engendrado cloacas ou reservatórios. A distribuição da água no interior do domicílio trouxe vantagens imediatas em muitas cidades, como economia de forças e tensões, ganho de

---

<sup>50</sup> François de BEGUIN, *op. cit.*, p. 43-5.

<sup>51</sup> Georges-Eugène Haussmann, barão (1809-1891), foi administrador e político francês. Governador do dep. de Siene de 1853 a 1870, senador em 1857, tendo seu nome ligado à transformação urbanística de Paris que, sob sua administração, assumiu a fisionomia atual.

<sup>52</sup> Maria Stella BRESCIANI, *op. cit.*, p. 16-17.

tempo, asseio pessoal, casa limpa, redução de doenças, abrindo caminhos para as novas práticas comportamentais, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento familiar.<sup>53</sup>

Para o estabelecimento do controle policiado, tinha sido necessário, antes, o Estado compreender que a casa do trabalhador deveria ser transformada num lar, no seu lar e da sua família, pois só desta maneira, as autoridades conseguiriam os efeitos corretivos que almejavam. Coube então, aos arquitetos, apreender os problemas arquitetônicos existentes e aplicar, com seus novos saberes, algumas funções no espaço doméstico e no seu entorno imediato, qualificadas de: distributiva, prática e climática. A distributiva se incumbiu de distribuir, ordenadamente, as pessoas e os serviços, no interior da habitação familiar, separando-os nos quartos, por sexo, idade, pais, filhos e filhas, complementado pela sala de estar e pelo banheiro com um lavatório e um WC. Não faltaram as orientações das habitações coletivas para solteiros.<sup>54</sup>

Na função prática, o arquiteto procurou facilitar toda realização dos gestos domésticos, notadamente, os ligados a limpeza da casa e também a iluminação dos ambientes, não somente úteis à saúde, mas porque permitia que seus moradores utilizassem o máximo que pudessem do espaço iluminado, para realização das tarefas domésticas. Concomitante a estas melhorias arquitetônicas, estava ocorrendo uma introdução muito grande de objetos úteis no interior da moradia, como por exemplo, aquecedores, luminárias, utensílios de lavanderia, cozinha e louças, móveis, objetos de limpeza e higiene e material para consertos e manutenção e até móveis decorativos, que contribuíram, sobremaneira, no conceito da casa como um local agradável, um lar, onde o chefe de família, ao voltar do trabalho, retornava com prazer, tendo ali o bem-estar familiar e a felicidade do casal, exercendo, conseqüentemente, uma influência incontestável sobre ele.<sup>55</sup>

A função climática possibilitou não só a fruição do ar e da luz, principal preceito em matéria de saúde no ambiente doméstico, como também promoveu a incorporação das diversas canalizações necessárias não só à condução d'água até as torneiras, como também do gás, para iluminação dos ambientes, outro grande conforto conquistado na época,

---

<sup>53</sup> François de BEGUIN, *op. cit.*, p. 42, 48.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 49. Sobre a podridão urbana existente em Paris, no século XIX e os projetos e soluções encontradas para moradias populares, a partir de meados daquele século, ver: Michelle PERROT, *op. cit.*, p. 356-411; CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: Utopias e Realidades. Uma antologia*. 5º ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. (Coleção Estudos)

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 50-1.

substituindo as velas de sebo e os lampiões a querosene, usados até então. Estas circulações tinham obrigado o arquiteto a repensar não somente a estrutura do edifício e suas proporções com relação aos pátios interiores, mas a forma dos cômodos e sua altura, como também a largura e a distribuição das janelas, além do entorno do objeto arquitetônico, evitando-se que nos cantos e recantos o ar circulasse mal.<sup>56</sup>

Na análise de François Beguin, este conforto civilizado propôs um modo de satisfação corporal, cujo princípio fundamental foram as trocas afetivas e as trocas econômicas, uma vez que o crescimento do bem-estar doméstico e as sensações resultantes eram úteis. Além disso, o bem-estar corporal tornou-se indissociável de uma vida familiar e a própria família associada à idéia de casa limpa e bem equipada, transformou a casa no principal indutor de múltiplos prazeres regulados, fortalecendo e encorajando o homem a viver melhor.<sup>57</sup>

Para Perrot, a casa havia se tornado um elemento de fixação, assunto e fundamento material da família, o lugar de sua existência, seu ponto de encontro, a ambição do casal e a figura de seu sucesso, o domínio privado por excelência e pilar da ordem social. Estabelecer um lar era residir em uma casa e os jovens casais suportavam cada vez menos a coabitação. Dizia Violette-le-Duc (1814-1879) ter visto, em suas andanças *...as mais ternas afeições familiares desgastarem-se e extinguirem-se nesta vida em comum dos filhos casados com seus ascendentes.*<sup>58</sup>

Se a distribuição da água corrente assinala um possível ponto de partida da nova história da casa, seja ela pobre ou rica, a distribuição do gás, a circulação do ar e da luz também foram decisivos, marcando uma importante etapa de sua evolução, caracterizada cada vez mais por uma autonomia do universo doméstico, constituído por todos os aparelhos que o fizeram funcionar e sem os quais ele não existiria na forma como o conhecemos. Domesticando-se os fluidos, domesticaram-se as práticas da higiene, da vida familiar e da sexualidade, conquistando, assim outros confortos, num *...processo lento de investimento do espaço interior por aparelhos que permitem satisfazer necessidades ou*

---

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 51.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 42-45, 48. Sobre o conforto civilizado ou policiado, ler: Maria Stella BRESCIANI, *op. cit.*, p. 17.

<sup>58</sup> Michelle PERROT, *op. cit.*, p. 307-9. Eugène Viollet-le-Duc foi arquiteto e teórico francês. Foi responsável pela restauração de muitos edifícios franceses. Apesar de ser severamente criticado, muitos monumentos foram salvos da destruição, graças a ele.

*desejos, fixando corpos e reorganizando assim docemente toda a vida doméstica e extra-doméstica.*<sup>59</sup>

Estes mesmos confortos nascidos das necessidades da salubridade se espalharam pela Europa, tornando-se conhecidos e assimilados, alguns anos depois, pela maioria das grandes cidades brasileiras, onde os sistemas de águas e esgotos e encanamento de gás começaram a ser implantados. Trouxeram com eles, aparelhos de utilidade indispensável, equipamentos e instrumental de última geração, além de uma profusão de objetos ornamentais, advindos de aperfeiçoamentos de invenções nascidas na Revolução Industrial, como se verá.

Envolvida pelo espírito burguês,<sup>60</sup> as famílias pertencentes à elite cafeeicultora paulista passaram a se orientar, cada vez mais, pelas práticas e comportamentos próprios da aristocracia e da burguesia européia, industrializada, comerciante e tecnologicamente desenvolvida, vinculando-se culturalmente à França, embora fossem influenciadas também pela Inglaterra e pela Alemanha, processo este caracterizado por Freyre como reeuropeização do país, ocorrido não somente pela assimilação como pela imitação de alguns brasileiros.<sup>61</sup> Comenta Maria Cecília N. Homem que:

...a França exportava civilização para os países onde existiam cortes, para as províncias e para as demais nações, passando pela burguesia e pelos novos ricos. Ser civilizado era ter *civilité*, ou boas maneiras, saber e praticar a etiqueta, conter as emoções e ser polido. Era falar corretamente, era vestir-se conforme a moda. Era ser bem educado. À *civilité*, a burguesia acrescentou o culto à inteligência. Na busca de formas de distinção, a inteligência passou a ser obrigatória devido à especialização e à competitividade que se estabeleceram em vista do êxito profissional e econômico imprescindíveis no universo burguês. A racionalidade e a mente calculista passaram a ser atitudes permanentes do homem da metrópole, devido à alta divisão econômica do trabalho.<sup>62</sup>

---

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 52-3.

<sup>60</sup> Do ponto de vista da identidade burguesa, ver: Maria Stella BRESCIANI, *op. cit.*, p. 19-22.

<sup>61</sup> Michele PERROT, *op. cit.*, p. 309-310.

<sup>62</sup> Maria Cecília Naclério HOMEM, *op. cit.*, p. 53-5. Ver também: Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 162-7. Eudes Campos comenta que o grosso das camadas abastadas brasileira mantinha-se longe da pretensa europeização. Aos olhos críticos de certos estrangeiros, estas pessoas não passavam de ruidosos e indisciplinados latinos, pois adotavam as manifestações mais exteriores da civilização européia sem nenhum sinal de interiorização, não assimilando nem ao menos os conceitos de higiene que chegavam de fora. Eudes de Mello CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 475. Mas os que assimilavam os conceitos europeus passaram a se envergonhar e a rejeitar tudo o que era da terra, como jaca, manga, fruta-pão, dendê, coco da Índia, saboreados, muitas vezes, às escondidas. Desprezavam as plantas brasileiras, asiáticas e africanas, passando a cultivar plantas como roseiras e cravos, entre outras, vindas do além mar. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e*

O termo “civilização” significava, à princípio, a soma das forças espirituais e das atividades racionais que se sobrepunham ao instinto e à força física. No decorrer do século XIX, o vocábulo adquiriu uma conotação elogiosa e admirativa vinculada à idéia de poder, com um Estado organizado, poderoso e operante.

O que se percebe é que a disseminação das idéias liberais havia se iniciado em São Paulo, com a abertura das lojas maçônicas, no final do século anterior, e dos cursos jurídicos, em 1827, concorrendo sobremaneira para o desenvolvimento da vida política, cultural e social. Reforçado pelo positivismo e pelo culto da ciência e do progresso material, o processo civilizador foi se tornando mais intenso, através dos anos, culminando com a Abolição e a República, tempos mais tarde.<sup>63</sup>

Abrindo pela primeira vez, de modo direto, suas portas para o mundo exterior, São Paulo entrou na chamada divisão internacional do trabalho, liderada pela Grã-Bretanha, passando a adquirir bens industrializados, matérias-primas, manufaturas e máquinas para lavoura, já contando com uma indústria nascente.

Campinas não ficou à margem do processo de desenvolvimento urbano mas, ao contrário, como cidade que progredia rapidamente, contou com bom número de filhos da terra em viagens de recreação, de negócios, de tratamentos médicos, de estudos de jovens campineiros que iam especializar-se em terras européias ou lá residir. O francês era o idioma universal, adotado pela Corte, pela ciência e também pela diplomacia, por isso, entre as famílias, tornou-se habitual falar e escrever corretamente a referida língua; apreciavam a literatura, a filosofia e a etiqueta francesas, sendo comum, nos jantares comemorativos ou nas recepção de visitas, os “menus” virem grafados em francês. A procura pelos artigos franceses de luxo, sobretudo os relacionados à decoração, à moda e à arte era muito grande, embora tenham sido colocados aqui por iniciativa dos britânicos.<sup>64</sup> Comenta Castro Mendes que não faltou à cidade inúmeras lojas e hotéis com nomes

---

*Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1968, p. 138.

<sup>63</sup> Maria Cecília N. HOMEM, *op. cit.*, p. 20.

<sup>64</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 163-4; Maria Cecília Naclério HOMEM, *op. cit.*, p. 20. Comenta Freyre que, quando as novidades aqui chegaram, o brasileiro, mal saído das sombras do sistema patriarcal e da indústria caseira, se estonteou completamente pelos brilhos, nem sempre verdadeiros, de tudo que era artigo de fabricação estrangeira. Gilberto FREYRE (1968), *op. cit.*, p. 339.

afrancesados, modistas, joalheiros, alfaiates e cabeleireiros, indicando o que de melhor e mais requintado tinham.<sup>65</sup>

A Gazeta de Campinas registra, em um retrospecto, que o ano de 1872 tinha marcado, inquestionavelmente, o início de uma nova era, pela inauguração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, pois a ...*população inteligente, de bons costumes, dedicada ao trabalho (...) soube compreender o valor desse vigoroso promotor do desenvolvimento das relações comerciais e engrandecimento da agricultura daquelle poderoso agente da sociabilidade e civilização*. Entre as melhorias significativas registradas estavam também a formação das Companhias Mogiana e Campineira de Iluminação à Gás, além de um projeto para fundar um banco agrícola. O Banco Mercantil de Santos foi inaugurado em 1874 as duas outras empresas, acima referidas, no ano seguinte.<sup>66</sup>

Neste processo percebido como de modernização da cidade, as medidas higienistas ocuparam a atenção do poder público, das instituições e dos moradores, com uma aliança entre o saber político e médico, na ação que se efetivou contra as doenças, principalmente as epidêmicas. Apesar deste consórcio procurar viabilizar as normas burguesas do bem viver, assegurando a vida, a saúde e o bem estar social no espaço urbano, ele atravessou quase toda a segunda metade do século XIX com tímidos avanços, incapazes de acompanhar a nova ordem social que se implantava.<sup>67</sup>

O abastecimento d'água tinha sido provido pelos vendedores desse líquido até 1874, quando passaram a funcionar, regularmente, três chafarizes, na cidade. Somente com a inauguração da Companhia Campineira de Águas e Esgotos, em janeiro de 1891, é que a água entrou definitivamente nas torneiras residenciais campineiras.<sup>68</sup>

Estendendo seus trilhos, principalmente pela zona cafeeira, o trem de ferro se incumbiu, na Província de São Paulo, não só de transportar o café de seus lugares de origem ao Porto de Santos, como também, em seu retorno, intensificou, o transporte de bens industrializados vindos da Grã-Bretanha, Estados Unidos, Argentina, França e de

---

<sup>65</sup> MENDES, José de Castro. Influência francesa no comércio. História de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 21.10.1968, p. 6-7. (Suplemento).

<sup>66</sup> RETROSPECTO. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 30.1.1872, p. 1. BANCO Mercantil. *O Constitucional*, Campinas, 30.12.1874; sobre iluminação à gás ver: MENDES, José de Castro. Iluminação. História de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 28.11.1968, p.3-7. (Suplemento)

<sup>67</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: os cantos e os antros: Campinas 1859-1900*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 183-5.

outros países. Do exterior vieram: algodão, aço, ferro, máquinas e ferramentas; sardinha, arenques, bacalhau, batata, lingüiça, salame, presunto, manteiga, queijo, massas, chocolate, biscoito, uva, trigo, azeitonas; águas minerais, licores e vinhos em barricas, óleo e azeite em tonéis, além de conservas enlatadas.<sup>69</sup>

Profundas transformações ocorreram também nos modos de habitar e construir, com o desprestígio dos hábitos tradicionais e com o aumento cada vez maior de objetos e utensílios domésticos no interior das residências. Para Campos, estudioso da arquitetura paulistana sob o Império, os anos de 1870:

...assistiram sem remorsos esvanecerem-se veneráveis tradições coloniais e arraigados padrões de comportamento, vistos agora como sobrevivências de um passado distante, do qual todos pretendiam livrar-se rapidamente: as casas de taipa, ás rótulas, as mantilhas, as procissões nas ruas centrais da cidade, os rudes costumes de urinar pelos cantos das ruas, de tomar banho de rio sem trajes de espécie alguma, de se acocorar no chão das igrejas. Tudo isso passava a ser incompatível com os ventos burgueses que sopravam forte sobre a Capital, que desde então não parou mais de crescer, de se refinar, de se refazer de modo autofágico e de sofrer graves problemas sociais, como a insalubridade pública provocada pelas péssimas condições higiênicas em que vivia o miserável proletariado nascente.<sup>70</sup>

Os sobrados de propriedade dos senhores de terras, começaram a se multiplicar e a acumular em seus interiores, móveis que foram se afrancesando no estilo tanto quanto a moda feminina. Da França vieram muitos mestres para trabalhar o jacarandá e outras madeiras nobres da terra, só talhadas até então, por rudes escravos, nos engenhos e nas casas particulares. As velhas cadeiras portuguesas, pesadas e largas, foram desaparecendo das salas de visitas, sendo substituídas por graciosas e finas poltronas e sofás à Luis XV, armários de carvalho de Hamburgo, mobílias de mogno, espelhos de Nuremberg, imagens francesas e italianas e uma infinidade de outros objetos<sup>71</sup> de luxo que se espalharam por diversos ambientes da casa, aliados aos tecidos finos e nobres e à decoração requintada.

---

<sup>68</sup> MENDES, José de Castro. História de Campinas. Abastecimento de água. *Correio Popular*, Campinas, 17.10.1968, p. 2-6. (Suplemento)

<sup>69</sup> Maria Cecília N. HOMEM, *op. cit.*, p. 56

<sup>70</sup> Eudes de Mello CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 50. Utilizamo-nos deste texto de Eudes Campos por equiparar Campinas à cidade de São Paulo, pela proximidade das duas e pelas mesmas vantagens financeiras, oriundas da elite cafeeira.

<sup>71</sup> Gilberto FREYRE (1968), *op. cit.*, p. 341.

Iniciava-se, assim, um novo momento na história do país: o do consumo, do utilitário, da higiene e da publicidade.<sup>72</sup>

Substituindo a velha construção de taipa, vulgariza-se o uso da técnica construtiva tijoleira, usada de maneira estrutural, consolidando-se rapidamente e constituindo-se no mais importante fenômeno ocorrido na arquitetura de São Paulo, durante a era imperial. Abandonando-se as velhas técnicas e os materiais tradicionais, caminha-se em direção à modernização, sob a égide do Neoclassicismo, através do qual foram introduzidas novas técnicas de acabamento e elementos de decoração e, posteriormente, do Ecletismo,<sup>73</sup> com o apoio das massas imigradas que, rompendo de vez com a tradição, exigiram modificações nos tipos de lotes e construções.

Com a mudança de comportamento ocorrida no século XIX, a sociedade civil conferiu maior importância à dimensão privada da vida, tornando-se a divisão dos papéis femininos e masculinos mais rígidos, mais definidos. À mulher burguesa, supervalorizada como mãe e educadora dos filhos, cabia a responsabilidade de transmitir os princípios da civilização no papel de mãe e esposa devotada. Simbolizava a criação, a natureza, a afetividade, o coração, a piedade interior e a virtude. Era a reprodutora, no entanto, o sexo se mantinha separado do amor, duvidando-se da sexualidade feminina. Ela representava o mundo privado, sendo a casa o seu reino por excelência, exercendo as tarefas tidas como prendas domésticas. No espaço da casa estava reservado apenas um cômodo exclusivo: a sala da senhora, situada entre a zona de serviços, a sala de jantar e a sala de visitas. A ele destinou-se, no interior da casa, o gabinete, onde se isolava para tratar de assuntos de negócios ou confidenciais. Era neste recinto que a mulher e os filhos entravam nas pontas dos pés, em sinal de respeito ao seu comando. Se a mulher era a “rainha do lar” o marido era o “senhor da casa”. Ao homem cabia o trabalho e a produção que ocorriam fora do ambiente doméstico. Além de reprodutor, ele representava a razão, a ciência, a cultura, a política e a rua. O homem representava o público, o Estado. A rua, para ele, significava a heterogeneidade, o desconhecido, a liberdade e o vício. Para ela, a perda da virtude.

A categoria rua indica, basicamente, o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões, o movimento, a novidade, enquanto que a casa remete a um universo controlado, onde tudo está nos seus devidos lugares, subentendendo-se harmonia e calma, local de calor

---

<sup>72</sup> Maria Cecília Naclério HOMEM, *op. cit.*, p. 57.

e afeto. Na rua se trabalha, em casa se descansa. Enquanto que na casa as associações são regidas e formadas pelos laços de parentesco e de sangue, na rua, as relações tem um caráter indelével de escolhas. Ali, é preciso estar atento para não violar hierarquias não sabidas e não percebidas, escapando dos que querem nos iludir e nos submeter, pois no universo da rua está o engano, a decepção, a malandragem, onde todos tendem a estar em luta contra todos, implicando assim uma falta de controle e um afastamento. Este local público, controlado pelo “Governo” ou pelo “destino”, está povoado de personagens perigosos. Em oposição à rua, o traço distintivo de domínio da casa parece ser o maior controle das relações sociais, o que certamente resulta em maior intimidade e menor distância social.<sup>74</sup>

Na conexão direta com a rua, dois espaços importantes entremeiam o espaço doméstico: a sala de visitas, onde são recebidas as pessoas que chegam de fora e as janelas, de onde se pode “ver” a rua, com seu movimento em constante desfile. Nas casas do século XIX, eram das janelas que as moças de casa podiam entrar em contato com o mundo da rua e com seus namorados, pois nestas áreas eram permitidas as comunicações dos que estavam dentro com os que estavam fora e, com isso, o feminino, sempre sob controle, com o masculino.<sup>75</sup>

Minha casa é o local da minha família, da “minha gente”, ou “dos meus”. A categoria rua também admite subdivisões, possibilitando que tenhamos, assim, a “minha (ou nossa) rua, em oposição à rua em geral. Assim ...a própria rua pode ser vista e manipulada como se fosse o prolongamento ou parte da casa, ao passo que zonas de uma casa podem ser percebidas em certas situações como parte da rua.”<sup>76</sup>

---

<sup>73</sup> Eudes de Mello CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, *passim*.

<sup>74</sup> DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, [1990?], p. 73-75.

<sup>75</sup> *Ibid.*

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 77. Sobre a casa e a rua, ver também: Gilberto FREYRE (1968), *op. cit.*, p. 30-66.

## 1.2 - A FAMÍLIA PATRIARCAL

*O retrato não me responde  
Ele me fita e se contempla  
Nos meus olhos empoeirados.  
E no cristal se multiplicam  
Os parentes mortos e vivos.  
Já não distingo os que se foram  
Dos que restaram. Percebo apenas  
A estranha idéia de família  
Viajando através da carne.*

Carlos Drummond de Andrade

Escrevendo no final dos anos de 1980, Eni de Mesquita Samara diz que é fato notório que nas décadas anteriores, a pesquisa sobre a família e o matrimônio merecera uma atenção especial por parte dos estudiosos no campo das ciências humanas. Esta redescoberta da família como objeto de investigação se justifica dada sua importância para entender a estrutura das sociedades, do desenvolvimento econômico e político, do presente e do passado, levando-se em conta que a família é uma instituição fundamental e duradoura, cujas contribuições dependem todas as outras instituições.<sup>77</sup>

Em uma rápida trajetória pela historiografia brasileira, são encontrados inúmeros e valiosos exemplares, até a década de 1960 sobre o tratamento dispensado à família, e que se tornaram clássicos da literatura nacional e internacional, a começar pelos trabalhos de Gilberto Freyre,<sup>78</sup> traçando o perfil da família patriarcal brasileira; os de Oliveira Vianna,<sup>79</sup> também voltados para a família senhorial e clãs parentais com o objetivo de entender as raízes coloniais e a evolução da sociedade; os de Luiz de Aguiar Costa Pinto<sup>80</sup> que publicou, ainda na década de 1940, a primeira edição de *Lutas de família no Brasil: era colonial*, sob o aspecto da solidariedade familiar, da vingança privada e das relações entre a

---

<sup>77</sup> O trabalho de pesquisa sobre a família, até então limitado aos trabalhos de antropólogos e sociólogos, passaram a ser analisados também por historiadores, demógrafos e psicólogos, ampliando, desta maneira, os recursos técnicos e metodológicos dos pesquisadores. SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da História da Família no Brasil. In: *Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ UFRRJ, 1987, p. 25.

<sup>78</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933; *Idem. Sobrado e Mucambos* (1977). *Op. cit.*

<sup>79</sup> VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1974. 2V.

<sup>80</sup> PINTO, Luis A Costa. *Lutas de família no Brasil: era colonial*. 2ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

família e o Estado; e os de Alcântara Machado<sup>81</sup> que analisou a História Paulista recuperando as famílias, as fortunas coloniais, a moradia e o mobiliário da época, em sua obra *Vida e morte do bandeirante*.

Nas mesmas décadas muitos outros autores se dedicaram à pesquisa da organização e da estrutura da família brasileira, o casamento e o divórcio, como Antonio Cândido de Mello e Souza,<sup>82</sup> mas foi somente na década de 1970, que ocorreu a retomada decisiva dos estudos sobre a família, momento em que começam a aparecer pesquisas empíricas sobre o tema, tendo por objetivo principal, rever as questões anteriormente colocadas, buscando novas perspectivas de entendimento da sociedade brasileira do passado.<sup>83</sup> A maior parte da produção foi elaborada por demógrafos-historiadores. Comenta Samara que:

...com o grande impulso tomado pela História Social, a família adquire um papel fundamental, ampliando os estudos nesta área e seguindo de perto as tendências de vanguarda, na medida em que a análise do tema possibilita uma revisão profunda na História Social do Brasil. A riqueza e o ineditismo das fontes primárias, associadas à pluralidade de assuntos que o tema aborda (mulher, criança, sexualidade, educação, etc.), coloca definitivamente a História da Família no Brasil, na década de 80, como um ramo específico de conhecimento e pesquisa, com sua própria área de atuação, mas sem dúvida utilizando os recursos técnicos e metodológicos da Demografia Histórica e das demais ciências afins.<sup>84</sup>

Das pesquisas realizadas fora do Brasil, também nas últimas décadas, destacam-se duas correntes historiográficas: a primeira filia-se às perspectivas abertas pelo Grupo de Cambridge (Cambridge Group for the History of Population Social Structure) que se preocupa mais com a história da estrutura e organização familiares, isto é, com o tamanho da família e as relações de filiação e consangüinidade entre seus membros; a segunda, abriga autores como Philippe Ariès, mais interessados nas atitudes, comportamentos e sensibilidades coletivas.<sup>85</sup>

---

<sup>81</sup> MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. 3ª. Ed. São Paulo: EDUSP, 1980.

<sup>82</sup> SOUZA, Antonio Cândido de Mello e. *The Brazilian family*. In: SMITH, T. Lynn, MARCHANTS, Alexander. *Brasil: portrait of half e continent*. Nova York: Dryden Press, 1951, p. 291-311.

<sup>83</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, Século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 8-9.

<sup>84</sup> *Idem* (1987), *op. cit.*, p. 26-9.

<sup>85</sup> MAGALHÃES, Wanda Moreira. *Eleitores e Eleitos: os agentes do poder em Campinas, na segunda metade do século XIX*, 1992. (Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP), p. 21

A retomada das pesquisas, no Brasil, não trilhou, entretanto, um caminho muito fácil, pois duas dificuldades foram encontradas pelos pesquisadores: a construção de uma metodologia própria e a redefinição conceitual do uso do termo “família”, pois a concepção que se tinha até então revelou-se historicamente insuficiente, para abarcar toda a complexidade social do Brasil, até o final do Império.<sup>86</sup> Era necessária, portanto, a revisão deste conceito. Segundo a literatura clássica, a família brasileira seria o resultado:

...de transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e com tendências conservadoras em sua essência. Esse modelo genérico de estrutura familiar, comumente denominado patriarcal, serviu de base para caracterizar a família brasileira como um todo, esquecidas as variações que ocorrem na organização da família em função do tempo, do espaço e dos diferentes grupos sociais. Desta maneira, confundiram-se aí vários conceitos: o de família brasileira, que passou a ser sinônimo de patriarcal, e mesmo o de família patriarcal, que passou a ser usado como sinônimo de família extensa. Nessa mesma perspectiva, ainda genericamente falando, família e parentela passam a ter um significado comum.<sup>87</sup>

De acordo com esse modelo, a composição da família brasileira apresentava, de uma forma simplificada, uma estrutura dupla: um núcleo central, composto pelo chefe da família, esposa e legítimos descendentes (filhos e netos por linha paterna e materna) e uma camada periférica, mais complexa e menos delineada, tendo em sua composição elementos de várias origens, como parentes, filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, amigos, serviçais, agregados e escravos, mantendo diferentes tipos de relações com o dono da casa. Todos viviam juntos na casa-grande, símbolo desta organização familiar, acrescida da senzala. Eram estes indivíduos que definiam a complexidade do modelo apresentado, uma vez que a composição do núcleo central estava, até certo ponto, bem delimitada.<sup>88</sup>

Por razões econômicas, políticas ou laços de compadrio, também estavam incorporados às fileiras da família patriarcal ou extensa os vizinhos, isto é, pequenos sítiantes, lavradores e roceiros, além dos trabalhadores livres e migrantes.

Localizada, nos primeiros séculos da nossa história, principalmente no ambiente rural, espalhada pelos latifúndios monocultores, a família patriarcal condicionou seus membros a uma trama de relações aparentemente estáveis, permanentes e tradicionais. Se,

---

<sup>86</sup> Sobre a família patriarcal na Antigüidade e no Brasil ver: ALMEIDA, Angela Mendes de. Notas sobre a Família no Brasil. In: *Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987, p. 53-66.

<sup>87</sup> SAMARA, Eni de Mesquita (1987), *op. cit.*, p. 29-32.

<sup>88</sup> Eni de Mesquita SAMARA, (1989), *op. cit.*, p. 17.

por um lado, era interessante os vizinhos procurarem a proteção de uma família, para o patriarca era importante sua manutenção, lhe rendendo ...*projeção política em um tipo de sociedade em que o prestígio era medido pela quantidade de pessoas sob sua influência*.<sup>89</sup> Cuidando dos negócios, a ele cabia preservar a linhagem e a honra familiar, exercendo sua autoridade sobre a mulher, filhos e demais dependentes. Além do mais, a família patriarcal assentada no tipo de produção que dominou a vida do Brasil-Colônia, caracterizada pela produção para a exportação, a devastação da terra e o trabalho escravo, era também uma família poligâmica, na qual o homem branco podia manter todas as relações heterossexuais ativas possíveis.<sup>90</sup>

A família brasileira era, portanto, uma extensa parentela que se expandia, verticalmente, pela miscigenação e, horizontalmente, através de casamentos entre a elite branca.

É importante ressaltar que a estrutura familiar patriarcal enfatizava a autoridade do marido, relegando a esposa a um papel muito pequeno no âmbito familiar. Depois de casadas, passavam da tutela do pai para do marido, cuidando dos filhos e das funções domésticas. Monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava reforçavam essa distribuição desigual de poderes no casamento, criando, com isso, o mito de mulher submissa e de marido dominador, indevidamente usado como válido para toda a sociedade brasileira, até o século XIX, pelos historiadores e romancistas, obcecados pelo ideal de recato moral e pureza da mulher.

Os “clássicos” trabalhos de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna sobre a família rural brasileira, pertencente às classes dominantes do nordeste brasileiro, ressaltam que a mesma assumiu características diferentes, regionalmente, e mudou com o tempo coexistindo outros modelos com a família patriarcal na sua forma tradicional, além das muitas variações que ocorreram nos papéis masculino e feminino, em função destas modificações.<sup>91</sup> No entanto, Samara ressalta que é muito evidente:

...que o padrão de família descrito por Freyre de certo modo deixou resquício na sociedade brasileira, mesmo no sul do país, especialmente entre as camadas mais abastadas da população, que constituíam famílias legítimas com maior número de integrantes. Surpreende-nos, entretanto, a verificação de que pesquisas em andamento sobre as áreas

<sup>89</sup> *Idem. A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 14. (Coleção Tudo é História).

<sup>90</sup> Angela Mendes de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 55, 64-66.

<sup>91</sup> Gilberto FREYRE (1968), *op. cit.*, XXVIII. Eni de Mesquita SAMARA, (1998), *op. cit.*, p. 14.

rurais paulistas vêm demonstrando que prevalece o mito da família extensa, mesmo em se tratando de elite agrária local. Tal constatação reforça ainda mais a polêmica e sugere novas reflexões para o problema, questionando mais uma vez a representatividade e validade dos conceitos genéricos para os estudos de família, lembrando “que a estrutura da família varia não só de uma sociedade para outra, mas também de uma classe para outra numa mesma sociedade.”<sup>92</sup>

Mas, que semelhanças e diferenças são encontradas na família paulista, principalmente nas mais abastadas e donas das grandes propriedades rurais, como o Barão de Itatiba e seus filhos, proprietários do Palácio dos Azulejos, com relação à família patriarcal descrita pela historiografia tradicional?

Estudos recentes elaborados pela autora supracitada fornecem dados de que 74% dos domicílios da cidade de São Paulo eram constituídos por outras formas de composição, principalmente de famílias nucleares, compostas pelo casal e poucos filhos, com estrutura mais simples e com alguns integrantes não predominando, portanto, as famílias extensas, como é descrita pela historiografia tradicional. Os demais 26%, seguidos por um segmento da população, eram constituídos por famílias mais complexas e extensas do tipo “patriarcal”.

O conceito de família extensa também sofreu variação, em São Paulo, pois embora aparecessem, com frequência, os escravos e agregados junto ao núcleo familiar, diminuiu o número de membros subsidiários ligados por parentesco, trabalho ou amizade ao proprietário.<sup>93</sup> Era na zona rural, no entanto, que havia a tendência de concentrar, numa mesma propriedade, os membros da família, como filhos casados, genros, noras e netos, especialmente naquela dedicada as pequenas lavouras e onde a falta de mão-de-obra condicionou a família a trabalhar unida, solidária, possibilitando uma maior absorção de seus integrantes. Nesta área, especificamente, a prole era mais numerosa, predominando, mesmo assim, a família nuclear com estrutura muito simples, não se apresentando mais o ambiente da casa grande, onde quase todos habitavam o mesmo teto.<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> *Idem* (1987), *op. cit.*, p. 33-34. Ver também Angela Mendes de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 13-21.

<sup>93</sup> É impossível caracterizar a família paulista como uma família extensa do tipo patriarcal, pois a trama das relações não se definia dentro da mesma estabilidade que devia ocorrer nas propriedades de lavoura canavieira do Nordeste. Eni de Mesquita SAMARA (1998), *op. cit.*, p.17-8, 24 e 31. Ver também muitas informações sobre família nuclear, escravos, agregados, número de filhos, casamentos, concubinação, celibato, relações sociais entre senhores e pequenos agricultores, na cidade de Campinas, no trabalho do pesquisador MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: Os pequenos agricultores em Campinas: 1800-1850*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996. (Coleção Campiniana).

<sup>94</sup> Apenas 5% das famílias locais tinham parentes morando como dependentes, em geral, tios, irmãos e sobrinhos, solteiros. Eni de Mesquita SAMARA (1998), *op. cit.*, p. 29-31, 35.

Um outro aspecto da família, comumente encontrado na sociedade paulista, bastante significativo pela alta incidência em todas as classes sociais, inclusive entre os escravos, foi o celibato, tanto de homens como de mulheres. Foi possível encontrar nos recenseamentos, muitos indivíduos solteiros, vivendo com escravos e agregados e não necessariamente com parentes. Outros preferiam viver solitários ou com seus filhos ilegítimos.<sup>95</sup>

O concubinato também foi freqüente, apesar das pressões da Igreja, dando, juntamente com o celibato, uma nova tônica à dinâmica das relações familiares, por ter concentrado uma trama complexa de relações fora do âmbito familiar. Isso justifica uma grande quantidade de crianças ilegítimas na sociedade paulista, não coexistindo, numa mesma casa, a esposa e a concubina, a não ser que esta última estivesse na condição disfarçada de agregada. Entre os entraves para a legitimação das famílias nas classes menos favorecidas, estava o alto custo das despesas matrimoniais, nas classes menos favorecidas. Não se exclui, no entanto, a grande miscigenação entre brancos, mulatos e negros.

Nesta sociedade verifica-se também, diferentes graus de tolerância aos filhos ilegítimos, especialmente quando tinham possibilidade de recorrer à herança pois, nem sempre permaneciam junto aos pais e muitas mães não assumiam essa responsabilidade, mantendo-os longe de casa ou mesmo expondo-os à caridade pública.<sup>96</sup> Por outro lado, muitas mulheres e homens casados ou separados reconheceram, em testamento, sua prole natural, tidas quando solteiros ou fora do matrimônio, mesmo em se tratando de filhos nascidos de escravas.<sup>97</sup>

Outra característica importante na estrutura familiar paulista é o número reduzido de filhos. A mulher era educada para assumir os papéis de esposa e mãe e por isso, esperava-se que tivesse um filho atrás do outro. No entanto, o número de filhos foi pequeno, contrastando com a idéia genérica de famílias numerosas. A alta taxa de mortalidade infantil, considerada quase natural, atingia as famílias de ricos e pobres, assim como livres e cativos de diversas regiões, devido a muitos fatores: falta de tratamento adequado do cordão umbilical, descuido nas moléstias infantis, alimentação imprópria, falta de higiene,

---

<sup>95</sup> Os dados compilados de testamentos dos oitocentos, na cidade de São Paulo, em formação, principalmente, de 1836. *Ibid.*, p.18-9, 54-6.

<sup>96</sup> GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Expostos, Roda e Mulheres: a lógica da ambigüidade médico-higienista*. In: *Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p. 37-52.

<sup>97</sup> Eni de Mesquita SAMARA (1998), *op. cit.*, p. 19-25.

más condições habitacionais, utilização de parteiras e sífilis. Além do mais, havia o despreparo das mulheres que se casavam precocemente, inaptas para as responsabilidades do matrimônio e da procriação. A sucessão de partos contribuía, sobremaneira, para a decadência física da mulher e seu envelhecimento precoce.<sup>98</sup>

O compadrio foi outra forte característica existente na família paulista, realizado através do batizado, tido como uma relação altamente significativa, demonstrando apreço e amizade, no qual competia ao padrinho, rico ou pobre, proteger e beneficiar os afilhados, dos quais esperava-se um comportamento solidário, respeitoso e obediente.<sup>99</sup>

Os escravos, se comparados aos demais integrantes da camada periférica, compunham a categoria mais numerosa, pela necessidade freqüente de mão-de-obra.<sup>100</sup> Sendo considerados mercadorias preciosas em função de seu alto custo, chegavam a ser distribuídos nos legados, juntamente com bens móveis e imóveis, muito requisitados entre os presentes de casamento, fazendo parte, comumente, do aparato matrimonial das moças ricas ou de posses medianas. Era possível estabelecer um clima afetoso entre senhores e escravos, em decorrência da convivência cotidiana, desde que se mostrassem obedientes e serviçais, merecendo, muitos deles, a alforria sob algumas condições após a morte de seus senhores. Nesta trama de relações paternalistas, diz Samara, *...o proprietário se reservava o direito de estabelecer, ainda em vida, o destino do escravo após a sua morte.*<sup>101</sup>

Opção de certa parcela da população, o casamento representava a união de interesses, especialmente, entre a elite branca e rica, preocupada com a manutenção do prestígio e da estabilidade social. Neste jogo de interesses, os solteiros em vias de se casar estavam sujeitos a determinados padrões e normas que os agrupavam socialmente, levando-se em conta alguns critérios e valores morais de seleção, como: raça, riqueza, ocupação, origem e religião, fatores altamente significativos na sociedade do século XIX.

---

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 27-8. Ver também: Margareth de Almeida GONÇALVES, *op. cit.*, p. 43-5.

<sup>99</sup> *Ibid.*, p. 32-3. Para Pupo, o compadresco, como denomina, era um liame de alto valor, onde os padrinhos eram em geral pessoas da própria família ou um grande amigo. Celso M. M. PUPO (1969), *op. cit.*, p. 99.

<sup>100</sup> Em Campinas, a população era de 31.397, em 1874, tendo sido registrado, no mesmo ano, 13.685 escravos. Era o município com mais escravos na Província de São Paulo, seguido de longe, por Bananal, com 8.281 e Piracicaba, com 5.142 indivíduos. Para Wanda Magalhães, era o número de escravos que dava importância ao proprietário rural: até mais que o tamanho das terras. Wanda MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 47-51. Mais informações sobre os escravos, ver: Valter MARTINS, *op. cit., passim.*; SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.), *op. cit.*, p. 233-290.

<sup>101</sup> Eni de Mesquita SAMARA (1998), *op. cit.*, p. 36-9. Sobre o assunto ver: BARBOSA, Irene. *Um estudo de família negra em Campinas*. São Paulo: USP/FFLCH, 1983; *Idem. Enfrentando preconceitos*. Campinas: Unicamp/CMU, 1997.

Em número menor ocorriam, através de alguns acordos, os casamentos com indivíduos pertencentes a outras camadas sociais e com estrangeiros que, muitas vezes, buscavam ascensão social. As uniões entre pessoas desiguais não encontraram problemas legais no Brasil, após a independência. No entanto, as mesmas eram desaconselhadas e severamente criticadas, existindo muitas pressões para que não se realizassem.

Por algumas ocasiões verificou-se a ausência de casamentos, por falta de pretendentes à altura, tudo indicando que a preferência, neste caso, fosse pelo celibato. Essa situação se tornava menos rigorosa em se tratando de pessoas mais humildes. Mesmo assim a falta do matrimônio também poderia ocorrer. Diferentemente dos filhos varões, as filhas mereceram preocupação constante por parte dos pais, pois o casamento representava para a mulher a proteção e a sobrevivência econômica, sendo competência do marido zelar pela sua segurança e a de sua prole.

A legalização do casamento sempre dependia do consentimento paterno cuja autoridade era legítima e incontestável sendo, muitas vezes, de sua competência decidir e determinar o futuro dos filhos sem consulta prévia sobre suas preferências afetivas.

As disposições testamentárias do século XIX revelam que quando existiam problemas com os casamentos dos filhos, genros e noras não eram beneficiados pelos sogros na hora da partilha. Por outro lado, recebiam tratamento preferencial e incumbências de maior peso, quando eram benquistos.<sup>102</sup>

Quanto aos noivados, os mesmos eram sempre breves e nem sempre sucediam ao namoro, pouco evoluído até o século XIX. Antes do casamento eram raros os encontros dos casais.<sup>103</sup>

A historiografia tradicional reforçou, através dos anos, o estereótipo do marido dominador e da mulher submissa e, apesar da autoridade do chefe da família (detentor do pátrio poder) sobre a mulher, os filhos e demais parentes aparecer na literatura e nos documentos como legítima, desde o período colonial, na prática, nem sempre a rigidez que a lei procurou impor, se deu de fato, demonstrando, as últimas pesquisas, muitas variações nos padrões de comportamento das mulheres originárias dos diferentes níveis sociais.

É evidente, porém, que uma parcela representativa de mulheres das camadas mais abastadas vivessem reclusas, recatadas, circunscritas à vida familiar, com raras

---

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 44-51

oportunidades de aparecer em público,<sup>104</sup> ocupadas com seus bordados, arranjos de flores, tocando algum instrumento musical ou entregando-se à indolência, estivessem mais aptas para desempenhar um papel tradicional e restrito, fomentando as aspirações para o casamento e para a maternidade. Sobre as mulheres paulistas, registrou Gustavo Beyer em uma de suas viagens:

...as mulheres são em geral bonitas, bem feitas e extremamente encantadoras (...). Nunca vi olhos mais expressivos, dentes mais bonitos e pés mais mimosos (...). Canto e música são talentos communs que ellas revelam com a mesma graça e facilidade (...). Simples no trajar, distinguem-se, todavia, as paulistas, por um gosto excepcional e, apesar de viverem num paíz onde o ouro e os brilhantes abundam, usam-nos raras vezes(...). Raras vezes occupam carruagem nos seus passeios ao campo ou viagens maiores, preferem montar a cavallo, no que têm grande habilidade. (...). Aos 13 ou 14 annos costumam casar e é raro ver uma paulista solteira.<sup>105</sup>

Outras mulheres, na maioria mais humildes, tiveram uma participação mais ativa, levadas pelas condições mais difíceis que a vida lhes oferecia. Em São Paulo, além de desenvolverem atividades avulsas como doceiras, engomadeiras, costureiras e cozinheiras, eram também rendeiras ou tecelãs. À frente da família e dos negócios, sozinhas ou casadas, contribuíram, assim, com a manutenção da casa e sobrevivência da prole. Durante o bandeirismo, eram as matronas que cuidavam não só da casa e dos negócios, mas também da lavoura nascente. Na zona rural, era comum encontrá-las trabalhando na agricultura, não tendo sido raros os casos de mulheres que, transformando-se em cabeça-de-casal, pela ausência prolongada dos maridos ou pela viuvez, surpreendessem, pelo pulso forte e pela iniciativa, no comando de pequenas ou grandes propriedades rurais ou nos negócios urbanos, zelando pelo patrimônio da família, além de incumbências básicas como governar a casa e educar os filhos.<sup>106</sup>

Se, por um lado, muitas meninas ricas se preparavam para as funções do casamento e, por outro, as mulheres das classes menos favorecidas lutavam pela sua sobrevivência, o certo é que, na segunda metade do século XIX, percebe-se uma dinamização nas relações

---

<sup>103</sup> *Ibid.*, p. 53-4.

<sup>104</sup> Muitos viajantes relataram em seus apontamentos de viagem a total ausência das mulheres nos encontros mantidos com seus hospedeiros, em agradáveis refeições realizadas nas varandas de uso público. LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 31-3.

<sup>105</sup> BEYER, Gustavo. Ligeira notas de viagem do Rio de Janeiro á Capitania de São Paulo. *Revista do Instituto Geográfico de São Paulo*, São Paulo, XII:275-311, 1907, p. 289.

<sup>106</sup> Eni de Mesquita SAMARA (1998), *op. cit.*, p. 57-61.

familiares,<sup>107</sup> quando tendências divergentes ao ideal patriarcal, que pressupunha a docilidade, a submissão da mulher, principalmente, da paulista, começam a ser questionadas, mesmo que a autoridade ainda permaneça com o marido, graças a existência de um aparato legal de dominação masculina, garantindo seus privilégios, não perpetuando, no entanto, sua manutenção.<sup>108</sup>

Observa-se também, que eram as mulheres com menos posses, brancas, mulatas ou negras, as que viviam menos protegidas, mais sujeitas à exploração sexual, chegando, muitas vezes, à prostituição de fato.

As separações e os divórcios, além das anulações de casamentos, existiram em todo o século XVIII e XIX e em todos os níveis sociais, inclusive de escravos. Essa resolução era entendida tanto pela Igreja como pelo Estado como a separação de corpos e de bens, não abrindo para os cônjuges a possibilidade de novas núpcias, pois os laços do casamento continuaram indissolúveis, por pressão da própria Igreja. O que chama a atenção é o fato das mulheres moverem mais ações, tanto de anulação como de divórcio, do que os homens, contrariando, mais uma vez, o estereótipo da mulher submissa. Vários motivos levaram à anulação ou separação do casamento, muitas vezes, após longos anos de vida em comum: não consumação do casamento, diferença religiosa, doença infecciosa, injúria grave, adultério, sevícias e abandono de lar. O destino dos filhos era determinado pelo Juiz de Órfãos, que poderiam permanecer com o pai ou com a mãe, de acordo com a idade e a situação econômica dos mesmos.<sup>109</sup>

Somente a partir das últimas décadas do século XIX é que a tradicional família começa a entrar em crise influenciada pelas novas correntes de pensamento, principalmente

---

<sup>107</sup> Sobre a dinamização nas relações familiares, Riolando diz que ocorreram por influência de várias correntes de pensamentos que chegavam ao Brasil, principalmente da Europa, onde as mais significativas foram: a católica, a positivista, a socialista e a liberal, sendo a ideologia liberal a que influenciará de modo expressivo nas mudanças de costumes que perpassaram a instituição familiar na sociedade burguesa em formação. Estes novos valores que começam a ser implantados paulatinamente, sobretudo, através da classe média urbana, se consolidarão e resistirão por oito décadas (1870-1950), quando surgem novos comportamentos significativos nas diversas esferas da sociedade brasileira, incluindo-se a família. AZZI, Riolando. Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In: *Sociedade brasileira contemporânea. Família e Valores*. São Paulo: Loyola, 1987, p. 86.

<sup>108</sup> Eni de Mesquita SAMARA, (1998), *op. cit.*, p. 62. *Idem* (1987), *op. cit.*, p. 35.

<sup>109</sup> Muitas esposas, mesmo abandonadas e sem proteção, não procuravam o divórcio por ignorância ou conformismo por saberem que a justiça estava do lado dos homens e muitas outras por viverem em concubinação. Até 1890, quem decidia as separações era a Justiça Eclesiástica. Somente a partir desta data é que começaram a aparecer processos encaminhados ao Tribunal da Justiça Civil. Eni de Mesquita SAMARA (1998), *op. cit.*, p. 63-77.

a que era apregoada pelos liberais com apoio dos maçons e protestantes, passando a ser substituída por um novo modelo, de caráter mais urbano, emergindo então valores típicos da sociedade burguesa. Entre estas transformações, estavam: a decisão da mulher na escolha do próprio cônjuge e não mais do clã familiar; o casamento, que ocorria, via de regra, para as mulheres, na faixa dos 12 aos 18 anos, passou a acontecer entre os 18 e 24; a melhor preparação cultural da mulher para a vida; a existência de um período mais ou menos longo de namoro e noivado, quando a afetividade teve lugar mais expressivo na vida do casal; a redução do autoritarismo do marido sobre a mulher, embora ela continuasse sob sua dependência econômica; a redução da infidelidade masculina e do número de filhos; o crescimento de afetividade e respeito dos pais pelos filhos.<sup>110</sup>

Importante lembrar, diz Magalhães, que as funções sociais, econômicas e políticas desempenhadas pela família, no século XIX, assim como sua força institucional, confundiram as esferas da vida pública e privada, conferindo ao processo histórico brasileiro, características bem específicas, muitas delas chegando até nossos dias.<sup>111</sup>

Elizabeth Kusnesof aponta duas tendências na dinâmica da família de elite paulista, durante o século em questão. Uma delas revela a expansão dos relacionamentos horizontais entre seus membros, à medida em que aumentava a tamanho da arena política e da economia, e outra, o significado do papel da família, no desenvolvimento econômico do período. Ainda para a autora, a política familiar não foi apenas:

...a força motriz existente por detrás dos empreendimentos como o desenvolvimento das ferrovias e a política de imigração, mas também as redes familiares e as oligarquias foram os principais meios através dos quais as economias regionais conquistaram reconhecimento e desenvolvimento nacionais, e partidos locais se transformaram em partidos nacionais.<sup>112</sup>

Mesmo com a urbanização e a industrialização, estudos recentes revelaram que as famílias mais abastadas foram demonstrando uma capacidade de adaptação aos novos tempos e mesmo liderança das condições modernizadoras.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> Diz Riolando AZZI que, com o término da Segunda Grande Guerra, em 1945, o espírito democrático que passa a tomar conta da Europa chega ao Brasil, através da Constituição de 1946. Mais aberto às idéias liberais, abalará as estruturas da família burguesa de padrões ainda marcadamente conservadores, gerando pouco a pouco, nova crise comportamental familiar. Riolando Azzi, *op. cit.*, p.119.

<sup>111</sup> Wanda MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 21.

<sup>112</sup> KUSNESOF, Elizabeth Anne. A Família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700-1980). Trad. Lina G. Ferreira da Silva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 9:17 - 37-63, set. 88/fev. 89, p. 60-2.

<sup>113</sup> Wanda MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 24-5.

Argumenta Queiroz que as pesquisas deveriam começar sempre, a partir do município, onde a importância da solidariedade familiar e o papel desempenhado em nossa política pelas lutas municipais, acabam ...*com o mito de que um grupinho de figurões, na Corte ou na Capital Federal, comandava as pugnas partidárias, puxando de longe, os cordõezinhos que moviam os coronéis do interior.*<sup>114</sup>

Campinas foi uma cidade que percorreu uma trajetória ímpar entre os municípios paulistas, a partir da segunda metade do século XIX. Na década de 80 já era a maior produtora de café e a maior detentora de escravaria de toda província, superando e muito, a produção dominada, até então, pela região valeparaibana.<sup>115</sup>

Para Magalhães, esta situação de privilégio se justifica pelo controle, na cidade, de funções públicas e o prestígio que algumas famílias tradicionais conquistaram, desde o início de seu povoamento e, mais especificamente, após sua elevação a Vila de São Carlos, em 1797. Para isso, essas famílias não pouparam esforços em criar alianças matrimoniais entre parentes e grupos de parentela política, fortalecendo, desta maneira, não só o poder econômico, como também o próprio controle político.<sup>116</sup>

Os casamentos consangüíneos entre parentes até o quarto grau eram proibidos pela Igreja. No entanto, a abundância dos mesmos era tão grande, nos últimos anos dos setecentos, tanto nas áreas urbanas como rurais, que passaram a ser objeto de preocupação de clérigos e governantes. Essa preocupação fez com que o Papa Pio VI expedisse uma Bula em Roma, a 26 de janeiro de 1790, dando poder aos bispos do Brasil para dispensarem da Graça ...*em todos os graus de parentesco (à exceção do primeiro de consangüinidade assim em linha reta, como em linha transversal, e do primeiro de afinidade em linha reta somente)*... facilitando-se, dessa maneira, os matrimônios que não seriam realizados

---

<sup>114</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 25.

<sup>115</sup> Em 1886, Campinas estava com 41.253 habitantes, logo abaixo da capital São Paulo, com 47.697 e uma produção anual de 1.500.000 arrobas de café. Wanda MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 53-4. Sobre a história da cidade de Campinas, ver: BERGÓ, Maria Estela de Abreu. *Estudo Geográfico da Cidade de Campinas*. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia* (3), Rio de Janeiro, 1952; MENDES, José de Castro Mendes. *História de Campinas*. In: *Correio Popular*, Campinas, 1968-1970; PUPO, Celso Maria de Mello (1969); *op. cit.*; *Idem* (1983), *op. cit.*; BAENINGER, Rosana. *Espaço e Tempo em Campinas: Migração e a Expansão do Pólo Industrial Paulista*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996. Coleção Campiniana; CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. *Momento de Ruptura: As transformações no Centro de Campinas na década do cinquenta*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996. Coleção Campiniana; LAPA, José Roberto do Amaral, *op. cit.* Ricardo BADARÓ, *op. cit.*. Além das obras citadas, muitos trabalhos sobre Campinas tem sido desenvolvidos através de dissertações e teses e publicados pela Unicamp, nos últimos anos.

<sup>116</sup> Wanda Magalhães, *op. cit.*, p. 174 -5.

enquanto precisassem das dispensas de Roma. O intuito disso era, com certeza, abreviar os processos, eliminando-se as demoras e também grandes gastos. Observa-se que, tanto nas famílias paulistanas como nas campineiras, as núpcias entre parentes próximos e mesmo meio-irmãos, ou entre tios e sobrinhas ocorriam naturalmente, tanto no campo como na cidade, possibilitando com essa proximidade e assiduidade de visitas entre eles, um fortalecimento de relações familiares. A predominância de certas atividades em comum também favorecia o entrosamento entre os elementos provenientes do mesmo estrato econômico, facilitando ainda mais a união da família.<sup>117</sup>

É importante definir os conceitos de parentesco e parentela, casamentos endogâmico e exogâmico. Por parentesco entende-se parentes ligados por laços consangüíneos enquanto que a parentela abarca todas as pessoas ligadas ao grupo familiar por laços matrimoniais. Apesar de serem por vezes sinônimos, a parentela é conceitualmente mais significativa, em especial com referência à organização política.<sup>118</sup> Por sua vez, casamento endogâmico é um regime social em que os matrimônios se efetuam no interior do seu próprio grupo de parentes consanguíneos, enquanto que os exogâmicos se realizam com membros estranhos ao grupo consangüíneo.

Nesta linha de pensamento, vamos encontrar muitas parentelas políticas, em Campinas, todas elas bastante atuantes, desde o final dos setecentos, inicialmente ligadas à propriedade territorial e, posteriormente, complementadas por outras atividades ligadas aos melhoramentos urbanos e à construção das ferrovias, principalmente, após 1870.<sup>119</sup> Entre as parentelas mais numerosas, quatro se destacam: Teixeira Nogueira, Souza Aranha, Camargo e Sales.

Os Teixeira Nogueira tiveram um grande número de casamentos endogâmicos: treze entre primos, oito entre tios e sobrinhas, dois com cunhadas viúvas e um entre tio-avô e sobrinha neta. Tiveram também o maior número de ocupantes em cargos públicos. Essa família dividiu com os Camargo, desde o início, a vida política do município. Unidos por laços de parentesco e compadrio, a partir de Floriano de Camargo Penteado, capitão-mor do município desde 1820, deram início ao que mais tarde seria o Partido Liberal, enquanto que

---

<sup>117</sup> Eni de Mesquita SAMARA (1989), *op. cit.*, p. 91-2. Sobre casamentos consanguíneos, ver também: Gilberto FREYRE (1968), *op. cit.*, p. 126 - 129.

<sup>118</sup> Wanda MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 20, 151-2.

<sup>119</sup> A grande maioria das famílias tradicionais campineiras não havia deixado, no entanto, a atividade mais importante - eram grandes cafeicultores. *Ibid.*, p. 152, 174.

alguns membros dos Camargo, unindo-se à família Andrade, originaram o Partido Conservador.

Os Souza Aranha descendiam de José de Souza Siqueira, fundador do primeiro estabelecimento agrícola do município. Este proprietário, juntamente com Francisco Barreto Leme, declararam, no recenseamento de 1773, *...possuir "sítio por escritura", o que confirma a versão de haverem eles se estabelecido em terras pertencentes a primitivos sesmeiros.*<sup>120</sup>

Os Sales, diferentemente dos demais, desempenharam um papel muito significativo no movimento republicano campineiro, como José de Campos Sales, tio e sogro do futuro presidente da República, Manoel Ferraz de Campos Sales (1898-1902).<sup>121</sup> Tiveram apenas sete elementos ocupando cargos no município, número bastante reduzido se comparado aos vinte e três dos Souza Aranha, quatorze dos Teixeira Nogueira e dezesseis dos Camargo. Se ligaram, inicialmente, aos descendentes do fundador da cidade, Francisco Barreto Leme e, posteriormente, aos Leite Penteadado, Daunt e Abreu Sampaio, ocorrendo sete casamentos entre primos.<sup>122</sup>

Além das quatro principais parentelas destacam-se ainda duas, bastante numerosas: os Franco de Andrade e os Queiróz; os primeiros, ligados por laços matrimoniais às famílias Camargo, aos Souza Aranha e aos Teixeira Nogueira, e os Queiróz, mais seletivos ainda, ligaram-se apenas à família Souza Aranha.

Outros grupos numericamente menos significativos na política do município foram: Abreu Soares, Glicério, Andrade Couto, Leite de Barros, Quirino, Abreu Sampaio, Leite Penteadado, Prado, Vasconcelos, não existindo qualquer casamento entre estes pequenos grupos familiares com os Teixeira Nogueira, os Camargo e os Souza Aranha. Wanda Magalhães destaca, equivocadamente, que as famílias estrangeiras Daunt e Bierrenbach se relacionaram somente com os Sales.<sup>123</sup> Para Magalhães, estas constatações convidam a pensar *...em um controle muito forte na escolha dos parceiros por parte das grandes*

---

<sup>120</sup> CAMPOS JUNIOR, Teodoro de Sousa. História da Fundação de Campinas (Subsídios). In: *Monografia Histórica do Município de Campinas*, Rio de Janeiro: I.B.G.E., 1952, p. 44.

<sup>121</sup> Neste grupo de republicanos, participaram ativamente: Francisco Glicério, Francisco Quirino dos Santos, João Quirino, Jorge Miranda, todos integrantes da equipe do jornal "A Gazeta de Campinas."

<sup>122</sup> Wanda MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 153-167.

<sup>123</sup> O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, irlandês radicado em Campinas, se ligou aos Camargo por laços matrimoniais, casando-se com Anna Francelina de Camargo, contrariando as investigações de Wanda Moreira

*parentelas, a ponto de ter existido um “mercado matrimonial”, onde algumas famílias eram eleitas como supridoras de cônjuges para tais parentelas.*<sup>124</sup>

Quanto aos Camargo, ascendentes do Barão de Itatiba, sabe-se que eram descendentes de antiga linhagem originária de Castella e se fixaram em São Paulo no último quartel dos seiscentos, destacando-se bastante no governo colonial. Em 1757, os irmãos José e Ignácio de Camargo Paes casaram-se, na Villa de Parnaíba (SP), com Bárbara e sua irmã Anna Vicencia Paes de Barros, respectivamente. Eram filhas de D. Rosa Maria da Luz Prado e de Antonio Rodrigues Penteado, este último, descendente de Manoel Correa, negociante português estabelecido em Pernambuco, na primeira metade dos setecentos. Da união destes irmãos nasceu o sobrenome Camargo Penteado.<sup>125</sup>

Dos nove filhos que Bárbara e José tiveram, destacam-se o Capitão-mor Floriano de Camargo Penteado, casado, pela 1ª vez, com Paula Joaquina de Andrade (também na Vila de Parnaíba), pais de Francisca - a futura Baronesa de Itatiba; e o Capitão Joaquim de Camargo Penteado, casado com D. Maria Luzia de Almeida Pinto, pais de D. Delphina de Camargo Penteado (casada, pela 1ª vez, com o Capitão Ignácio Ferreira de Sá, viúvo de D. Thereza de Camargo Penteado, tia de D. Delphina). D. Delphina e o Capitão Ignácio eram pais de Joaquim Ferreira Penteado - o futuro Barão de Itatiba. D. Delphina casou-se pela 2ª vez com João Novaes Dias (também descendente dos Camargo) e, pela 3ª vez com o tio, o Capitão Floriano de Camargo Penteado. D. Thereza, tia de D. Delphina era irmã de Floriano e de Joaquim de Camargo Penteado.<sup>126</sup>

Apesar da confusão de nomes, casamentos e parentesco, a apresentação dessa trama de relações familiares se torna importante, pois indica a existência de um mercado matrimonial. Neste caso específico, as famílias Camargo e Penteado se mantiveram, durante anos, num círculo muito limitado.

Posteriormente, dois filhos do capitão-mor Floriano de Camargo Penteado, Francisco José e Elisiário herdaram da mãe, D. Paula Joaquina, o sobrenome Andrade, passando a assinar Camargo Andrade, seguidos por muitos herdeiros. Joaquim Ferreira

---

Magalhães. LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1903, p. 178, v.1.

<sup>124</sup> Wanda MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 169.

<sup>125</sup> MOYA, Salvador. *Anuário Genealógico Brasileiro*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1941; Luiz Gonzaga da Silva LEME, *op. cit.*, p. 178-29, 245-8 e 369-73.

<sup>126</sup> Ver: ANEXO 1 – Ascendentes dos Barões de Itatiba.

Penteado herdou o sobrenome do pai e do avô materno, respectivamente, enquanto que, dos seus 13 filhos, nove receberam o sobrenome Ferreira de Camargo Andrade; os demais assinavam Ferreira Penteado, Ferreira da Silva Camargo, Camargo Andrade e Ferreira de Andrade.

Doze deles se casaram com parentes consanguíneos, sendo: quatro com primos-irmãos, três com primos de 2º grau, um com prima de 3º grau, uma com tio-materno e três com descendentes dos Camargo. Apenas uma se casou com membro do grupo de parentela. Seis filhos tiveram mais de sete herdeiros e três não deixaram nenhuma descendência. Três filhas e duas noras faleceram antes dos trinta anos, além de filhos, antes dos 45 anos. Apesar deste contraste, sete filhos faleceram somente após os setenta anos, inclusive os próprios barões. Dos filhos de Joaquim Ferreira Penteado, um teve filho natural reconhecido, mas o mesmo não morava com ele e sim com o tio e padrinho. Nenhum filho ou filha se casou com estrangeiros.

Na política, quase todos os filhos e genros eram divulgados pela imprensa local como liberais e somente um genro era tido como conservador. Seguindo os passos dos avós, que ocuparam cargos importantes desde a formação da Vila de São Carlos, estiveram no poder campineiro, como vereadores, delegados/ou subdelegado, juiz de paz e até como suplente de intendente, após a Proclamação da República, uma exceção à regra, pois atuaram mais no período imperial.<sup>127</sup>

Além de fazendeiros e de ocuparem cargos políticos, alguns filhos dos Barões de Itatiba também exerceram outras funções, entre elas a de capitalistas das companhias ferroviárias, de Águas e Esgotos, Campineira de Iluminação e Gás, etc. Tiveram também Casa Comissária em Santos e São Paulo e sociedade na Casa Bancária da Província de São Paulo, com matriz em Santos. Toda família sempre esteve às voltas com generosas contribuições em festas religiosas e doações para clubes, hospitais, orfanatos e até para

---

<sup>127</sup> Sobre conservadores e liberais, ver: REUNIÃO Conservadora. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 30.6.1878; *A Província de São Paulo*, São Paulo, 31.7.1878; REUNIÃO Conservadora. *Diário de Campinas*, Campinas, 19.2.1881; Liberais: REUNIÃO Política. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 5.2. 1878; *A Província de São Paulo*, São Paulo, 14.8.1878; DIRECTÓRIO Liberal. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 11.8.1886. Sobre os vereadores campineiros desde 1797, ver: OCTÁVIO, Benedito & MELILLO, Vicente (org.). *Almanach Histórico e Estatístico de Campinas – 1912*. Campinas: Typ “Casa Mascotte”, 1911, p. 55. Ver também: NOVAES, José Nogueira. *A Câmara Municipal de Campinas. Relações de Vereadores das Câmaras Municipais de Campinas, desde a composição em sua instituição no ano de 1797*. Campinas, 1974. (Trabalho datilografado).

vítimas da guerras, caridade demonstrada, muitas vezes, através das notícias laudatórias divulgadas pela imprensa local, como se verá, mais adiante.

Destacaram-se, em Campinas: um visconde, um marquês e nove barões sendo dois deles da Família Ferreira Penteado, com os títulos de Barões de Itatiba e de Ibitinga, pai e filho, respectivamente.<sup>128</sup>

A conclusão a que se chega é que a família de Joaquim Ferreira Penteado era nuclear extensa, do tipo patriarcal com muitos filhos, onde quase todos eram grandes proprietários rurais monocultores, envolvidos com outras atividades comerciais, industriais, bancárias, de transportes etc.<sup>129</sup> Como a grande maioria dos agricultores do local, eram escravocratas, possuindo, ao que tudo indica, um pequeno número de escravos morando em seus sobrados urbanos. Não constatamos, nos documentos pesquisados, nenhum agregado morando nestas mesmas residências, parente ou não, mas é bastante provável que existissem alguns, em suas propriedades rurais.

Essa família dividiu seu tempo e sua atuação entre as fazendas e a cidade, tendo, com seu sobrado se inscrito na trama urbana de Campinas, como veremos a seguir.

---

<sup>128</sup> O título se estendia às esposas, naturalmente. Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 176-8.

<sup>129</sup> Na Gazeta de Campinas, de 1875, consta as listas dos lavradores e capitalistas e seus respectivos impostos. Nelas estavam, como lavrador de 12ª Classe, a mais alta, o Comendador Joaquim Ferreira Penteado, com pagamento de 1:3000\$000. Na 4ª Classe de Capitalista, Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, com 100\$000 para pagar. Estes impostos foram criados pela Lei Provincial de 30 de Março de 1872, com o objetivo dos contribuintes ajudarem nas obras da Matriz Nova ( hoje Catedral Metropolitana de Campinas). MATRIZ NOVA. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 13.2. 1875.

## CAPÍTULO 2 – O PALÁCIO DOS AZULEJOS

### 2.1 - AS RESIDÊNCIAS DA FAMÍLIA PENTEADO

*No entardecer da vida, com uma coragem invencível, dizemos ainda: o que ainda não fizemos, será feito. Construiremos a casa. Essa casa sonhada pode ser um simples sonho do proprietário, um concentrado de tudo o que é considerado cômodo, confortável, saudável, sólido ou mesmo desejável para os outros.*

Gaston Bachelard

O terreno escolhido para a construção do palacete da família Penteado ficava em uma das ruas mais importantes da cidade – a Regente Feijó – conhecida naquele tempo, como Matriz Nova, porque logo abaixo existia a interminável construção da igreja que seria, posteriormente, uma das maiores senão a maior edificação em taipa de pilão do Brasil. O número do terreno era 88, esquina com outra rua importante – a do Pórtico.<sup>130</sup> (Figs. 1 e 2)

Na cobrança dos impostos para o ano de 1874, publicado pela *Gazeta de Campinas*, vamos encontrar o Comendador Ferreira Penteado pagando 5\$000 pelo terreno, não sendo possível detectar, pela ausência de documentos, se ali já existia uma construção. Em 1878, ele paga, não só pelo imóvel nº 88 mas também pelo nº 90, os valores de 46\$800 e 34\$800, respectivamente, significando duas residências, provavelmente concluídas. No ano seguinte, os valores dos tributos quase dobraram, pois foram cobrados 70\$800 para o primeiro e 46\$800 para o segundo, tendo sido pago, este último, pelo genro, o Tenente-Coronel Antonio Carlos Pacheco e Silva.<sup>131</sup> Conclui-se, desde o início, que o objetivo tinha sido construir duas residências para abrigar as famílias dos futuros Barões de Itatiba e a de sua filha Francisca, casada com o Tenente-Coronel Pacheco e Silva.

Com o passar dos anos e, principalmente, após a morte dos barões, outros filhos nela moraram, existindo uma certa confusão, por parte dos estudiosos da cidade, quanto a

---

<sup>130</sup> A Rua do Regente Feijó, também conhecida como a da Matriz Nova, recebeu este nome por indicação do Dr. Ricardo G. Daunt, no ano de 1871, em homenagem ao Pe. Diogo Antonio Feijó que ali tinha morado. Nesta rua também nasceu o maestro Antonio Carlos Gomes. Em 1907, foi registrada pelos estudos de Benedito Otávio, como a 3ª rua mais importante pois era a de mais construções. A primeira, era a rua Barão de Jaguará, artéria principal e a segunda, a General Osório a mais extensa. A rua do Pórtico era assim denominada por ter possuído um pórtico ou arco decorativo que se iniciava na rua Francisco Glicério, por ocasião da 1ª visita de D. Pedro II, em 1846. GOULART, Edmo. *Campinas – Ruas da Época Imperial*. Campinas: Maranata, 1983, p. 31-3 e 51.

seus reais habitantes. Enquanto Pupo<sup>132</sup> comenta que no edifício contíguo ao do barão morou a família de sua filha Francisca, Amaral Lapa<sup>133</sup> cita que o mesmo tinha sido destinado ao filho Ignácio. Essas dúvidas levaram a uma pesquisa mais minuciosa para descobrir onde residiam, o que faziam e onde estabeleceram seus escritórios, concluindo, de maneira satisfatória, quais famílias haviam realmente estado no sobrado, até venderem-no à municipalidade para instalação do Paço Municipal. Destacamos aqui que essa negociação ocorreu em dois momentos diferentes: em 1908, quando a casa de esquina foi vendida e, em 1916, quando foi à leilão a casa contígua.

O velho Ferreira já contava com setenta anos quando conclui sua residência, concretizando, talvez, um dos seus maiores sonhos – o de ter a casa que os recursos financeiros lhe possibilitaram. Antes de ali residir, morava à rua Barão de Jaguará (antiga rua de Cima), em casa que havia pertencido ao sogro, o capitão-mor agregado Floriano de Camargo Penteado<sup>134</sup> e, como muitas residências térreas construídas antes de 1850, possuía largos beirais e uma *...vasta frente para a rua Barreto Leme e fundos que iam até a Marechal Deodoro, como eram em geral todos os quintais...* (Figs. 3, 4 e 5)

Não foi possível definir desde quando e quanto tempo ele e a família ali ficaram. Sabe-se, no entanto que, em 1846, com a visita do Imperador D. Pedro II à Campinas, nela se hospedou parte da comitiva imperial, a pedido da Câmara Municipal.

Proprietário de grandes extensões de terras e dono de uma verdadeira fortuna que recebera através de herança de seus pais, Joaquim Ferreira Penteado nasceu em São Roque, em 1808 e era filho do Capitão Ignácio Ferreira de Sá com Delphina de Camargo Penteado.

Seu pai, o Capitão Ignácio Ferreira de Sá nasceu em São Paulo em 1767, casando-se, pela primeira vez, com D. Thereza de Camargo Penteado (1770 –18/07/1806). Chegou em Campinas por volta de 1792, acompanhado pela esposa, sogro e cunhado. Até 1800, já havia se tornado senhor de engenho e possuía, com outros sócios, sesmarias em Anhumas

---

<sup>131</sup> IMPOSTO de Prédios. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 12.3.1874; 1.11. 1878; 25.11.1879.

<sup>132</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1983), *op.cit.*, p. 51.

<sup>133</sup> José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.*, p. 115.

<sup>134</sup> Nesta casa ainda residiu, posteriormente, o filho de Joaquim Ferreira Penteado, José, sua viúva e filhos e o Coronel Manuel de Moraes. Esta casa de largo beiral cobrindo taipas centenárias foi demolida em 1952, tendo sido construído, em seu lugar, parte do prédio do INSS. MENDES, José de Castro. *Velha Casa Remanescente de 1846. Correio Popular*, Campinas, 1952. *Idem*. As Festas de 1846. Preparativos. *Correio Popular*, Campinas, 19.9.1968, p. 2-8. (Suplemento); Celso Maria de Mello PUPO (1983), *op. cit.*, p. 55.

(Mato Dentro e Sousas) e Rio Atibaia – Cabras.<sup>135</sup> Veio a falecer em novembro de 1811, com apenas 44 anos, tendo sido processado seu inventário, junto com o de D. Thereza, sua primeira esposa, em 1812.<sup>136</sup>

Sua mãe, D. Delphina de Camargo Penteado, natural da Vila de São Roque, filha do Capitão Joaquim de Camargo Penteado com D. Maria Luzia de Almeida Pinto, moradores da mesma vila, nasceu no ano de 1790. Casou-se com o viúvo Ignacio Ferreira de Sá, na mesma localidade, em 1807. No ano seguinte ao casamento, Joaquim nasceu. Após a morte do marido, casou-se, pela 2ª vez, em 1818, com João Novaes Dias, natural de S. Martinho da Moreira. Deste casamento nasceu sua segunda filha de nome Anna Candida Novaes. D. Delphina voltou a se casar, pela 3ª vez, em 1830, desta vez, com o tio Floriano de Camargo Penteado, não tendo filhos desta última união.<sup>137</sup>

Da infância de Joaquim até 1830, data em que se casou, nenhum documento foi encontrado, a não ser uma transação de escravos, através da qual sua mãe o presenteia com um negrinho chamado Luis, de 9 anos.<sup>138</sup> Casou-se aos 22 anos, com sua prima D. Francisca de Paula Camargo, nascida e batizada pelo Pe. Antonio Diogo Feijó, nesta cidade, no dia 22 de maio de 1809, “in extremis”, por ter sido vítima de grave doença. Ela era filha de Floriano de Camargo Penteado e de sua 1ª esposa, Paula Joaquina de Andrade, naturais de Parnahiba (SP).

---

<sup>135</sup> Pupo comenta que a localização de sesmarias no município de Campinas, sempre foi, para os estudiosos, um caso de difícil solução, pela dimensão das mesmas, pela nomenclatura dos locais e pela incerteza dos informantes. Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 63.

<sup>136</sup> Para Silva Leme, o capitão Ignacio Ferreira de Sá era natural das Minas Gerais. Do 1º casamento com D. Theresa de Camargo Penteado, nasceram: Barbara, Rita, Joaquim, Maria Joaquina, Américo, Floriano, Odorico e Ignacio. Luiz Gonzaga da Silva LEME, *op. cit.*, p. 264 e 275; Salvador MOYA, *op. cit.*, p. 66-84. De acordo com Jolumá Brito, como “homem bom” (pessoas conceituadas, merecedoras de confiança pública e responsáveis, analfabetos ou não), o Capitão Ignacio exerceu o cargo de Juiz Ordinário da Vila de São Carlos. Era alferes, tendo sido promovido, em 1799, à Tenente da 8ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Infantaria Miliciana da Vila de Sorocaba e, em 1804, ao posto de Capitão da 6ª Companhia de Ordenanças da Vila de São Carlos. Em 1799 era também nomeado vereador da Câmara Municipal ou Conselho desta vila. Teodoro de Sousa CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 43-44. Em 1804 eram produzidas em suas terras, 2.550 arrobas de açúcar, contando com a força de trabalho de 57 escravos. BRITO, Jolumá. *História da Cidade de Campinas*. Campinas: Saraiva, 1952, p. 56-60. v.1. Seu registro de óbito diz : “ Aos cinco de Fevereiro de mil oitocentos e onze faleceu com os Sacramentos da Penitencia e Eucharistia, e Extrema Unção o capam. Ignacio Ferreira de Sá (...) foi amortalhado em hábito de São Francisco, encomendado e solemnemente sepultado nesta Matris.(a). O vigr. Joaqm. José Gomes”. BRITO, Jolumá. *História da Cidade de Campinas*. Campinas: Saraiva, 1957, v.3, p. 139.

<sup>137</sup> Luiz Gonzaga da Silva LEME, *op. cit.*, p. 271.

<sup>138</sup> CONTROLE de Bens. Escravos. Fundo Barão de Itatiba. P.M.C.– Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.

Floriano de Camargo Penteado, por sua vez, nasceu em Cotia (1763-1838) e era filho do Capitão José de Camargo Paes e de D. Bárbara Paes de Barros. Casou-se, pela 1ª vez, com D. Paula Joaquina de Andrade, filha do Sargento-mór Antonio Francisco de Andrade e de Rita Antonia da Silva Serra, descendentes de portugueses. Deixaram, desta união, 12 filhos.

Em 1792, Floriano de Camargo Penteado e sua família, moravam e possuíam terras no Bairro da Ponte Alta (atualmente Fazenda Monte D'Este), em Campinas, ocupando o posto de Alferes da 2ª Companhia de Ordenanças da Freguesia de São Roque.

Posteriormente, na função de capitão e com grande espírito empreendedor, adquiriu também a enorme sesmaria ...do brigadeiro José Joaquim da Costa Gavião, com engenho do Sertão e a Fazenda Cabras que este fundara..., a Fazenda Boa Vista e o latifúndio Duas Pontes, acrescida mais tarde, por outra área, à margem direita do rio Atibaia. No ano seguinte, foi nomeado Capitão-mor agregado da cidade.<sup>139</sup>

Viúvo de D. Paula, Floriano de Camargo Penteado, procurando uma segunda esposa para contrair núpcias no seio da própria família, como era comum, encontrou em D. Delphina, sua sobrinha, viúva pela segunda vez, as qualidades que buscava.<sup>140</sup> Da enorme fortuna deixada por D. Paula, os futuros Barões de Itatiba herdaram a Fazenda Duas Pontes avaliada em 12:000\$000, somada a outras propriedades recebidas também em herança, após o falecimento do Capitão Floriano e de sua 2ª esposa D. Delphina.<sup>141</sup>

Muitas destas propriedades distribuídas entre os filhos dos Barões de Itatiba, tornaram-se anos depois, grandes fazendas de café, instalando-se nelas todas as modernas

---

<sup>139</sup> Floriano de Camargo Penteado casou-se com D. Paula Joaquina de Andrade na villa de Parnahiba, em 1791 e, pelo inventário processado em 1838, seus filhos foram: Ajudante Alvaro Xavier de Camargo e Silva, Capitão Francisco José de Camargo Andrade, Sargento-mór Elizario de Camargo Andrade, José de Camargo Paes, Candido José da Silva Serra, Anna Francisca de Andrade, Francisca de Paula Camargo, Rita Antonia da Silva Serra, Tenente Antonio Francisco de Camargo, Barbara Paes de Barros, Alda Brandina, Filipe Nery Camargo. Luiz Gonzaga da Silva LEME, *op. cit.*, p. 262 – 3 A enorme sesmaria adquirida com o nome de engenho do Sertão foi dividida entre os herdeiros do Capitão Floriano de Camargo Penteado, tendo sido praticamente todos os filhos de Joaquim Ferreira Penteado e de Dona Francisca de Camargo Andrade contemplados por aquela fortuna, provavelmente na época de seus casamentos. Da divisão dessa sesmaria nasceram as fazendas: Capoeira Grande, Rocio, São José, Santa Luzia, Boa Vista, Palmeiras, Santa Mônica, Cachoeira, São Joaquim, Bonfim, São Pedro, Três Pedras, Gariroba e Santa Helena. Atualmente, algumas das antigas fazendas não existem mais, outras foram divididas em glebas menores, mas a grande maioria faz parte, atualmente, de um verdadeiro patrimônio arquitetônico, na região de Sousas e Joaquim Egídio, pois preservam suas sedes, senzalas, terreiros atijolados e outros elementos que marcaram o ciclo do café em Campinas. Entre essas relíquias estão as Fazendas Bonfim, Cabras, Três Pedras, Gariroba, além da já citada Fazenda Duas Pontes. Celso Maria de Mello PUPO (1983), *op. cit.*, p. 131-207.

<sup>140</sup> BRITO, Jolumá (1957), *op. cit.*, p. 45-4.

melhorias propagadas na época, como máquinas de benefício à água, terreiros atijolados etc. Muitas sedes foram construídas ou reformadas transformando-se em luxuosos casarões nos quais os produtos importados, comprados com esmero para as casas da cidade, eram ali também encontrados, como as porcelanas da “casa da chácara” e uma profusão de roupas de cama, mesa e banho, muitas de seda ou damasco, descritas em inventário elaborado, possivelmente, após a morte dos barões.<sup>142</sup> (Fig. 6)

Joaquim Ferreira Penteado e Dona Francisca de Camargo Andrade tiveram 13 filhos<sup>143</sup> e quase todos já estavam casados, por volta de 1870, alguns, pela segunda vez, como era comum após enviuvarem e, como detentores de excelente fortuna oriunda, principalmente, da cafeicultura, participaram ativamente da política local, da vida social e dos melhoramentos que se acentuaram, envolvidos, como outros afortunados da época, com a *filosofia do progresso* propagada por um grupo de idealistas de Campinas.

---

<sup>141</sup> *Ibid.*, p. 45

<sup>142</sup> A “casa da chácara”, pode indicar a residência da antiga Fazenda Boa Vista, localizada no bairro Bonfim, onde a família Ferreira Penteado passava parte de seus dias. Lá situa-se, atualmente, o Lar dos Velinhos. A casa sede foi demolida no início da década de 1970, apesar dos insistentes pedidos de preservação por parte do Condephaat. Pode indicar também a “chácara” das Laranjeiras, onde morou por muitos anos, Elisiário Ferreira de Camargo Andrade, como veremos mais à frente. Ver ANEXO 4: INVENTÁRIO dos bens existentes na Chácara. Fundo Barão de Itatiba. P.M.C. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico - Prefeitura Municipal de Campinas.

<sup>143</sup> Ver ANEXO 2, com nomes dos filhos de Joaquim Ferreira Penteado com D. Francisca de Camargo Andrade, maridos e esposas, além de netos, extraídos das obras de Luiz Gonzaga da Silva LEME, *op. cit.*; Salvador MOYA, *op. cit.* Sobre as fazendas, ver: Celso Maria de Mello PUPO (1983), *op. cit.*, p. 164-206. Outras informações, consultar também: LUNÉ, Antonio José Baptista, FONSECA, Paulo Delfino da. *Almanak da Provincia de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typografia Americana, 1873, p. 321-347; SECKLER, Jorge. *Almanak Administrativo, Commercial e Industrial da Provincia de São Paulo para o anno de 1886*. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckler e Cia, p. 389-423; LIVRO de Lançamento de Impostos sobre Cafeeiros. Exercícios de 1897 –1921; LIVRO de Registros de Imposto Predial. Exercícios de 1894 –1909. Arquivo Municipal de Campinas – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.

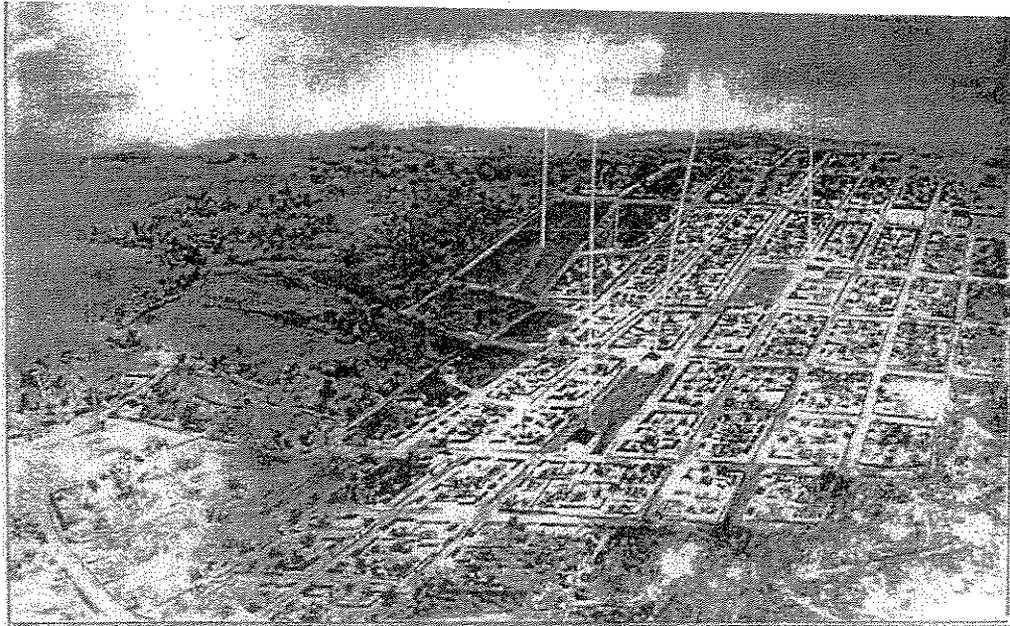


Fig. 1 – Vista da cidade, em 1850. Desenho do historiador e artista José de Castro Mendes. Col. Particular Maria Luiza Pinto de Moura. Data do desenho: desconhecida.



Fig. 2 – Foto tirada em 1868, do quintal da Santa Casa de Misericórdia, onde está localizada, atualmente, a Prefeitura Municipal de Campinas. Na época, a cidade ainda mantinha as características de pequena cidade, com casario de taipa. No centro da foto vê-se o telhado da antiga Cadeia e Câmara Municipal e as torres da Igreja do Rosário. Mais ao fundo, à esquerda, encontra-se o telhado da Matriz Nova, futura Catedral de Campinas. Col. Particular Maria Luiza Pinto de Moura.

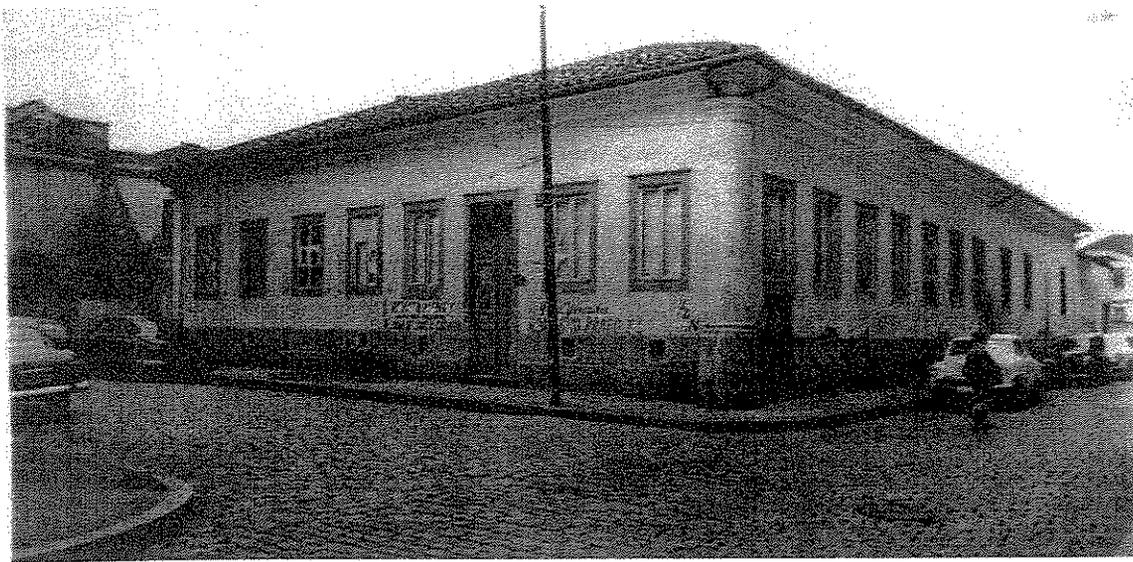


Fig. 3 – Casa que pertenceu à Joaquim Ferreira Penteado, localizada à rua de Cima (atual Barão de Jaguará) com frente para a rua Barreto Leme. Nela, parte da comitiva de D. Pedro II se hospedou em 1846, à pedido da Câmara Municipal. Foi demolida em 1952. Data: Década de 1940. Coleção Particular Maria Luiza Pinto de Moura.

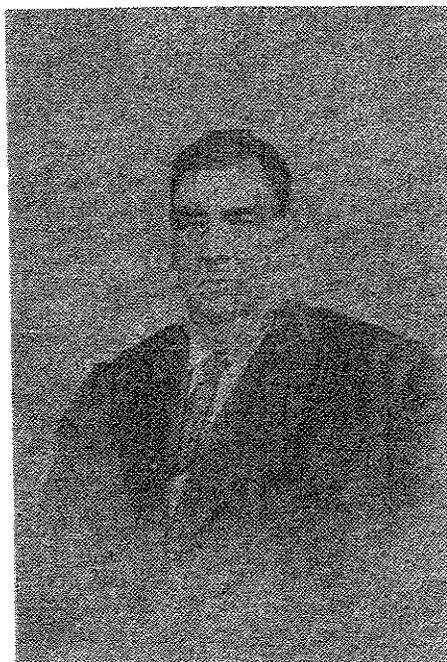


Fig. 4 e 5 – Fotos de Joaquim Ferreira Penteado e Francisca de Camargo Andrade, Barões de Itatiba. Data: Década de 1870? In: Salvador de MOYA, *Anuario Genealógico Brasileiro*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1941, p. 66. Data: s.d.

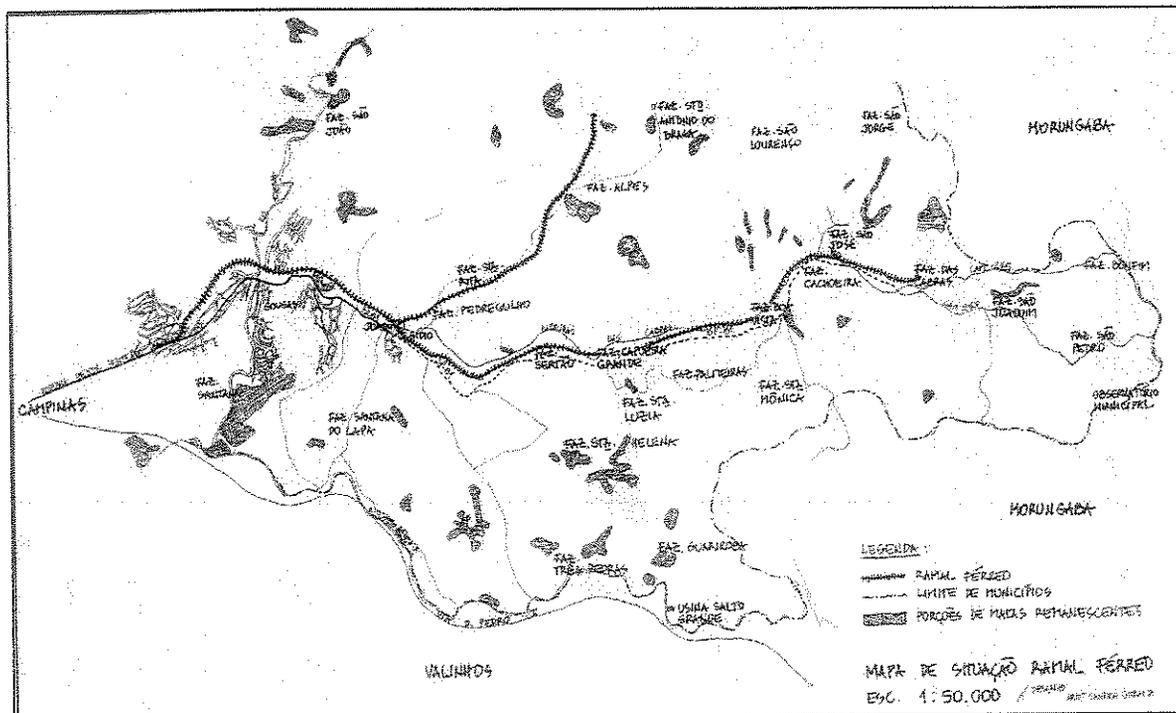


Fig. 6 – Mapa onde aparecem as grandes fazendas originárias da antiga sesmaria do Capitão Floriano de Camargo Penteados, pai da Baronesa de Itatiba: Capoeira Grande, São José, Santa Luzia, Boa Vista, São Joaquim, Garioba, Santa Mônica, Cachoeira, Bonfim, São Pedro, Três Pedras, Santa Helena, etc. Muitas destas fazendas, atravessadas pelo Ramal Férreo Campineiro (1892), ainda pertenciam, no final do século XIX e início do XX, aos descendentes dos Barões de Itatiba. Elaborado pela arquiteta Sandra Geraldí em 1994. Acervo: Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural – C.S.P.C - P.M.C.

Ferreira Penteado tinha a patente de tenente, adquirida possivelmente muito jovem ainda.<sup>144</sup> Dois títulos conquistou através do Imperador: o de Comendador da Imperial Ordem das Rosas por ter prestado importantes serviços ao Império, nos cinco anos de Guerra do Paraguai (1865 – 1870), além do baronato, recebido no final de sua vida, por ter fundado uma escola para crianças carentes.<sup>145</sup>

A possibilidade de fundar a escola surgiu quando, pouco antes do aniversário das bodas de ouro de seu casamento com D. Francisca, o Comendador Ferreira Penteado, ciente das condições de carência do ensino gratuito em Campinas, prometeu à sociedade campineira construir uma escola de instrução primária, para marcar o evento. No início do ano de 1880, o jornal *A Província de São Paulo* anunciava para maio a inauguração da referida escola, fato bastante comemorado e noticiado pela imprensa local.<sup>146</sup>

Além da construção do edifício, o proponente arcaria com as despesas de todo material escolar e com o pagamento de um professor, responsabilidade assumida, na época, pelo senhor Joaquim de Toledo, que passou a dirigir a escola.<sup>147</sup>

A escola, cuja construção foi iniciada em dezembro do ano anterior, localizada num terreno à rua Regente Feijó, medindo 8,80m de frente por 9,60m de fundo, foi implantada a dez metros do alinhamento da rua, possuindo à sua frente um pequeno jardim. Ali, levantava-se o modesto e elegante prédio, com *...duas janellas bem rasgadas (...), dando acesso ao interior por três degraus de marmore-tapete (...), em cujo frontão brilha a eloquente simplicidade desta inscrição soberba: “Ao Povo”*, atestando o gosto e o talento de seu construtor, amigo pessoal do Sr. Ferreira Penteado, o engenheiro-arquiteto

---

<sup>144</sup> Salvador MOYA, *op. cit.*, p. 11.

<sup>145</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 179. As remunerações pelos serviços prestados por militares e assemelhados na Guerra contra o Governo do Paraguai não se limitaram, apenas, à concessão de medalhas militares criadas para o evento; muitos dos participantes do Exército de linha, dos Voluntários da Pátria, da Guarda Nacional e da Armada, foram promovidos ou agraciados com condecorações das Ordens Honoríficas, algumas criadas no 1º Império, como: Ordem de D. Pedro I (1826), Ordem Imperial do Cruzeiro (1822) e Ordem da Rosa (1829) que compreendia seis graus: Grã-Cruz, Grande Dignitário, Comendador, Oficial e Cavaleiro. A condecoração ficava pendente em uma fita com as cores branca e rosa.; DUARTE, Gal. Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, v.1, p. 273-5. Sobre famílias tradicionais brasileiras e titulações, ver também: BARATA, Carlos Almeida, BUENO, Antonio Henrique. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. São Paulo: s. n.t.

<sup>146</sup> ESCOLA Ferreira Penteado. *A Província de São Paulo*: São Paulo, 6 e 11.1.1880; 30.4.1880; 16 e 18.5.1880.

<sup>147</sup> MAIS UM MELHORAMENTO. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 23.12.1879, p. 2.

campineiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo,<sup>148</sup> recém-chegado da Bélgica onde se diplomara.<sup>149</sup> Em longa matéria sobre a escola, um ano após o acontecimento, o *Diário de Campinas* assim a descreve:

Sem pretensões aristocráticas na aparência, a Escola decora-se com o expressivo nome de “Sala de Instrução” e sua disposição interna apresenta um salão de 8m,50 de comprimento por 6m de largura e 5m de altura uma sala para depósito dos aviamentos dos alumnos e uma outra destinada a locutório e biblioteca. Corre, ao fundo, um segundo jardim, em cuja extremidade se erigem as privadas, construídas de modo a não produzirem exalações deletérias, por um excelente modelo de ventiladores elevados. Mobília apropriada, consistindo em bancos-mesas de dois assentos, que guardam as proporções higienicas, solidamente fabricados e bonitos e todos os adminiculos mais necessários ao ensino, guarnecem os compartimentos discriptos. Nesse recinto feliz e bom é distribuído gratuitamente o ensino, durante o dia, a 50 crianças, que assim recebem conhecimentos indispensáveis da primeira instrução; é durante a noite, áquelles a quem os trabalhos para ganhar o pão quotidiano só permitem instruir-se nas horas de repouso.<sup>150</sup>

No dia 15 de Maio daquele ano, sob a responsabilidade do vigário de Santa Cruz, padre Francisco de Abreu Sampaio, foi realizada uma festa do Divino Espírito Santo, com missa cantada e procissão. Aproveitando a festa, foram comemorados os cinquenta anos de casamento do Sr. Joaquim e de D. Francisca, tendo vindo de São Paulo, especialmente para a ocasião, o cônego Dr. Francisco de Paula Rodrigues, vigário geral do bispado de São Paulo, que discorreu em seu sermão sobre a santidade do casamento cristão.<sup>151</sup>

As duas horas da tarde do mesmo dia o edifício da escola foi abençoado, tendo sido finalizada a festa com “um bem servido copo d’água”<sup>152</sup> aos presentes. Na oportunidade, discursaram o Sr. Candido Ferreira, um dos filhos do comendador, que agradeceu especialmente ao Dr. Ramos de Azevedo pela construção da escola, além de D. Paula Rodrigues e do Dr. Cassiano Bernardo de N. Gonzaga, inspetor de instrução pública da cidade.

---

<sup>148</sup> Sobre o arquiteto-engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo, ver: LEMOS, Carlos A C. Ramos de Azevedo e seu escritório. São Paulo: PINI, 1993; SIGNOS de um novo tempo: a São Paulo de Ramos de Azevedo. *Cidade*, São Paulo, Ano 5, nº 5, Jan. 98. Departamento do Patrimônio Histórico (D.P.H.) da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

<sup>149</sup> AMARAL, Leopoldo. *Campinas Recordações*. São Paulo: Secção de Obras D’O Estado de São Paulo, 1927, p. 97.

<sup>150</sup> ESCOLA Ferreira Penteado. *Diário de Campinas*, Campinas, 20.7.1881, p. 1.

<sup>151</sup> Leopoldo AMARAL (1927), *op. cit.*, p. 97-8.

<sup>152</sup> Um copo d’água era uma expressão muito usada nas comemorações e significava uma grande mesa de doces ricamente provida de toda a espécie de bolos, cocadas, pudins e grande profusão de vinhos doces, cervejas, além de muitos discursos. PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. 2ª ed., São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942, p. 96-7.

Ao ser cumprimentado pelo jornalista Henrique de Barcellos, naquele dia, o comendador comentou que não tinha tido a oportunidade de estudar e que os estudos lhe fizeram muita falta, no correr de toda sua vida: - *Outros que aprendam, já que eu não aproveitei.*<sup>153</sup>

Na mesma tarde de domingo, fazendo ainda parte da solenidade de inauguração, o Comendador Ferreira Penteado ofereceu em seu casarão um lauto banquete, comparecendo muitos convidados da elite campineira. Como havia prometido anteriormente, ofereceu também esmolas aos pobres.<sup>154</sup> As aulas da *Escola Ferreira Penteado* tiveram início no dia 7 de junho do mesmo ano.<sup>155</sup>

Em seu primeiro aniversário de existência, realizaram-se no sobrado do Comendador Ferreira Penteado, os exames dos alunos daquela escola, ocupando as cadeiras dos examinadores os Srs. Candido Ferreira além dos professores Francisco Ceslau de Moura, Marcolino Leitão e Joaquim de Toledo e muitos assistentes presentes. Após a distribuição dos prêmios aos alunos e os discursos de praxe, foram *...os assistentes convidados a tomar parte n'um copo d'água, que se achava preparado na sala de jantar do palacete. À meza em que havia aproximadamente cem talheres, estava ornada com extremo gosto. Era presidida pelo Sr. Commendador Ferreira Penteado; assistia também a este acto sua exma. Esposa.*<sup>156</sup>

Daquele ato de abrir uma escola às crianças carentes da cidade, resultaram algumas homenagens pouco tempo depois. A primeira delas ocorreu através do vereador Francisco Glicério, que em sessão da Câmara Municipal de 23 de Maio de 1881, propôs que se desse à antiga rua do Pórtico a denominação de Ferreira Penteado. Em seguida, por decreto de 18 de Março de 1882, o mesmo foi agraciado pelo Imperador D. Pedro II, com o honroso título nobiliárquico de Barão de Itatiba, que se estendeu à esposa D. Francisca, por terem

---

<sup>153</sup> Leopoldo Amaral, *op. cit.*, p. 101. Martins comenta que os inventários utilizados em sua pesquisa, permitiram perceber que a população livre de Campinas era constituída em sua maioria por analfabetos, incluindo-se os senhores de engenho e suas esposas. Valter MARTINS, *op. cit.*, p. 85-6. É provável que o barão tenha aprendido tardiamente a escrever, pois um dos documentos pertencentes ao Fundo Barão de Itatiba é o seu caderno de anotações financeiras.

<sup>154</sup> Leopoldo AMARAL (1927), *op. cit.*, p. 95-102.

<sup>155</sup> ESCOLA Ferreira Penteado. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 6.6.1880, p. 1. Ver também: QUEIROZ, Vitalina Pompêo de Sousa. *Reminiscências de Campinas*. Campinas: s.n., 1951, p. 8.

<sup>156</sup> ESCOLA Ferreira Penteado. *Diario de Campinas*, Campinas, 2 e 3.6.1881.

prestado relevante serviço à comunidade.<sup>157</sup> A notícia correu célere pela cidade, levando ...*muitas pessoas da nossa melhor sociedade com um banda de música a frente...* a dirigirem-se:

...ao palacete do agraciado a cumprimental-o por essa distinção. Alli se achava quase toda familia Ferreira que recebeu os manifestantes com a maior lhaneza e amabilidade. Poucas vezes, como esta, tem o governo acertado, concedendo titulos a cidadãos realmente merecedores delles. O venerando commendador (...) que, no ocaso da vida inscreveu o seu nome entre os beneméritos abrindo um templo à insctrução da infancia, essa aurora que surge, vê hoje reconhecidos os seus nobres sentimentos pelo governo imperial, depois do applauso público os haver já coroados. Felicitamos ao Sr. Barão de Itatiba.<sup>158</sup>

Na opinião de Carvalho, o baronato era a marca registrada dos grandes cafeicultores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e de São Paulo, onde cerca de 300 deles eram titulares, a maioria barões. Essa distribuição de títulos tinha como objetivo maior aproximar os proprietários rurais da monarquia, sobretudo para aqueles que:

...se distinguiam por seu poder e riqueza mas não por sua projeção na vida política, isto é, por seu pertencimento à elite política. Para os proprietários que ingressavam na elite, assim como para os altos burocratas, eram reservados títulos mais elevados, até o máximo de duque, concedido apenas a Caxias. (...) Examinando-se ano a ano a distribuição de títulos de barões, pode-se perceber aumento significativo por ocasião das leis abolicionistas de 1871, 1885 e 1888. Enquanto 51 títulos foram distribuídos no quinquênio 1869/74, entre 1870/74 o número subiu para 120. No último quinquênio do Império foram concedidos 238 títulos de barão, 173 dos quais em 1888 e 1889. A Coroa tentava pagar em símbolo de status o que tirava em interesse material.<sup>159</sup>

Em seu testamento, elaborado naquele ano de 1882, o Barão de Itatiba instituiu uma cláusula, deixando ...*a seus filhos varões a escola "Ferreira Penteado" mantida (...) para meninos pobres, sem contudo deixar a esse legado cláusula alguma referente à destinação da mesma casa sob o poder dos legatários.*<sup>160</sup>

Com sua morte, a escola passou a ser sustentada pela Baronesa de Itatiba, sob imediata direção do filho, Candido Ferreira da Silva Camargo,<sup>161</sup> realizando suas festas

---

<sup>157</sup> Teodoro de Sousa CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 279-280. Ver também: Jorge SECKLER (1886), *op. cit.*, p. 267.

<sup>158</sup> BARONATO. *Diário de Campinas*, Campinas, 21.3.1882; *Gazeta de Campinas*, Campinas, 21.3.1882.

<sup>159</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Relume-Dumará, 1996.

<sup>160</sup> TESTAMENTO. *Diário de Campinas*, Campinas, 7.6. 1884, p. 2. Ver também: PIRES, Mário. *Campinas - Sementeira de Ideais*. Limeira: Empresa Gráf. Editorial Paulista S.A., 1981, p. 54.

<sup>161</sup> O Dr. Cândido Ferreira da Silva Camargo nasceu no dia 26/5/1839, em Campinas. Era casado com sua prima irmã 3ª D. Ana Leonizia do Amaral Camargo (24/08/1846 - ?), desde 1864. Tiveram 12 filhos. Residia

escolares, nos finais de anos, com a concorrência de pessoas influentes e muitas notícias nos jornais da cidade.<sup>162</sup> Porém, nenhuma festa se realizou mais no palacete da família, mas na própria escola como atesta a imprensa campineira.<sup>163</sup>

Quatro anos após a morte de D. Francisca, Baronesa de Itatiba, os herdeiros dos barões doaram a Escola Ferreira Penteadado, *a menina dos olhos* do Barão de Itatiba à municipalidade, ...*mediante a condição de ser allí mantido o ensino, gratuitamente, às crianças pobres, conservando-se a denominação de Ferreira Penteadado.*<sup>164</sup>

Além da Escola Ferreira Penteadado, a família fundou outras duas, às suas expensas, por alguns anos: a Escola Ferreira Filho fundada entre o final do ano de 1879 e início de 1880 e sustentada por Joaquim Ferreira de Camargo Andrade;<sup>165</sup> e o Colégio Ferreira Camargo, fundado pelos filhos dos barões, para meninos, por volta de 1882, localizada à rua Barreto Leme.<sup>166</sup> Existia também o Internato Ferreira Penteadado,<sup>167</sup> fundado exclusivamente para os filhos varões da família.<sup>168</sup>

---

à rua Ferreira Penteadado, nº 41, logo acima do sobrado de seu pai. Foi presidente da Câmara Municipal de Campinas entre os anos de 1865 e 1868. Como fazendeiro, possuiu a Fazenda Santa Tereza. Foi também advogado, filantropo, acionista e diretor da Escola "Culto à Ciência", além do grande responsável, por muitos anos, da Escola Ferreira Penteadado. Faleceu em 18/3/1922.

<sup>162</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. *Educação e Tradição: EEPG "Francisco Glicério" de Campinas 1897-1997*. Araraquara (SP): UNESP, 1997, p. 32.

<sup>163</sup> ESCOLA Ferreira Penteadado. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 16.12.1883; 6.12.1884; 13.12.1885; 19.12.1886, 31.10.1886.

<sup>164</sup> Leopoldo AMARAL (org.). *A Cidade de Campinas em 1900*. Campinas: Typ a vapor Casa Livro Azul, 1899, p. 291. *Idem* (1927), *op. cit.*, p. 102. Atualmente, funciona no local, o SAF - Serviço de Atenção à Família, ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

<sup>165</sup> *Gazeta de Campinas*, Campinas, 12.12.1880; 24.8.1881. Joaquim Ferreira de Camargo Andrade nasceu em Campinas e foi batizado no dia 30/11/1832, casando-se, em 1856, em Limeira, com D. Cândida Marcolina Franco (1/02/1842 - +1/2/1866) e, pela segunda vez, com a viúva Maria Higinia de Almeida Lima (28/03/1833 - +1/4/1902). Deixou descendentes dos dois casamentos. De acordo com os livros de impostos, era proprietário, em 1895, de 28 imóveis, tendo morado na rua 14 de Dezembro, no antigo sobrado de Felisberto Pinto Tavares, já comentado. Entre as fazendas que possuía, estavam: São José (Valinhos), Bocaina, São Francisco e Nova Lousã (Espírito Santo do Pinhal). Foi vereador (1873-6), juiz municipal e executivo de várias empresas pioneiras, destacando-se, entre as mais importantes, a Cia. Campineira de Iluminação à Gás e a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, esta última durante 28 anos, inclusive como presidente por 4 anos. Entre os atos beneméritos, fundou a Escola Ferreira Filho. No dia 7 de maio de 1887 ele e Dona Higinia, sua 2ª esposa, foram agraciados pelo Imperador, com o título de Barões de Ibitinga. Faleceu em Campinas, no dia 21/8/1915. Salvador MOYA, *op. cit.*, p. 7-8; Celso Maria de Mello PUPO (1983), *op. cit.*, 172-202; Teodoro de Sousa CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 275-6; CAMARA Municipal. *Gazeta de Campinas*, 17.5.1887.

<sup>166</sup> As poucas informações que colhemos desta escola estão em: CONFERÊNCIA. *Gazeta de Campinas*, 17.6.1883; 2.9.1883; 30.9.1883; *Diário de Campinas*, Campinas, 26.5.1883.

<sup>167</sup> SECKLER, Jorge. *Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Provincia de São Paulo 1886/1890*. São Paulo: Typ a vapor de Jorge Seckler, p. 394. Ver também: José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.*, p. 176.

<sup>168</sup> Em uma de suas passagens por Campinas, em 1886, D. Pedro II elogiou a cidade, não só pela sua importância agrícola, comercial e industrial, mas porque tinha, também, boas escolas. VIAGEM dos Imperantes. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 31.10.1886; Ver ainda: A INSTRUÇÃO em Campinas. *Gazeta*

É interessante anotar aqui que a braveza dos Ferreira Penteados era muito propagada pela população campineira. Com seu corpo avantajado e sempre carrancudo, o “Velho Ferreira” ou o “Nhô Quim Bravo”, como era conhecido, não facilitava qualquer intimidade com quem quer que fosse. Por outro lado, comenta Júlio Mariano, quem via cara não via coração pois, por trás desta grande austeridade, estava um homem muito generoso.<sup>169</sup> Esta citação está, certamente, relacionada às muitas notícias jornalísticas sobre a filantropia exercida pelo Barão de Itatiba e também pelos seus filhos, no último quartel do século XIX. As contribuições, variando de 20\$000 à 3:000\$000, serviram para ajudar vítimas de intempéries e de guerras, tanto do Brasil como do exterior, e de fundações de hospitais, asilos e clubes, na cidade, além da expressiva participação nas festas religiosas, onde eram distribuídas esmolas aos pobres, culminando com a abertura da Escola Ferreira Penteados e de outras, supracitadas. Entre as notícias existentes, foi escolhido um pequeno trecho, da Gazeta de Campinas, dizendo que:

Campinas (...) emoldura-se aos olhos do paiz inteiro em uma aureola de raios e de sonhos, vê borbuharem no coração de seus felizes habitantes todos os sentimentos grandes que elevam a alma humana até os espaços onde ella se abre toda para a luz e para a philantropia. (...) È assim que temos visto surgir como que por encanto, o Colégio Culto à Ciência (...), a santa Casa de Misericórdia (...), um optimo lazareto de bexigentos (...), o hospital Portuguez (...), a edificação de abrigo destinado aos morphéticos. (...). A natureza traçou horizontes dos nossos destinos a eminência em cujo Deus preside em essencia ao hynno das apirações mysteriosas para os espaços do bem e da verdade. O que nos cumpre diante de vós que nos está a chamar por todos os caminhos da civilização. É subir...<sup>170</sup>

A imagem que estes e outros homens afortunados da cidade criaram, através das notícias laudatórias sobre a caridade que faziam, era uma clara demonstração de que o ato de ser caridoso constituía-se, acima de tudo, na afirmação do poder econômico e político e no controle que exerciam sobre a sociedade. Essa benemerência resultou na premiação

---

de Campinas, Campinas, 4.11.1886; JULGADO por um jornalista fluminense. *Gazeta de Campinas*, 5.11.1886, p. 1; RODRIGUES, João Lourenço. Subsídios para a História do Ensino em Campinas. In: *Monografia Histórica do Município de Campinas*, Rio de Janeiro: I.B.G.E., p. 1952, p. 410-11.

<sup>169</sup> Entre os homens bravos da família, destacam-se: José de Camargo Penteados, conhecido pela alcunha de “Juca Bravo”, casado com D. Delfina, filha do Barão de Itatiba e os filhos: Joaquim Ferreira Penteados, o “Quim Bravo” e José de Camargo Penteados, o “Zé Bravo”. Salvador de MOYA, *op. cit.*, p. 69.

<sup>170</sup> MARIANO, Júlio. *Badulaques*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 63-4. Ver também: GUERRA franco-prussiana. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 14.5.1871, p. 2; CAMARA Municipal. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 2.3.1874; RELAÇÃO de doadores ao hospital dos Variolosos. *Gazeta de Campinas*, 11.4.1875, p. 2; ASYLO de Indigência. *Gazeta de Campinas*, 20.08.1876, p. 1; PASSEIO Público. *Gazeta de Campinas*, 20.12.1876; INAUGURAÇÃO. *Gazeta de Campinas*, 6.4.1884, p. 2;

maior que um agricultor como o Comendador Ferreira Penteadado poderia receber – o de barão do café, como já foi comentado.

Por seis anos, aproximadamente, o Barão de Itatiba morou com D. Francisca à rua Regente Feijó, nº 88. Naquele sobrado, talvez tenham sofrido e chorado a morte prematura de alguns jovens netos,<sup>171</sup> mas ali também tinha sido palco de muitas alegrias em família, como o grande banquete oferecido à elite campineira, pela inauguração da Escola Ferreira Penteadado, em 1880 e quando, no mesmo ano, receberam cerca de 200 convidados para outro banquete, comemorando o feliz regresso do neto, o Dr. Octavio Pacheco e Silva, filho do Tenente Coronel Pacheco e Silva e de D. Francisca, vítima de um naufrágio na costa da Flórida.<sup>172</sup> Outro encontro festivo da família e dos amigos, ocorreu em 1882, quando o Comendador Joaquim e Dona Francisca receberam o título nobiliárquico de Barões de Itatiba. Não faltavam nestes encontros, como era hábito, discursos e poemas de convidados especiais dirigidos à seleta platéia.

Na madrugada do dia 6 de junho de 1884 faleceu o Barão de Itatiba, contando com 76 anos de idade, tendo sido notícia evidentemente bastante divulgada nos jornais.<sup>173</sup> Deixou uma capela mortuária, no cemitério municipal, com setenta sepulturas destinadas a ele, sua mulher e descendentes que falecessem nesse município ou que a ela fossem transportados.<sup>174</sup> Entre as disposições testamentárias, recomendava 25 missas por sua alma,

---

<sup>171</sup> Antes de transferirem-se para o sobrado à rua Regente Feijó, Joaquim Ferreira Penteadado e D. Francisca de Camargo Andrade já tinham sofrido a perda de três filhas, das cinco que tiveram: Maria (1859), Ana (1870) e Bárbara (1871) além de outra neta, Maria, filha de Joaquim Ferreira de Camargo Andrade (1874). Ver: Salvador MOYA, *op. cit.*, p. 76, 84; Luiz Gonzaga da Silva LEME, *op. cit.*, p. 264-6, 275; FALLECIMENTO. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 29.9. 1870; 16.4.1871; 20.4.1871; Sobre o falecimento de alguns netos ver: FALECIMENTO: *O Constitucional*, Campinas, 10.9. 1874; 28.10. 1874; *Gazeta de Campinas* 22.10. 1874; 13.11. 1883; 15.11. 1883; *Diário de Campinas*, 4.2. 1889.

<sup>172</sup> Formado em engenharia civil nos Estados Unidos, quis o jovem rapaz aperfeiçoar-se no México. Embarcando no Paquete Vera Cruz, em agosto de 1880, seguia naquela direção quando a embarcação naufragou trinta milhas distante da terra, nas costas da Flórida, salvando-se, das setenta pessoas, apenas 10 tripulantes e 3 passageiros: um americano, um inglês e um estrangeiro. Depois de muitos dias, veio a tão esperada resposta de Nova Iorque, no dia 17 de setembro, através de um telegrama, com as únicas palavras: - “Pacheco e Silva – Salvo”. *O Dr. Octávio esteve 22 horas sobre o oceano, seguro apenas por uma pequena tábuca, lutando como um heroe com as cóleras das ondas, vendo diante de si a morte, um abysmo de horrores...* PAQUETE Cruz. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 8.10. 1880, p. 2; CHEGADA. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 9.10.; 3 e 4.11. 1880.

<sup>173</sup> FALLECIMENTO. *Diário de Campinas*, Campinas 7.6.1884; FALLECIMENTO. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 7.6.1884.

<sup>174</sup> A capela da família, seguindo o projeto do engenheiro-arquiteto Dr. Ramos de Azevedo, foi construída no Cemitério do Fundão (hoje Cemitério da Saudade), logo após concessão da Câmara Municipal, em julho de 1882. Com fachada neoclássica decorada com estátuas em mármore, funcionou como capela principal do cemitério por algum tempo, conforme acordo com a edilidade campineira, acolhendo, provisoriamente, os restos mortais do maestro Antonio Carlos Gomes, após sua morte em 1896. LORETTE, Antonio Carlos

10 pela sua mãe e 10 pelo seu sogro, capitão Floriano e 25 pelos escravos falecidos antes dele. Da fortuna acumulada, deixava:

...400\$000 para serem distribuídos a 40 pobres recolhidos, 10\$000 a cada um. A seus filhos varões conjunctamente, deixa a casa onde funciona a escola. Deixa livre o escravo Galdino seu pajem, e 200\$000 para o mesmo, dispensando o serviço do ingênuo Faustino, filho desse liberto, legando o mesmo ingênuo a quantia de 100\$. Deixa livre o escravo Benedicto Salles, sapateiro com a condição de servir seu filho José, por 3 anos. Ao seu escravo Luciano, feitor, deixa 200\$000 e 100\$000 a cada um de seus escravos que estiveram servindo como feitores de suas fazendas. A sua neta D. Anna, filha de Joaquim Floriano Novaes de Camargo Andrade, deixa 4:000\$000; e a seu filho Ignacio, um escravo a escolha, entre os que estão na fazenda em que reside o mesmo filho; ao seu filho Francisco, os escravos Jeremias, José e Gregório, e o commodo que o mesmo occupa no pavimento inferior do sobrado; 5:000\$ ao seu filho que aceitar no seu quinhão hereditario o prédio em que residia elle, testador por querer que esse prédio fique pertencendo a um só de seus filhos. Nomeia testamenteiros os seus filhos: em primeiro lugar, Floriano; em segundo Joaquim, em terceiro Estanslau, em quarto Candido. Marca o praso de um anno para se dar cumprimento às suas disposições. O testamento foi escrito pelo Dr. Costa Carvalho a 1º de Setembro de 1882, e approved na mesma data pelo tabelião Dr. Silva.<sup>175</sup>

Ressalta-se nas disposições testamentárias: a Fazenda Duas Pontes, deixada ao filho Ignácio que lá morava com D. Brandina; *...5:000\$000 (...) no seu quinhão hereditário... ao filho de aceitasse o prédio urbano em que residia elle; e a doação a seu filho Francisco, de três escravos ...e o commodo que o mesmo occupa no pavimento inferior do sobrado...*<sup>176</sup>

Nenhum documento foi encontrado que esclarecesse quais foram os critérios adotados para que o filho Elisiário passasse a morar no sobrado, a não ser uma entrevista dada pelo Dr. Celso Rezende, onde comenta que a construção daquele antigo prédio se devia a Eliziário Ferreira de Camargo Andrade *...que o levantou na época áurea do café.*<sup>177</sup> Talvez tenha tido ali, uma parceria deste filho com o pai, não só de negócios de família,

---

Rodrigues. *Cemitérios em Campinas: a transformação do espaço para sepultamentos (1753-1881)*. Campinas, 2003. (Dissertação de Mestrado. PUCCAMP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), p. 203-4, 208.

<sup>175</sup> Este documento é interessante porque reflete como a liberdade dos escravos é negociada garantindo a docilidade dos mesmos para continuarem ainda a serviço da família. Sobre o roteiro básico que os testamentos seguiam e as missas encomendadas ver: Valter MARTINS, *op. cit.*, p. 74, 81.

<sup>176</sup> Francisco Ferreira de Camargo Andrade nasceu no dia 16/5/1846. Casou-se com sua prima 2ª D. Maria Ferreira Bueno de Andrade, em 1870 e não teve sucessão deste casamento, mas foi tutor do menino Antonio, nascido em 5.5.1881, filho natural do Alferes Antonio Firmino de Carvalho e Silva. DISPOSIÇÕES Testamentárias. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 20.7.1883, p. 1. Ocupou também os “baixos” do palacete de seu pai (ocupação comercial?), como mostra o inventário do Barão de Itatiba. Era proprietário das Fazendas Santa Luzia (Valinhos) e Pouca Vista, mas teve também outras atividades profissionais, como 1º Suplente de Juiz Municipal de Órfãos. De 1897 à 1919, Francisco aparece, nos livros de impostos, como proprietário da Fazenda Ribeirão. Em 1894, é também proprietário de dois imóveis, um da rua Moraes Sales e outro na Ferreira Penteado, bem próximo ao palacete e seu pai. Faleceu em 9/11/1924.

mas de afetividade com o velho casarão. Como existiam quatro portas que davam para a rua Ferreira Penteado, é muito provável que duas das salas tenham sido utilizadas por Francisco e Elisiário, como escritório comercial (as outras duas davam entrada para a área de serviços), justificando-se, assim, a citação do cômodo ocupado por Francisco no pavimento inferior.

Seguiram-se os anos e 1889 já havia começado trazendo notícias nem um pouco alentadoras para a cidade, pois a eclosão da epidemia de febre amarela apavorava a população, levando um grande número de pessoas, principalmente as mais gradas como os fazendeiros, a fugirem para suas propriedades rurais ou para São Paulo. Conta o Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho que famílias inteiras abandonaram suas casas e seus pertences. Fecharam-se lojas, armazéns, oficinas, escritórios, hotéis e até repartições públicas. Campinas se esvaziou. *Assim era. As farmácias não davam conta do aviamento das receitas. (...). Era a primeira vez que a cidade padecia uma tragédia de tal porte.*<sup>178</sup>

Em meio à grave crise ocasionada pelo primeiro surto de febre amarela, falece, na madrugada do dia 16 de agosto daquele ano, vítima não do mal que grassava pela cidade, mas, de ... *antigos padecimentos contra os quais não pode reagir a debilidade de sua velhice,*<sup>179</sup> Dona Francisca de Paula de Camargo Andrade – a Baronesa de Itatiba – com a avançada idade de oitenta anos. Em seu testamento, aberto logo após sua morte:

Confirma a doação por escriptura a sua filha D. Francisca, casada com o Tenente Coronel Antonio Carlos Pacheco e Silva, da quantia de 150\$000. Legando mais ao mesmo casal a casa do sobrado, contígua aquella em que residiu a mesma finada, e a chácara que possuia no bairro da Rocinha, com todas as benfeitorias e cafesaes, a sua neta D. Anna 5:000; a cada um de seus netos ou netas, descendentes do 2º grau, que sejam seus afilhados de baptismo; 1:000, as duas filhas mais moças de sua afilhada D. Anna Luiza 2:000\$, a d. Eduarda, Francisca e Thereza de Cerqueira Cezar, 100\$ a cada uma; ao hospital dos lazarus 3:000\$ a Santa Casa de Misericordia 3:000\$; aos pobres deste municipio 1:000\$. O remanescente da Terça foi legado a seus filhos Floriano e Francisco Ferreira de Camargo Andrade, em partes iguaes.

Com a morte dos barões encerra-se um período, naquela residência, onde duas pessoas idosas moraram, iniciando-se um outro, mais agitado e talvez mais barulhento, quando Elisiário e sua esposa D. Maria Joana ali se instalam com os filhos, alguns ainda

---

<sup>177</sup> JARDIM da Residência. *Correio Popular*, Campinas, 16 .7. 1957.

<sup>178</sup> SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro, NOVAES, José Nogueira. *A Febre Amarela em Campinas 1889-1900*. Campinas: CMU/ UNICAMP, 1996, p. 35-8. Coleção Campiniana.

bem pequenos e, como todas crianças saudáveis, imagina-se, correndo, brincando e se escondendo pelos corredores e jardim do antigo sobrado dos avós.

Os indícios levam a crer que somente após a morte da baronesa é que seu filho Eliziário tenha vindo morar no sobrado pois um almanaque comercial de São Paulo, registra que ele morava, em 1886, no fim da rua Ferreira Penteado, na “Chácara das Laranjeiras”, grande propriedade rural, localizada muito próxima da área urbana, nos limites do Cambuí.<sup>180</sup>

Nascido em Campinas e batizado no dia 4 de dezembro de 1847 Elisiário Ferreira de Camargo Andrade casou-se com D. Maria Joana Leite Penteado,<sup>181</sup> por volta de 1869, tendo deste consórcio 12 filhos. Além de fazendeiro e capitalista (da Companhia Campineira Carris de Ferro e Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviaes), exerceu também a função de vereador local, no período de 1883-6.<sup>182</sup>

Até 1907, Elisiário pagou regamente seus impostos prediais,<sup>183</sup> mas em 1906 já estava morando em São Paulo pois, em correspondência enviada ao irmão Chico, encontra-se seu novo endereço à rua Brigadeiro Tobias, nº 69, tendo também um escritório localizado à rua São Bento, nº 42. Apesar dos negócios, não havia deixado a atividade principal que norteou toda a família – a de agricultor. Em uma destas cartas, reclamando de dificuldades que passava nos negócios, pela desvalorização do café, ele encerra, dizendo:

---

<sup>179</sup> BARONESA de Itatiba. *Diário de Campinas*, Campinas, 17.8. 1889.

<sup>180</sup> No livro de lançamentos de impostos sobre cafeeiros do município para o ano de 1897, existe uma propriedade rural denominada “Chácara”, pertencente à Elisiário Ferreira de Camargo Andrade. Todos os indícios nos remetem ao nome correto “Chácara Laranjeiras”, com uma produção anual de 6.000 arrobas anuais e um imposto no valor de 240\$000. Seus limites se confundem com os do Cambuí, Jardim Planalto, Jardim Paraizo e Alto do Cambuí. Posteriormente, pertenceu a Francisco de Andrade Coutinho, seu genro, possuindo, em 1915, 53 mil pés de café. LIVRO de Lançamento de impostos sobre cafeeiros para os anos de 1897, p. 6 e 1915, p. 8. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Intendência/ Prefeitura Municipal de Campinas. Em agosto de 1945 foi criada a Companhia Imobiliária Nova Campinas, uma sociedade constituída por Alzira Ferreira Coutinho, seus filhos e neto, para lotear e facilitar a venda de 33 alqueires de terras remanescentes da antiga Chácara Laranjeiras, de propriedade da família. Nascia deste loteamento o bairro aristocrático da Nova Campinas. COSTA, Maria Tereza. Morador pede tombamento da Nova Cambuí. *Correio Popular*, Campinas 30.10. 2002, p. 9.

<sup>181</sup> Maria Joana Leite Penteado era filha da Baronesa de Ibitinga com seu primeiro marido, Dr. João Carlos Leite Penteado. Ela era irmã de Brandina, casada, pela primeira vez, com o irmão de Elisiário, Ignácio e pela Segunda, com Arthur Cavalcanti. Luiz Gonzaga da Silva LEME, *op. cit.*, p. 428-30.

<sup>182</sup> BARCELLOS, Henrique (org.). *Almanach do Correio de Campinas para 1886*. Campinas: Typ a vapor do Correio de Campinas, 1886, p. 70-2 e 86-8.

<sup>183</sup> Em 21 de fevereiro de 1905, Elisiário Ferreira de Camargo Andrade encaminhou um abaixo assinado ao Intendente Municipal, pedindo baixa de seu imposto da lista de capitalistas, não tendo sido, porém, atendido, pois entendiam as autoridades municipais que era improcedente seu pedido. REQUERIMENTO de Baixa de Imposto, 21 Fev. 1905. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Intendência Municipal de Campinas.

*Deus grande, não ade ser nada, o dinheiro que nosso pai deixou foi dinheiro honrado, apesar de tudo ade crescer*<sup>184</sup>.

Em 1908 os impostos do sobrado à rua Regente Feijó, nº 100,<sup>185</sup> já estavam sendo pagos pelo Coronel Francisco de Andrade Coutinho casado com D. Alzira Ferreira Penteadó, filha de Elisiário, novos proprietários do imóvel. Não foram encontrados documentos que indiquem que tenham ali residido pois, no mesmo ano, após negociações com a Prefeitura Municipal, a edificação foi vendida por 50 Contos de Réis, cessando-se, após trinta anos, seu uso como residência.<sup>186</sup>

A primeira moradora do sobrado contíguo, localizado à rua Regente Feijó, nº 90 foi a filha do Comendador Ferreira Penteadó, de nome Francisca Ferreira de Camargo Andrade, nascida em Campinas em setembro de 1842 e casada, desde os dezesseis anos, com o Tenente Coronel Antonio Carlos Pacheco e Silva, sobrinho materno do Visconde de Indaiatuba. Deste casamento gerou oito filhos. Seu marido era fazendeiro, sendo sua a Fazenda São João da Cachoeira, localizada em Valinhos. Além da função de agricultor, o Tenente Coronel Pacheco e Silva era militar e chegou a ocupar o importante cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional, em 1873. Foi vereador suplente em 1880, tendo se destacado como diretor das obras da Matriz Nova e como membro da Diretoria do Partido Conservador, na cidade.<sup>187</sup>

---

<sup>184</sup> CORRESPONDÊNCIAS. Fundo Barão de Itatiba. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas. A partir de 1895, a cafeicultura já estava começando a demonstrar sinais de crise, por produzir mais do que o mercado externo exigia, gerando um grave problema de superprodução, responsável pela queda do preço do café. Com o controle do poder estatal, a burguesia cafeeira criou mecanismos de valorização do café, transferindo os efeitos da crise para a população em geral, mantendo quase que a mesma rentabilidade anterior. O Convênio de Taubaté foi um destes acordos, assinado por alguns estados, em 1906, mantendo os privilégios dos cafeicultores. COSTA, Luiz César Amad, MELLO, Leonel Itaussu A. *História do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Scipioni, 1992, p. 216.

<sup>185</sup> Em 1879, a Gazeta de Campinas havia anunciado que a antiga enumeração das casas da cidade já estavam sendo substituídas pelas novas. NOVA Enumeração. *Correio de Campinas*, Campinas, 23.7.1879. Em 1882 o sobrado da esquina havia recebido novo número, alterando-se de 90 para 96. IMPOSTO Predial. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 24.10.1882. Esse número sofreu outra alteração, recebendo o nº 100, após sair o regulamento para emplacamento da cidade, ocorrido em 14.5.1894, p. 9-10

<sup>186</sup> RESOLUÇÕES nº 276 e 287.

<sup>187</sup> O Tenente- Coronel Antonio Carlos Pacheco e Silva, nascido em 4 de fevereiro de 1832, era filho do Guarda-mor Antonio Carlos Pacheco e Silva e de Anna Candida Pacheco do Amaral, irmã do Visconde de Indaiatuba. Salvador MOYA, *op. cit.*, p. 79; Luiz Gonzaga da Silva LEME, *op. cit.*, p. 470-1. A Fazenda São João da Cachoeira era, de acordo com Pupo, de Orosimbo Maia, em 1914. Após análise de sua água e comprovação que a mesma era radioativa, ela se transformou em hotel de repouso. Celso Maria de Mello PUPO (1983), *op. cit.*, p. 201. Conhecida, posteriormente, como Fazenda Hotel Fonte Sônia, exerce até os dias de hoje, atividades de lazer, tendo como proprietário o Sr. Altino Bortolo. QUARTEL do Comando Superior da Guarda Nacional. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 24.4. 1873; 6 .9. 1879; 28.6. 1880.

Dos filhos do casal, o que mais se destacou no noticiário campineiro foi o Dr. Octavio Pacheco e Silva o já citado engenheiro civil formado nos Estados Unidos. Em 1883, montou uma fábrica para extração e produção de óleo vegetal e fabrico de sabão, tendo a oportunidade de atestar a qualidade de seus produtos na Primeira Exposição Provincial de São Paulo, em 1885 e, logo depois, na Primeira Exposição Regional de Campinas, chamando a atenção dos presentes, principalmente, para o óleo de amendoim, de uso na culinária, rivalizando com o que vinha de melhor do exterior.<sup>188</sup>

Não foi possível localizar o ano em que Dona Francisca e seu marido mudaram-se desta residência. Sabemos, no entanto, que eles ainda pagavam os impostos do sobrado em 1882, no valor de 108\$000, sendo o valor locativo do bem de 3:600\$000. Além do mais, com a morte da baronesa, sua mãe, a mesma herda em testamento ...*a casa de sobrado, contígua aquella em que residiu a mesma finada*. Provavelmente, dali tenham se transferido para a fazenda São João da Cachoeira, localizada em Valinhos.

Após a transferência de D. Francisca e de seu marido para outro endereço, Ignácio, o filho caçula dos barões, residente na Fazenda Duas Pontes,<sup>189</sup> veio morar no casarão urbano, ali permanecendo até 1894. Agricultor e capitalista da Companhia Campineira de Carris de Ferro e da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviaes, foi também suplente de intendente, após o ano da república. Nasceu em Campinas em 11 de junho de 1852 e era casado com D. Brandina, irmã de D. Maria Joana, casada com seu irmão Eliziário. No ano de 1894 faleceu em Paris, com apenas 42 anos de idade. Um noticiário chama a atenção, por ter solicitado dispensa do exército, provando legalidade em seu pedido de isenção dos serviços militares, mas nada indica que ele sofresse de alguma moléstia. Não deixou descendente do seu casamento.<sup>190</sup>

Dona Brandina Emilia Leite Penteado, a jovem viúva de Ignácio, tornou-se herdeira da Fazenda Duas Pontes, casando-se, possivelmente, em 1896, com Arthur Furtado de

---

NOMEAÇÃO. *O Constitucional*, Campinas, 11.4. 1874; REUNIÃO Conservadora. *Diario de Campinas*, Campinas, 19.2. 1881; PARTIDO Conservador. *A Provincia de São Paulo*, São Paulo, 31.7. 1878.

<sup>188</sup> EXPOSIÇÃO Regional. *Gazeta de Capivary*, Capivary, 31.1.1886. Ver: FABRICA de Óleos e Sabão e Cia. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 28.9.1886, p. 2.; Ema E.R. CAMILLO, *op. cit.*, p. 153-6.; EXPOSIÇÃO Regional. *Gazeta de Campinas*, Campinas 22.8. 1885.

<sup>189</sup> A Fazenda Duas Pontes era um antigo engenho, comprado pelo Capitão-mor Floriano de Camargo Penteado. Pertenceu ao Barão de Itatiba, seu genro e, posteriormente, à Ignacio, seu filho. Em 1885, possuía 220 pés de café em terras de massapé, com máquina de benefício à água e terreiros atijolados.

<sup>190</sup> Henrique de BARCELLOS (org.), *op. cit.*, p. 70-2 e 86-8; ALISTAMENTO de cidadãos. *O Constitucional*, 17.8. e 15.9. 1875.

Albuquerque Cavalcanti, filho do Desembargador Raymundo Furtado de Albuquerque Cavalcanti, tendo alguns filhos deste casamento.<sup>191</sup>

Nas mãos de Arthur Furtado, a Fazenda Duas Pontes ganhou muitos melhoramentos e uma grande produção de café, chegando a colher, em 1900, vinte mil arrobas do produto e contando, em 1910, com 425 mil pés.<sup>192</sup> Além de agricultor, era proprietário da Empresa Byington, Cavalcanti e Companhia e, em nome dela apresentou um projeto à Intendência Municipal, em 1902, para fornecimento de força elétrica, na cidade, acompanhado por documentos e planta para implantação dos postes de energia. Em fevereiro de 1906, a empresa fundiu-se à Companhia Campineira de Iluminação a Gaz, onde ele exercia a função de presidente, passando a denominar-se, a partir de então, Companhia Campineira de Iluminação e Força, com o objetivo de explorar a iluminação pública e particular de Campinas e da região.<sup>193</sup> Continua claro, nestes acordos empresariais, o poder que esta família ainda tinha nos negócios da cidade pois D. Brandina era enteada de Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, Barão de Ibitinga que, por muitos anos esteve à frente da Companhia Campineira de Iluminação à Gás como presidente.

---

<sup>191</sup> Luiz Gonzaga da Silva LEME, *op. cit.*, p. 430-1.

<sup>192</sup> Nos registro de Impostos sobre cafeeiros para os anos de 1895 e 1896, consta o nome de Brandina como proprietária da mesma e somente no ano seguinte é que aparece o nome de Arthur Furtado de Albuquerque Cavalcante. Em 1900, a fazenda obteve uma produção de 20 mil arrobas de café e, em 1910, possuía uma área de 630 alqueires de terras com 425 mil pés de café, luz elétrica, 80 casas de colonos, com 80 famílias: 69 italianas, 8 espanhóis, 3 brasileiras. Possuía também *...10 casas conservadas com 270 trabalhadores diários, inclusive carroceiros, cocheiros e uma casa de morada do proprietário, de administrador, ajudante, escriptórios, cocheiras, máquinas, moinho, oficinas de ferreiros, carpinteiros*. Na fazenda também plantavam cereais para o consumo. O bairro onde a mesma se localizava era Desembargador Furtado e a estação utilizada tinha a mesma denominação. Por ali passava a Estrada de Ferro Mogiana. LIVRO de Propriedades rurais para o lançamento de impostos do ano de [1911?], p. 48, nº 326. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas. Apesar de todas as melhorias, seu proprietário perdeu-a por dívidas. A gleba onde permanecem as construções da antiga Fazenda Duas Pontes recebe atualmente, a denominação de Solar das Andorinhas. Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 179-80.

<sup>193</sup> ESTATUTOS da Companhia Campineira de Iluminação e Força. *Diario Oficial* [do Estado?], 11.2. 1906, p. 294-6. De acordo com Mendes, os postes começaram a ser levantados no dia 13 de dezembro de 1907 e no dia 13 de janeiro do ano seguinte, na Casa Barsotti, bar e restaurante localizado à rua Barão de Jaguará, inauguram-se as primeiras lâmpadas e ventiladores de teto. Somente no dia 30 de abril de 1912 é que se acenderam 240 luminárias de 60W na rua Dr. Quirino, Largo São Benedito e Jardim Público ( hoje Imprensa Fluminense). MENDES. José de Castro. Iluminação. História de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 28.11. 1968, p. 8.

Arthur Cavalcanti foi também membro da Loja Maçônica Independência, a partir de 15 de julho de 1904, onde está registrada sua profissão de negociante. Desligou-se da mesma em 6 de agosto de 1915, por eliminação.<sup>194</sup>

Ele e a esposa D. Brandina permaneceram na residência da família entre 1915 e meados de 1916,<sup>195</sup> quando o sobrado foi à leilão, sendo adquirido pela Prefeitura Municipal de Campinas pelo prefeito Dr. Heitor Penteado. O valor locativo da casa, de nº 102/104 era, em 1915 de 5:640\$000 e o imposto predial de 246\$750.<sup>196</sup> Perderam outras casas, localizadas na rua José Paulino, nº 56, no valor de 600\$000, e na rua Marechal Deodoro, nº 7, custando 1:800\$000. Esta casa, já citada anteriormente, havia pertencido a família desde o início do século XIX. Em 1918, perdeu a Fazenda Duas Pontes, arrematada pelo Coronel Cristiano Osório de Oliveira, por pouco mais de 600 contos de Réis. A justificativa por ter sido executado por seus credores era a enorme dívida que contraiu com gastos desordenados.<sup>197</sup>

---

<sup>194</sup> STOLF NETO, Francisco. *Quadro Geral e Administrações (1867-1917) da Loja Independência*. Campinas 1997, p. 80. (Mimeografado). Não fica claro porque Arthur Cavalcanti se desligou “por eliminação” da Loja Maçônica mas, supõe-se não ter sido mais aceito nos quadros da instituição que sempre exigiu pessoas de caráter ilibado. Nesta época, Cavalcanti passava por uma grave crise financeira, resultando não só na perda da Fazenda Duas Pontes como de outras propriedades supracitadas. Nenhum documento foi encontrado que explicasse os motivos de tão grave crise, a não ser um folheto do Solar das Andorinhas, antiga Fazenda Duas Pontes, dizendo que o proprietário havia gasto desordenadamente sua fortuna, contraindo enormes dívidas, indo à leilão todos os bens, após execução em cartório. SOLAR das Andorinhas. Hotel Fazenda & Golf. Histórico. Campinas, s.n.t.

<sup>195</sup> Em 1882, o sobrado contíguo alterou sua enumeração de 90 para nº 98. Em 1894 alterou novamente, desta vez, com os números: 102 e 104. Posteriormente, de posse da Prefeitura Municipal, ganhou os nº 831 e 841. LIVRO de Lançamento de Imposto Predial para o exercício de 1914, p. 31. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.

<sup>196</sup> LIVRO de Lançamento de Imposto Predial para o exercício de 1914, p. 31. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas. O edifício nº 102 e 104 foi adquirido por arrematação no executivo hipotecário movido pelo Banco Comércio e Indústria de São Paulo contra Arthur Cavalcanti, processado perante o Juízo de Direito da 3ª Vara de São Paulo, conforme carta de arrematação, que em precatória expediu o escrivão do 3º Ofício desta comarca em 1.7.1916. CÓPIA de Certificado de Transcrição das Transmissões. Livro nº 3-AJ, fl.69. 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Campinas – SP.

<sup>197</sup> Cristiano Osório de Oliveira possuía também outras fazendas de café: Santa Genebra (250.000 pés), Santo Antonio (200.000 pés), Dona Maria Lins (70.000 pés), além da Fazenda Duas Pontes, pagando 1:040\$000 somente de impostos. LIVRO de Lançamento de Impostos sobre Cafeeiro para o ano de 1919, p. 6. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico – Prefeitura Municipal de Campinas.

## 2.2 – OS SOBRADOS EM CAMPINAS:

*“Casarão”... Esta palavra dá bem idéia de um grande ôco sonoro, de um vasio enorme, acustico, retumbante, onde tudo rebôa forte e longo, ondula bambamente, repercute com estrondo em ressonâncias fundas... Tudo – a mão estranha que bate na porta a deshoras; o degrau da escada que range; a madeira do guarda-roupa deserto que estala...*

Guilherme de Almeida

Quando o imponente sobrado do Comendador Ferreira Penteado ficou pronto, existiam poucas edificações com dois pavimentos na área urbana campineira. Destas, a maioria já demolida, pode-se citar: o primeiro sobrado, construído em 1822, do ituano Pedro Gonçalves Meira, localizado nas esquinas das ruas General Osório com Barão de Jaguará;<sup>198</sup> na mesma esquina, do lado de baixo, o vasto solar de Dona Tereza Miquelina do Amaral Pompeu (ainda existente) e depois de seu irmão e genro, Visconde de Indaiatuba, concluído em 1846;<sup>199</sup> do mesmo ano, o sobrado do Mascarenhas, depois, nas mãos de Felisberto Pinto Tavares e, posteriormente, de propriedade do Barão de Ibitinga, reformado após o ano de 1867;<sup>200</sup> o do Barão de Atibaia;<sup>201</sup> o de Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, reformado por seu sucessor, Camilo Xavier Bueno da Silveira; o de Francisco Pompeu do Amaral; o sobrado, localizado no Largo da Catedral, de propriedade de Francisco de Campos Andrade;<sup>202</sup> o do Padre Manoel José Fernandes Pinto, depois chamado “o do Proença”, localizado na rua Barão de Jaguará com Bernardino de Campos, além do antigo edifício da Cadeia e Câmara.

---

<sup>198</sup> Pupo comenta que, segundo a tradição, este sobrado era o único existente em 1822, onde esteve, no pavimento térreo, a firma de Miguel Cristofani. PUPO, Celso Maria de Mello (1969), *op. cit.*, 90-92. Foi demolido, em meados do século XX, para a construção do edifício Colúmbia, um dos primeiros arranha-céus da cidade. MENDES, José de Castro. Das taipas e barotes ao arranha-céu. *Correio Popular*, Campinas, 17.10. 1968, p. 8.

<sup>199</sup> A antiga residência do Visconde de Indaiatuba, localizada na esquina das ruas General Osório com Barão de Jaguará, foi destruída por um incêndio de grandes proporções em 18 de fevereiro de 1994, restando muito pouco das antigas paredes de taipa. Foi recuperado em sua volumetria, instalando-se no local, o Bingo do Visconde, que permanece até os dias atuais.

<sup>200</sup> Na primeira visita do jovem imperador D. Pedro II, à Campinas, em 1846, esse edifício de largos beirais, de propriedade de Felisberto Pinto Tavares, serviu de Paço Municipal, à pedido da edilidade. Felisberto Pinto Tavares vendeu-o ao Barão de Ibitinga, filho de Joaquim Ferreira Penteado, posteriormente. Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 186-7.

<sup>201</sup> *Ibid.*, p. 187.

<sup>202</sup> *Ibid.*, p. 188-190.

O termo “sobrado”, diferente do significado atual, era, à princípio, o espaço que havia sobrado, isto é, o espaço situado acima do forro ou do teto, de um compartimento térreo e sob o telhado; seria o que, atualmente, se chama sótão. Poderia também ser o espaço habitável abaixo de um soalho (designado hoje de porão). O sobrado podia, portanto, tanto estar acima do piso como abaixo dele, dependendo das circunstâncias.<sup>203</sup>

Para Pupo, a palavra sobrado, nos engenhos de nossa capitania e província, substituiu a expressão “casa grande”, usada no norte do país. Estava correto, portanto, usar esse vocábulo para identificar as casas maiores e melhores, pois as mesmas apresentavam sempre soalhos de tábuas e não pisos de terras batida. O uso do termo ... “*sobrado*” para designar a casa grande das fazendas, permaneceu até quase a metade do século atual, distinguindo a sede da propriedade agrícola, assoalhada, das casas dos colonos.<sup>204</sup>

Entre as diferenças fundamentais do sobrado e da casa térrea estavam os tipos de piso utilizados: assoalhado no sobrado e de “chão batido”, ou piso de tijolos na casa térrea. Com isso, definiam-se mais ...*as relações entre os tipos de habitação e os estratos sociais: habitar um sobrado significava riqueza e habitar casa de “chão batido” caracterizava a pobreza.*<sup>205</sup>

Freyre ressalta que parece ter sido geral entre os homens esclarecidos no findar do século XVIII para o início do XIX, não só brasileiros, mas europeus do norte da Europa, ...*impregnados até a alma de noções burguesas e urbanas de civilização...*a concepção de que o sobrado ainda patriarcal e já burguês representava a melhor ou a mais alta civilização brasileira.<sup>206</sup>

Não eram poucos os brasileiros, na primeira metade do XIX, que disseminavam a idéia de que o ... *casal de bem, a família bem constituída segundo a ortodoxia patriarcal, devia residir nas cidades, em sobrado ou em casa assobradada, deixando para os indivíduos menos sólidos as casas de qualquer espécie.*<sup>207</sup> Entre estes apologistas do sobrado como residência da gente de bem, estava o Bacharel Antonio Luís de Brito Aragão e Vasconcelos, preocupado em ver o Brasil desenvolver-se dentro da “boa Polícia dos

---

<sup>203</sup> Esse tipo de construção era muito comum onde existiam terrenos ruins, estreitos e em declives, como por exemplo, em Santana do Parnaíba, São Paulo. Carlos LEMOS (1999), *op. cit.*, p. 24

<sup>204</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 90.

<sup>205</sup> Nestor Goulart REIS FILHO, *op. cit.*, p. 24

<sup>206</sup> Gilberto FREYRE (1968), *op. cit.*, p. 301.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 300-1

Povos”, dizendo que casais estáveis eram inseparáveis de casas sólidas e bem construídas, levantadas nas cidades em linha reta e que não podia deixar:

...de ser útil ao be' publico que qualquer proprietario que possuir caza terrea não podendo levantar sobrado seja obrigado a vendê-la a outra qualquer pessoa, que o queira e possa fazer, recebendo por ella o seu justo valor, o que era muito conducente para aformozear as cidades, evitando-se que as melhores ruas, e as do interior dellas, onde podião, e devião, haver os mais bellos edificios, estejam occupadas por terreas, e insignifica'tes habitaçoens.<sup>208</sup>

Nas classificações gerais para cobrança de tributos, em 1850, eram utilizadas pela fiscalização campineira, as palavras “casa” para as menores, “casa assobradada” para as assoalhadas e “sobrado” para as casas com dois pavimentos.<sup>209</sup>

Mas o sobrado com dois pavimentos não foi regra em muitos locais brasileiros, pois na medida em que a urbanização foi ocorrendo, principalmente nas cidades com topografias mais difíceis para a expansão da população ou do casario, em sentido horizontal, os andares foram aumentando, possibilitando, dessa maneira, que as casas continuassem grandes, satisfazendo as necessidades patriarcais sem, no entanto, se espalharem exageradamente para os lados. Os sobrados do Recife, típicos da habitação dos ricos comissários do açúcar e fidalgos do comércio, parecem ter sido os mais altos, com até seis andares, seguidos pelos da Bahia, com quatro e mais raramente, cinco andares e, no Rio de Janeiro com até três.<sup>210</sup>

Em seu *Palacete Paulistano*, numa referência ao sobrado urbano tradicional da cidade de São Paulo, Maria Cecília N. Homem lembra que:

De início, era (...) principalmente, propriedade de comerciantes abastados, encerrando sempre uma solução compacta de trabalho e moradia. Ficavam no térreo da loja, depósitos, armazém e escritórios, além de oficinas de escravos e de algumas alcovas (quartos sem janelas). O primeiro andar destinava-se à habitação da família. Repetia-se a mesma disposição da planta alongada, mediante a qual o estar ficava na parte da frente e o repouso no centro. Nos fundos, ficavam a sala de jantar, a cozinha e os serviços. Enquanto os anexos do quintal se construíam a título precário, de pau-a-pique. Tanto o sobrado quanto a casa térrea eram edificadas em taipa de pilão, técnica de construção costumeira no Planalto Paulista. Além do número de andares, conferia-se importancia ao sobrado pelas dimensões, pelo número de cômodos e de janelas envidraçadas, guarnecidas de balcões de ferro batido.<sup>211</sup>

<sup>208</sup> VASCONCELLOS, Antonio Luiz de Brito Aragão e. Memórias sobre o Estabelecimento do Imperio do Brazil ou Novo Império Luzitano. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 3-48, 1920-21, p. 44-5.

<sup>209</sup> Celso Maria de Mello PUPO(1969), *op. cit.*, p. 90.

<sup>210</sup> Gilberto FREYRE (1977), *op. cit.*, p. 188, 191-3.

<sup>211</sup> Maria Cecília N. HOMEM, *op. cit.*, p. 31.

Mas, se era comum a utilização do pavimento térreo na acomodação de escravos, cocheiras e estrebarias ou no aproveitamento do espaço para a instalação de armazéns e lojas, era comum também, a quase vazia total ausência de mobiliário, pois, por uma questão de “*status*” não era usado pelas famílias dos proprietários, para moradia propriamente dita.

Entre os exemplos do aproveitamento do pavimento térreo como armazém, loja ou escritório em Campinas, dois antigos sobrados de esquina merecem atenção: o do Visconde de Indaiatuba e o do ituano Pedro Gonçalves Meira, já citados. É provável que o pavimento térreo do sobrado dos Barões de Itatiba, em sua fachada para a rua Ferreira Penteado, tenha sido ocupado por salas de escritório da família. (Figs. 7, 8)

Alguns sobrados tiveram seu uso diferenciado nas visitas dos imperadores e de seus familiares em Campinas, até 1889, por terem sido transformados em Paços Imperiais, sedes provisórias onde, por poucos dias, os monarcas e seus representantes se hospedavam, despachavam, inauguravam ou visitavam os mais importantes estabelecimentos industriais, comerciais e até fazendas. Entre os sobrados – Paços Imperiais “provisórios”, pode-se citar o do Felisberto Pinto Tavares, o do Visconde de Indaiatuba e o do Barão de Atibaia.<sup>212</sup> (Figs. 9, 10, 11, 12 e 13)

Nestas visitas, o sobrado escolhido normalmente era reformado, ostentando em seu interior o que de mais moderno possuíam: o luxuoso mobiliário recém-chegado da França, comprado especialmente para a ocasião, além de uma profusão de louças e objetos de porcelanas, cristais e pratas, preparados para receber não só os visitantes imperiais mas um séquito, representando altas personalidades do mundo político, social e econômico do país. As festas, organizadas pela Câmara Municipal e pelos hospedeiros, constituídas por desfiles, discursos, homenagens e muitos banquetes, chegaram, na opinião de alguns memorialistas, a ser apoteóticas.<sup>213</sup>

É relevante ressaltar que um outro tipo de habitação herdada do período colonial, preservada no Império e mesmo na República, foi a chácara, localizada na periferia dos centros urbanos e muito utilizada pelos proprietários de casas urbanas, pois, denunciando

---

<sup>212</sup> Além dos sobrados citados, os imperadores se hospedaram por três vezes na Casa Grande, residência térrea pertencente à D. Maria Luzia de Sousa Aranha – Viscondessa de Campinas e, posteriormente, de seu filho, o Marquês de Três Rios. Celso Maria de Mello PUPO (1983), *op. cit.*, p. 44-50.

<sup>213</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 162-4, 175-7; Ver também MENDES, José de Castro. História de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 19.11.1968, p. 2-10; OCTAVIO, Benedicto, *Campinas Antiga – As Festas de 1846*. Campinas: Typ. a vapor Livro Azul, 1905.

...no seu caráter rural, a precariedade das soluções da habitação urbana..., solucionava o maior problema existente no sobrado da cidade, devido à falta de espaço em muitos quintais – o do abastecimento.<sup>214</sup> Além da presença obrigatória dos veios d'água, nela existia o plantio de gêneros alimentícios como arroz, feijão, milho, mandioca, acrescentando-se algumas culturas extensivas para troca ou venda dos excedentes, tais como o café, o chá ou a videira. Algumas contavam ainda com olarias, máquinas para beneficiamento dos produtos da lavoura como o monjolo, a moenda e as prensas, bem como árvores frutíferas, armazéns, senzalas e capinzais para as mais diversas criações, chegando-se a conclusão de que muitas delas não passavam de quintais dos próprios sobrados.<sup>215</sup>

A chácara que os Barões de Itatiba possuíam e que, muito provavelmente, fazia o papel de abastecedora do sobrado da família, localizava-se ...no pitoresco bairro do Bonfim...,<sup>216</sup> originária da antiga Fazenda Boa Vista.<sup>217</sup> Possuíam, também, muito próximo do centro urbano campineiro, não uma chácara, mas uma grande propriedade rural - a Fazenda Duas Pontes. A *Monografia Histórica do Município de Campinas* informa que nestas duas áreas rurais os Barões de Itatiba passavam a maior parte de seus dias.<sup>218</sup> Para Goulart, o afastamento espacial em que ficavam os moradores das chácaras em relação às cidades era muito mais uma medida de conforto do que o desligamento do centro urbano, onde estava grande parte de seus negócios.<sup>219</sup>

---

<sup>214</sup> Nestor Goulart REIS FILHO, *op. cit.*, p. 29-30. O português D'Alincourt, quando passou por Campinas, anotou o trivial da população pobre: feijão, toucinho, carne de porco, arroz e milho. Já nas mesas das famílias abastadas encontravam-se, comumente, ...*volumosos assados, empadas, perus, leitões inteiras, arroz de forno...* Apud Valter MARTINS, *op. cit.*, p. 120.

<sup>215</sup> Era no sobrado da cidade que o proprietário mantinha a média de sete a quatorze escravos e de vinte a quarenta, na chácara. Além disso, era mais barato manter os escravos na chácara, que se vestiam mais simplesmente que na cidade. Maria Cecília N. HOMEM, *op. cit.*, p. 35-9., *Ver também*: Gilberto FREYRE (1977), *op. cit.*, p. 235.

<sup>216</sup> CAMPOS JUNIOR, Teodoro de Sousa. Titulares do Império. In: *Monografia Histórica do Município de Campinas*, Rio de Janeiro: I.B.G.E., p. 278-280.

<sup>217</sup> A Fazenda Boa Vista, fazia parte do antigo latifúndio do capitão-mor Floriano de Camargo Penteado. Herdada pelo Barão de Itatiba, este passou a Francisco Ferreira de Camargo Andrade. Teve também como sucessores Pedro Ferreira de Camargo e outros, que fracionaram-na, vendendo a sede com terras, cafezais, e benfeitorias em 1891, ao senador Bento Augusto de Almeida Bicudo, que lhe deu o nome de chácara República. Nela, foi instalado em julho de 1904, o Asilo dos Inválidos atualmente, Lar dos Velhinhos. Sua sede foi demolida em 1969, apesar da insistência de alguns estudiosos em querer preservá-la, por se tratar de um belo sobrado rural do século XIX. Celso Maria de Mello PUPO (1983), *op. cit.*, p. 168

<sup>218</sup> Teodoro de Sousa CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 278-80.

<sup>219</sup> Nestor Goulart REIS FILHO, *op. cit.*, p. 30.

### 2.3 – A CONSTRUÇÃO DO SOBRADO: IMPLANTAÇÃO, TÉCNICA CONSTRUTIVA E PROGRAMA DE NECESSIDADES

Como todas as residências urbanas da época, a implantação do sobrado do Comendador Penteado, em um terreno com aproximadamente 1.100 m<sup>2</sup>, foi feita sobre o alinhamento de via pública, mais especificamente, de duas vias muito significativas – antiga rua do Pórtico com Regente Feijó - com paredes laterais sobre o limite do terreno vizinho, obedecendo ao Código de Posturas vigente na época. Após o término de sua edificação, passou a possuir 2.100 m<sup>2</sup> de área construída, tendo 1.185 m<sup>2</sup> o sobrado da esquina e 915 m<sup>2</sup>, o edifício geminado, distribuído em dois pavimentos.<sup>220</sup> (Figs. 14 , 15 e 16)

Oriunda do período colonial, a arquitetura residencial urbana baseou-se em um tipo de lote com características muito bem definidas, pois, herdadas das antigas tradições urbanísticas de Portugal, as vilas e cidades brasileiras apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos, não se concebendo, na época, a idéia de casas recuadas ou com jardins.<sup>221</sup> O aproveitamento das tradições urbanísticas portuguesas tinha como objetivo garantir a semelhança das vilas e cidades brasileiras com aquele país. Para Goulart:

O esquema apontado envolvia ainda a própria idéia que se fazia de via pública. Numa época na qual as ruas, com raras exceções, ainda não tinham calçamento, nem eram conhecidos passeios, recursos desenvolvidos já em épocas mais recentes, como meio de seleção e aperfeiçoamento do tráfego – não seria possível pensar em ruas sem prédios; ruas sem edificações, definidas por cercas, eram estradas. A rua existia sempre como um traço de união entre conjunto de prédios e por eles era definida espacialmente.<sup>222</sup>

---

<sup>220</sup> Informações de medidas de terreno e área construída foram extraídas do Processo de Tombamento do CONDEPHAAT. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo. Centro de Documentação da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural.

<sup>221</sup> A habitação urbana tradicional correspondeu a um tipo de lote padronizado, estando sua origem situadas no urbanismo medieval-renascentista de Portugal. Essa padronização era fixada nas Cartas Régias ou nas posturas municipais. Dimensões e número de aberturas, altura de pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas eram exigências correntes no século XVIII e isso revela uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, na maioria das vezes, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa. *Ibid.*, p. 22-4.

<sup>222</sup> Nestor Goulart REIS FILHO, *op. cit.*, p. 22.

É possível observar que nas construções do século XVIII até meados do século XIX, no Brasil, a uniformidade dos terrenos correspondeu à uniformidade dos partidos arquitetônicos, onde as casas assim construídas traziam um toque de monotonia, acentuada pela ausência de verde, por não existir ainda, a prática de arborização de ruas, de jardins públicos ou mesmo domésticos supra citado.<sup>223</sup> Acentuava-se, também, a impressão de concentração, mesmo em cidades de população reduzida, atenuada, vez ou outra, pelos pomares que se derramavam sobre os muros...<sup>224</sup> As supostas vistas panorâmicas de Campinas de 1865 mostram, sob o olhar de Castro Mendes, essa mesma monotonia de que fala Goulart (ver Fig. 1), na qual a pequena cidade possuía:

...o casario pobre de telhados enegrecidos e uniforme, cuja monotonia era quebrada aqui e ali pelo torreão da cadeia, pelas torres da Igreja do Rosário ou pelo vulto enorme das taipas da Matriz Nova (Catedral) em construção. Vista do alto do Guanabara, a famosa Campinas, considerada a capital agrícola da Província, mais parecia uma aldeia quieta e adormecida entre a verdura exuberante dos pomares e das plantações vizinhas.<sup>225</sup>

O grande responsável pela uniformidade dos terrenos e, conseqüentemente, pela monotonia observada por Goulart e Mendes, foi o arruador. A ele cabiam abertura de ruas, seu traçado, demarcação de toda a qualquer construção dentro da povoação. O arruador era nomeado pela Câmara Municipal e o cargo exercido, na época, apenas *...por construtores locais para o qual passaram a ser escolhidos profissionais competentes, como engenheiros, arquitetos e, na falta destes, mestres carpinteiros, dado que estes profissionais sabiam manejar instrumentos de medição.*<sup>226</sup>

Essa responsabilidade já estava prevista nas posturas da primeira metade do século XIX.<sup>227</sup> De acordo com o Capítulo 1º, das Posturas da Câmara Municipal da Cidade de 1864, ninguém podia *...construir obra alguma ou fechar terreno dentro da povoação sem proceder alinhamento pelo Arruador, que perceberá por seu trabalho “mil reis” se a caza*

---

<sup>223</sup> O Passeio Público mais antigo do Brasil é o do Rio de Janeiro. Foi projetado e parcialmente executado pelo mestre Valentim. Posteriormente, o traçado do jardim foi alterado, no sentido romântico, por Glaziou (1861). Tombado pelo IPHAN, lá se encontram o Chafariz dos Jacarés, os obeliscos e o portão de mestre Valentim. Em Campinas, o Passeio Público começou a ser construído no início da década de 1870, tendo sido inaugurado em outubro de 1876. Ver: LIMA, Siomara Barbosa. *Os jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade*. Campinas, 2000. (Dissertação de Mestrado. FAU-PUC Campinas)

<sup>224</sup> Nestor Goulart REIS FILHO, *op. cit.*, p. 24.

<sup>225</sup> MENDES, José de Castro. História de Campinas. *Correio Popular*, 17.10.1968, p. 8-9.

<sup>226</sup> José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.*, p. 42.

<sup>227</sup> *Ibid.*, p. 42. Somente pela Resolução nº 67, de 31/8/1891, é que caberá aos engenheiros municipais a responsabilidade da tarefa do arruador (alinhamentos de edificações, muros, etc.), p. 27.

*ou terreno tiver uma só frente; se tiver duas perceberá “mil e quinhentos”, e mais de duas “dois mil réis” (...); Art. 2º O Arruador será responsável pelos resultados do mau alinhamento ...*<sup>228</sup>

Tendo a possibilidade de ser levantado sobre o alinhamento das ruas Ferreira Penteado e Regente Feijó, os construtores do sobrado da Família Penteado elaboraram duas fachadas com generosas dimensões, propiciando, com isso, um desenho de telhado com quatro águas, adaptado para um prédio com formato em “U”, diferenciando-se da maioria dos esquemas comuns de planta e telhado, onde aparecia no casario simples, a cobertura com apenas duas águas.

Vivendo numa fase de transição entre as técnicas construtivas tradicionais de taipa e as inovações que a técnica tijoleira trazia às edificações, principalmente de grande porte, seus construtores levantaram o sobrado, optando pelas duas, primeiro, porque a taipa, resistente por mais de trezentos anos e forte característica das residências cafelistas, em terras paulistas, ainda impunha respeito e grande confiabilidade e, segundo, porque o uso racional do tijolo, consolidado a partir da segunda metade do século XIX, passava a permitir maior versatilidade, com a execução de *...maiores vãos e os vazios passaram a se igualar aos cheios, dando às modinaturas dos frontispícios outros ritmos.*<sup>229</sup>

Lamentavelmente, a inexistência do seu projeto original e do nome de seu construtor<sup>230</sup> não permitem uma ampla compreensão da aplicação das técnicas construtivas no Palácio dos Azulejos.<sup>231</sup>

Pupo comenta que, em meados do século XIX, o interesse dos poderosos senhores de engenho e de fazenda de café em ter seus enormes sobrados na vila atraiu muitos mestres carapinas, tão mal classificados até hoje como carpinteiros, quando, realmente, eram engenheiros práticos capazes de grandes construções.<sup>232</sup> Entre eles, estavam:

---

<sup>228</sup> CÓDIGO de Posturas da Camara Municipal da Cidade de Campinas. Campinas: “Typ. Campineira”, Jan. 1864, p. 1.

<sup>229</sup> Carlos LEMOS (1979), *op. cit.*, p. 108.

<sup>230</sup> Da mesma maneira que a cidade de São Paulo, muitas obras arquitetônicas de importância realizadas em Campinas, no século XIX, permanecem com autoria desconhecida. É possível que muitos proprietários tenham planejado as plantas de suas próprias moradias, costume aludido por EWBANK e Gilberto Freyre. Eudes de Mello CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 177.

<sup>231</sup> Esperou-se, nos últimos anos, que esta dificuldade fosse superada pelo compromisso que a municipalidade tinha em restaurá-lo pois, com os estudos preliminares de especialistas em restauro, seria possível desvendar ao menos grande parte dos detalhes que somente as prospeções forneceriam.

<sup>232</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1983), *op. cit.*, p. 57.

...Serafim Gomes Moreira, Antonio Alves d'Assumpção, Francisco Romualdo, o carpinteiro Chicão, Francisco Ferreira Pires, Benedito Eleodoro de Toledo (...). O Serafim Gomes (...) foi quem fez o sobrado da d. Thereza (...), executou também muitas obras na matriz nova (...). O carpinteiro Chicão construiu o teatro São Carlos, o palacete do coronel Franco, depois da veneranda e saudosa baroneza de Atibaia (...). Francisco Ferreira Pires foi quem assoalhou a matriz de Sancta Cruz, tendo (...) feito as obras da capella de Sancta Cruz (...). Foi Benedito Eleodoro de Toledo, quem concluiu as obras da matriz de Sancta Cruz (...), o sobrado de José Francisco de Paula, no Largo do Rosário...<sup>233</sup>

Os almanaques de Campinas também anunciam, no início da década de 1870, o nome de alguns engenheiros como: João Gonçalves Pimenta, Squire Sampson e do também arquiteto português Manoel Gonçalves da Silva Cantarino, este último, com escritório localizado à rua do Rosário (hoje, Avenida Francisco Glicério), nº 45, responsável pela grande reforma ocorrida no Teatro São Carlos, em 1867. Lemos chama a atenção sobre este arquiteto como sendo, na sua opinião, um pioneiro do mais puro neoclássico em São Paulo, por ter sido responsável pelo levantamento da planta do Hospital da Beneficência Portuguesa naquela cidade.<sup>234</sup> Não há indicação de suas obras em Campinas, a não ser a reforma do Teatro São Carlos realizada em 1867 e já citada. Em 1873 ainda mantinha escritório na cidade. Habitado a grandes obras neoclássicas, é possível que tenha sido o construtor não só do sobrado de Joaquim Ferreira Penteado como do filho Estanislau Ferreira de Camargo Andrade, pela semelhança existente entre ambos. (Fig. 17)

O que se percebe é que, depois de muitas intervenções pelos quais passou, o Palácio dos Azulejos possui embasamento em pedra, possivelmente, em todas das paredes mestras, taipa de pilão em parte da parede que dá para a lateral do Corpo de Bombeiros/Terminal II e taipa de pilão encamisada com tijolos em outras paredes do pavimento térreo. Na caixa da escadaria principal foi mantida a taipa-de-mão e, no primeiro pavimento, o compromisso foi com a técnica construtiva tijoleira, facilmente verificada nas paredes internas onde faltam reboco e nas paredes externas onde não existem azulejos. Não foram encontrados vestígios de taipa nestas paredes.

Trazida pelos portugueses da região do Algarve, no início da colonização no Planalto Paulista, a taipa de pilão, constituída por grande volume de terra argilosa extraída do próprio local ou de suas adjacências (o material mais barato e mais imediato que

---

<sup>233</sup> DUARTE, Raphael. *Campinas de outr'ora*. São Paulo: Typografia Andrade & Mello, 1905, p. 192-3.

poderiam encontrar), foi passando por algumas adaptações improvisadas, ganhando, através dos anos, feições próprias. Tais características essencialmente paulistas inauguraram uma técnica que, pelo Brasil afora, foi sendo proclamada como “da Província de São Paulo”, a ponto de muitos fazendeiros mineiros, já em meados do século XIX, quando desejavam obras de taipa, procurarem os paulistas - bons taipeiros.<sup>235</sup>

De todos os tipos de terras, a mais usada foi a vermelha, sem pedra e firme. Quando tirada a um palmo de profundidade, não precisava ser molhada pois já possuía umidade natural, cabendo aos socadores somente a tarefa de pilá-la. Só após a conclusão dos alicerces (que deviam ser de três palmos de profundidade), no nível do chão, as paredes podiam ser levantadas, entrando em função o taipal móvel, que se deslocava ao longo das paredes em andamento.<sup>236</sup>

---

<sup>234</sup> LISBOA, José Maria. *Almanack de Campinas para 1872*. Campinas: Typ da Gazeta de Campinas, 1871, p. 60-1 e 65; *Idem. Almanack de Campinas para 1873*. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1872; p. 50; Carlos LEMOS (1987), *op. cit.*, p. p. 76-8.

<sup>235</sup> A palavra taipa, nos documentos coloniais nunca aparece só, vindo sempre acompanhada pelos qualificativos “de pilão” ou “de mão”. A taipa de mão é pouco citada nos documentos bandeiristas, dando a entender que o que predominava era a taipa de pilão. A taipa de mão era mais comum nas repartições internas das casas, que também poderiam ser de tábuas. Existem dúvidas se a taipa de mão bandeirante era semelhante àquela encontrada em construções paulistas da primeira metade do século XIX. LEMOS, Carlos. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 18, 39-42. (Coleção Repensando a História 2).

<sup>236</sup> SCHIMIDT, Carlos Borges. *Construções de Taipa*. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, São Paulo, 1949, p. 12-14. Maiores detalhes de todos os procedimentos posteriores, como a construção das paredes internas e externas, com seus respectivos vãos de portas e janelas até o madeiramento do telhado, podem ser encontrados nesta obra.

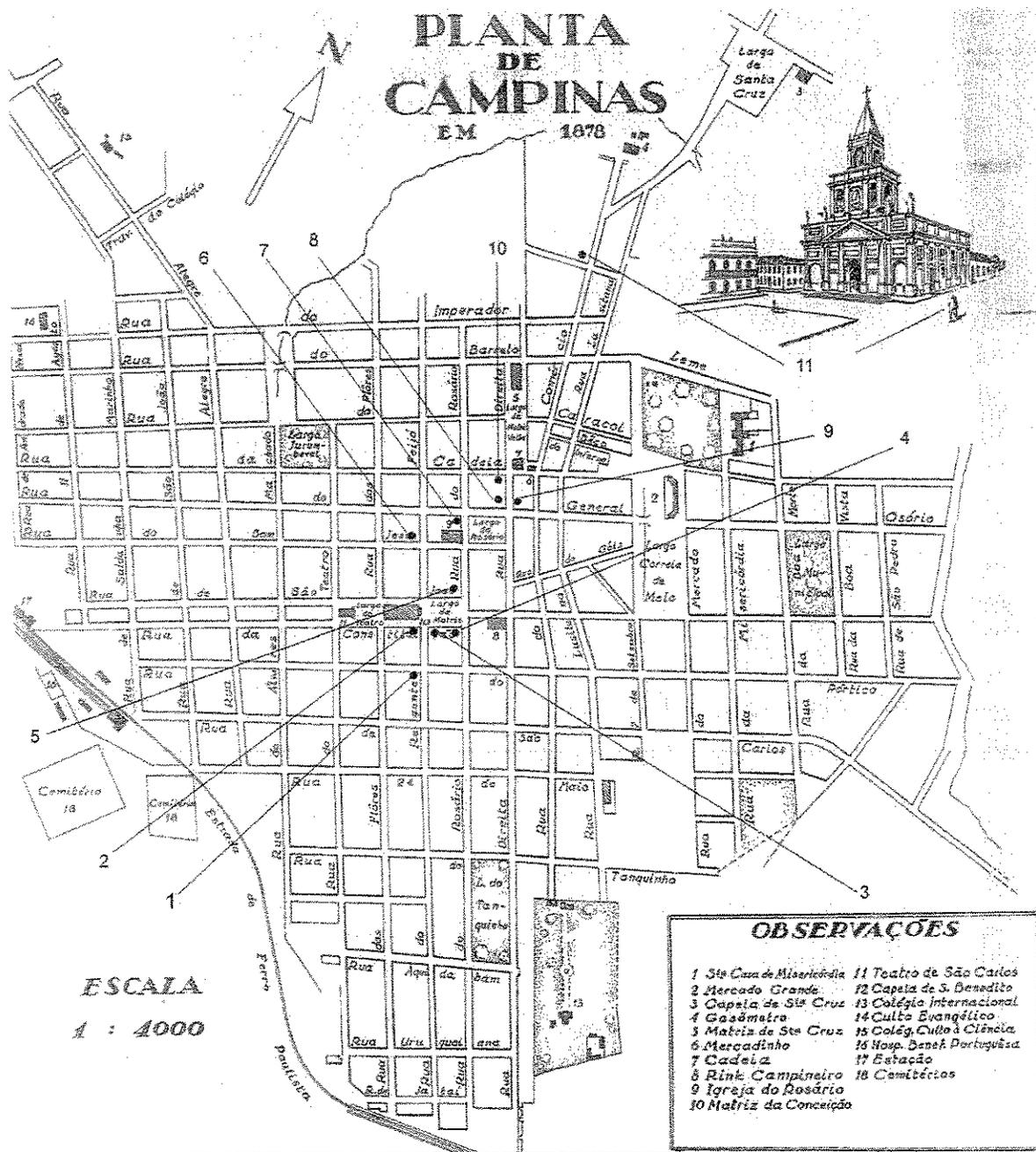


Fig. 7 – Planta da Cidade de Campinas em 1878, elaborada pelo Dr. Júlio Mariano Junior (com base em original), com seus principais edifícios públicos a particulares. Nela, a autora deste trabalho acrescentou alguns sobrados e casarões térreo existentes, de propriedade de pessoas de posses da época, de acordo com a enumeração, em destaque: 1 – sobrado do Barão de Itatiba; 2 – sobrado do genro do Barão de Itatiba; 3 – sobrado de Estanislau Ferreira de Camargo Andrade; 4 – Casarão térreo da Viscondessa de Campinas/ Marquês de Três Rios; 5 – sobrado de Francisco de Campos Andrade; 6 – Casarão do Barão de Ataliba Nogueira; 7 – sobrado dos Teixeira Nogueira; 8 – sobrado de Pedro Gonçalves Meira; 9 - sobrado de Tereza Miquelina do Amaral Pompeu /Visconde de Indaiatuba; 10 – sobrado do Padre Manoel José Fernandes Pinto; 11 – sobrado de Felisberto Pinto Tavares/ Barão de Ibitinga. In: SESSO JUNIOR, Geraldo. *Retalhos da Velha Campinas*. Campinas, Empresa Gráfica e Editora Maranata Ltda., 1970.



Fig. 8 – Sobrados localizados à rua do Rosário (atual Avenida Francisco Glicério), caracterizados pelos seus grandes beirais, janelas-balcões e artísticos gradís elaborados com ferro, contornando todo o edifício. Estes casarões, juntamente com a Igreja do Rosário, foram demolidos na década de 1950, com a implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos, do urbanista Francisco Prestes Maia. Data: [Década de 1940]. Col. Particular Maria Luiza P. de Moura.

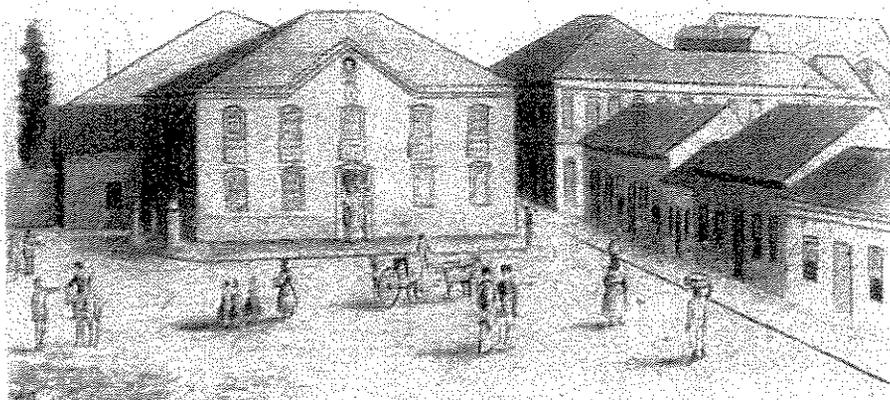


Fig. 9 – Edifício da Cadeia e Câmara. Desenho elaborado por H. Lewis em 1863. Antes de sua construção, ali existiu a primeira capela de Campinas. Com a demolição da Cadeia e Câmara em 1898, foi construído o monumento - túmulo em homenagem ao maestro Antonio Carlos Gomes, existente até os dias atuais. Coleção Maria Luiza P. de Moura.



Fig. 10 – Sobrado conhecido como Solar do Visconde de Indaiatuba construído por volta de 1846, situado à rua Barão de Jaguará com General Osório. Pertenceu à D. Tereza Miquelina do Amaral Pompeu e, posteriormente, ao irmão Joaquim Bonifácio do Amaral - Visconde de Indaiatuba. Em 1875, na inauguração da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, transformado em Paço Municipal, nele se hospedaram D. Tereza Maria Cristina e D. Pedro II, Imperadores do Brasil. Atualmente, pouco resta de suas paredes originais devido a um sinistro de grandes proporções ocorrido em fevereiro de 1994. Data: [Início do século XX]. Col. Particular Maria Luiza Pinto de Moura.

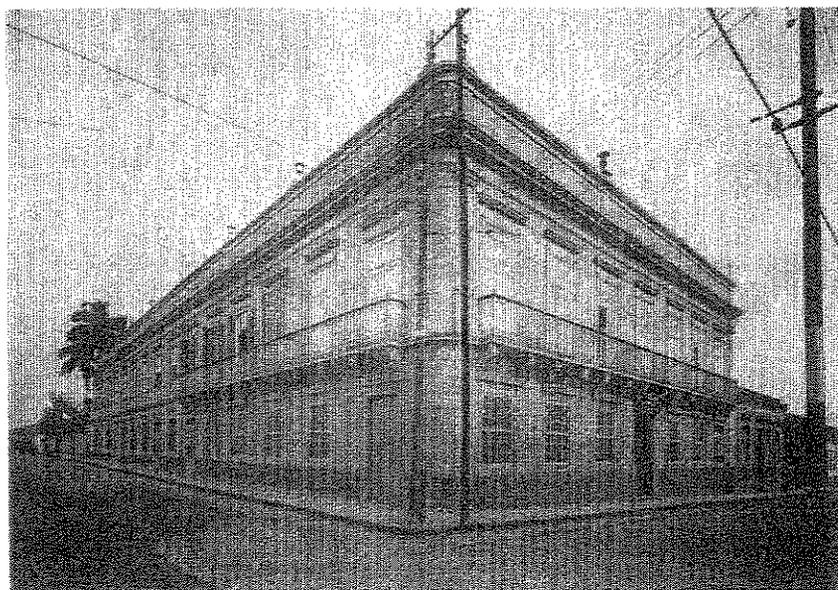


Fig. 11 – Antigo sobrado de Felisberto Pinto Tavares, posteriormente, de Joaquim Ferreira de Camargo Andrade – Barão de Ibitinga, filho do Barão de Itatiba. Transformou-se em Paço Municipal em 1846, hospedando a Família Imperial. Ganhou uma reforma classicizante, influenciada pelo neoclássico da Corte, depois de 1867. No início do século XX passou a pertencer ao Colégio Ateneu, demolido, muitos anos mais tarde. Data: desconhecida. Col. Particular Maria Luiza Pinto de Moura.

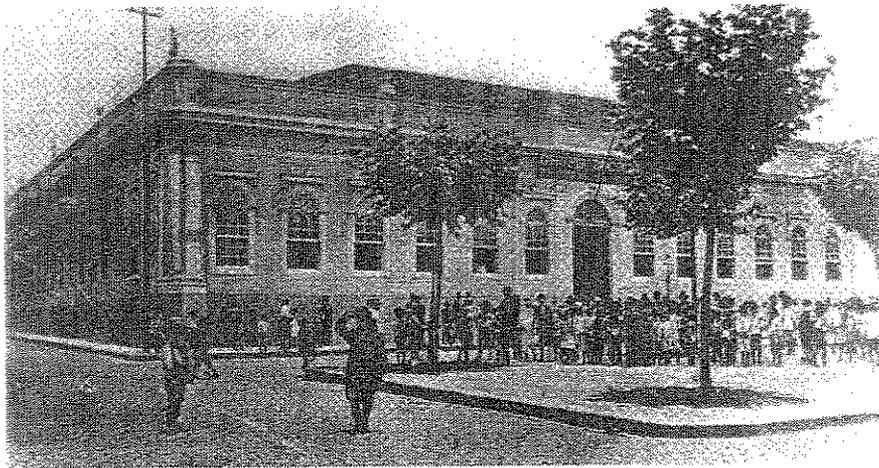


Fig. 12 – Solar da Viscondessa de Campinas, situado no Largo da Matriz Nova, também conhecido como “Casa Grande”. Foi construído no início do século XIX por seu pai, Joaquim Aranha Barreto de Camargo e pertenceu, posteriormente, ao filho, o Marquês de Três Rios que o reformou, por volta de 1880. No início do século XX instalou-se o 2º Grupo Escolar “Dr. Quirino dos Santos” e, posteriormente, o Cine República. Destruído por um incêndio em 1944, foi demolido. Data: Início do século XX. Col. Maria Luiza Pinto de Moura.

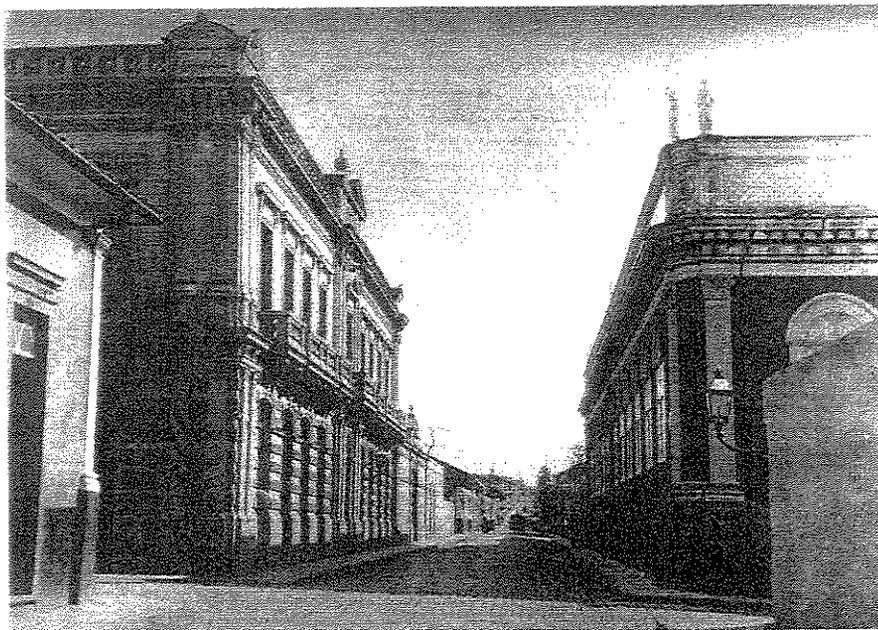


Fig. 13 – À direita da foto, casa térrea pertencente ao Barão de Ataliba Nogueira, provavelmente reformada como outras de seu tempo, onde observa-se os elementos decorativos inspirados no neoclássico. Localizava-se à rua Campos Sales com Regente Feijó. Em frente à casa térrea foi construído o sobrado da mesma família, existente até os dias de hoje. Data: desconhecida. In: SESSO JUNIOR, Geraldo. *Retalhos da Velha Campinas*. Campinas: Empresa Gráfica e Editora Palmeiras Ltda., 1970, p. 172.



Fig. 14 – Foto da cidade tirada do Passeio Público (hoje Praça Imprensa Fluminense) , em 1880. Ao centro, a Matriz Nova impera em meio ao casario simples, destacando-se à sua esquerda, dois grandes casarões: o sobrado de Estanislau Ferreira de Camargo Andrade, filho do Barão de Itatiba e o do Barão de Itatiba, construídos em 1872 e 1878, respectivamente. Trazem grandes semelhanças e podem ter sido desenhados pelo mesmo arquiteto. A azulejaria existente no sobrado do Barão de Itatiba é que faz a maior diferença entre ambos. Col. Particular Maria Luiza Pinto de Moura.



Fig. 15 – Vista parcial da rua Regente Feijó, com destaque para o sobrado da Família Penteado. Em frente ao sobrado, observa-se a lateral da escola construída pelo Barão de Itatiba, em 1880. Data: [1900]. Col. Particular Maria Luiza Pinto de Moura.

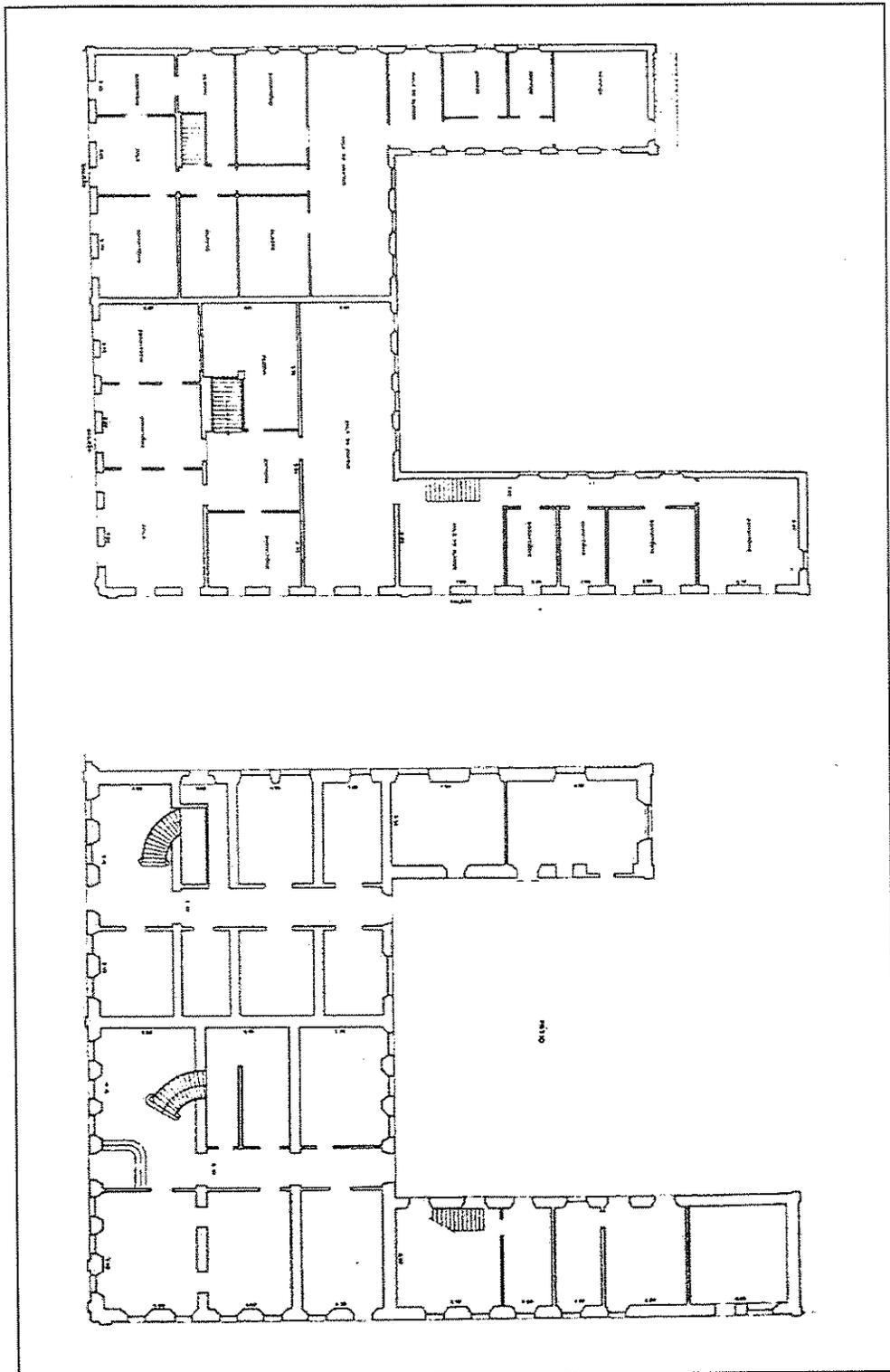


Fig. 16 - Planta das duas residências da Família Penteadó à rua Regente Feijó esquina com Ferreira Penteadó, de 1882, de acordo com Celso Maria de Mello Pupo, em sua obra *Campinas, Município no Império*, *op. cit.*, p. 35.



Fig. 17 – Sobrado de Estanislau Ferreira de Camargo Andrade, o “Lau”, construído em 1872. Estava localizado no Largo da Matriz Nova, hoje Catedral Metropolitana de Campinas. Foi construído com influências neoclássicas da Corte, com vários elementos decorativos compondo toda sua fachada. Em 1921 passou a pertencer a Academia de Comércio São Luiz. Data: [Década de 20?]. Col. Particular Maria Luiza Pinto de Moura.

O interessante, comenta Carlos Lemos, é que esta terra ...*firmemente socada* “até repudiar o pilão”, não era boa condutora de umidade natural do solo; ao contrário das alvenarias (...). A terra socada se transformava numa verdadeira pedra que “tirava faíscas” das picaretas nas demolições provocadas pelo progresso nos dias do café.<sup>237</sup>

Quanto às paredes internas, as mesmas nem sempre eram de taipa de pilão e sim de pau-a-pique, outra técnica de taipa, em que as paredes apresentam uma armação de varas ou paus verticais, unidas entre si por pequenas varas equidistantes e horizontais, situadas alternadamente do lado de fora e de dentro. Toda essa trama era, logo depois, preenchida com barro consistente.<sup>238</sup> Para Eudes Campos, o sistema de pau-a-pique ...*empregado nas construções de andares superiores, tinha como objetivo não sobrecarregar as paredes térreas, e parece ter sido bastante corriqueiro em toda a primeira metade do século XIX.* Em versões mais aprimoradas, recebiam o nome de “parede francesa”.<sup>239</sup> Nas casas de sobrado, para dar mais firmeza à obra, as paredes internas poderiam ser construídas também, em taipa de pilão, medindo até 0,80 m de espessura.

Da técnica construtiva de taipa, resultaram algumas imposições que caracterizaram a arquitetura colonial paulista, entre elas: ... *o casario baixo, grandes panos de parede com pequenas janelas e portas muito distantes umas das outras e profundos beirais destinados a jogar as águas pluviais bem longe dos embasamentos.*<sup>240</sup> A taipa, pela carência técnica, não admitia saliências ou balanços, sendo impossíveis molduras, sancas, cimalthas, colunas e chaminés. A preferência era, então, pelos ângulos retos e retas em todas as paredes.

Para Lemos ...*o império bandeirante foi o império da taipa, da terra socada, da construção barata e firme. A “taipa” bandeirante firmou-se como símbolo de um povo por razões lógicas dentro da ecologia...* definindo sua arquitetura por mais de trezentos anos<sup>241</sup>

Muitos viajantes como Mawe anotaram em seus relatórios a natureza dos edifícios das várias vilas e cidades da Província de São Paulo.<sup>242</sup> Ao viajar pelo interior paulista, em 1818, Auguste de Saint-Hilaire relatava que as casas construídas de taipa eram ... *muito*

<sup>237</sup> Carlos LEMOS (1999), *op. cit.*, p. 41.

<sup>238</sup> DICIONÁRIO da Construção. In: *Arquitetura & Construção*, Ano 12, nº 5, p. 57.

<sup>239</sup> Eudes de Mello CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 304, 356.

<sup>240</sup> Carlos LEMOS. (1989), *op. cit.*, 41.

<sup>241</sup> Carlos LEMOS (1989), *op. cit.*, p. 16.

<sup>242</sup> Schmidt cita que o viajante John Mawe, ao subir do Prata para o Rio de Janeiro, em 1809, registrou em seus apontamentos que, durabilidade da taipa dependia da proteção que os paulistas construíram contra o

*sólidas,(...) todas brancas e cobertas de telhas côncavas, nenhuma delas aparenta grandeza e magnificência, mas há um grande número que, além do andar térreo, tem um segundo andar e fazem-se notar por um aspecto de alegria e limpeza.* Passando pela entrada da vila de São Carlos, atual Campinas, naquele mesmo ano, Hilaire alojou-se num espaçoso rancho coberto de telhas, de sólidas paredes construídas com terra socada. Entre Campinas e São Paulo encontrou outros ranchos construídos de taipa, todos destinados ao pouso de viajantes e muladeiros em percurso. Fletcher, outro viajante que por aqui passou alguns anos depois, registrou que todas as casas à beira da estrada e mesmo as imensas igrejas da cidade, eram construídas de terra socada, chamando Campinas de “*cidade construída de barro*”.<sup>243</sup>

O que se observa, com os relatos dos viajantes, é que Campinas não fugiu às tradições de todo o Planalto Paulista, com o casario constituído, em sua grande maioria, de taipa de mão ou de pilão, apresentando, até por volta de 1870, beirais sem calhas, janelas e portas retangulares com vergas retas, algumas janelas e portas com vergas ligeiramente curvas e mais raramente, porta principal terminada em semicírculo com bandeiras de ferro.<sup>244</sup>

Em sua estadia em Campinas em 1865, a caminho do Paraguai, o Visconde de Taunay teve excelente impressão da cidade. Para ele, a rica cidade era muito animada e progressista e seu adiantamento se comprovava dia a dia, pelo aumento da população, pelas construções de novas e numerosas casas e pela abertura de estabelecimentos comerciais importantes. *Sente-se... dizia ele ...que é uma cidade opulenta onde há grandes fortunas e onde as transações avultam. (...). A cidade é bem arruada, ruas cortando-se em angulo reto o terreno bem feito, com pequeno declive. Alguns prédios são muito bons, existindo mesmo alguns palacetes.*<sup>245</sup>

Em outra obra, Taunay comenta que algumas cidades cafeeiras orgulhavam-se do número e da importância de seus titulares e isso lhes trazia indubitáveis vantagens:<sup>246</sup>

---

tempo – os largos beirais a projetarem-se a três pés além da parede, fazendo com que as chuvas corressem distanciadas da base. Carlos Borges SCHMIDT, *op. cit.*, p. 5.

<sup>243</sup> *Ibid.*, p. 6-8.

<sup>244</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 180.

<sup>245</sup> Visconde de TAUNAY. Cartas da Campanha de Matto Grosso (1865 – 1866). S.n.t., p. 30-31.

...até sob o ponto de vista architectonico pois os agraciados começavam logo por construir sobrados condignos de sua situação social de titulares e de grandes do Império. Eram rústicos mas avantajados, alguns delles positivamente enormes. Mas alguns mais modernos já tinham alguns característicos architctonicos mais aceitaveis, como por exemplo (...) do Marques de Três Rios, do Visconde de Indaiatuba, dos Barões de Itapura e de Ibitinga, em Campinas.<sup>247</sup>

Em geral, conclui ele, o que mais impressionava nestes sobradões de titulares era ...a vastidão de suas dimensões, sua cubagem enorme, suas extensas fachadas, grande profundidade, altíssimos pés direitos, grandíssimos saguões de casas rústicas.

Dependentes da mão-de-obra escrava, comenta Lemos, era muito natural que o rico simplesmente ostentasse seu poder, fazendo apenas um número maior de dependências em suas casas, aumentando desmesuradamente os tamanhos dos compartimentos, sem contudo, alterar os agenciamentos e os condicionantes tradicionais dos partidos.<sup>248</sup>

Dois anos depois da passagem de Taunay por Campinas, grandes transformações nas construções marcaram o início de uma nova fase na arquitetura, dentre elas a abertura da Fábrica de Tijolos de Antonio Carlos de Sampaio Peixoto, o Sampaio, que passou a utilizar-se da patente industrial inglesa de Clayton & Comp. para produção mecanizada.<sup>249</sup> Esta olaria fabricava tijolos de dois tamanhos e três qualidades, sólidos ou tubulares e ladrilhos impressados ou não, o que trouxe notável contribuição para o desenvolvimento da construção civil. Associada à sua fundição e ferraria, produzia diversificada linha de implementos agrícolas, grades para residências, jardins e cemitérios.<sup>250</sup>

Comenta Pupo que a primeira construção que identificou com o material desta fábrica foi a casa de Francisco de Paula Bueno, com tijolos em suas paredes externas e pau-a-pique nas internas. Em outras construções posteriores, entenderam seus executores que as mesmas seriam mais sólidas se utilizassem taipas em suas paredes externas e tijolos em suas paredes internas, eliminando-se desta maneira o uso do pau-a-pique.<sup>251</sup>

---

<sup>246</sup> TAUNAY, Afonso d' Escragnoille. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. do Departamento Nacional do café, 1939, p. 256. v.8.

<sup>247</sup> Carlos Borges SCHMIDT, *op. cit.*, p. 5.

<sup>248</sup> Carlos LEMOS (1979), *op. cit.*, p. p. 104.

<sup>249</sup> CAMILLO, Emma E.R. *Guia Histórico da Indústria Nascente em Campinas (1850-1887)*. Campinas: Mercado das Letras/CMU, 1998, p. 66-71.

<sup>250</sup> LAPA, José Roberto do Amaral, *op. cit.*, p. 105. Ver também: LEMOS, Carlos A. C. *Cozinhas, etc.: um serviço sobre as zonas de serviço da Casa Paulista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976, p. 115-6. (Coleção Debates)

<sup>251</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 190-1.

Apesar da técnica construtiva tijoleira ser muito utilizada no litoral brasileiro, principalmente na marinha nordestina, foram as exigências da cafeicultura que introduziram o tijolo no Planalto Paulista.<sup>252</sup> Com o beneficiamento do café, nas fazendas, a pedra foi relegada a um segundo plano por ser cara e de difícil acesso, tendo sido escolhido, em seu lugar, o tijolo como material mais adequado para a construção de muros de arrimo, para os terraplenos dos terreiros de secagem, aquedutos, canais, tanques de lavagem, instalações de roda d'água e telhas de pé direito alto. Juntou-se ao tijolo a fabricação de cal, que havia se tornado mais barato pela exploração do produto em algumas cidades da região, e do cimento que vinha da Alemanha ou da Inglaterra, acondicionados em barricas. Tudo, transportado pela estrada de ferro que ligava Campinas ao litoral ou ao interior da província.<sup>253</sup>

A utilização dos tijolos na cidade antecedeu em alguns anos a Fábrica de Tijolos do Sampainho, pois o Código de Posturas da Câmara Municipal do ano de 1864<sup>254</sup> exigia que todos os terrenos particulares fossem fechados com muros de taipa, pedra ou tijolos. O que não se sabe é a procedência dos mesmos, seu preço e se foi comumente utilizado.<sup>255</sup>

Vindo ao encontro aos recentes preceitos de salubridade doméstica, o tijolo permitiu arcos, abobadilhas, janelas maiores e mais próximas umas das outras, transformando a casa em um local claro e arejado.<sup>256</sup> Com sua consolidação, nos anos seguintes, generalizaram-se as platibandas, suprimindo os largos beirais das antigas residências e as águas, que caíam diretamente do telhado para os passeios, foram resolvidas com calhas de cobre. Exemplos de casas que suprimiram seus beirais por platibandas foram o sobrado do Barão de Ibitinga,

---

<sup>252</sup> Esse desconhecimento deveu-se, principalmente, ao alto preço e falta de qualidade da cal nesta região, problema só resolvido mais no final do século, quando algumas cidades começaram a explorar o material. Carlos LEMOS (1999), *op. cit.*, p. 225.

<sup>253</sup> *Ibid.* Ver também, do mesmo autor: *História da Casa Brasileira*, *op. cit.*, p. 60-1.

<sup>254</sup> O Código de Posturas de 1858 exige que a frente das casas sejam construídas de pedra, na largura de dez palmos. POSTURAS da Câmara Municipal da Cidade de Campinas. Campinas: Typ. Campineira, 1858, s.p. CÓDIGO de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Campinas. Campinas: Typ. Campineira, Jan. 1864, p. 3.

<sup>255</sup> Na cidade de São Paulo é bem conhecido o caso do pelourinho de tijolos cozidos argamassados, que tentaram erguer na vila de Piratininga, em 1610. Em 1742, o ouvidor-geral corregedor da comarca, exigia que os moradores calçassem as testadas de suas casas com tijolos ou pedras, mas a população, porém, eximiu-se de tal encargo, alegando falta de recursos. A maior e talvez a primeira fábrica de tijolos movida a vapor que se tem notícias, foi fundada em 1859 e localizava-se no Bom Retiro. Eudes de Mello CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 309, 370-1. Em Campinas, uma tradição oral da família Lane aponta que o Dr. Eduardo Lane foi o introdutor do tijolo, tendo instalado a primeira fábrica no bairro de Santa Cruz, possibilitando que ele construísse o Colégio Internacional. José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.*, p. 105.

filho do Barão de Itatiba e a Casa Grande do Marquês de Três Rios, construída no início do XIX.

As mudanças nas técnicas construtivas acentuaram-se mais, depois de 1875, quando a fábrica de tijolos de Sampaio Peixoto, substituindo a patente industrial de Clayton & Comp., passou a fabricá-los com o brasão imperial. Dos modelos existentes, um deles media 12,8 cm de altura por 26,8 cm de comprimento e 7,6 cm de espessura. Em uma das faces apresentava a inscrição em baixo-relevo “Sampaio Peixoto – Campinas” e em outra, em relevo, o brasão do Império, distinção feita por D. Pedro II, em visita à sua fábrica, em agosto daquele mesmo ano.<sup>257</sup>

A cidade de barro ia sendo substituída pela de tijolos, existindo em 1873 mais de doze olarias localizadas nos bairros de Santa Cruz e do Fundão, atestando a intensidade da construção civil, nesta década.<sup>258</sup>

No entanto, destaca Pupo, apesar das profundas mudanças ocorridas, grandes sobrados foram construídos em taipa, em 1878 e 1882, continuando a ser o material de confiança dos muitos proprietários e construtores.<sup>259</sup> Se nem todos os barões do Império tiveram coragem de romper de vez com a taipa, procuraram inovar, no entanto, ao chamar arquitetos de fora, construtores afeitos à outras técnicas, mestres hábeis em estuques e decorações mais versáteis, que sabiam manejar estilos dos mais variados.<sup>260</sup>

No sobrado da Família Penteado, nosso objeto de pesquisa, edificado em 1878, foram utilizadas as duas técnicas construtivas existentes naqueles anos: a tradicional taipa combinada ao tijolo, como já citado anteriormente.

Desta maneira, chega-se a conclusão que a maioria das paredes mestras do pavimento térreo tenham sido edificadas em taipa de pilão encamisadas com tijolos, com medida aproximada de 0,90 cm de largura, além das internas, em taipa de mão,<sup>261</sup> todas,

---

<sup>256</sup> LEMOS, Carlos. Transformações do espaço habitacional ocorridos na arquitetura brasileira do século XIX. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, nº 1, 95-106, 1993.

<sup>257</sup> José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.*, p. 105. Nesta visita, D. Pedro II anota em seu diário que a referida fábrica fazia 4.000 tijolos em 5 horas, tinha motor de vapor e de água e seu proprietário se comunicava do escritório com as oficinas por tubos acústicos onde se ouvia a distância de 300 palmos. Sampaio era genro do Marquês de Três Rios. Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 170.

<sup>258</sup> José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.*, p. 105.

<sup>259</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 191..

<sup>260</sup> Carlos LEMOS (1976), *op. cit.*, p. 116.

<sup>261</sup> Sobre as paredes divisórias deste sobrado, sabe-se, pelo Relatório de 1935 que haviam sido suprimidas, na reforma daquele ano, muitas paredes divisórias de taipa pois...*era sabido que os prédios que compunham o Paço Municipal eram de construção antiga, com espessas taipas de 1 metro e mais de largura, e inúmeras*

porém, alicerçadas em pedras. Em muitas edificações paulistanas já estavam sendo utilizados alicerces de alvenaria de pedra desde 1820, pois as construções de taipa, assentadas em fundações rasas pelo abuso de seus construtores, haviam desabado após chuvas fortes. Essa prática de embasamento em pedra só ganhou forças, entretanto, após as enchentes de 1850, quando muito prédios da cidade de São Paulo vieram ao chão.<sup>262</sup> O perigo das construções de taipa, em Campinas, foi registrado numa das obras de Taunay, em 1865, quando fez referência à queda de paredes da Matriz Nova, ocasião em que morreram vários operários.<sup>263</sup>

Cumprir notar que, enquanto na capital paulista a dificuldade maior, no período colonial, foi a escassez de madeira de lei para as construções, só encontrada ao longo dos ribeirões e vales, o grande obstáculo dos construtores campineiros foi a obtenção de pedra que só podia vir de longe e seu transporte era muito dispendioso.<sup>264</sup> Registrava Taunay, em seus apontamentos, que distando *...duas léguas da cidade, em terras de um major Elisiário...* havia observado *...boa pedreira explorada aliás muito grosseiramente.*<sup>265</sup> Em 1876, Eliziário de Camargo Andrade anunciava na imprensa a venda de *...pedras para construção e calçadas. Vende por preços cômodos, conduz em qualquer ponto desta cidade, ou em chácaras. Quem precisar pode deixar encomendas em casa de França, Camargo & Irmão, ou em casa de minha residência, R. das Flores, n° 38, fornece com proptidão.*<sup>266</sup>

Quanto às paredes externas do pavimento superior do edifício em questão, essas receberam tijolos revestidos com massa, medindo aproximadamente 0,60 cm.,

---

*alcovas sem arejamento e luz direta.* RELATÓRIO dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1935. Apresentado à Câmara Municipal desta cidade pelo Prefeito Dr. José Alves dos Santos aprovado em 6.9.1937. Campinas: Linotypia da Casa Genoud Ltda., 1938, p. 50-1.

<sup>262</sup> Eudes de Mello CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 304.

<sup>263</sup> VISCONDE de Taunay. *Cartas da Campanha de Matto Grosso.* S.n.t., p. 29

<sup>264</sup> No planalto, a madeira de lei bichava menos ou demorava muito para ser atacada por cupins, diferente do litoral, quente e úmido. Além do mais, o custo da madeira era pequeno demais. O que custava era seu transporte e seu beneficiamento, providenciado pela mão-de-obra escrava indígena, a princípio. Usada em abundância e sem critério algum, a madeira de construção já era escassa na época do Morgado de Mateus, a ponto do governador pensar seriamente em reflorestamento, visando sua estocagem. Das madeiras de lei utilizadas, a preferida pelos velhos carpinteiros era a canela, mas outras também foram utilizadas nas obras antigas, como cabreúva, sassafrão, canela-preta, jacarandá, guarantã, urundiba (aroeira?) peroba, pau-candeia, tomberati e cauiarana. Carlos LEMOS (1979), *op. cit.*, p. 15-16, 62. *Idem* (1999), *op. cit.*, p. 43-4.

<sup>265</sup> Visconde de TAUNAY, *op. cit.*, p. 30.

<sup>266</sup> PEDRAS. *Gazeta de Campinas*, Campinas, 23 11.1876. Tudo indica que este senhor a que se refere Taunay e a própria *Gazeta de Campinas*, seja irmão de d. Francisca de Paula Camargo, futura Baronesa de

permanecendo, nas internas, as divisões elaboradas com taipa de mão. Muitas das construções edificadas com tijolos nesta época, receberam, da mesma maneira que este sobrado, o dimensionamento e os detalhes das paredes antigas, pois guardavam ainda um compromisso formal com as técnicas tradicionais de taipa, reduzidas a menos da metade nas paredes internas e sob o peitoril das janelas.<sup>267</sup> A altura de suas paredes chega à 5,49 metros, no pavimento superior e 4,26 metros, no térreo, estando, portanto, de acordo com as Posturas da Câmara Municipal de Campinas de 1865, que determinavam para os sobrados a medida de 7,92 metros para mais, enquanto que, para as casas térreas, a permissão era de pelo menos 4,4 metros na frente, sob pena de multa por qualquer irregularidade.<sup>268</sup> (Figs. 18, 19, 20 e 21)

O programa de necessidades da casa urbana dos anos que antecederam o Ecletismo, construída ainda no alinhamento da rua, como o Palácio dos Azulejos, não apresentava nada de novo na opinião de Carlos Lemos, pois já estava praticamente esboçado desde o final do período açucareiro e não foi exclusivamente paulista na distribuição de seus cômodos. Pode-se dizer que obedecia a uma espécie de tipologia cafelista extensível à arquitetura rural, com porta central de arco pleno, duas ou três janelas de cada lado, três degraus na porta do corredor de entrada, possibilitando um pequeno porão, para ventilar o soalho. Em se tratando de um sobrado, os fazendeiros ricos ainda evitavam o uso residencial no rés-do-chão e os comerciantes ricos, prosseguindo na vaidade de habitar o sobrado, utilizavam o térreo para instalar seus armazém ou lojas.<sup>269</sup> Ali, o zoneamento das atividades domésticas estavam bem explícitas, com o agrupamento de cômodos de receber, como salas e alcovas na frente, os de repouso familiar, no centro e a varanda e os serviços, no grande puxado, no fundo do sobrado.<sup>270</sup>

---

Itatiba, tio, portanto, de Elisiário Ferreira de Camargo Andrade, morador do sobrado da Família Penteadó, após a morte dos barões. Luiz Gonzaga da Silva LEME, *op. cit.*, p. 263, 266-7.

<sup>267</sup> Nestor Goulart REIS FILHO, *op. cit.*, p. 159.

<sup>268</sup> CÓDIGO de Posturas da Camara Municipal de Campinas. Camara Municipal de Campinas. Campinas: "Typ. Campineira", Jan. 1864, p. 1. Na época, todas as medidas aparecem em palmos: 36 palmos para o sobrado e 20, para a casa térrea, equivalendo a distância que vai da ponta do polegar à do mínimo, com mão aberta, isto é, 0,22 cm. Em 1874 adotou-se o sistema métrico, tardando algum tempo para ser assimilado inteiramente. Paralelamente a isso, cresce o uso de medidas inglesas, pela quantidade de produtos importados tanto da Grã-Bretanha como dos Estados Unidos. Eudes de Mello CAMPOS FILHO, *op. cit.*, p. 319.

<sup>269</sup> Carlos Lemos diz que em São Paulo como em todo o Brasil, toda construção teria, nesta época, a mesma planta ou pelo menos três faixas: de receber, de dormir e de estar e trabalhar, bem definidas, em se tratando de casas térreas. Carlos LEMOS (1999), *op. cit.*, p. 220-2.

<sup>270</sup> *Ibid.*, p. 213.

Entende-se pelo termo “programa”, no jargão profissional dos arquitetos, a reunião das necessidades sociais e funcionais de uma família ou dos moradores de uma casa a ser construída, servindo de base para o desenvolvimento do projeto.<sup>271</sup> Sua ...expressão mais vulgar é “programa de necessidades”, que, com o tempo, passou a simplesmente enumerar, não mais as atuações domésticas, mas as dependências onde elas poderão ocorrer.<sup>272</sup> Essa lista de dependências sempre será a mesma em qualquer região do mundo e época, porque abrange as ocupações usuais de uma família ou grupo familiar, como: ...comer, dormir, urinar, defecar, ter atividade sexual, limpar, preparar alimentos, etc., mais a situação familiar, a condição feminina, a privacidade e a comunicação social..., todas dependendo da situação sócio-econômica e cultural do proprietário e da família, abrangendo fatos como a eleição, o gosto e as aptidões. É a situação do proprietário que determina, portanto, o modo como estas atividades ocorrem no âmbito familiar.<sup>273</sup>

O programa de necessidades aplicado nos sobrados geminados da família Penteado não difere das descrições feitas por Carlos Lemos e este fato pode ser observado nas antigas plantas existentes, datadas de 1908 e 1916, pois, tanto numa como na outra, a distribuição dos cômodos foi muito semelhante. No entanto, as informações sobre a distribuição dos aposentos e seu mobiliário são mais precisas no sobrado da esquina por existir um inventário não datado, possivelmente realizado após a morte dos barões.<sup>274</sup>

---

<sup>271</sup> DICIONÁRIO DA CONSTRUÇÃO. In: *Arquitetura & Construção*, Ano 12, nº 5.

<sup>272</sup> Carlos LEMOS (1989), *op. cit.*, p 10

<sup>273</sup> Maria Cecília Naclério HOMEM, *op. cit.*, p. 14-5. Até os nossos dias, para que o programa de necessidades escolhido pelo cliente, não acarrete prejuízos à funcionalidade de um edifício, com posteriores reformas, aumentos, puxados e até mesmo a fatal inadequação e abandono da construção, é importante que o mesmo seja muito bem ordenado pelo seu construtor, na medida de seu planejamento, com o máximo de correção possível. Lemos diz que ...*por aí se vê que o arquiteto deve estar preparado para deslindar nas entrelinhas da lista sucinta todas aquelas expectativas de ordem cultural.* Pouco se compreende sobre o funcionamento e de que maneira as ocupações domésticas se desempenharam nas antigas moradas paulistas, e como era o comportamento “intramuros” da família mameluca, cuja organização não era exatamente aquela cristã e branca de Portugal. A reelaboração de seus primitivos programas é ainda uma tarefa árdua, *uma esfinge semidecifrada*, como coloca Carlos Lemos, à medida que as mesmas se distanciam no tempo. Somando-se a isso, existem outras dificuldades, como a de analisar os restos arquitetônicos que chegaram até os nossos dias; falta de documentação hábil; poucos indícios existentes em depoimentos de antigos memorialistas e iconografia bastante pobre. Restam, então, os testamentos e inventários dos primeiros séculos, as escrituras de compra e venda de bens de raiz e as atas da Câmara Municipal de São Paulo. Juntos e comparados entre si dão as únicas e importantes informações do modo de morar do paulista antigo, sendo possível, a partir destas fontes ...*fixar algumas constantes na composição arquitetônica perfeitamente explicáveis ou compreensíveis, tendo-se em vista a organização social dos primitivos tempo.* *Idem* (1989), *op. cit.*, p. 10; *Idem* (1999), *op. cit.*, p. 19- 20. *Idem* (1976), *op. cit.*, 55-6.

<sup>274</sup> Ver ANEXO 3: INVENTÁRIO de bens existentes no sobrado à rua Regente Feijó. Fundo Barão de Itatiba. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.



Fig. 18

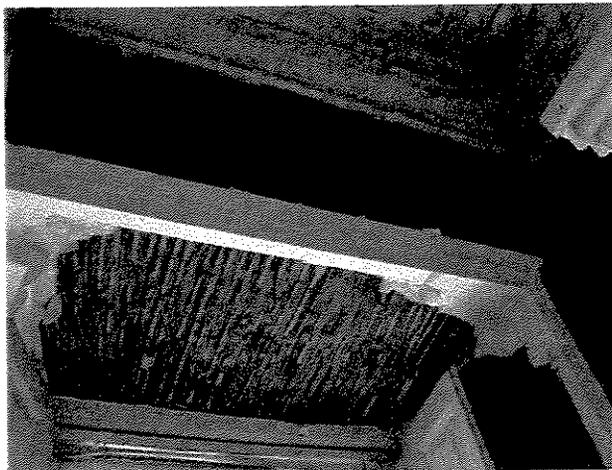


Fig. 19

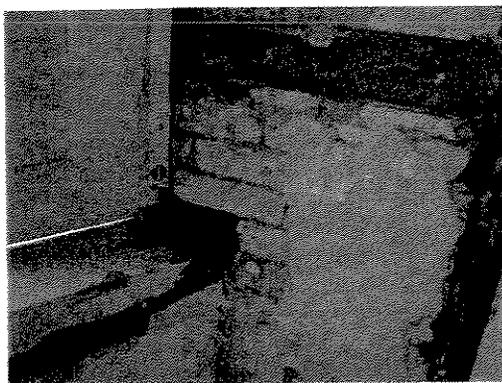


Fig. 20

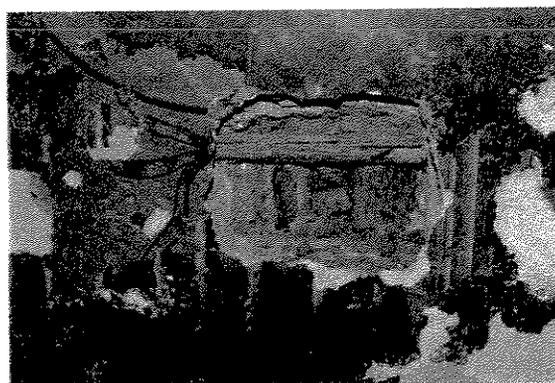


Fig. 21

Fig. 18, 19, 20 e 21: Imagens do interior do Palácio dos Azulejos:

Fig. 18 e 19: Na primeira imagem observa-se um pedaço da parede, do pavimento térreo, feito em taipa de pilão e, na segunda, um estuque elaborado com ripas de madeira. Fotos: Luis Antonio M. Aquino. Data: 2000;

Fig. 20: Parede onde aparecem os tijolos existente no pavimento térreo. Foto: Luis Antonio M. Aquino. Data: 2000;

Fig. 21: Parede feita com taipa-de-mão existente na escadaria nobre da residência da esquina. Este tipo de parede era muito utilizada para dividir as dependências da casa.. Foto: Iracema Fernandes. Data: 17/08/01

A análise do inventário indica a separação interna dos cômodos e seus objetos de mobiliário.

O vestíbulo, novidade programática trazida pelos arquitetos da época, definiu novos critérios de circulação dentro da casa, proporcionando, no andar térreo, uma distribuição de passos a partir dele com quatro salas, quase todas, com seus respectivos quartos. Na primeira, registra-se apenas uma cadeirinha-liteira. Na segunda, um sofá, uma cadeira velha, um cama e um catre. Na terceira, encontra-se a mobília mais cara do térreo, no valor de 220\$000 (duzentos e vinte réis), contendo: um sofá, duas cadeiras de braço, doze cadeiras simples, dois consolos e uma mesa de centro. Tudo leva a crer que esta sala fosse a primeira da frente e estivesse reservada para receber o visitante. O acabamento dela é bastante requintado até os dias atuais, apresentando teto forrado com madeira, ornamentação com aplicações florais, pinturas nas paredes, piso marchetado com diversos tipos de madeira, formando uma rosa dos ventos e um lustre de cristal, provavelmente importado.<sup>275</sup> No quarto, apenas duas camas. Na quarta sala, outra mobília contendo uma marquês, seis cadeiras e dois consolos. No quarto, uma cama e um lavatório. Todos valiam 150\$000 (cento e cinquenta réis). Como já foi dito, anteriormente, duas destas salas tinham portas que davam para a rua Ferreira Penteado, menos a terceira sala supra citada. Nenhum documento esclarece qual uso davam às referidas salas, mas é possível que tivessem sido utilizadas como escritório da família, como indica o testamento do Barão de Itatiba ao referir-se ao cômodo que o filho Francisco ocupava no pavimento inferior do sobrado.

No fundo do edifício estava localizada a cozinha, comumente deixada em segundo plano no programa de necessidades do período, banida para a extremidade da residência, por constituir-se em um lugar repleto de fumaças, poeiras, odores acres, forno muito quente, refúgio de moscas, onde se escondiam as origens de algumas doenças.<sup>276</sup> Identificada como “cozinha suja” pelas condições precárias acima descritas, a cozinha do sobrado da Família Penteado possuía dois armários, sendo um com tampo de pedra e um

---

<sup>275</sup> Em sua obra *Vivendo a História de Campinas*, Margarita Barreto registra que a casa de Joaquim Ferreira Penteado estava revestida, externamente, com azulejos do Porto e, dentro, ornamentada com cristais belgas, lustres franceses e mármore italiano. Nenhum documento foi encontrado, nos levando diretamente às origens destes materiais, ficando registrado, neste trabalho, algumas suposições sobre os mesmos. BARRETO, Margarita. *Vivendo a história de Campinas*, Campinas: Mercado das Letras Autores Associados, 1995, p. Quanto as pinturas existentes, as indicações são de que elas foram elaboradas na primeira intervenção feita pela Prefeitura Municipal, em 1909, como se verá no 3º capítulo.

<sup>276</sup> Michelle PERROT, *op. cit.*, p. 337-8.

barril, além de utensílios domésticos. Pela planta de 1908, observa-se a existência de pequenas dependências, possivelmente, as dispensas, quartinhos para guardados ou depósito de lenha. Na descrição do inventário citado, existiam “três catres no quarto do corredor da cozinha”,<sup>277</sup> significando que senão todos, ao menos alguns escravos ou criados brancos ali dormiam, pois era comum a criadagem dormir em quartos ao lado da cozinha, nas dispensas ou até mesmo na própria cozinha.<sup>278</sup> Toda comida produzida era levada à sala de jantar, no pavimento superior, por meio de uma escada existente em um destes aposentos.<sup>279</sup> Os inventariantes não descrevem a presença de qualquer bem mais moderno, a não ser os objetos de cozinha mais comuns da época. Destas dependências, duas portas também davam para a rua Ferreira Penteado.

Quanto às instalações sanitárias, sabe-se que elas já existiam em 1901, fato comprovado através do requerimento de Elisiário Ferreira de Camargo Andrade ao Intendente Dr. Vieira Bueno, pedindo providências para regulamentação do abastecimento de água em sua residência, uma vez que escasseava ...*água até para o serviço da casinha, não faltando ao que diz respeito ao encanamento de água quente, banheiro, etc. cujos canos estão se estragando pela ausência d'água, acresce mais que devido a essa falta a latrina da parte alta não pode ser utilizada sem perigo de infeccionar toda a casa.*<sup>280</sup> Herdada das antigas casas bandeiristas, a casinha, o quartinho ou a secreta, como era denominada a instalação sanitária, não passava de uma construção suplementar feita sobre uma fossa negra, localizada sempre no quintal. Dada a precariedade existente neste tipo de construção, foi demolida não restando nenhum vestígio da casinha citada pelo proprietário em 1901. Não se tem notícias sobre a localização do banheiro e da latrina, existentes na *parte alta* do sobrado, mas era possível que ficasse no fundo do mesmo, próximo aos quartos. As banheiras eram normalmente instaladas no quarto ou em salas próximas,<sup>281</sup> uma vez que a prática do banho já havia sido introduzida no cotidiano da vida privada campineira, nas últimas décadas do século, exigindo a reserva de um espaço e instalações

---

<sup>277</sup> Catre significa cama de viagem, dobrável, de lona ou leito tosco e pobre. No caso da casa dos barões, ficamos com o último.

<sup>278</sup> Sobre as cozinhas, ver: Carlos LEMOS (1976), *op. cit.*, p. 123. *Idem* (1989), *op. cit.*, p. 51-2.

<sup>279</sup> Na planta elaborada para uma das obras de Celso Pupo (fig. 16 deste trabalho), existe uma escada em uma das salas da rua Ferreira Penteado, diferente da planta de 1908, elaborada pela Prefeitura Municipal. Celso Maria de Mello PUPO (1983), *op. cit.*, p. 35.

<sup>280</sup> REQUERIMENTO para regularização de água, 6.1.1901. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas

para tal fim. Junto a este espaço, o máximo que poderia existir era um lavabo, mas nunca uma latrina ou mictório. Nas casas abastadas, banheiras mais luxuosas já tinham substituído as antigas tinas de madeira, pedra ou metal.<sup>282</sup> Com a implantação da rede de águas e esgotos, em 1891, o banho e a toalete moderna foram concebidos, complementados pela água aquecida a gás.<sup>283</sup> Nos anos seguintes, influenciados pelos norte-americanos, os arquitetos confinaram no mesmo espaço a latrina, a banheira, o lavatório e o chuveiro.<sup>284</sup>

É importante ressaltar que, na época em que foi feito o inventário do sobrado, a residência do Barão de Itatiba contava com cinco urinóis. Sem água encanada nas residências campineiras, a maioria das pessoas, mesmo as de posses, contavam com o “tigre”, um barril muitas vezes localizado embaixo das escadas dos sobrados, onde eram depositadas as necessidades fisiológicas e as águas servidas, a espera que o serviço de remoção domiciliar passasse para pegá-lo ou que um escravo o conduzisse a um local apropriado, constituindo-se em verdadeiros focos de podridão ambulantes na cidade.<sup>285</sup>

Além da casinha, estava instalada no fundo do lote a cavalaria, local onde estavam os cavalos utilizados no transporte da família. Por volta de 1870, já eram comuns os carros do tipo europeu, como troles, charretes, vitórias, tilburis e as diligências que transportavam quatro pessoas com suas respectivas bagagens.<sup>286</sup> Em 1879, a grande maioria das famílias abastadas já possuía seus próprios carros em casa, como Joaquim Ferreira Penteado e seus filhos Floriano e Joaquim Ferreira de Camargo Andrade.<sup>287</sup> Em 1900, Arthur Cavalcanti, proprietário do sobrado contíguo, também já tinha seu carro, pois através de um requerimento ao intendente solicitava a construção de uma guia de rebaixamento para que seu carro particular pudesse entrar na garagem ao lado da residência, à rua Regente Feijó.<sup>288</sup>

---

<sup>281</sup> Michelle PERROT, *op. cit.*, p. 337-8.

<sup>282</sup> José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.*, p. 186. Era comum a instalação de sanitários próximo à cozinha, por não existir uma preocupação dos arquitetos com “essas coisas”, uma vez que não fazia parte do cotidiano da casa. Michelle PERROT, *op. cit.*, p. 337-8.

<sup>283</sup> A instalação da rede de gás em Campinas ocorreu em 1875. José de Castro MENDES. História de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 28.11.1968, p. 6-7.

<sup>284</sup> Carlos LEMOS (1989), *op. cit.*, p. 56-7.

<sup>285</sup> Um dos locais utilizados no século XIX no despejo destes dejetos era o Largo Carlos Gomes, quando lá existia um grande e fétido brejo. José de Castro MENDES. História de Campinas, *Correio Popular*, Campinas, 31.10.1968, p. 8.

<sup>286</sup> José de Castro MENDES. História de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 3.10.1968, p. 1-9.

<sup>287</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 154.

<sup>288</sup> REQUERIMENTO para aprovação de reforma, 19.3.1900. Arquivo Municipal de Campinas – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.

No Palácio dos Azulejos, era pelo portão localizado à rua Ferreira Penteado que entravam os transportes, a lenha e todas as provisões vindas da cidade ou das propriedades rurais da família que morava no sobrado da esquina. O jardim deste sobrado também ficava no fundo do lote, com divisas para as ruas José Paulino e Ferreira Penteado. Sobre ele, as informações encontradas são do Dr. Celso Resende, ex-prefeito de Campinas quando declara para um jornal local que, ao lado do edifício, com frente para as ruas Ferreira Penteado e José Paulino, o Coronel Elisiário, filho do Barão de Itatiba, havia plantado um bellissimo jardim sob a responsabilidade de um jardineiro de nome Benoit Fôret que veio da França com o famoso botânico Glaziou, criador do Campo de Sant'Ana, do Rio de Janeiro. Entre os exemplares raros que havia mandado vir de sua pátria, incluiu uma legítima raridade de nome "Ginkgo Biloba". Muito utilizado em jardins de regiões temperadas, o primeiro exemplar chegou ao Brasil, diretamente para o sobrado dos Ferreira Penteado.<sup>289</sup>

Para Nestor Goulart, os jardins como hoje entendemos são complementos de uma casa relativamente recente, pois foram introduzidos nas residências brasileiras sob a inspiração do ecletismo, com influência dos hábitos trazidos pelas massas imigratórias. Nas últimas décadas do século XIX já apareciam as primeiras residências urbanas com nova implantação, rompendo com as tradições e exigindo modificações de lotes e construções. O esquema consistiu, num primeiro momento, no recuo do edifício dos limites laterais do terreno, mas conservou sua frente sobre o alinhamento da via pública.<sup>290</sup>

Com essa nova implantação do lote aparece a introdução do elemento paisagístico na arquitetura residencial, com a criação de jardins laterais, cuja aparência pretendia ser européia,<sup>291</sup> pois, onde só se viam poucas plantas tropicais ...*começaram a surgir jardins afrancesados. Da França haviam chegado jardineiros com plantas européias e exóticas, principalmente roseiras (...). Entretanto, as orquídeas tropicais, que pareciam tão encantadoras (...) tinham poucos cultores ou colecionadores.*<sup>292</sup>

---

<sup>289</sup> JARDIM DA Residência. *Correio Popular*, Campinas, 16.7.1957. Auguste François Marie Glaziou (1833-1897), citado pelo Dr. Resende, foi um botânico francês que se transferiu para o Brasil em 1865 e organizou os jardins do Passeio Público, no Rio de Janeiro, chegando a ser diretor dos jardins imperiais. Em uma de suas viagens, Taunay também faz referência ao botânico supra citado. Visconde de TAUNAY, *op. cit.*, p. 62.

<sup>290</sup> Nestor Goulart REIS FILHO, *op. cit.*, p. 44.

<sup>291</sup> *Ibid.*, p. 46, 122. Esse menosprezo nacional não é só pelas plantas de jardim, mas pelas árvores, plantas e frutas asiáticas e africanas.

<sup>292</sup> O nome ginkgo veio do chinês YIN-hing, significando apricot prateado referindo-se à semelhança com os frutos de laranja miniaturas chamados apricot. É uma espécie viva dentre as mais antigas, datada do período Permiano, cerca de 200 milhões de anos atrás. Atualmente, essa planta é muito difundida pelo Brasil,

Apesar do sobrado estar no alinhamento do lote, seguindo as antigas tradições, o Coronel Elisiário transformou grande parte do seu quintal num belo jardim. Quanto à ginkgo biloba, planta citada pelo Dr. Celso Resende, sabe-se que é bastante cultivada no Oriente, onde é plenamente utilizada. Considerada uma árvore sagrada no Oriente, chegou à Europa por volta de 1730 e ao Brasil em data desconhecida. Possui grande porte, chegando a 36 metros de altura. Florescendo no verão, dá frutos pequenos, redondos, amarelos, caracterizando-se pelo forte cheiro. A planta é utilizada na culinária, mas também é muito difundida pelos seus benefícios medicinais. Como o jardim do sobrado foi descrito como belíssimo, é possível que outras plantas de origem européia também tenham sido trazidas para a residência.

Voltando ao vestíbulo, distribuidor de passos do sobrado, chega-se à escada da residência, feita de madeira. Segundo Perrot, a escadaria da casa nobre normalmente se impunha, à primeira vista, por não ser simples espaço de distribuição, mas antes um lugar de representação.<sup>293</sup> No sobrado é visível esta imposição pois suas paredes foram pintadas, seu patamar e seus quase trinta degraus, finamente marchetados, além de possuir uma clarabóia, ricamente ornamentada, iluminando-a, diariamente.

No final da escada, o patamar superior é representado por um corredor de circulação, encontrando-se, na parte da frente, a área de receber, a mais requintada, tanto do ponto de vista arquitetônico quanto decorativo. Eram comuns, na época, as paredes revestidas com papéis coloridos de motivos ornamentais, importados da Europa, uma grande quantidade de tapetes, quadros e muitas cortinas, pois já não eram mais permitidas as paredes nuas, nem soalhos, nem ladrilhos, como nas casas pobres.<sup>294</sup> Era o local onde se exibia a riqueza, a opulência, a educação da família, através das formalidades e etiquetas, aprendidas muito recentemente. Na França, era a chamada zona de representação.<sup>295</sup> Apesar de não existirem registros de papéis de parede e de quadros no sobrado da família, nesta área estava localizada a sala principal ou de visitas, com o mobiliário mais caro da residência, avaliado em 620\$000, contendo um espelho oval, um sofá, seis cadeiras de

---

existindo grandes plantações nas regiões de clima ameno, como Atibaia, Campos do Jordão e Mairiporã, no Estado de São Paulo. Estes dados foram fornecidos pelo Dr. Hécio de Abreu Junior, quando de sua atuação, como Engenheiro Agrônomo, na Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural, da Secretaria de Cultura Esportes e Turismo, da PMC.

<sup>293</sup> Michelle PERROT, *op. cit.*, p. 331.

<sup>294</sup> *Ibid.* p. 321, 335

braço, uma mesa redonda, quatro consolos e dezesseis cadeiras simples. Junto à sala principal estava a sala de espera, com um sofá, dois aparadores, uma mesa redonda, três cadeiras de braço, duas cadeiras de balanço e mais doze cadeiras simples, no valor de 200\$000. A sala de entrada possuía uma cama, um sofá, seis cadeiras e dois consolos. Nesta área também existia um quarto com uma cama avaliada em 150\$000 e um quarto de passagem, com uma cama e uma marquesa. Era nesta área de representação, portanto, que ficavam as dependências para repouso.

No meio da residência dos barões, atravessando a casa, estavam localizadas a sala de jantar e a varanda. A primeira continha uma mesa elástica, doze cadeiras, dois potes e uma mesa de ferro. Apesar do pouco mobiliário, compunha, juntamente com a varanda localizada ao seu lado, o lugar de encontro cotidiano dos membros da família, o refrescante local de lazer e de estar. Na casa tropical a varanda foi, muitas vezes, confundida com o alpendre. A partir de meados do século XIX, pelo menos em São Paulo, passou a designar também a sala de jantar ou qualquer lugar onde a família estivesse comendo. Propiciou a chamada tertúlia, quando todos permaneciam à volta da mesa, após as refeições, conversando, jogando, lendo, costurando e ouvindo música.<sup>296</sup> Na residência dos barões, sua mobília, avaliada em 270\$000, era composta por um etagère, dois consolos, um sofá, quatro cadeiras de balanço, uma cadeira de braço e doze cadeiras simples.<sup>297</sup>

Ao lado da sala de jantar estava a “salinha da frente”, com um espelho, um lavatório, um cabide e uma cama. No aposento denominado “corredor para a outra casa”, estava instalado apenas um armário. A planta de 1908 não indica porta de ligação entre elas, mas esta pode ter existido quando os barões ali moraram e ter sido fechada na época dos outros moradores.

Depois da sala de jantar existia um corredor de circulação, com portas para três quartos e mobiliário composto por duas camas, duas cômodas, dois genuflexórios e dois lavatórios.

---

<sup>295</sup> Maria Cecília Naclério HOMEM, *op. cit.*, p. 27.

<sup>296</sup> Carlos LEMOS (1989), *op. cit.*, p. 30, 45.

<sup>297</sup> Observar inventário dos bens existentes na chácara. Ali aparece a varanda com todo o mobiliário das salas de jantar e de estar. ANEXO 4 - INVENTÁRIO de bens existentes na chácara. Fundo Barão de Itatiba. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.

Para cobrir as janelas de toda a casa, contavam com 37 pares de cortinas e 6 cortinados para as camas, além de almofadas para sofá.<sup>298</sup>

Nos armários, que imagina-se, de proporções generosas, estavam as louças comuns, porcelanas, pratarias, cristais e outros objetos existentes no sobrado do Barão de Itatiba, tais como: um aparelho completo para jantar, café e chá, de porcelana francesa dourada, com monograma; um aparelho para jantar, em uso, de porcelana branca, com duzentos e duas peças, um aparelho de chá e café, em uso, de porcelana dourada, com quarenta e nove xícaras/pires; três bandejas de porcelana, sete bandejas de prata, entre pequenas e grandes, com peso total de mais de 22 quilos, dois faqueiros de prata com firma; oitenta taças de cristal para champanhe com monograma; quatrocentos e trinta e nove cálices de cristal com pé, com monograma; cento e cinquenta cálices de vidro liso, um copo com tampo; cinquenta tigelas com cinquenta corpinhos de porcelana, cinco tigelas diversas, quatro bules sortidos, um bule de prata para chá e um para café, três manteigueiras, sendo uma de prata; dois açucareiros, sendo um de prata, três leiteiras, sendo uma de prata; seis caçarolas; três caldeirões; seis assadeiras; três canecas; um par de farinheiras de madeira; quatro jarros/bacias de louça; três jarros/bacias de porcelana; um jarro e uma bacia de prata; 13 jarros de porcelana para flores; quinze compoteiras de doces; dezenove garrafas de cristal para água; nove garrafas de vidro para água; quatro garrafas de vidro pequenas; três paliteiros de prata. ( Figs. 22, 22 A, 23)

Outros móveis e objetos de utilidade doméstica encontravam-se na lista inventariada: uma banca, uma cadeira para banca, uma mesinha, um escalda louças, dois reposteiros, doze escarradeiras, sendo uma de porcelana, cinco urinóis e seis espevitadores. Para a iluminação da casa existiam dezesseis castiçais de prata, vinte globos coloridos e um lampião de querosene. No estoque, para ocasiões especiais, vinte garrafas de vinho Bordeaux. (Figs. 24 e 24A)

Chama a atenção, pelo inventário elaborado, a falta de outros armários na residência, pela quantidade de louças, cristais e pratas existentes; de baús, canastras ou guarda-roupa, nos quartos e outros objetos e móveis de uso doméstico, diferente do inventário elaborado na “casa da chácara”, onde estão presentes relógio de parede, mesa de engomar, descrição de roupas de cama, mesa e banho, baús, canastras, travesseiros, além de

---

<sup>298</sup> Não estão descritas, no inventário do sobrado, as roupas de cama, mesa e banho, como no inventário da

uma quantidade ainda maior de móveis e utensílios. Supõe-se desta maneira, ou um inventário incompleto desta residência ou que a maioria dos pertences estivesse na chácara, pela permanência maior de seus proprietários.

Neste momento, os sobrados urbanos passaram a apresentar uma nova maneira de organizar os espaços interiores, tornando-se mais modernos, implicando, com isso, na alteração das formas de habitar e dos mecanismos de relacionamento familiar com a sociedade. A austeridade e a rusticidade deram lugar, aos poucos, aos revestimentos de papéis de parede coloridos, pinturas originais nos forros, principalmente nos ambientes destinados às recepções em geral. Nos salões, as tapeçarias e o mobiliário mais luxuosos e complexos impuseram conforto e ordenação formal, quase desconhecidos em épocas anteriores, possibilitando que o proprietário, numa auto-afirmação social, abrisse as portas de entrada de sua residência, além das salas de visita e de jantar, para que estranhos pudessem admirar a ostentação e o requinte destes ambientes e, conseqüentemente, o poder que possuía. Algumas dependências tornaram-se, portanto, espaços de ostentação onde o proprietário oferecia espetáculo aos seus convidados, instalando as pratarias, os cristais e a porcelana da casa, com o monograma da família.<sup>299</sup> Por outro lado, os locais mais íntimos, destinados à vida familiar como dormitórios, salas de almoço e de serviços, onde, até o advento da República, pesou a sombra dos escravos, continuaram vedados aos olhares estranhos, acentuando-se a privacidade familiar.

Nestas mudanças de hábito incluíram-se alguns comportamentos, que se tornaram mais cerimoniosos e formais, como, por exemplo, a arrumação e o serviço de mesa com uso de objetos mais refinados como cristais, pratos e porcelanas através dos quais o dono procurava reproduzir artificialmente ambientes com características urbanas européias.<sup>300</sup> Além dos aparelhos de jantar luxuosos, chegaram para estas residências alimentos, bebidas, móveis e tapeçarias, literatura, música e pintura. Trouxeram também jardineiros, governantes, professores e construtores.<sup>301</sup>

Como o inventário citado não tem data, crê-se que tanto uma como outra residência do sobrado, dispusessem, na virada do século, de outros confortos domésticos,

---

chácara, onde se observa a grande quantidade destas peças. *Ibid.*

<sup>299</sup> Michelle PERROT, *op. cit.*, p. 332-3.

<sup>300</sup> Nestor Goulart REIS FILHO, *op. cit.*, p. 119.

<sup>301</sup> *Ibid.*, p. 119.

principalmente dentro da cozinha, como fogão, geladeira e outros utilitários, trazidos do exterior. Para Carlos Lemos, além dos tapetes, cortinas, quadros, gravuras, telas e espelhos, as dependências de receber passaram a ter *...sofás de palhinha, almofadas, toalhas de crochê nos tampos de mármore das mesas de centro, relógios de pêndulo e vasos de flores nos aparadores. Flores que antes só existiam nos altares e túmulos. Bibelôs, o supra-sumo da inutilidade...* Às dependências do século XIX, acrescentou-se ao útil, o fútil, como era natural para as famílias com grandes posses e com poder de compra, como Elisiário Ferreira de Camargo Andrade e Arthur Cavalcanti, seus últimos moradores.<sup>302</sup>

---

<sup>302</sup> *Ibid.*

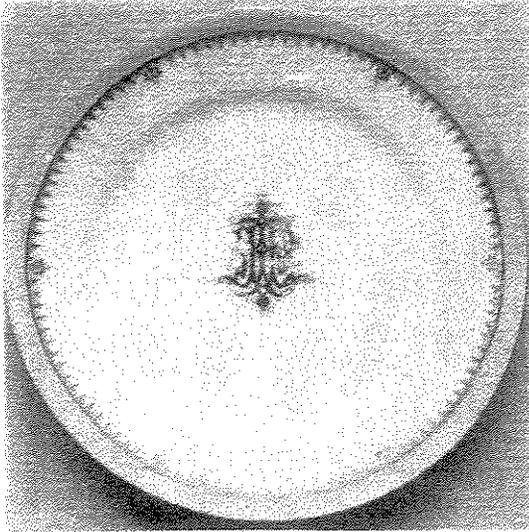


Fig. 22

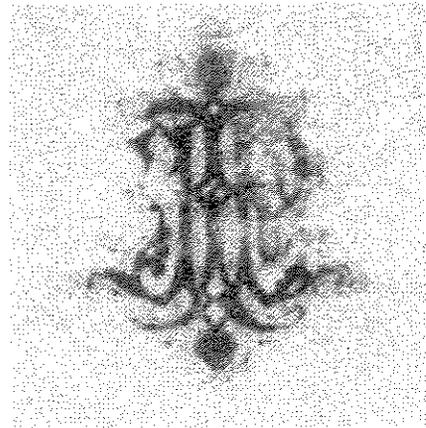


Fig. 22 A

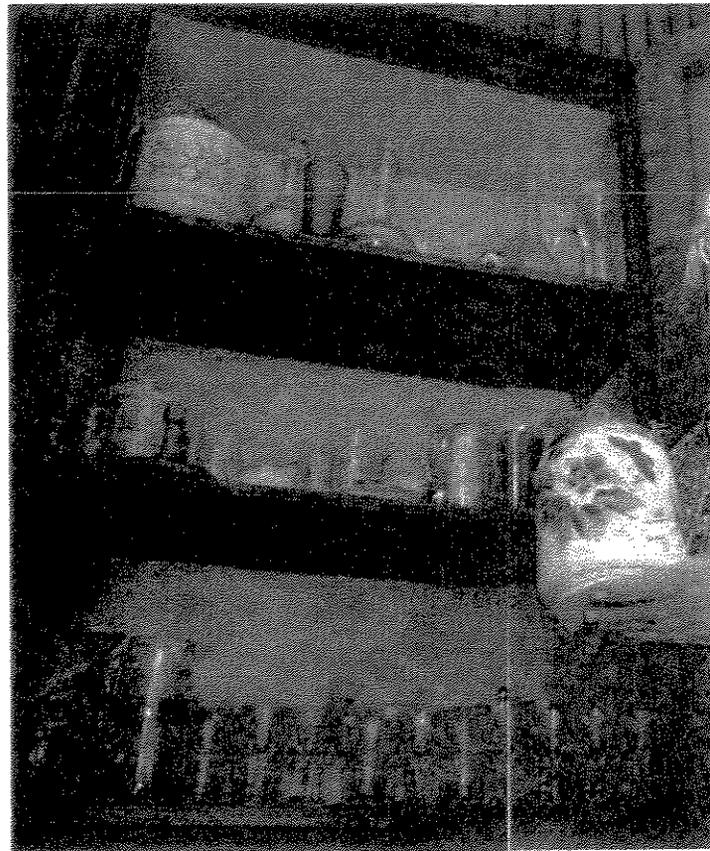


Fig. 23

Fig. 22 e 22 A: Prato com monograma de Joaquim Ferreira Pentead. PUPO, Celso Maria de Mello. (1983), *op. cit.*, p. 108. Fig. 23: Louças e cristais que pertenceram aos Barões de Itatiba, de propriedade, atualmente, da bisneta D. Maria Cândida Telles Coelho. VERZIGNASSE, Rogério. Os bisnetos dos barões do café. *Revista Correio Popular*, Campinas, Maio 1997, p. 14.



Fig. 24 – Baseado no inventário do sobrado dos Barões de Itatiba e nas plantas de 1908 e 1916, a autora elaborou o possível programa de necessidades das duas residências da família.

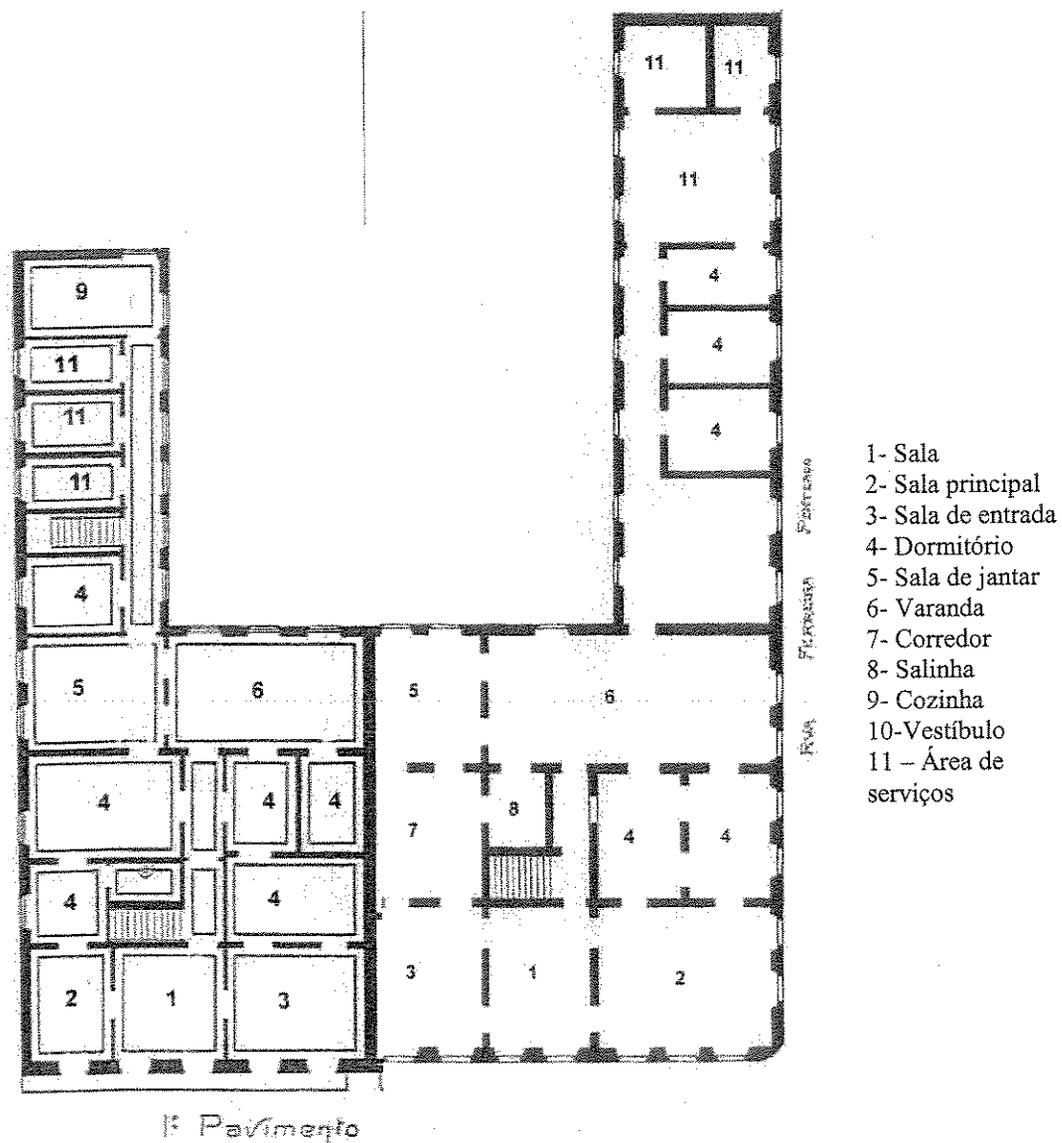


Fig. 24 A – Possível distribuição dos cômodos das residências da Família Penteados no pavimento superior, baseada nas plantas de 1908 e 1916 e no inventário do sobrado de esquina elaborado pela autora deste trabalho. Diferente da residência de esquina, inserimos a cozinha (9) no pavimento superior do sobrado contíguo, pela existência de muita fuligem no telhado e nas vigas desta dependência.

## 2.4 – ESTILO E ORNAMENTAÇÃO

O estilo neoclássico foi adotado no sobrado da Família Penteado, gosto que a Corte ditava desde o final da década de 1820, destacando-se da grande maioria dos edifícios provinciais pela sua tipicidade, apesar da utilização, em parte, da técnica construtiva tradicional, compondo uma rica e apurada fatura, determinada pelo poder e escolha de seus proprietários e construtor.

Além deste, poucos edifícios ainda existem no Estado de São Paulo, ligados ao ciclo do café, com forte influência neoclássica. Temos como exemplos que resistiram às grandes demolições, como: o sobrado do Porto, em Ubatuba; a Casa da Câmara e Cadeia, em Santos e o sobrado do Barão de Dourados, em Rio Claro.<sup>303</sup>

De acordo com Goulart, a origem do neoclassicismo no Brasil é normalmente identificada com a contratação da Missão Francesa, por D. João VI, instalada no Rio de Janeiro, no início de 1816, sob a chefia de Joachin Lebreton, acompanhado por um grupo de artistas muito conhecidos na Europa, como os pintores Jean Baptiste Debret, Nicolas Antoine Taunay, o escultor Auguste Taunay e o arquiteto Grandjean de Montigny, dois assistentes seus e diversos artífices.<sup>304</sup>

O objetivo de D. João VI era utilizar-se dos mestres europeus para implantar uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios com o intuito de promover e difundir a instrução e conhecimentos gerais, não só para homens que exercessem cargos públicos, mas para outros profissionais que pudessem colaborar com o progresso da agricultura, mineralogia, indústria e comércio, fazendo-se necessário para tal intento o estudo de Belas Artes, com a aplicação de ofícios mecânicos.

Por algumas razões, o projeto atrasou e os cursos só puderam ser inaugurados em novembro de 1826, com a denominação de Imperial Academia de Belas Artes. A partir daí

---

<sup>303</sup> TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FAE, 1985, p. 185.

<sup>304</sup> Nestor Goulart REIS JUNIOR, *op. cit.*, p. 116. A Missão Francesa introduziu não só o neoclassicismo, mas o academicismo também. Na França, tanto quanto nos Estados Unidos, o neoclássico começou a ser explorado no final do século XVIII, em oposição à tradição dos construtores barrocos e rococós. Se estes tinham sido os estilos dos palácios da realeza e da aristocracia européias, os homens da Revolução, gostando de se considerar cidadãos livres de “uma Atenas ressurgida”, adotaram o neoclássico na arquitetura, que se tornou a partir de então, o estilo do Império Napoleônico. GOMBRICH, E.H. *História da Arte*. Trad. Alvaro Cabral. São Paulo: Circulo do Livro S.A., 1972, p. 378. Ver ainda: KOCH, Wilfried. 2ª ed. Trad.: Neide Luzia de Rezende. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 59-60.

várias edificações foram construídas por Grandjean e seus discípulos no Rio de Janeiro (algumas existentes até os dias atuais) cuja característica marcante estava na clareza construtiva e a extrema simplicidade nas formas,<sup>305</sup> revelando, em sua execução, um forte domínio dos materiais e das técnicas, resultando em tipos mais refinados de construções, dificilmente encontrados no período colonial e se integrando, pela aparência, nos moldes internacionais da época. Outros centros maiores como Belém e Recife também receberam esta influência mais acadêmica dos grandes mestres europeus, todos dependentes da vinda de produtos importados, para o acabamento, como vidros, ferragens, calhas, mármore, telhas e madeira para portas, janelas e estrutura do telhado, etc.<sup>306</sup>

São Paulo, especialmente, não conheceu nenhuma inovação arquitetônica até 1850, muito menos o neoclassicismo trazido pela Missão Francesa, apesar de sua proximidade com o Rio de Janeiro, cidade irradiadora das novidades cortesãs. Contou, após esta data até 1870, com alterações muito discretas,<sup>307</sup> mais artificiais, constituindo-se, naturalmente, de cópias imperfeitas, bem diferentes dos padrões ditados pelos cânones da Academia. Isso possibilitava que velhas soluções garantissem ainda sua continuidade, escondendo-se, por trás dos novos detalhes decorativos neoclássicos, a solidez e a rigidez das antigas casas coloniais que não permitiam quaisquer soluções mais complexas, como o uso de colunatas, escadarias e frontões.<sup>308</sup>

A construção entendida como “gosto” neoclássico apresentava, normalmente, as paredes de pedra ou tijolos, revestidas e pintadas com cores suaves, destacando-se janelas e portas enquadradas em pedra aparelhada e finalizada por arcos plenos,<sup>309</sup> cujas bandeiras

---

<sup>305</sup> O culto à ordem dava lugar ao emprego e todas as variedades de pilastras e colunas, adossées ou engagées, com o acompanhamento obrigatório de frontões, frisos com ramagens e cornijas à italiana. PERROT, Michelle, *op. cit.*, p. 329. Comparados, porém, aos edifícios que vinham do Barroco com seus excessos, as construções neoclássicas de fachada simétrica e sóbria, possuíam ornatos muito tímidos. DICIONÁRIO da Construção In: *Arquitetura & Construção*. Ano 12, nº 5, p. 54.

<sup>306</sup> Nestor Goulart REIS FILHO, *op. cit.*, p. 119-120.

<sup>307</sup> LEMOS, Carlos. Eclétismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (org.) e outros. *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: NOBEL/EDUSP, 1987, p. 72. Somente em 1878 foi inaugurado o primeiro edifício neoclássico de importância, em São Paulo, o “Grande Hotel”, orgulho dos paulistas, projeto do arquiteto alemão Puttkamer. Carlos LEMOS (1978), *op. cit.*, p. 123.

<sup>308</sup> Estas alterações mais artificiais não ocorreram somente nas províncias, mas em construções mais simples de todo o Brasil, inclusive nas que foram edificadas nos grandes centros como o Rio de Janeiro, Belém e Recife. Nestor Goulart REIS FILHO, *passim*.

<sup>309</sup> Nestor Goulart REIS FILHO, *op. cit.*, p. 117. Lemos classifica as obras ecléticas em vários grupos estilísticos possíveis, a partir de repertórios classicizantes, historicistas ou do receituário dos movimentos ligados à renovação artística, alguns de existências concomitantes, outros surgidos em sequência temporal. Entre os dois primeiros grupos estão as construções neoclássicas, ditas ortodoxas, influenciadas pela

encontravam-se decoradas com elaborados desenhos de pinázios, como tulipas, leques, pétalas, com vidros simples ou coloridos, substituindo as antigas urupemas e gelosias. Muitas paredes externas de edifícios no Rio de Janeiro e de algumas cidades no Nordeste, receberam, ao invés da pintura, revestimento de azulejos, diferentemente de São Paulo, em virtude do alto custo desse tipo de material de revestimento.<sup>310</sup>

Os corpos da entrada, salientes, eram compostos por escadarias, colunatas e frontões de pedra aparente, evidenciando, neste conjunto de linhas severas, um rigoroso atendimento às normas vitruvianas (solidez, ornamento, verdade), restando apenas alguns elementos construtivos como cornijas e platibandas, que substituíram os tradicionais beirais, para serem explorados com recursos formais, encimadas por objetos de louças portuguesas, como compoteiras, vasos, pinhas ou estátuas que poderiam representar as quatro estações do ano, continentes, virtudes etc.<sup>311</sup>

#### 2.4.1 – O USO DOS AZULEJOS

Seguindo estes padrões, encontramos na fachada do sobrado da Família Penteadó um conjunto significativo de peças funcionais e decorativas da primeira grande produção industrial para a construção civil brasileira, como pilastras, vasos, estátuas, cornijas, frisos, todos produzidos em escolas e “ateliers” de artes e ofícios, caracterizando-se pelo alto valor artístico que pretendiam dar à construção urbana, desde a simples fechadura à fachada monumental em azulejos.

O azulejo, palavra espanhola de origem árabe, *azuleich* ou *al zuleyche*, significa “pequena pedra lustrosa” e é considerado um dos elementos decorativos mais bonitos desde os tempos antigos da civilização, pois nasceu da necessidade de alegrar, com uma nota de policromia, as extensas e monótonas fachadas de tijolo cru dos enormes palácios e templos assírios-caldaicos e persas, destacando-se, sobremaneira, a utilização da cerâmica entre os últimos, tanto na ornamentação interna como externa dos edifícios, inspirados nos

---

Academia divulgadora das lições de Grandjean de Montigny e as neoclássicas na primeira intenção, no partido arquitetônico, mas comprometidas principalmente pela ornamentação renascentista. Outras informações em: Carlos LEMOS (1987), *op. cit.*, p. 74-98.

<sup>310</sup> Eudes de Mello CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 670.

<sup>311</sup> Nestor Goulart REIS FILHO, *op. cit.*, p. 117-8.

motivos de sua antiga tapeçaria. No entanto, o azulejo, no sentido mais moderno que se conhece, de forma regular - quadrada, retangular ou poligonal, veio a se estabilizar somente no século XIV, com a descoberta de novas técnicas.<sup>312</sup>

Das terras do médio oriente o azulejo foi trazido pelos árabes, para a Itália, Espanha<sup>313</sup> e norte da África, onde os oleiros muçulmanos vieram a adotar desenhos acentuadamente geométricos, de laçaria e arabescos, dando origem aos famosos azulejos espanhóis, como os de Alhambra, de Granada e os da chamada Casa de Pilatos, em Sevilha.<sup>314</sup>

Até o século XVI, os ceramistas ainda não haviam dominado a pintura com vitrificação dos ladrilhos, fato ocorrido quando passaram a desenvolver um processo que evitava a mistura de suas cores ao ser levado ao forno para vitrificação. Esta técnica consistia em ...*vincar os desenhos no barro ainda fresco, isolando as superfícies a esmaltar com uma mescla de óleo de linhaça e manganês*. Um belo exemplo destes azulejos está no revestimento das paredes do Pátio das Carrancas localizado no Palácio Real de Sintra, na Espanha. A este processo deu-se o nome de *corda seca* e a ele seguiu-se nova técnica, facilitando ainda mais a decoração, com a utilização de arestas ou relevos impressos no barro fresco, com moldes especiais, para a separação dos esmaltes. Designou-se, em Portugal, *aresta ou concha* e, na Espanha, *cuenca*. As cidades que mais se destacaram como grandes centros de manufatura destas duas técnicas foram: Málaga, Valência, Granada e Sevilha.<sup>315</sup>

No início do século XVI, começaram a ser introduzidas em Portugal, as primeiras peças de faiança italiana, obtidas pelo aperfeiçoamento local dos ensinamentos mourisco e

---

<sup>312</sup> CAVALVANTI, Sylvia Tigre de Hollanda, CRUZ, António de Menezes. *A Azulejo na Arquitetura Civil de Pernambuco. Século XIX*. São Paulo: Metalivros, 2002, p. 14; MOITA, Irisalva. Cerâmica aplicada à arquitetura oitocentista em Lisboa. In: ALCÂNTARA, Dora de (org.). *Azulejos na cultura luso-brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997, p. 11; VALLADARES, José. *Azulejos da Reitoria*. Salvador: Universidade da Bahia, 1953, p. 10.

<sup>313</sup> Sylvia Tigre de Hollanda CAVALCANTI, *op. cit.*, p. 14. Desde muito cedo a arte islâmica que se desenvolveu no Mediterrâneo ocidental norte da África, Sicília e Espanha, teve a máxima importância, tanto como criadora de formas originais, como pela relação que manteve com a arte cristã. A Espanha exerceu um papel de dirigente, enquanto que o norte da África apresentou-se, na maior parte das vezes, como subsidiária do espanhol e os sicilianos refletiram influências norte africanas e espanholas, desempenhando um papel considerável na difusão das formas e técnicas orientais. HISTÓRIA Geral da Arte. Arquitetura II. Espanha: Ediciones del Prado, 1996, p. 18.

<sup>314</sup> Jose VALLADARES, *op. cit.*, p. 11.

<sup>315</sup> *Ibid.*, p. 10-12. Sobre o assunto, ver também: SIMÕES, J.M. dos Santos. *Azulejos*. Catálogo da 6ª Exposição temporária. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1947.

chinês trazidos pelas caravanas, através da Pérsia e Samarcanda: *Eram as policromas e brilhantes majólicas com que a Itália espantou e inundou a Europa renascentista.*<sup>316</sup> Neste avanço técnico ...a cerâmica passava a ser coberta pelo esmalte branco opaco, de óxido de estanho, sobre o qual era realizada a pintura com óxidos metálicos, incorporados durante a queima.<sup>317</sup>

Conhecida também como louça pisana, tanto em Portugal como na Espanha, a faiança italiana era constituída por vasilhames para uso doméstico, não deixando de ser bastante significativa a influência italiana na cerâmica ornamental aplicada na arquitetura. Entre os artistas de grande expressão, encontram-se os Della Robbia com inúmeros trabalhos espalhados pela Europa, destacando-se entre eles, a Quinta da Bacalhoa, rica “Casa de Prazer” quinhentista, mandada construir nos arredores de Azeitão, o conjunto cerâmico de origem italiana de maior interesse existente em Portugal.<sup>318</sup>

Irisalva Moita justifica que o uso dos azulejos no exterior dos edifícios, na Península Ibérica, estava restrito, naquela época, ao revestimento de pináculos e cúpulas de igrejas e, possivelmente, de um ou outro palácio, diferentemente dos países muçulmanos, onde a solução havia sido adotada em larga escala e esta restrição não se devia ao gosto propriamente dito dos ibéricos mas aos imperativos econômicos. Por ser um produto excessivamente caro, seu uso confinou-se aos interiores onde ficava mais protegido.<sup>319</sup>

Ainda no século XVI, Portugal iniciou as primeiras tentativas de fabricação nacional portuguesa, resultando daí, na produção de azulejos lisos, muito difundidos pela Antuérpia (Bélgica), esmaltados, pintados de verde-cobre, para composição dos tipos *enxadrezados* e *enxaquetados* da época manuelina.<sup>320</sup> Em escala comercial e com a produção nacional mais barata, o azulejo começou a ganhar novos espaços exteriores, com

---

<sup>316</sup> A designação majólica parece estar ligado ao Porto de Maiorca, de onde saíam para a Itália, as cerâmicas levantina e andaluza. Pode ter origem também o Porto de Málaga (Málica). A designação faiança está ligada a Faenza (Itália), primeiro centro produtor desse tipo de cerâmica. Majólica e faiança foram designações sinónimas, a partir do século XVI sendo que a primeira costuma ser entendida como a de produção renascentista italiana. Pisa foi um dos principais centros de exportação dessa cerâmica, por isso conhecida também como louça pisana. Irisalva MOITA, *op. cit.*, p. 15, 39.

<sup>317</sup> DUGNANI, Patricio. *A herança simbólica nos azulejos do claustro do Convento de São Francisco da Bahia*. São Paulo: USP, 2001, p. 44-4. (Dissertação de Mestrado. USP-SP)

<sup>318</sup> Irisalva MOITA, *op. cit.*, p. 15-17.

<sup>319</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>320</sup> Silvia Tigre de Hollanda CAVALCANTI, *op. cit.*, p. 15.

o revestimento de pátios, alpendres e claustros. Ainda não era comum nas fachadas porque, possivelmente, seu custo ainda não o permitia.<sup>321</sup>

No final do século XVII, outra mudança nas técnicas marcou o início de uma importante fase: a viragem cromática para o azul cobalto, com a redução gradual da policromia, por influência das porcelanas chinesas do último período Ming, em que as tonalidades de azul sobre fundo branco passaram a ser regra.<sup>322</sup>

Importante ressaltar que existiu uma crença, no Brasil, de que a palavra azulejo era uma catacrese,<sup>323</sup> pois indicava que a origem do nome do revestimento ligava-se ao fato da maioria dos azulejos trazidos de Portugal apresentarem predominantemente a cor azul. Azulejo significaria, portanto, “*laje azul*”. Esta constatação é real, pois a maioria dos azulejos importados de Portugal possuía tons azulados e isso se deu devido ao emprego do cobalto como pigmento de pintura dos azulejos, ocorrido com a viragem cromática, como já foi citado. Confeccionados a partir do barro (argila), era necessário obter boa resistência e apresentar o acabamento brilhante, sua característica básica. Para isso, cobria-se o barro com esmaltes, levando-o para cozedura que suportasse a temperatura de 600° a 700° C, sendo o azul de cobalto o único pigmento a suportar essa temperatura. Daí, a predominância da cor azul na azulejaria portuguesa.<sup>324</sup>

No século XVII generalizou-se o azulejo de padronagem. O azulejo liso, policrômico ou monocrômico, de figura ou narrativo foi deixando, através das décadas seguintes, de alternar-se com ornatos de relevo, dando origem às cenas do cotidiano, de paisagem e religiosas. No decurso deste século, a azulejaria portuguesa atingiu o máximo de seu esplendor auxiliada pela semi-industrialização imposta pelo Marquês de Pombal. Simplificando os padrões para aumentar a produção, o primeiro ministro português permitiu a fabricação dos azulejos em série, barateando o produto e levando seu emprego, conseqüentemente, ao exterior das edificações com muito mais profusão.<sup>325</sup>

---

<sup>321</sup> Irisalva MOITA, *op. cit.*, p. 17.

<sup>322</sup> Silvia Tigre de Hollanda CAVALCANTI, *op. cit.*, p. 16.

<sup>323</sup> Catacrese: aplicação de um termo figurado por falta de termo próprio. Ex. perna da mesa; mão de pilão.

<sup>324</sup> Patrício Dugnani, *op. cit.*, p. 48-9.

<sup>325</sup> Irisalva MOITA, *op. cit.*, p. 20-4, 39. Em 1767, o programa de industrialização manufatureira implementado por Pombal inseriu-se a criação da Fábrica do Rato, em Lisboa, que funcionou até 1836. ALCÂNTARA, Dora de . Azulejos na Coleção Castro Maya. In: ALCÂNTARA, Dora de (org.). *Azulejos na cultura luso-brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997, p. 11.

À essa primeira fase de semi-industrialização, seguiu-se o processo de obtenção da decoração por estampilha manual, processo que se expandiu<sup>326</sup> e que consistia na aplicação de um molde, normalmente de metal, com desenho recortado, onde o artesão aplicava a tinta, com pincel, sobre a peça cerâmica, colorindo o espaço aberto. Nos padrões policromados fazia-se um molde para cada cor. Por terem sido fabricados de modo semi-artesanal, é possível observar, com certa freqüência, imperfeições em inúmeros azulejos.<sup>327</sup> Depois, modernizando seus métodos de produção, foram adotados processos de impressão mais adequados à mecanização do produto, estimulando novos usos desse material.<sup>328</sup>

Do ponto de vista da decoração, os azulejos são normalmente classificados em: de *tapete*, *painéis figurados* e de *motivos isolados*. Os azulejos de *tapete*, de origem muçulmana, já eram fabricados com técnicas de *corda seca* e de *cuencia*, mas ganharam perspectivas iluminadas com a introdução da técnica *majólica*. Inspirados nos tecidos brocados e nos tapetes orientais, sua decoração caracterizou-se pelos caprichos da laçaria, das flores e folhas estilizadas e simetricamente ordenadas, fornecendo ao ambiente extraordinária riqueza<sup>329</sup> e provocando uma sensação hipnótica nos freqüentadores, por sugerir continuidade sem interromper o pensamento e, por esta razão, muito utilizado nas mesquitas muçulmanas.<sup>330</sup>

Os *painéis figurados* só foram possíveis graças a técnica *majólica*. Realizada sobre o azulejo liso, a pintura possibilitou a composição de painéis com desenho único ou seriados, compostos por dezenas e até centenas de azulejos, representando cenas cotidianas, históricas, bíblicas, mitológicas e de costumes regionais, sempre com a intenção de passar determinada mensagem.,<sup>331</sup> fazendo a glória do desenho historiado no século XVIII.<sup>332</sup>

O azulejo de *motivo isolado*, também chamado *desenho solto* ou *avulso*, começou a ser fabricado por volta de 1600 e os mais importantes foram os de Delft, da Holanda. Liso, quadrado, pequeno, cada um deles continha uma paisagem, cenas de costume, flores ou

---

<sup>326</sup> Irisalva MOITA, *op. cit.*, p. 28.

<sup>327</sup> Sylvia Cavalcanti, *op. cit.*, p. 32.

<sup>328</sup> Dora de ALCÂNTARA, *op. cit.*, p. 81.

<sup>329</sup> O mosaico-cerâmico dos antigos, os alicatados granadinos e sevilhanos, os engobes de Valência, os de caixilho e outros tipos, pertencem ao período em que os ceramistas ainda não haviam dominado a pintura com vitrificação nos ladrilhos. José VALLADARES, *op. cit.*, p. 13-4. Ver nota de rodapé, mais à frente, na referência sobre o piso marchetado e na visita do professor americano Thomas Irving à Campinas, em 1981.

<sup>330</sup> Patricio DUGNANI, *op. cit.*, p. 42.

<sup>331</sup> *Ibid.*, p. 45.

<sup>332</sup> Irisalva MOITA, *op. cit.*, p. 20.

animais, não dependendo da justaposição dos ladrilhos como nos de tapetes ou nos figurados. Com frequência, eram providos de cercaduras, permitindo a formação de um painel. Foi muito usado na Alemanha, América do Norte e Inglaterra, em meados do século XVII.<sup>333</sup>

Quanto ao uso do azulejo no Brasil, o que se sabe é que já ocorria no século XVII, a julgar pelos exemplares ainda existentes na Bahia, do tipo “tapete”, com decoração obtida pela técnica majólica, possivelmente colocados por artífice especializado, denominado “oficial de azulejador”. Os primeiros azulejos eram tricômicos – amarelo, azul e branco, constituídos por uma ornamentação geométrica de caprichosas laçarias, arabescos e motivos florais estilizados. Da mesma forma que em Portugal, do ponto de vista da quantidade, o século XVIII foi o século dos azulejos no Brasil, disseminados predominantemente pelas igrejas, conventos e colégios religiosos das três grandes e ricas cidades de Salvador, Recife e Rio de Janeiro, que deveriam gozar de prestígio suficiente para promover embelezamento artístico constante, especialmente na velha capital.<sup>334</sup>

Para Silvia Cavalcanti, a azulejaria na arquitetura civil brasileira praticamente nasceu e feneceu no século XIX, só ressurgindo, em menor escala e de forma diferente, em meados do século XX. Sua utilização no revestimento de fachada iniciou-se por volta de 1830 ou 40, com a nova camada social que emergia, estendendo-se por todo o Brasil, se destacando nas fachadas dos sobrados do Recife, onde alcançou seu maior esplendor e onde se “nacionalizou brasileiro” e de outras cidades, como: São Luis do Maranhão, Belém do Pará, Salvador e Rio de Janeiro. Seu uso teve dupla função: a utilitária, quando trouxe proteção contra a umidade, herdada do clima tropical e agravada pela salinidade existentes nas cidades litorâneas<sup>335</sup> e a decorativa, tornando-se ostentação do proprietário que queria se diferenciar das massas, no desenho do novo contexto internacional. Diz Olímpio Pinheiro que ao ...exibi-lo despidoradamente para a rua, vestindo o edifício, estabelece-se um convívio diário com o transeunte que, seduzido, vai dia-a-dia confluindo para os buliçosos centros urbanos.<sup>336</sup>

<sup>333</sup> José VALLADARES, *op. cit.*, p. 12-4.

<sup>334</sup> É possível que os primeiros azulejos que chegaram ao Brasil tenham sido de origem espanhola, uma vez que Portugal esteve sob domínio espanhol até 1640. *Ibid.*, p. 23-5.

<sup>335</sup> Sylvia Tigre de Hollanda CAVALCANTI, *op. cit.*, p. 21-5.

<sup>336</sup> PINHEIRO, Olímpio. Apresentação ao pé da letra. In: KNOFF, Udo. *Azulejos da Bahia*. Revisão histórico/documental de Olímpio Pinheiro. Salvador: Kosmos, 1986, 12.

Apesar de existirem exemplos em outros países do uso de azulejos nas fachadas, é entre nós que este fenômeno tomou vulto, sendo exportado, posteriormente, para outros locais, inclusive para Portugal.<sup>337</sup>

A partir de 1860, com a importação de grande quantidade de azulejos franceses, os portugueses deixaram de ter o exclusivismo inicial e os padrões começaram a se diversificar mais. Em menor escala chegaram azulejos de outras procedências, como por exemplo, ingleses. A coleção do Museu do Açude, antiga residência de verão de Raimundo Ottoni de Castro Maya, no Rio de Janeiro, compreende uma boa variedade de exemplares de azulejos franceses, holandeses, portugueses e, em pequena proporção, espanhóis e belgas. Essa variedade de procedências indica a intensificação do comércio que o Brasil passou a ter com outros centros produtores, depois da Independência.<sup>338</sup>

No que se refere às características dos padrões utilizados em algumas cidades pesquisadas por Sylvia Cavalcanti,<sup>339</sup> diz a autora que os azulejos franceses se diferenciaram dos portugueses em algumas peculiaridades. A principal foi a dimensão: enquanto o azulejo português media entre 13 por 13 e 14 por 14 centímetros, o francês, sempre menor, tinha entre 10,5 por 10,5 e 11,5 por 11,5 centímetros. Tanto um como outro apresentavam as modalidades azul e branco e policromia, mas o azul e branco português tinha o desenho (azul sobre fundo branco) mais nítido que o francês. Neste, havia um esfumado azulado em torno do desenho, como se o azul transbordasse. Outra peculiaridade do azulejo francês era que continha o padrão na própria peça enquanto que era comum, no português, o desdobramento do mesmo em módulos de 2 por 2 (quatro peças compondo o desenho) e 4 por 4 (oito peças compondo o desenho). Os primeiros aconteciam com mais frequência nos padrões bicolors e os segundos, policrômicos. Chama a atenção, nos azulejos franceses, sua delicadeza, seja nas flores, pontos ou guirlandas, enquanto que nos portugueses, os padrões tinham sempre uma composição privilegiando a diagonal. Outra diferença encontrada no revestimento azulejar das duas

---

<sup>337</sup> Udo KNOFF, *op. cit.*, p. 11. MOITA comenta que Portugal sempre teve gosto pela azulejaria nas fachadas das edificações mas não fazia uso em demasia por ser um produto muito caro. IRISALVA MOITA, *op. cit.*, p. 21.

<sup>338</sup> Dora de Alcântara, *op. cit.*, p. 81-2. Outro trabalho interessante sobre azulejos é de autoria de José Martins Cantarino. Atualmente, faz parte da decoração de sua casa, um grande grupo de azulejos, salvos “in extremis” de antigas casas e sobrados demolidos em Salvador. Ali, encontram-se belos exemplares de azulejos tipo painéis figurados, de tapetes e desenhos avulsos. CANTARINO, José Martins. 19. Salvador: s.e., 1996.

<sup>339</sup> Sylvia Cavalcanti pesquisou 11 (onze) cidades de Pernambuco para sua obra *O Azulejo na Arquitetura Civil de Pernambuco – Século XIX*, já citada.

origens: os portugueses eram sempre contornados por frisos, elementos que correspondiam, em tamanho, à metade do azulejo e cujo padrão era, muitas vezes, o mesmo ou bem parecido, emoldurando os mais variados padrões de azulejos, guarnecendo vãos, marcando a barra inferior etc. Os franceses aparecem sempre sós, ou seja, os azulejos de um mesmo padrão estendem-se por toda a superfície azulejada. Raramente apresentavam cercaduras, que eram, na realidade, outros azulejos nas mesmas dimensões, mas de padrão diferente, contornando ou entremeando o principal. Em casos raros, aparecem frisos franceses semelhantes, em tamanho, aos portugueses. Raramente aparecem azulejos das duas origens na mesma fachada.<sup>340</sup>

Comenta Dora de Alcântara que a aplicação dos azulejos nas fachadas e o próprio uso de estatuetas, urnas clássicas, pinhas e esferas, fabricadas em material cerâmico, policromo e esmaltado, de estilo neoclássico consolidados a partir da Missão Francesa no Brasil, devolveram ao casario urbano um pouco do espírito fantasioso do barroco.

O Barão de Itatiba não foi diferente de muitos poderosos do seu tempo ao construir a casa urbana com generosas proporções, na esquina de duas importantes vias, dotada de um conjunto significativo de elementos decorativos em sua fachada. Foi diferente sim, ao compô-la com azulejos, onde nenhuma tradição se registra em terras paulistas, muito menos em Campinas, onde não existem documentos de casas ou sobrados com fachadas azulejadas. O que se observa, em fotos da cidade do século XIX, são residências com platibandas azulejadas, como a Casa Grande do Marquês de Três Rios, o sobrado de Estanislau Ferreira de Camargo Andrade, localizados no Largo da Catedral e a casa térrea do Barão de Ataliba Nogueira, à rua Campos Sales com Regente Feijó.

Dos azulejos existentes na fachada do pavimento térreo do sobrado da Família Penteadó, nenhum documento ou azulejo foi encontrado para dizer de onde eram, como e por que foram retirados em 1911.<sup>341</sup> Já na fachada do pavimento superior e na platibanda, foram encontrados seis azulejos compondo o revestimento de suas paredes, assentados em tijolos: três do tipo “*tapete*” e três do tipo *friso*.

O primeiro reveste a fachada do sobrado da esquina. É um azulejo de origem portuguesa, do tipo *tapete*”, bastante comum no final do Império, por todo o Brasil. Possui as cores azul e preta sobre a superfície branca e mede 0,127 x 0,127. Utilizou-se deste

---

<sup>340</sup> *Ibid.*, 30-2.

mesmo padrão o proprietário do Solar do Jambeiro, construído em 1872 em Niterói, Rio de Janeiro.<sup>342</sup> (Fig. 25)

O segundo azulejo foi também comum no final do Império e é do tipo “*tapete*”. De acordo com José W. Rodrigues, sua origem é francesa e reveste toda a fachada frontal do edifício contíguo. As cores utilizadas são azul e vermelha. Rodrigues comenta que este tipo de azulejo trazia, geralmente, a marca “Fromentreaux frères”<sup>343</sup> ou “Frommentères Frères”, firma de azulejos existente até hoje na França. Mede 0,127 x 0,127. Nas pesquisas elaboradas por Silvia Cavalcanti, supra citada, estas medidas não condizem com o azulejo francês e sim com o português. Diz a pesquisadora que dificilmente uma fachada comportava azulejos de origens diferentes. Seguindo suas orientações, estes azulejos podem ser de origem portuguesa e não francesa como aponta José Wash Rodrigues. (Fig. 26)

Emoldurando o primeiro e o segundo azulejos está um friso e, ao que tudo indica, também de origem portuguesa, composto pelo clássico ornamento grego que, de acordo com Knoff, surgiu como uma manifestação têxtil na Antigüidade.<sup>344</sup> Mede 0,130 x 0,65 centímetros e emoldura os batentes das janelas, pilastras e restante das fachadas. (Fig. 27)

O quarto azulejo é também do tipo “*tapete*” e, possivelmente, português. Reveste a platibanda, sendo policromado com cores azul e amarelo. Cercando os azulejos que compõem a platibanda está outro friso, com medidas aproximadas de 0,130 x 0,65 cm. (Figs. 28 e 29)

Por último, observa-se azulejos do tipo friso, com florão de quatro pontas, intercalados com ornamentos aplicados, relevados, compostos por florões de seis pétalas, localizados no entablamento do edifício. Este azulejo foi também utilizado no entablamento do Solar do Jambeiro, localizado em Niterói, Rio de Janeiro, com a diferença de que lá não foram aplicados com ornamentos relevados.<sup>345</sup> (Fig. 30)

---

<sup>341</sup> Sobre a retirada dos azulejos, ver 3º Capítulo – As intervenções arquitetônicas do Palácio dos Azulejos.

<sup>342</sup> O folheto fornecido pelo arquiteto Felipe Cristiano Reigada, pertencente à Equipe Técnica de Restauração do Solar do Jambeiro, em visita que fizemos em julho de 2002, não revela detalhes da procedência deste e de outros azulejos que compunham a fachada desta edificação. NITERÓI. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Restauração do Solar do Jambeiro*, Niterói: s.e., 2001.

<sup>343</sup> RODRIGUES, José Wash. *Documentário Arquitetônico relativo à antiga construção civil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979, p. 224.

<sup>344</sup> Udo KNOFF, *op. cit.*, p. XXXIII.

<sup>345</sup> Não existem registros do revestimento em azulejos na fachada lateral do edifício contíguo, encontrando-se atualmente revestida com cimento. Acreditamos que os azulejos que compunham as fachadas do pavimento térreo fossem iguais ou similares aos do pavimento superior, pois existem, em uma caixa guardada no Palácio dos Azulejos, um tijolo quadrado e outros dois azulejos. Um deles, também citado por Rodrigues (nº 9), é

Pequenos, quadrados de argila cozida, com raízes num passado anterior ao início da nossa era, os azulejos, com seus traços e cores brilhantes, propiciaram aos edifícios do século XIX um calor e uma magia invulgares, na opinião de Sylvia Cavalcanti. Atualmente, com seu brilho esmaecido pela ação do tempo, o Palácio dos Azulejos, nosso objeto de estudo, volta a atrair olhares de admiração de muitos que por ele passam, não só pelos seus belos azulejos mas pelos pequenos detalhes ainda mantidos em sua fachada.

#### 2.4.2 – OUTROS ORNAMENTOS

Entre estes detalhes, encontram-se as pilastras com seus fustes canelados. Possuem capitéis com volutas que obedecem a ordem jônica, no andar superior, se contrapondo à ordem dórica do pavimento térreo, demonstrando a perfeita aplicação das antiquíssimas regras “vitruvianas”, de ordens sobrepostas verticalmente, em fachadas.<sup>346</sup> (Figs. 31 e 32)

Na platibanda, no entablamento e sobre as janelas do piso inferior, existem vários elementos decorativos aplicados e em relevo. Elaborados com argamassa, acentuam a silhueta clássica do sobrado, em perfeita sintonia com a difusão do gosto urbano do período.

Encimadas na platibanda azulejada localizava-se um conjunto composto por sete esculturas alegóricas, existindo hoje somente cinco, denominadas acrotérios, simbolizando figuras da mitologia, como floristas e guerreiros com armaduras, além de um conjunto de vasos. A platibanda, com seus diversos ornamentos, tinha também a função de camuflar o telhado e as calhas existentes. (Figs. 33, 34, 35, 36, 37 e 38)

Os elementos estruturais dos telhados, com a alvenaria de tijolos, tiveram suas seções calculadas de acordo com as suas qualidades de resistência à flexão. O telhado

---

também vulgar e de origem francesa, com medida de 1,110X 0,110. Ninguém soube informar a procedência destes materiais e se fizeram parte da fachada do pavimento inferior. José W. RODRIGUES, *op. cit.*, p. 226. Sobre azulejaria contemporânea ver: MORAIS, Frederico. Azulejaria Contemporânea. In: ALCÂNTARA, Dora, *op. cit.*, p. 93-110. SIEGEL, Roslyn. *Decorating with tiles*. London: Columbus Books, 1989.

<sup>346</sup> Pilastras, pilares com quatro faces, onde um de seus lados está ligado à parede da construção, tinham a função de estruturar e reforçar as paredes, além de servir de suporte do entablamento de cornijas de portais e janelas. São diferente das meia-colunas, que servem apenas a fins decorativos. Wilfried KOCH, *op. cit.*, p. 195

manteve, porém, o desenho de quatro águas, adaptado para o prédio com formato em “U”. Sua cobertura é composta pelas tradicionais telhas capa-canal.<sup>347</sup> (Figs. 39, 40 e 41)

As sacadas corridas ou balcões do sobrado foram construídas com pedra de cantaria, interrompidas apenas entre as duas residências. Nelas, encontram-se as grades de ferro trabalhadas com elaborado desenho. O uso do ferro nas sacadas e nas portas teve início no final do século XVIII, quando substituíram as pesadas grades de estilo português.<sup>348</sup> Em muitas residências campineiras existiram grades individuais para cada abertura, como os do sobrado de Francisco de Campos Andrade, localizado no Largo do Rosário.<sup>349</sup> Na sustentação destas sacadas, localizam-se as mísulas, com mais ou menos um metro de distância, também elaboradas com pedras de cantaria.<sup>350</sup> (Figs. 42 e 43)

Os suportes para luminárias, ornamentos também presentes nas sacadas, eram bastante simples. Este tipo de ornato nasceu do antigo uso de iluminar as fachadas das casas em noites de festas ou de procissões, vulgarizando-se em muitas cidades brasileiras no século XIX, principalmente na Corte, nas Províncias do Rio, Minas e São Paulo. Originalmente, eram colocados apenas ganchos nos batentes para se pendurar lanternas com velas ou tigelas com azeite. Com as inovações, caracterizaram-se como adornos nas fachadas das casas urbanas, constituindo-se, em geral, de uma haste vertical que, partindo das sacadas, firmava-se no alto das paredes por meio de um ferro curvo horizontalmente colocado.<sup>351</sup> Quando algum visitante importante chegava por aqui, a Câmara Municipal

---

<sup>347</sup> A cobertura com telhas dos sobrados e casas melhores já era utilizada, na cidade de São Paulo, desde o final do século XVI, mas a telha era um material caro, demonstrando, desta maneira sinal de nobreza nas casas construídas na época. Fora do perímetro urbano, nas casas comuns utilizava-se da palha. Gilberto FREYRE (1968), *op. cit.*, p. 193. Em Campinas, o Código de Postura vigente em 1864, determinava que todas as casas deveriam ser recobertas com telhas e objetos mais apropriados. CÓDIGO de Posturas da Câmara Municipal de 1864, *op. cit.*, p. 2.

<sup>348</sup> José Wash RODRIGUES, *op. cit.*, p. 228-238.

<sup>349</sup> Em Campinas, vamos encontrar, a partir de 1858, a primeira fundição da cidade, denominada Grande Fundição Brasileira, fundada por Johan Ludwig Benjamin Faber (depois, sob a denominação de Viúva Faber & Filhos). Diz Camillo que os Faber, desde 1872, forneciam à Cia. Paulista de Estradas de Ferro todas as peças em bronze e ferro fundido de que necessitava, bem como os diversos portões, grades, portas, colunas, bandeiras de portas e candelabros que ornamentavam os palacetes da cidade e da então Matriz Nova (atual Catedral Metropolitana). Em 1870 fundou-se também a Fundição de Ferro e Bronze, dos Irmãos Bierrenbach, oferecendo à população o serviço de todo e qualquer material em ferro e em outros metais. CAMILLO, Ema E.R., *op. cit.*, p. 28-43, 44-9.

<sup>350</sup> Pedra de cantaria: qualquer pedra de granulação fina, como o calcário ou a arenita, que se pode extrair ou trabalhar facilmente; aquela que permite ser bem cortada em todas as direções. CHING, Francis D.K. *Dicionário visual de Arquitetura*. Trad. Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 218.

<sup>351</sup> José Wash Rodrigues, *op. cit.*, p. 56-59.

determinava que se acendessem as luminárias, muitas vezes feitas com vidros coloridos, para dar uma nota mais festiva à cidade, normalmente mergulhada nas trevas.<sup>352</sup> (Fig. 44)

Quanto às janelas do Palácio, encontram-se nas fachadas do piso inferior, em número de dezenove nos dois sobrados e permanecem quase inalteradas, desde a época de sua construção, fato comprovado através de fotos mais antigas. Suas guarnições são em madeira, com vergas retas, encimadas por uma moldura com ornamentação em relevo formando meandros e uma rosácea central. São constituídas por duas folhas de madeira envidraçada, externamente, mais duas ou três folhas de madeira almofadadas, internamente. No pavimento superior, as 26 janelas das fachadas são do tipo rasgadas ou porta-balcões abrindo-se para as sacadas do edifício. Possuem bandeiras em arco pleno, com desenhos simples e caixilhos fixos. Da mesma maneira que as janelas do andar térreo, possuem duas janelas envidraçadas, externamente, e duas folhas de madeira almofadadas, internamente. No interior dos ambientes da parte da frente dos dois sobrados encontram-se ricos recortes de madeira, denominados lambrequins. Deste pavimento para o pátio interno, encontravam-se vinte e uma janelas, além de nove do térreo. Não temos nenhum documento informando como eram, a não ser alguns exemplares existentes, no pavimento superior, com arco pleno, bandeiras e caixilhos fixos. Também existiam mais nove janelas na lateral do sobrado contíguo e delas também não temos nenhum documento.<sup>353</sup> É importante observar que era das janelas, tanto no pavimento inferior como do superior que vinha a iluminação diurna do casarão, permitindo que aproveitassem o máximo possível dela nos afazeres domésticos. (Figs. 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51)

Quatro portas que davam acesso ao interior do edifício da esquina, localizadas na rua Ferreira Penteadado, além de quatro localizadas na lateral e no fundo do edifício contíguo (três na sua lateral e uma no fundo), já não existem mais. É possível observar, no entanto, pelos vestígios existentes, que as quatro que ficavam na citada rua eram guarnecidas com

---

<sup>352</sup> Os lampiões de querosene, utilizados em pontos centrais da cidade, deram melhores resultados à precária iluminação existente na cidade. Somente em 1875 Campinas pode se beneficiar de uma iluminação mais completa, com a inauguração do Gasômetro, que teve como presidente, durante anos, o Barão de Ibitinga. Quase 40 anos depois implantou-se, finalmente, a energia elétrica, na cidade. MENDES, José de Castro. História de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 28.11.1968, p. 1-9. (Suplemento)

<sup>353</sup> As 84 janelas estavam assim distribuídas, nas duas residências: 23 para a rua Ferreira Penteadado, 22 para a rua Regente Feijó, 9 para a lateral do edifício contíguo, além de 1 para o fundo do mesmo; 29 para o pátio interno. Estas informações só foram possíveis graças as plantas de 1908 e 1916, anos em que a Prefeitura Municipal comprou os sobrados. Quanto as suas medidas, as mesmas são variadas no térreo, tendo como

pedra de cantaria (ver planta de 1916). As duas portas que dão acesso pela rua Regente Feijó possuem guarnições de pedra de cantaria, duas folhas de madeira de lei almofadadas, com formatos diferentes, além de bandeiras em arco pleno (foi aberta mais uma porta em 1935, como se verá no terceiro capítulo). A diferença é que a porta do sobrado da esquina, medindo 4,65 x 1,66 ms., possui uma bandeira em arco pleno com delicado desenho elaborado em ferro fundido e a data de sua construção – 1878, enquanto que a outra tem medida aproximada de 4 ms. Além das portas externas, existiam mais noventa e quatro portas internas. Algumas delas, mais valorizadas que outras, ainda existentes no pavimento superior, possuem almofadas e bandeiras encimadas com flor-de-lis, dando para as salas de recepção, como as salas de visitas, de espera e quartos da frente, além da sala de jantar e da varanda, onde a família recebia convidados para os banquetes.<sup>354</sup> (Figs. 52, 53, 54, 55, 56, 57, 57 A)

Nesta época, os construtores já estavam cientes dos benefícios que o pé-direito alto e os vãos amplos traziam no interior de suas residências, como a iluminação e o ventilação. Mesmo assim, o sobrado da Família Penteado possuía *...uma série de alcovas e de commodos anti-hygienicos...*, verificados através de antigas plantas.

Quanto ao calçamento elaborado ao redor do sobrado na época de sua construção, tudo indica que tenha obedecido o Código de Posturas vigente em 1864, que determinava que todas as frentes das casas deveriam ser calçadas no prazo de um ano, após sua construção, com 10 palmos de largura e 3% de declive, com nivelamento elaborado pelo arruador responsável. Não se indicava, porém, qual tipo de material deveria ser empregado pelo proprietário, diferentemente do código de 1858, que exigia que as mesmas fossem confeccionados em pedras, pela necessidade de protegerem a base da construção, normalmente feita com terra socada (taipa). Desta maneira, entende-se que o calçamento,

---

média 2,20 ms. de altura e largura entre 1,25 e 1,45 ms. As janelas externas do pavimento superior tem aproximadamente 2,75 x 1,30 ms., enquanto que a altura das internas são de mais ou menos 2,45 ms.

<sup>354</sup> As 104 portas existentes nas duas residências estavam assim distribuídas: 4 para a rua Ferreira Penteado; 3 para a lateral e 1 para o fundo do edifício contíguo, 2 para a rua Regente Feijó e 94 entre os cômodos internos. A soleira da porta principal tem largura de 0,59 cm., enquanto que o edifício ao lado, possui soleira com 0,66 cm. O sobrado da esquina possuía 55 portas, entre as internas e externas e no edifício contíguo, 49. Dados baseados também em plantas do edifício de 1908 e 1916. A porta localizada no vestibulo do sobrado da esquina, é em pinho de Riga. O pinho, encontrado nas cores vermelha e branco, era uma madeira utilizada somente nos interiores dos edifícios e procedia, normalmente, da Rússia, Estados Unidos e Suécia. Tinha dureza e dela era possível extrair boas vigas e traves de grande comprimento. Por ter cerne resinoso pegava fogo com facilidade mas, por seu baixo preço, era utilizado, impunemente, até nos vigamentos das casas particulares. Eudes de M. CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 323-5.

feito em mosaico português e existente até os dias de hoje, tenha ocorrido somente em 1910, como se observará no terceiro capítulo.<sup>355</sup> (Fig. 58)

Solucionando o desnível mínimo existente entre o piso da habitação e o plano do passeio, encontra-se, no sobrado da esquina, uma pequena caixa de ar, espaço que no Brasil tomou o nome de porão, recurso também utilizado contra a umidade, composto por dez seteiras (ou óculos) retangulares, sob as janelas, fechadas com grades de ferro. Dentro deste novo esquema,<sup>356</sup> mesmo erigido sobre o alinhamento das ruas, o primeiro pavimento estava elevado em relação às vias públicas, constituindo, na entrada do sobrado da esquina, um pequeno patamar, com clássico piso de mármore, medindo 24 x 24 cm. em xadrez branco e preto, emoldurando uma pequena rosácea do mesmo material. Sobre este piso, abrem-se as duas grandes folhas da porta principal, com pouco mais de 4,65 cm,<sup>357</sup> seguido por três degraus que dão para o vestibulo, também em mármore xadrezado.<sup>358</sup> Como não existe porão no sobrado contíguo, o vestibulo em piso xadrez inicia-se após a soleira da porta existente. As soleiras foram feitas com pedra de cantaria. (Fig. 65)

No pavimento térreo, após o vestibulo, ficava o corredor, provavelmente fechado com porta de madeira, como é hoje, conduzindo às dependências dos fundos, com algumas salas, cozinha, casinha, jardim interno e cavalaria.

À esquerda do corredor localizava-se a escada nobre de madeira, levando ao pavimento superior. Distribuída em dois lanços, a escadaria possuía balaustres de madeira sustentando o corrimão, e delicadas incrustações com diversos tipos de madeira (marchetaria) em seus quase trinta degraus. Conforme planta existente em uma das obras de Celso Maria de Mello Pupo, existia uma outra escada de madeira, dando acesso à sala de almoço na residência da esquina e à área de serviços, na outra casa.<sup>359</sup> (Figs. 59, 59 A e 60)

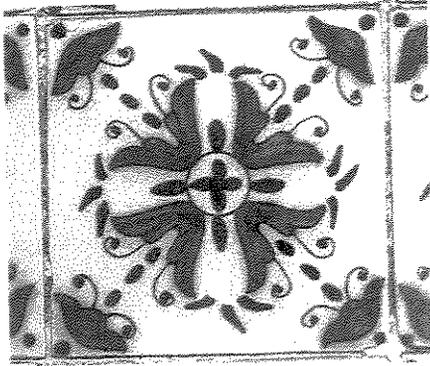
<sup>355</sup> POSTURAS da Camara Municipal da Cidade de Campinas, 1958, *op. cit.*, art. 12º, s.d.; CÓDIGO de Posturas da Camara Municipal da Cidade de Campinas, *op. cit.*, 1864, p. 2 e 3.

<sup>356</sup> Com este novo tipo de edificação intermediário entre o sobrado e a casa térrea, dignificou o habitar em casas de um só pavimento, próximo ao chão mas não em contato com ele. Origina-se assim, a casa assobradada ou abarracada. Eudes de M. CAMPOS, JUNIOR, *op. cit.*, p. 428. Ver também como PUPO entendia a casa assobradada, diferente da interpretação de Eudes CAMPOS. Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 90.

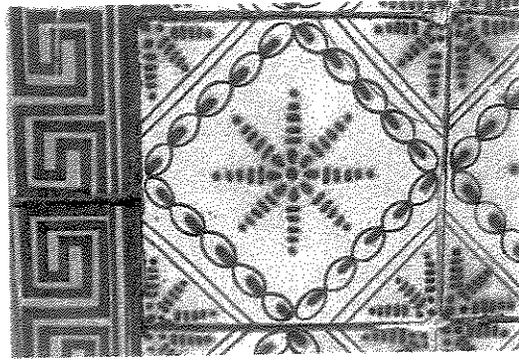
<sup>357</sup> Esta medida é da porta com bandeira. A soleira mede 59 x 1,66. As outras duas portas da casa contígua medem 4,04 m, com soleiras de 0,66 x 1,53, pouco diferente, portanto, do sobrado da esquina.

<sup>358</sup> Sobre o novo tipo de residência com porão, ver: Nestor Goulart REIS FILHO, *op. cit.*, p. 40, 127.

<sup>359</sup> Celso Maria de M. PUPO (1983), *op. cit.*, p. 35. A escada localizada mais ao fundo e existente, atualmente, foi construída muitos anos depois, em decorrência das grandes intervenções arquitetônicas que sofreu. A sala de almoço citada por PUPO (Fig. 16) não foi considerada na elaboração do programa de necessidades (Fig. 24) por não ter seu registro no inventário da família.



Nº 25



Nº 26 e 27

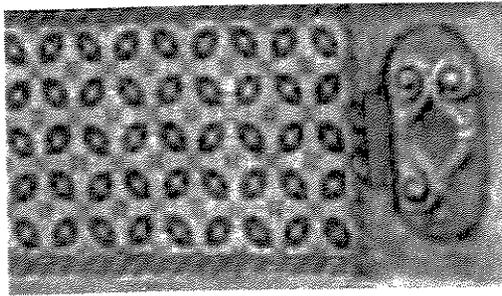


Fig. 28 e 29

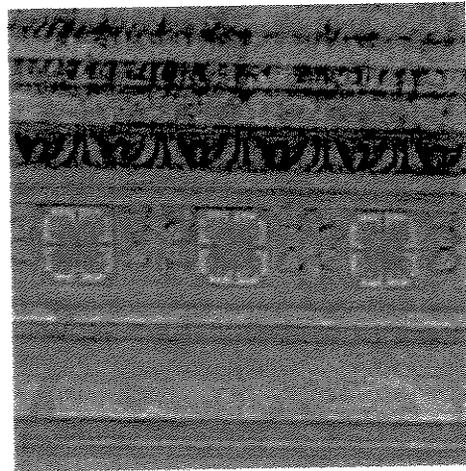


Fig. 30

Figs. 25, 26, 27, 28, 29 e 30- Azulejos portugueses que compõem a fachada do antigo sobrado da Família Penteadó: Os nº 25 e 26 são do tipo tapete. Ambos foram comuns no final do Império. O nº 27 é um friso composto por um ornamento grego. Data: 02/08/01. Fotos: Iracema Fernandes. O nº 28 compõe a platibanda e também é do tipo tapete. O nº 29 é um friso e emoldura o azulejo da platibanda. O azulejo nº 30 está localizado na cornija do edifício e possui um desenho de rosácea de quatro pétalas intercalado com ornato relevado, composto por florão de seis pétalas. Data: 1998. Fotos: Roberto Mercury.

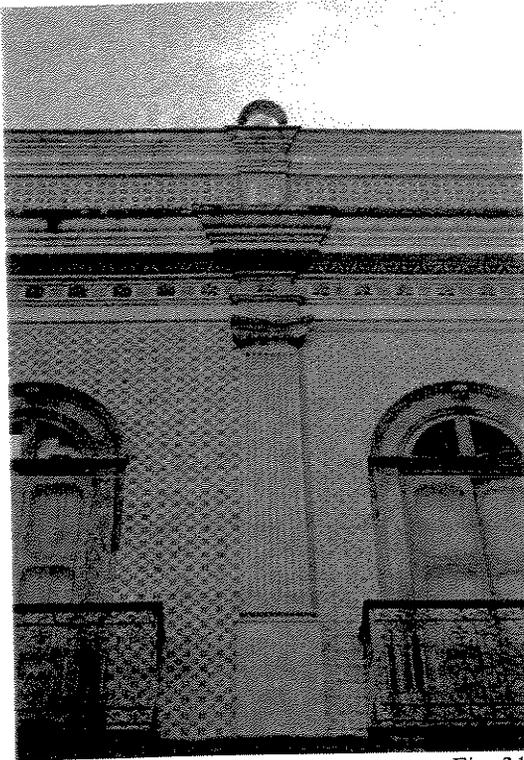


Fig. 31

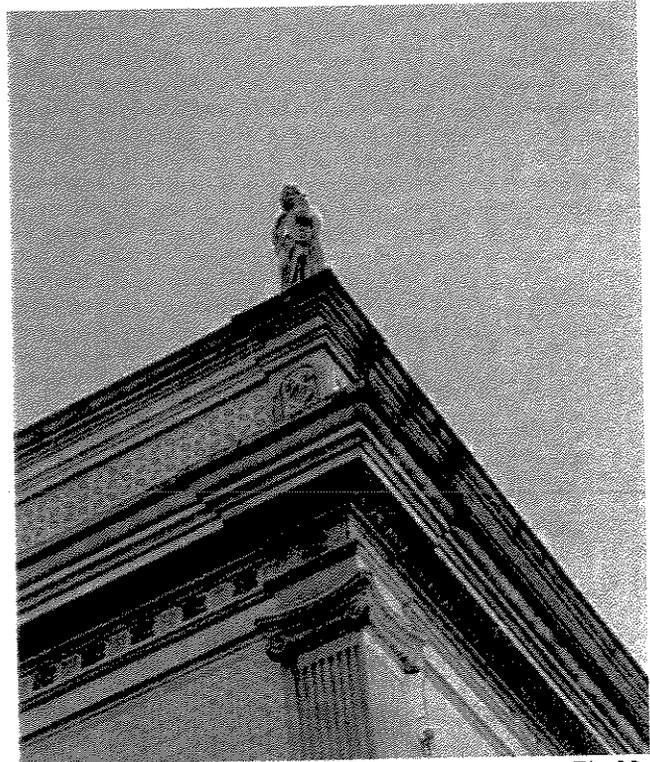


Fig.32

Fig. 31 e 32 – Detalhes da fachada superior do sobrado localizados às ruas Regente Feijó e Ferreira Penteadó, onde aparecem parte das pilastras, dos azulejos e frisos, do entablamento com suas ornamentações, janelas e gradís. Data: 17/08/2001. Fotos: Iracema Fernandes.

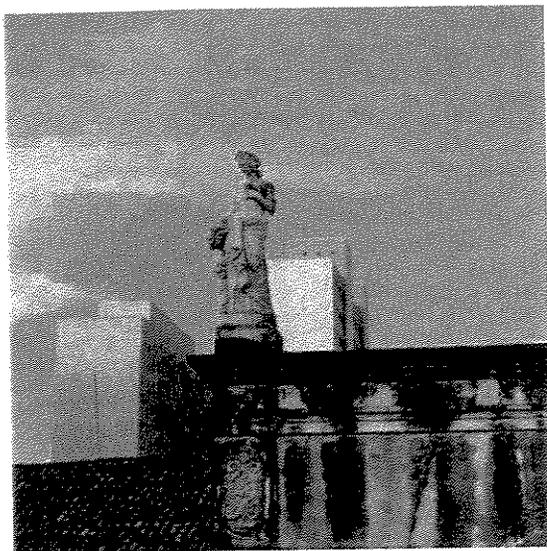


Fig. 33



Fig. 34

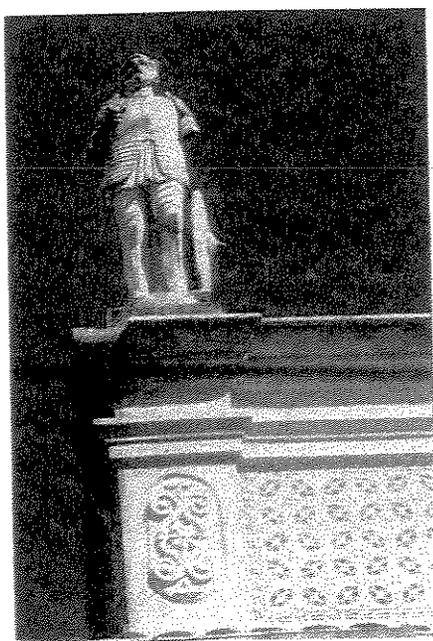


Fig. 35



Fig. 36

Fig. 33, 34, 35 e 36– Esculturas alegóricas conhecidas como acrotérios, localizadas no alto da platibanda. Das sete esculturas existentes no sobrado da família, hoje existem cinco. Uma delas tem frente para a rua Ferreira Penteadado, duas para a José Paulino, uma para o Terminal II ( Av. Moraes Sales) e uma para a Rua Regente Feijó. Fotos 33, 34 e 36: Iracema Fernandes. Data: 17/08/200. Foto 35: Roberto Mercury. Data: 1998.



Fig. 37

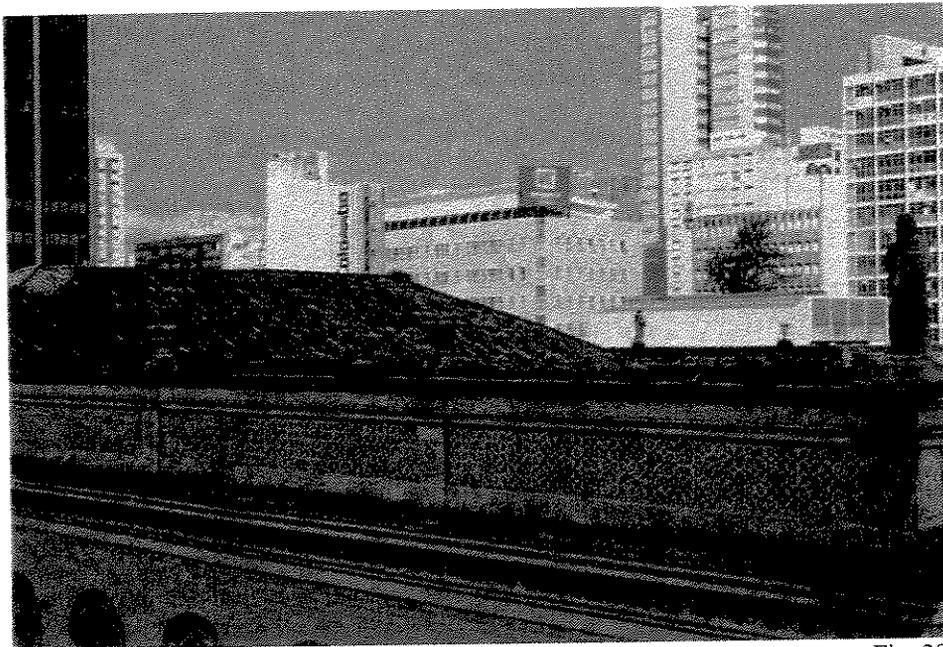


Fig. 38

Fig. 37 – Dois acrotérios quebrados localizados em uma das dependências do Palácio dos Azulejos. Supõe-se que sejam as duas esculturas que estavam localizadas no canto das ruas Regente Feijó e Ferreira Pentead. Na Fig. 38 encontram-se alguns detalhes do telhado, esculturas, vasos, azulejos e ornamentos da platibanda. Data: 30/08/2001. Fotos: Iracema Fernandes.

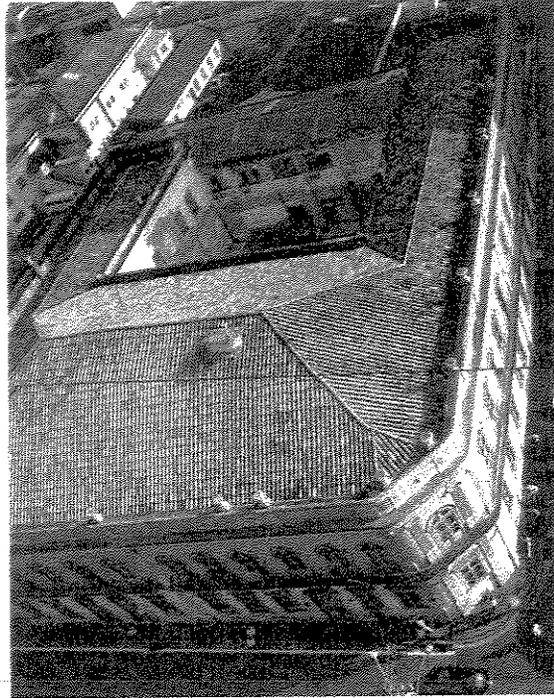


Fig. 39

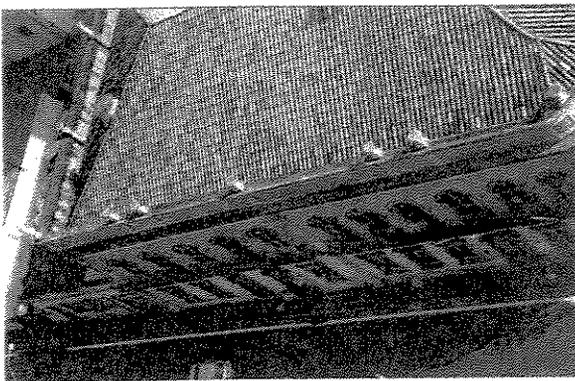


Fig. 40

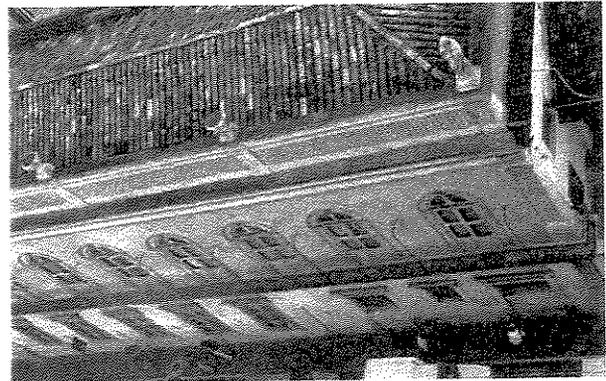


Fig. 41

Fig. 39, 40 e 41 - Detalhes dos recortes do telhado com telhas do tipo capa-canal. Observa-se também a platibanda encimada por vasos e esculturas alegóricas, tanto pela Rua Regente Feijó como pela Ferreira Penteados. No telhado, detalhes das duas clarabóias existentes no sobrado Data: 17/07/01. Fotos: Iracema Fernandes.



Fig. 42



Fig. 43

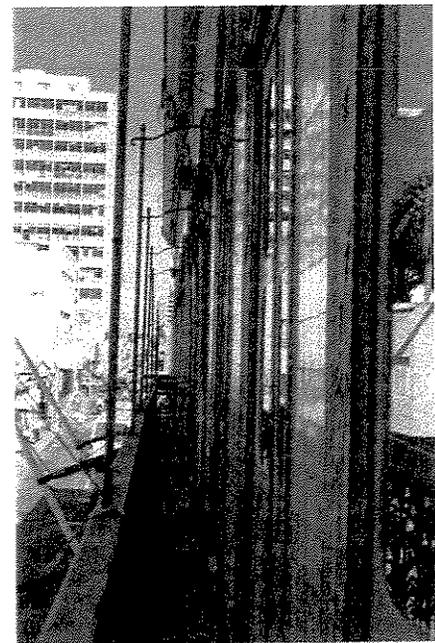


Fig. 44

Fig. 42- Sacada do sobrado à rua Ferreira Penteado, com suas portas-balcões. Fig. 43 e 44 - Detalhes da grade de ferro trabalhada e dos suportes para luminárias presentes na composição da sacada. Fotos 42 e 43: Iracema Fernandes. Data: 17/08/01. Foto 43: Luis Antonio Martins Aquino. Data: 2000.

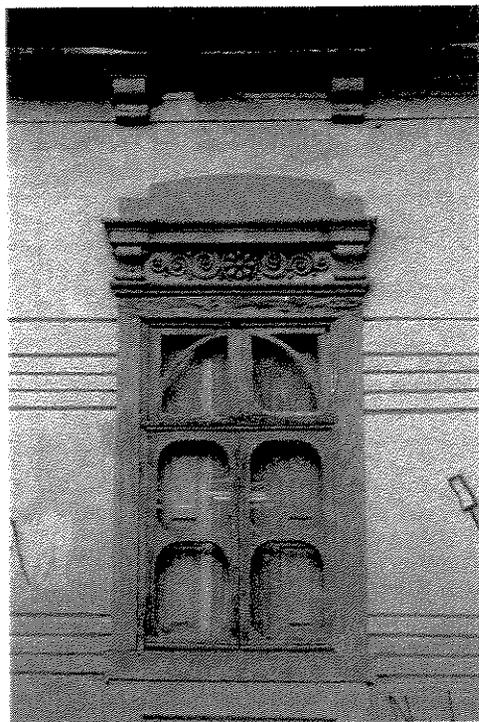


Fig. 45



Fig. 46

Fig. 45 e 46- Detalhes ornamentais externos e internos de algumas janelas do piso inferior do sobrado à rua Regente Feijó. Data: 02/08/01. Fotos: Iracema Fernandes.



Fig. 47

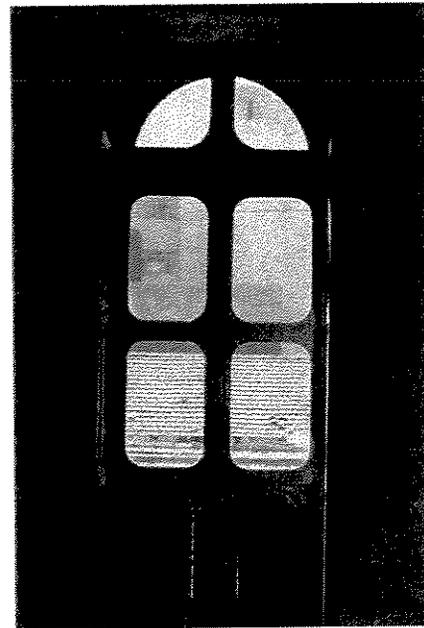


Fig. 48

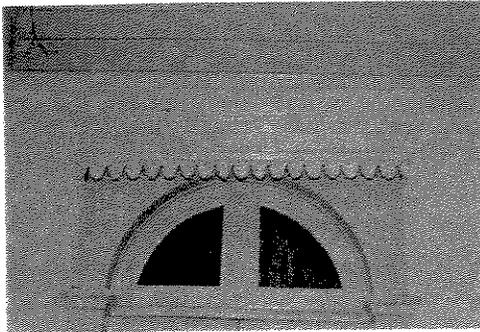


Fig. 49

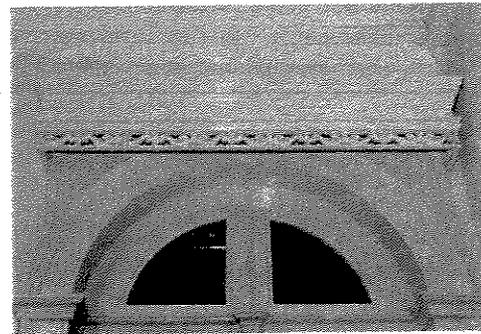


Fig. 50

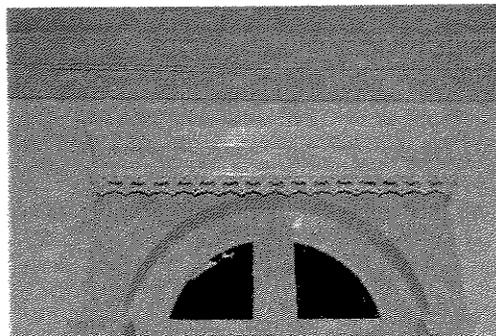


Fig. 51

Fig. 47 e 48– Detalhes internos de algumas janelas ou portas-balcões localizadas na antiga varanda da Família Penteadó, dando acesso à sacada localizada na rua Ferreira Penteadó; Fig. 49, 50 e 51: Ornatações internas de madeira de portas-balcões com vistas para a rua Regente Feijó, denominadas lambrequins. Data: 02/08/01. Fotos: Iracema Fernandes.

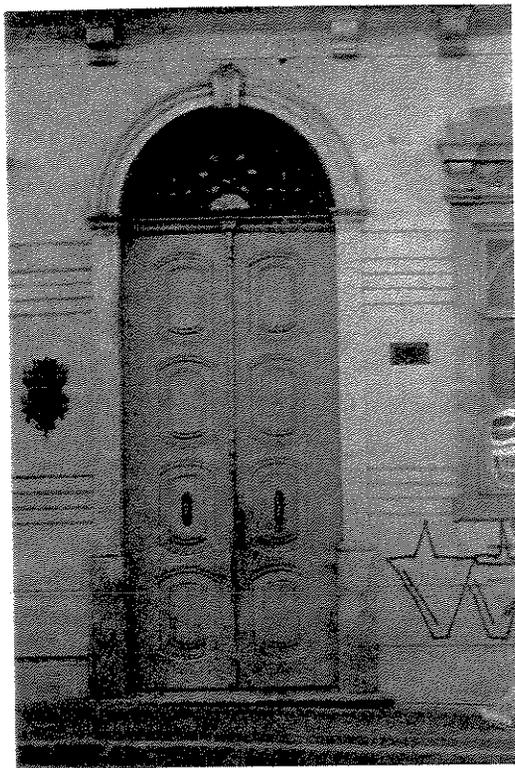


Fig. 52

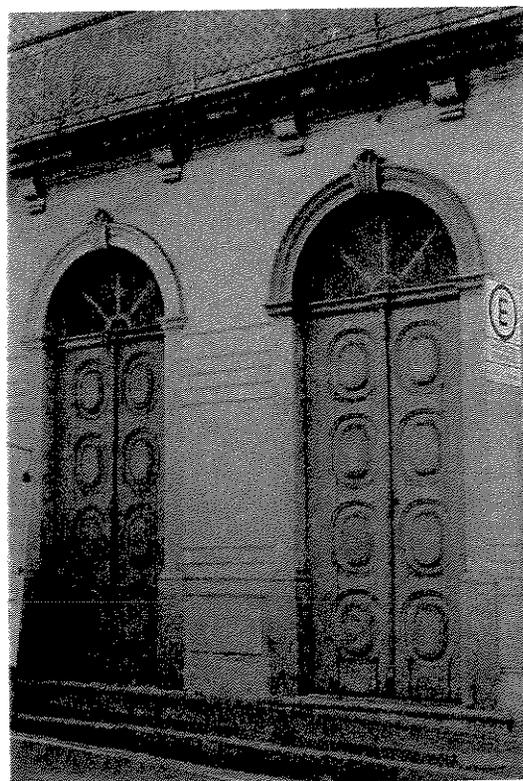


Fig.53

Fig. 52 – Porta principal da residência dos Barões de Itatiba, posteriormente, do filho Elisiário Ferreira de Camargo Andrade. Na bandeira da porta, elaborada em ferro fundido, o ano de sua construção: 1878. Fig. 53 - A porta de entrada da residência geminada, à esquerda da foto, pertenceu a outros filhos dos barões e a Arthur Cavalcanti, seu último morador. Substituindo uma das janelas, surgiu outra porta, em meados da década de 30, com as mesmas características das demais. Todas as portas externas foram construídas com guarnições de pedra de cantaria ornamentadas, duas folhas de madeira de lei almofadadas, além de bandeiras em arco pleno. Observa-se nas fotos a presença de mísulas sustentando a sacada com gradis de ferro fundido. Data: 17/08/2001. Fotos: Iracema Fernandes.

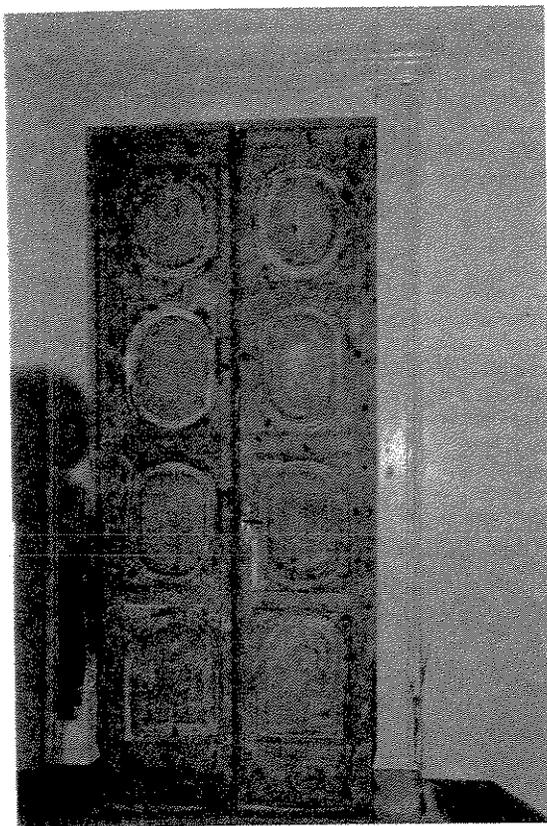


Fig. 54

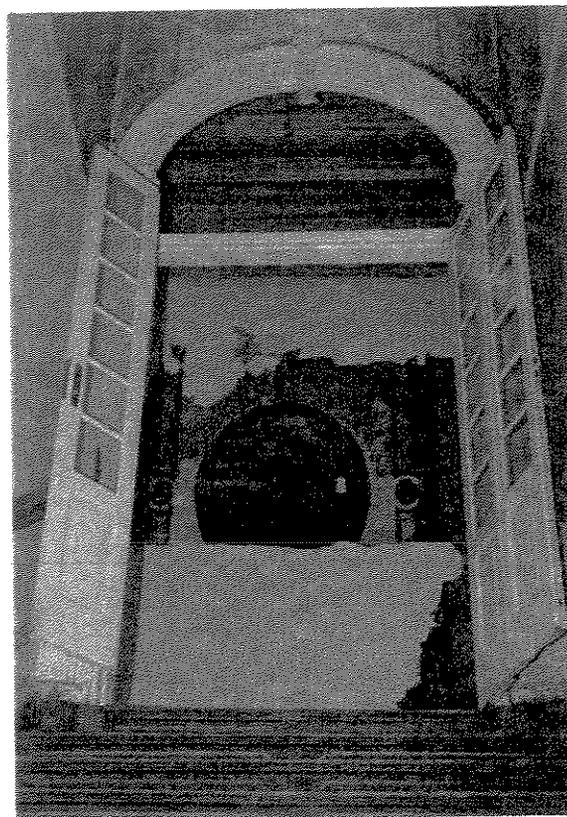


Fig. 55

Fig. 54 e 55 – A primeira imagem é de uma porta interna do pavimento térreo, em pinho de Riga, dando acesso a sala nobre do sobrado da esquina. A outra porta interna possui quatro folhas de madeira e vidro e dá acesso ao pavimento superior do sobrado da esquina. Nela, observa-se a bandeira em semicírculo encimada com ornamentação em madeira. Data: 02/08/01. Fotos: Iracema Fernandes.

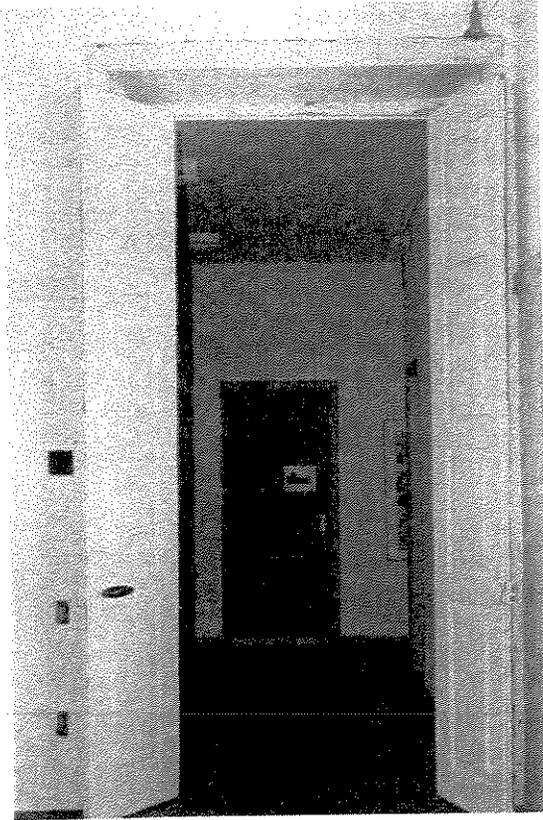


Fig. 56

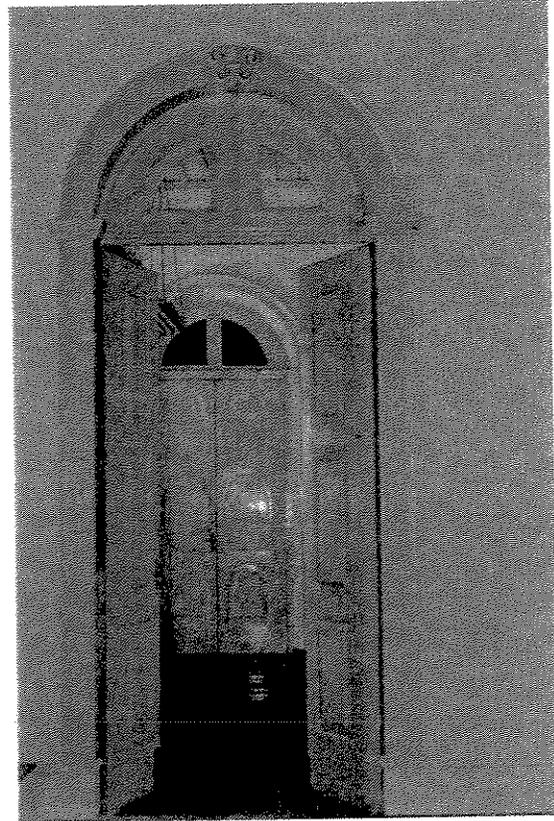


Fig. 57

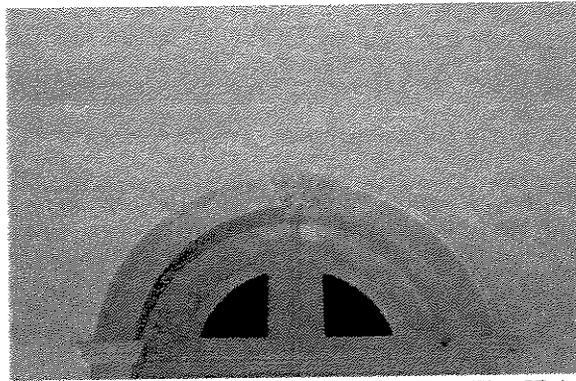


Fig. 57 A

Fig. 56, 57 e 57 A - Exemplos de portas internas compostas por folhas almofadadas, algumas com bandeiras fixas encimadas com flor-de-lis. Data: 17/08/01. Fotos: Iracema Fernandes.

Outro elemento bastante popular no Neoclassicismo e indispensável nas residências deste período foi a clarabóia, abertura no teto da construção fechada por caixilho, com vidro ou outro material transparente, habitualmente feita em formato cônico. Diz Eudes Campos, que *...esses dispositivos de iluminação zenital podiam ser facilmente adotados, pois não implicava sua colocação nem em implantação especial do prédio, nem em alteração do agenciamento tradicional, diferentemente da abertura de janelas em todos os cômodos.*<sup>360</sup> Iluminando as caixas das escadas, as duas clarabóias existentes no sobrado encontram-se em excelente estado de conservação, apresentando armação de madeira, revestimento de tijolos, argamassa mista e graciosos apliques em gesso com motivos florais e de ramagem.<sup>361</sup> (Figs. 61, 61 A, 62 e 62 A)

O piso do sobrado utilizado no pavimento superior, seguiu os moldes dos tradicionais assoalhos de madeira, com tábuas largas.<sup>362</sup> Os únicos que possivelmente preservam seu desenho original são o da sala de entrada do pavimento térreo e dos patamares intermediários das escadas principais, constituindo-se, o primeiro, de um rico mosaico marchetado em madeira de várias tonalidades, compondo uma belíssima rosa-dos-ventos com 32 pontas e os demais, também marchetados, representando outras rosas-dos-ventos, porém, mais simplificadas. Em 1981, quando o professor norte-americano Thomas Irving visitou Campinas, expôs à imprensa local que algumas edificações da cidade haviam recebido muita influência da cultura islâmica, entre elas o Palácio dos Azulejos, com seu piso marchetado e suas fachadas azulejadas.<sup>363</sup> (Figs. 63, 63 A e 64)

---

<sup>360</sup> Eudes de M. CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 431.

<sup>361</sup> As clarabóias estão sendo utilizadas até os dias de hoje, em edificações grandiosas, pois garantem a iluminação natural dos ambientes. Exemplo disso foi a utilização de 61 clarabóias no shopping temático Parque D. Pedro, construído e inaugurado em Campinas, em 2002, com projeto do arquiteto português José Quintela da Fonseca. PARQUE D. Pedro. Histórias de um shopping de sucesso. *Correio Popular*, Campinas, 19.3.2003, p. 6. (Suplemento especial).

<sup>362</sup> LIVRO de lançamento de contratos, termos de arrematação de vendas de terrenos municipais em hasta pública e outros. 1894-1909, p. 189-192. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas

<sup>363</sup> Não só o piso marchetado mas os azulejos existentes no sobrado da Família Ferreira Penteados são frequentemente usados, de acordo com o professor Irving, no interior das mesquitas, por uma razão simples: psicologicamente dão calma, mas religiosamente mantêm a continuidade de pensamento que devem estar dirigidos somente a Deus. Dos edifícios que ele visitou, na cidade, destacam-se o Mercado Municipal e a Escola de Cadetes. EM BUSCA das raízes culturais. *Diário do Povo*, Campinas, 15.04.1981. Estudando o Palácio dos Azulejos, o astrônomo Orlando Ferreira realizou diversas experiências, destacando as três rosáceas existentes no piso, o lustre de cristal e as duas clarabóias que, segundo ele, são elementos planejados para o interior doméstico, baseados na arqueoastronomia. Pôde constatar que em muitos periódicos e almanaques do último quartel do século XIX, existiam diversas informações astronômicas, baseadas em publicações de anuários de efemérides astronômicas do Observatório Nacional do Rio de Janeiro, fundado em

Não se sabe se algum forro existente nas residências e elaborados em madeira é original. O que se percebe, em algumas salas, é a presença de forros em saia e camisa ou apainelados, com tábuas estreitas formando painéis com quadriculados das vigas de sustentação. Alguns estão pintados e receberam aplicação decorativa de madeira recortada e em outras salas, localizadas no térreo, receberam forros com ornamentos em relevo. (Figs. 66, 67, 68, 69, 70, 71, 71 A, 71 B)

As pinturas encontradas nas paredes, recentemente, tanto de uma como da outra residência, são indícios do requinte cultural no qual a família estava inserida. Em algumas delas percebe-se, claramente, uma pintura se sobrepondo a outra, elaborada, possivelmente, no período residencial por artistas estrangeiros. A maioria das pinturas são compostas por paisagens emolduradas com motivos arquitetônicos decorativos, como: falsas cornijas, almofadas marmorizadas, além de medalhões com retratos bem esboçados. Outra pintura que se destaca está localizada na sala de jantar do edifício contíguo e é composta por medalhões com natureza morta. Tudo leva a crer que existam outras pinturas por baixo das grossas mãos de tinta existentes mas, para estas novas descobertas, é necessário um trabalho apurado de especialista e restaurador para deslindar todas as belezas que ali se escondem, da mesma maneira que os tipos de materiais utilizados, as épocas em que foram pintadas e, quem sabe, os autores das referidas obras.<sup>364</sup> (Figs. 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79 e 80)

Saindo do sobrado estudado e ampliando o olhar sobre o centro da cidade, é possível encontrar algumas residências campineiras construídas no período colonial, que receberam significativas reformadas classicizantes, com grande influência neoclássica, por volta da década de 1870, correspondendo às grandes expectativas de seus proprietários, ricos fazendeiros e promissores capitalistas da terra. Uma delas era o grande sobrado de esquina localizado na antiga rua do Comércio com a do Alecrim e pertencia a Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, Barão de Ibitinga, já citado. Comprado de Felisberto Pinto Tavares, seu proprietário reformou-o, depois de 1867, eliminando-se o beiral que foi

---

1827 e que, por si só, possui grande parte do desenvolvimento da história astronômica do Brasil. FERREIRA, Orlando Rodrigues. *Arqueoastronomia dos patrimônios históricos: estudo de caso do Palácio dos Azulejos. Revista Sarão. Memória e vida cultural de Campinas*, Campinas, v.1, nº 4, dez.2002.

<sup>364</sup> Tudo indica que o painel decorativo encontrado no patamar intermediário da escada principal do sobrado da esquina tenha sido colocado nos anos em que o Paço Municipal ali se instalou.

substituído por uma platibanda encimada por vasos e estátuas e duas sacadas gigantes, a da frente abrangendo todas as aberturas e as da face lateral, tomando metade do prédio.<sup>365</sup>

Outra casa reformada havia sido construída por Joaquim Aranha Barreto de Camargo e já existia em 1812. Pertenceu, posteriormente, à sua filha D. Maria Luzia de Sousa Aranha e ao neto Joaquim Egídio de Sousa Aranha, futuro Marquês de Três Rios. A Casa Grande como era denominada, localizava-se no Largo da Catedral, início da antiga rua da Constituição,<sup>366</sup> possuindo enormes beirais, uma porta e doze janelas de frente, além de quinze, na fachada que dava para a rua do Rosário (hoje Avenida Francisco Glicério), todas com vergas retas. Por volta de 1880, o então Conde de Três Rios reformou-a, modernizando suas feições arquitetônicas, retirando os beirais e substituindo-os por extensa platibanda revestida com azulejos claros e coroadas com estatuetas no alto. As janelas e a porta principal, com vergas retas, também sofreram alterações, sendo substituídas por vergas em semicírculos e complementadas com bandeiras, valorizando o casarão com mais graça e estilo.<sup>367</sup>

Não se pode deixar de registrar o Teatro São Carlos, inaugurado em 1850. Em 1867, necessitando de reparos e novas adaptações, o edifício entrou em reforma, tornando-se capacitado para receber maiores e melhores grupos de artistas, inclusive personalidades vindas de fora, como Sarah Bernhardt, a mais célebre “Dama das Camélias”, importante celebridade do cenário artístico internacional.<sup>368</sup> Tal empreendimento ficou sob a responsabilidade do arquiteto Manoel Gonçalves da Silva Cantarino, um dos pioneiros do

---

<sup>365</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 186-7. As ruas do Comércio e do Alecrim correspondem, atualmente, às ruas Dr. Quirino e 14 de Dezembro, respectivamente.

<sup>366</sup> A antiga rua da Constituição recebeu este nome em homenagem à Constituição oferecida ao país por D. Pedro I. Hoje recebe o nome de Costa Aguiar. A Rua do Rosário era a mais central da cidade, passando em frente a Igreja do mesmo nome. Atualmente, recebe o nome de Avenida Francisco Glicério, artéria principal de Campinas. MENDES, J. de Castro. História de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 8.8.1968, p. 10-1.

<sup>367</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 193-4. Pupo comenta que a platibanda veio com o tijolo industrial fabricado pela olaria de Sampaio Peixoto. *Idem* (1983), *op. cit.*, p. 48-50. Em 1900, o vasto edifício denominado Casa Grande já havia se transformado em grupo escolar modelo “Dr. Quirino dos Santos”. Nas mãos do industrial Henrique Husemann, instalou-se, tempos mais tarde, o Cine República, destruído por um incêndio em 1944. No local encontra-se, atualmente, o Edifício Catedral, concluído em 1956. OCTAVIO, Benedicto. MELILLO, Vicente. *Almanach Histórico e Estatístico de Campinas – 1912*, *op. cit.*, p. 150. Leopoldo AMARAL (1927), *op. cit.*, p. 462, 465-6. BRITO, Jolumá, *op. cit.*, v. 9, p. 156. Ver também o solar do Marquês de Três Rios, em São Paulo, com fachada revestida de azulejos e platibanda ornada com estátuas, de influência neoclássica do Rio de Janeiro. Maria Cecília N. HOMEM, *op. cit.*, p. 75-7.

<sup>368</sup> MENDES, José de Castro. História de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 6.3.1968, p. 3-4.

Neoclássico em São Paulo, constituindo-se, após sua remodelação, num moderno teatro para a cidade de Campinas.<sup>369</sup> (Fig. 81)

Outro sobrado que merece nossa citação não foi reformado mas construído pouco antes de julho de 1872,<sup>370</sup> muito semelhante ao sobrado de Joaquim Ferreira Penteado. Trata-se da residência de seu filho Estanislau Ferreira de Camargo Andrade, localizada à rua da Constituição, nº 5 (atual rua Costa Aguiar), bem próxima da Casa Grande, do Marquês de Três Rios. O sobrado de “Lau” como era conhecido seu proprietário, possuía platibanda encimada por estátuas, duas sacadas com grades de ferro forjado, janelas em semicírculos e bandeiras, também em ferro. Só não possuía os azulejos que caracterizariam a residência de seu pai, edificada seis anos depois, na rua acima da sua.<sup>371</sup> Tudo indica, pela semelhança existente entre as duas, que tenham sido desenhadas e construídas pelo mesmo profissional.

Ainda que tenha provocado algumas transformações no plano formal, o neoclássico não chegou a corresponder a um aperfeiçoamento da construção, fato só ocorrido quando inovações técnicas chegaram com a consolidação do ecletismo, no Brasil,<sup>372</sup> tendo como grande fonte inspiradora dos arquitetos locais, os álbuns de César Daly que traziam o que de mais moderno havia no repertório das finas moradias erigidas na capital francesa, nos tempos de Napoleão III e correspondendo, sempre, à auto-afirmação da burguesia.<sup>373</sup>

Nesta fonte também se inspirou o grande engenheiro-arquiteto campineiro, Ramos de Azevedo, o “factótum” da elite cafeeira, marcando a arquitetura campineira, através das inúmeras obras públicas e particulares que aqui deixou.<sup>374</sup> (Fig. 82)

O século XX foi de grandes transformações para o sobrado da Família Penteado. Vendido à Prefeitura para sediar o Paço Municipal de Campinas, passou a receber inúmeras intervenções arquitetônicas, descaracterizando-se de sua construção original sem perder, no entanto, a monumentalidade no cenário urbano.

---

<sup>369</sup> Carlos LEMOS (1987), *op. cit.*, p. 77-8.

<sup>370</sup> A Gazeta de Campinas noticiou, em julho de 1872, a realização de uma festa de São Pedro ...no novo e bonito palacete do Sr. Estanislau Ferreira de Camargo Andrade. É bem provável que tivessem terminado as obras do palacete pouquíssimo tempo antes daquela ocasião. FESTA do Lau. *Gazeta de Campinas*, 7.7.1872.

<sup>371</sup> Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 196.

<sup>372</sup> Nestor Goulart REIS FILHO, *op. cit.*, p. 144.

<sup>373</sup> César Daly foi arquiteto oficial de Napoleão III. Maria Cecília Naclério HOMEM, *op. cit.*, p. 21, 31.

<sup>374</sup> Carlos Lemos (1999), *op. cit.*, p. 253.



Fig. 58 - O desenho e o material empregado no calçamento ao redor do Palácio dos Azulejos, existente nos dias atuais, não são originais. O mosaico português foi empregado, pela primeira vez, em Campinas, em 1910, por Orosimbo Maia. Nesta foto, além do desenho da calçada à rua Ferreira Penteadado, observa-se mais detalhes da sacada do edifício, suportes das luminárias, portas-balcões, além de marcas, em pedra de cantaria, de duas portas que davam acesso às dependências de serviço na residência dos barões. Foto: Iracema Fernandes. Data: 30/08/01.



Fig. 59

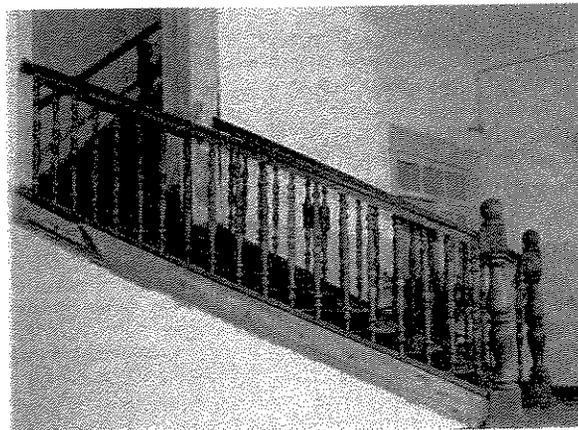


Fig. 59A

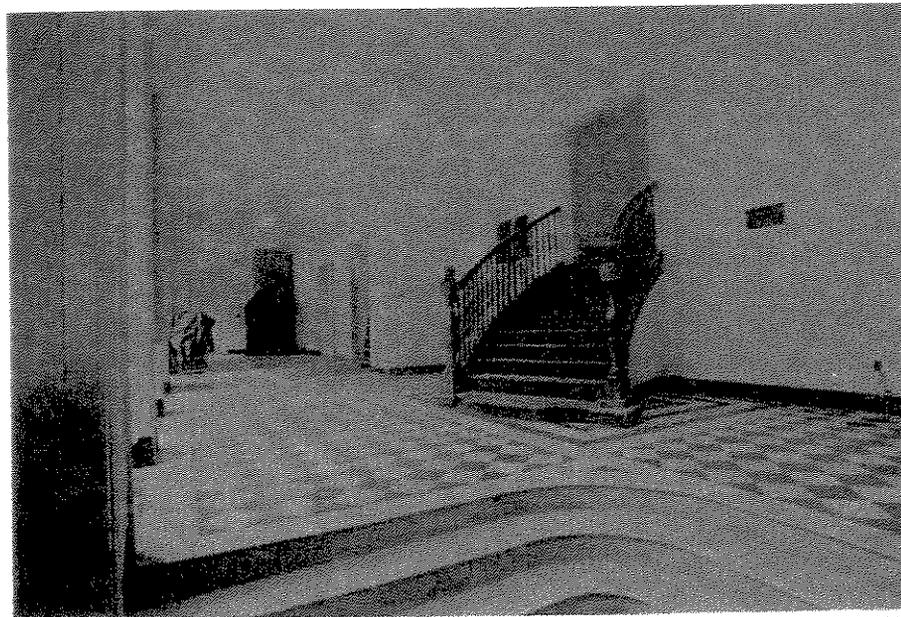


Fig. 60

Fig. 59 e 59 A– Detalhes da escadaria nobre com degraus marchetados com diferentes tipos de madeira, pertencente ao sobrado dos barões. É possível que a mesma tenha sido refeita na grande reforma de 1935/36, com manutenção de seu desenho original. Data: 17/08/01. Fotos: Iracema Fernandes. Fig. 60 – Outros detalhes das escadas que dão acesso ao pavimento superior. Nesta foto, é possível observar o amplo vestibulo que se formou com a reforma de 1935/36. Foto: Roberto Mercury. Data: 1998.

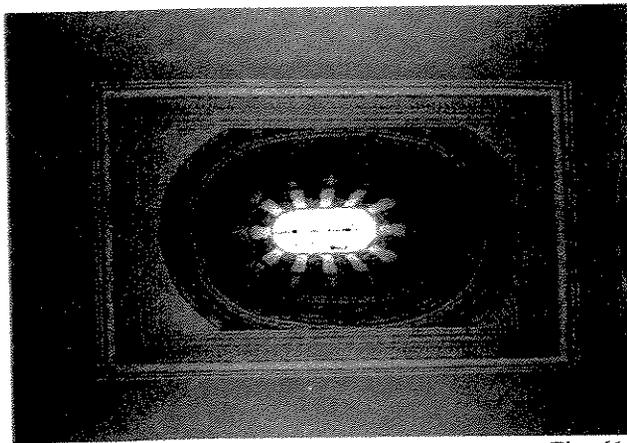


Fig. 61



Fig. 61A

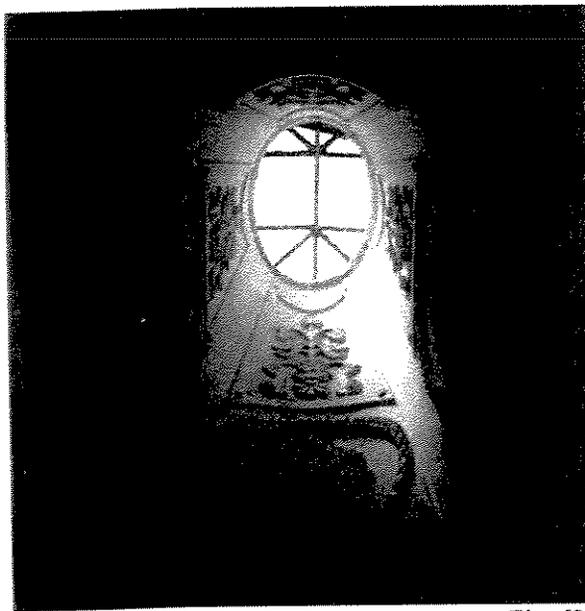


Fig. 62



Fig. 62A

Fig. 61, 61A, 62 e 62 A – Possibilitando a iluminação nas caixas das escadarias, as duas clarabóias existentes foram armadas com madeira revestidas com tijolos, argamassa mista e apliques ornamentais em gesso, com motivos florais e de ramagens. Fotos: Agnes Beatriz A Leite/ Iracema Fernandes. Datas: 19/11/1998 e 10/08/01, respectivamente.



Fig. 63



Fig. 63A

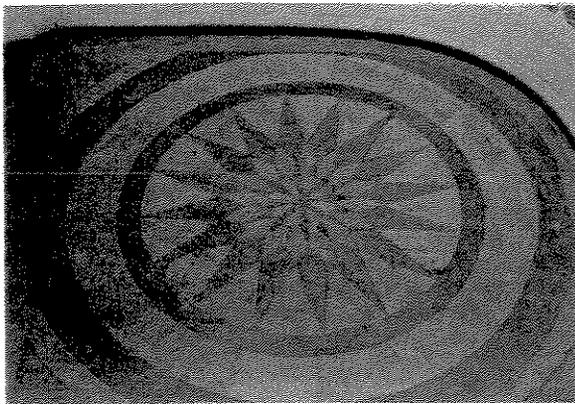


Fig. 64

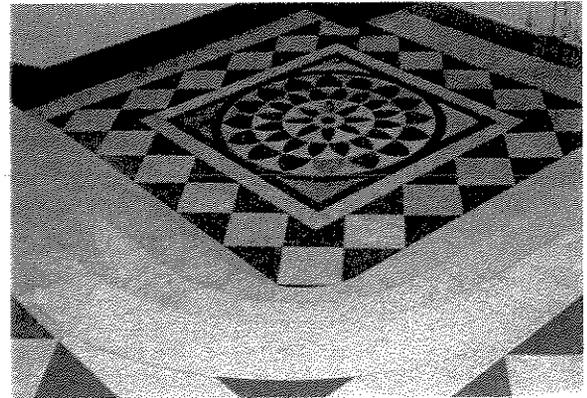


Fig. 65

Fig. 63, 63A e 64 - Detalhes dos pisos marchetados com diferentes tipos de madeira, um, localizado na sala nobre do pavimento inferior com porta de acesso localizada no vestíbulo, e o outro, no lanço da escadaria, destacando-se, nos dois, a forte influência muçulmana caracterizada pelas rosas-dos-ventos existentes. No lanço da escada pertencente ao sobrado contíguo não existe nenhum piso marchetado, mas é possível que ali tenha existido algum, retirado nas intervenções que ocorreram posteriormente.

Fig. 65 – Clássico piso de mármore existente na entrada do sobrado da esquina, emoldurando uma pequena rosácea do mesmo material. Após o piso, seguem-se três degraus. Fotos: Iracema Fernandes. Data : 08/2001.



Fig. 66

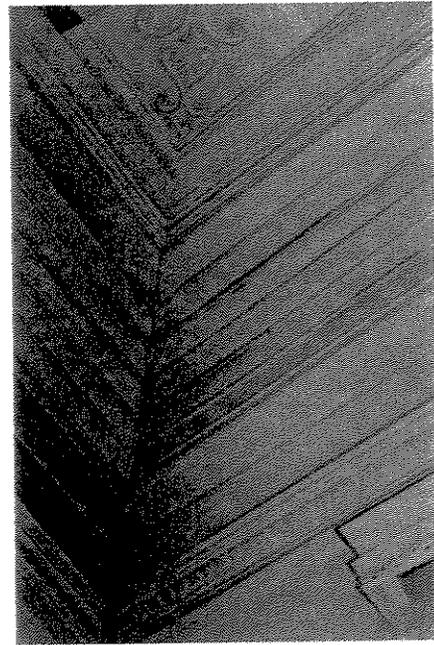


Fig. 67



Fig. 68

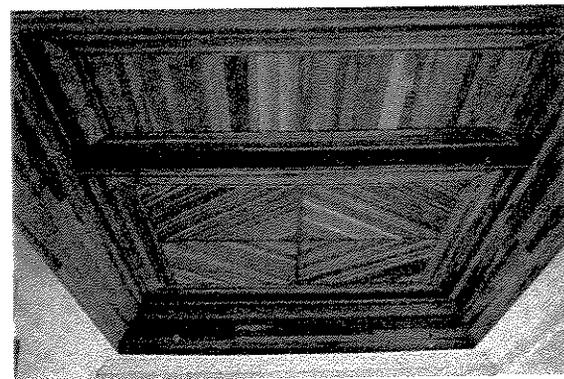


Fig. 69

Fig. 66 e 67– Detalhes ornamentais do forro de madeira existente em uma das dependências localizado na parte nobre do pavimento superior da residência contígua. Nenhum documento indica a manutenção do desenho original nas reformas existentes.

Fig. 68 e 69 – Forros de madeira trocados recentemente, seguindo o desenho original em saia e camisa ou apainelados. Fotos: Iracema Fernandes. Data: 02/08/01.



Fig. 70

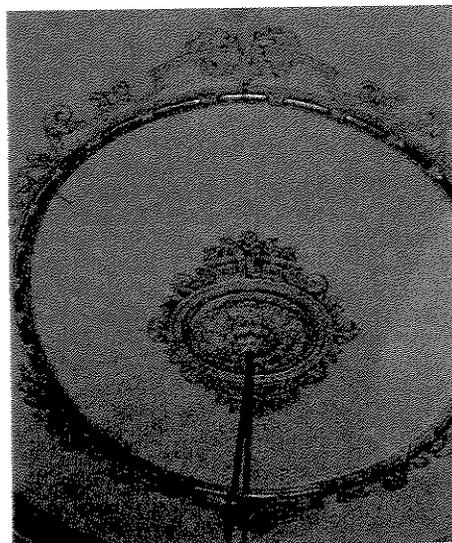


Fig. 71A

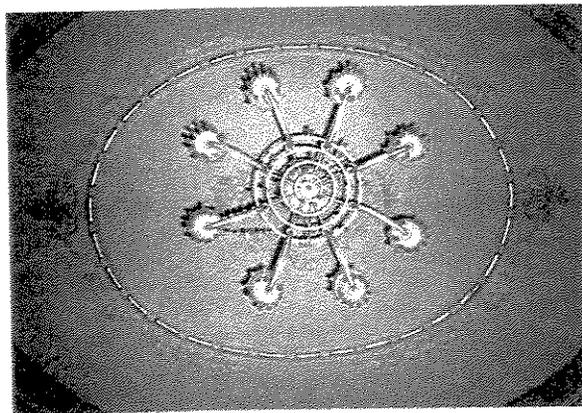


Fig. 71

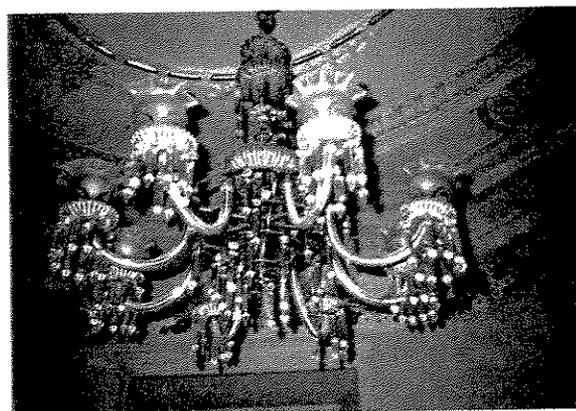


Fig. 71B

Fig. 70, 71, 71A e 71B: Detalhes do forro de madeira localizado na sala nobre do pavimento térreo, com aplicações ornamentais também em madeira e do lustre de cristal, único existente até hoje. A pintura desta sala, elaborada em 1909, foi refeita na última grande reforma em 1987, pela SANASA. Fotos 70, 71 A e B: Iracema Fernandes. Data: 02/08/01. Foto 71: Agnes Beatriz Anonime Leite. Data: 19/11/1998.

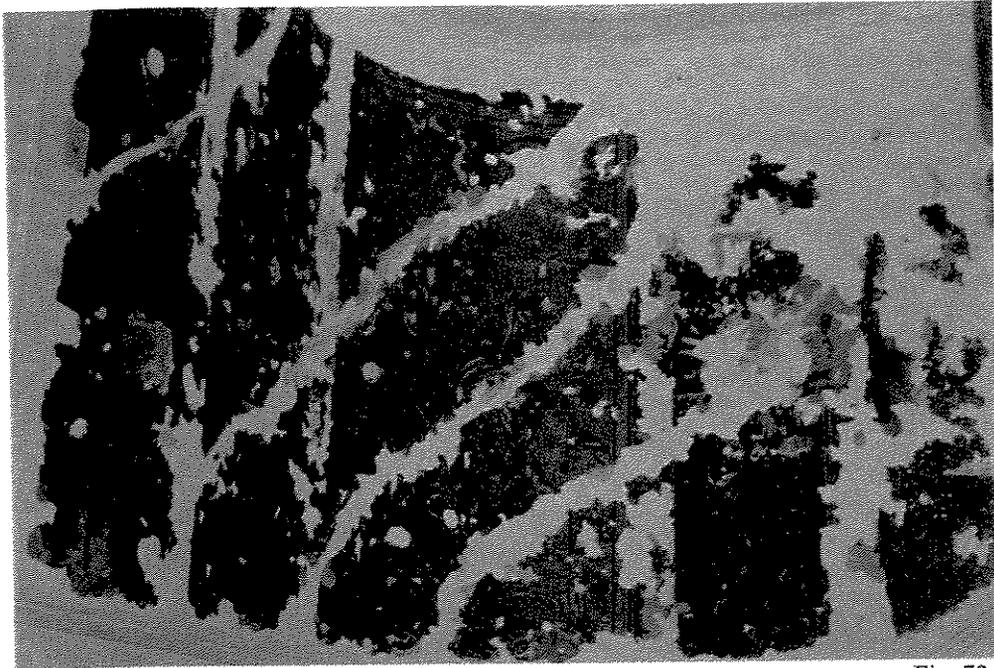


Fig. 72

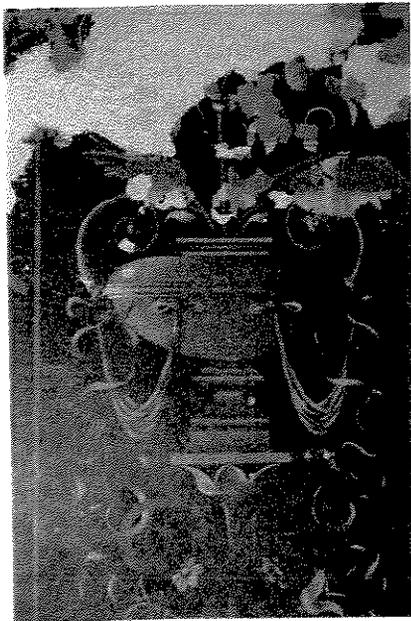


Fig. 73



Fig. 74

Fig. 72, 73 e 74 – Detalhes de duas pinturas existentes no primeiro lance da escadaria nobre da residência da esquina, uma de paisagem sobrepondo outra, figurativa. É possível que as duas tenham sido pintadas na época em que o sobrado foi residência, em momentos diferentes, por artistas europeus. Lamentavelmente, as contínuas intervenções não respeitaram as pinturas encontradas, deixando grandes marcas, principalmente de cimento. Fotos: Iracema Fernandes. Data: 17/08/01.

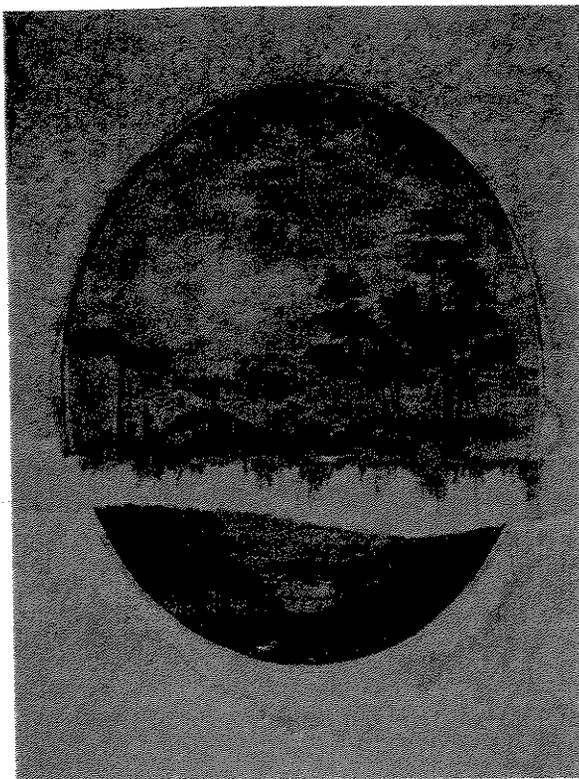


Fig. 75

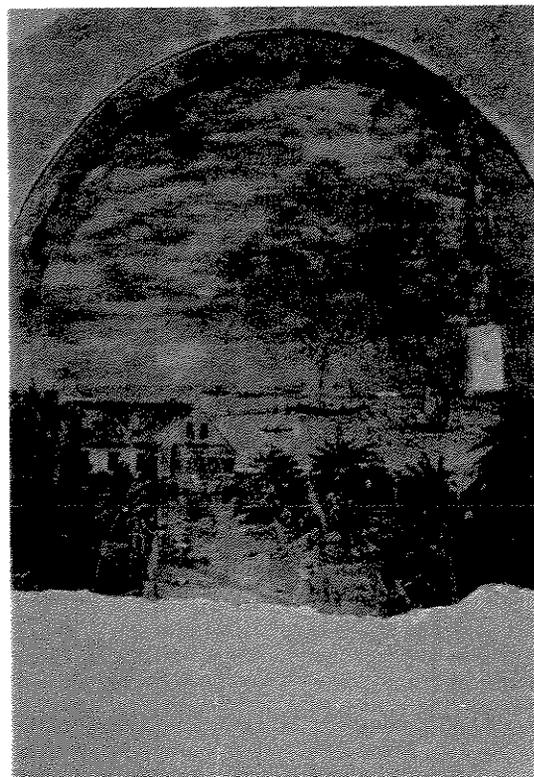


Fig. 76

Fig. 75 e 76 – Outras pinturas existentes na escadaria nobre e no pavimento superior, elaboradas, possivelmente, por artistas estrangeiros. Fotos: Iracema Fernandes. Data: 02/08/01.

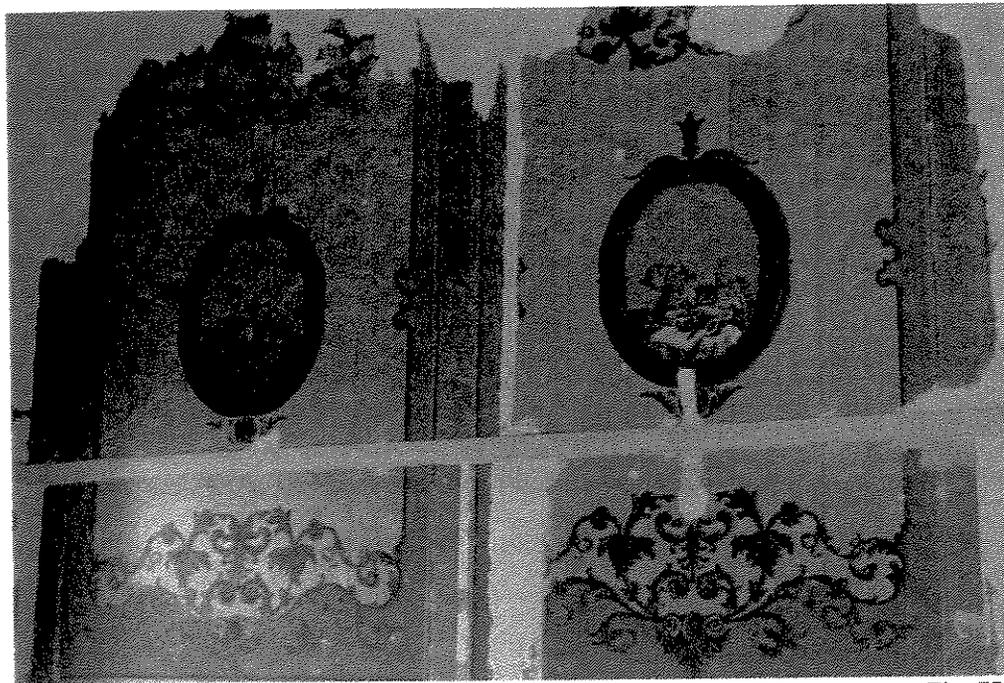


Fig. 77

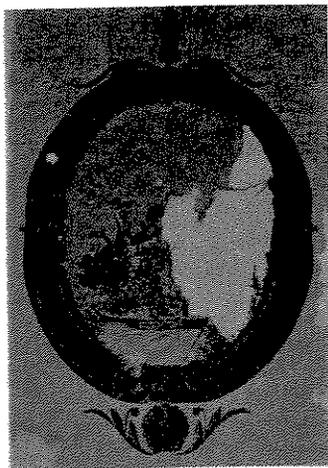


Fig. 78



Fig. 79

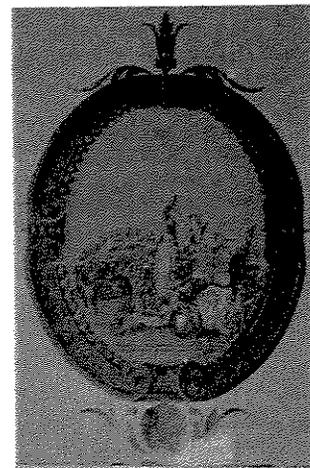


Fig. 80

Fig. 77, 78, 79, 80 – Pinturas localizadas na antiga sala de jantar da casa contígua, composta por medalhões com natureza morta. Da mesma maneira que as demais, as intervenções arquitetônicas lesaram praticamente todas as pinturas, não havendo recuperação onde existe presença de cimento Data: 02/08/01. Fotos: Iracema Fernandes..

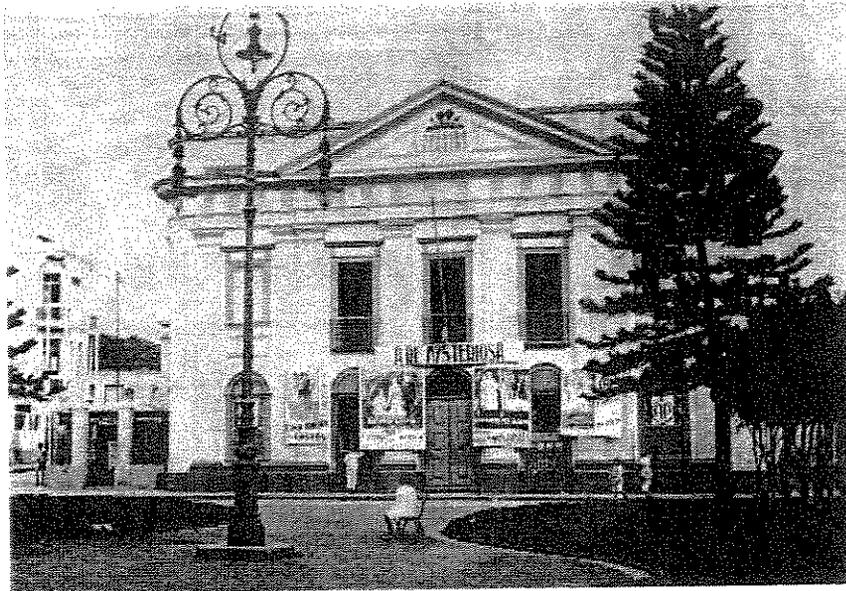


Fig. 81 – Teatro São Carlos. Inaugurado em 1850, foi reformado pelo português Manoel Gonçalves da Silva Cantarino, um dos grandes nomes do estilo neoclássico em São Paulo. O Teatro São Carlos foi demolido em 1922 para construção, no mesmo local, do Teatro Municipal “Carlos Gomes”. Data: desconhecida. Col. Particular Maria Luiza Pinto de Moura..



Fig. 82 – Edifício Armbrust desenhado pelo famoso engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, exemplar arquitetônico eclético mais condizente com o gosto do final do século XIX e início do XX. Foi demolido em 1956 para alargamento da rua Bernardino de Campos. Foto: V8. Data: [1927?]. Acervo: Centro de Memória da Unicamp.

## CAPÍTULO 3 – O PALÁCIO DOS AZULEJOS COMO PAÇO MUNICIPAL

### 3.1- TRAJETÓRIA DAS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS CAMPINEIRAS

*...o edificio da Prefeitura deve ser a Casa da Cidade. Chamava-se “hôtel de ville, chama-se “city hall”. É a Casa da Cidade. Estabelece o padrão arquitetônico, fixa o espírito da raça, dá exemplo de construção, tem caráter local, assume o valor de um símbolo, é tão importante quanto uma bandeira ou um brasão. A Itália e Flandres primaram na construção de seus paços. Na França, em geral, limitou-se a “association communale” a adquirir velhas residências, de caráter próprio, acomodando-as ao uso, sem lhes ferir a fisionomia ingênita. (...)*

Guilherme de Almeida<sup>375</sup>

Por paço, sinônimo de palácio, designou-se a residência oficial utilizada pelos vice-reis do Brasil, construída no Rio de Janeiro, no século XVIII, denominada Paço da Cidade. Também significava a corte, os cortesãos. Refere-se também aos sobrados particulares, utilizados pelos membros da família imperial, quando em visitas pelo interior das províncias, como as que ocorreram em Campinas, já citadas anteriormente.<sup>376</sup>

O Paço Municipal esteve durante muitos anos junto à Cadeia, onde a edilidade campineira encontrou enormes dificuldades pela falta de espaço, epidemia entre os presos, falta de higiene e má conservação do prédio, tendo sido inúmeras as reclamações de toda a sociedade para que encontrassem um local adequado para abrigar as repartições públicas. Este problema foi resolvido somente com a aquisição do sobrado da Família Ferreira Penteadado, em 1908 e, finalmente, pela compra da residência contígua, no ano de 1916, pela Prefeitura Municipal de Campinas.<sup>377</sup>

---

<sup>375</sup> O artigo onde se insere esta frase foi escrito no dia 1º de junho de 1947 por Guilherme de Almeida, para o *Diário de São Paulo*, época em que interessados começaram a discutir a criação do Museu Histórico de Campinas. Foi transcrito para o *Correio Popular*, onze anos depois. O PAÇO Municipal. *Correio Popular*, Campinas, 22.08.1958.

<sup>376</sup> Maria Cecília N. HOMEM, *op. cit.*, p. 19

<sup>377</sup> A característica do sistema judicial brasileiro até o final do Império foi a centralização de suas atividades junto ao Poder Imperial, fato que concorria para que os magistrados, togados ou não, exercessem ao mesmo tempo, as funções administrativas legislativas e judiciais de uma comunidade. ABRAHÃO, Fernando Antonio. *Criminalidade e Modernização em Campinas: 1880 a 1930*. 2002, p. 145. (Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP).

Embora um local já estivesse demarcado para a construção das chamadas “Casas de Câmara e Cadeia”, desde 1797,<sup>378</sup> no terreno onde se encontrava a primitiva capela, no Largo da Matriz, isso não ocorreu na vila dos primeiros tempos, obrigando os vereadores campineiros a se reunirem, sempre que precisassem, na casa do Juiz Presidente, enquanto que à cadeia ficou reservada uma pequena construção provisória, transformada em velho edifício com grades de pau, que se arruinava através dos anos.<sup>379</sup>

Cogitava-se, em 1811, a compra de um sobrado pertencente ao Tenente Francisco de Paula Camargo, mas frustrou-se a intenção da vereança local e o edifício da Câmara e Cadeia ...*centro de autoridade, justiça e administração...* só pode ser edificado, em taipa, entre os anos de 1824 e 1829,<sup>380</sup> conforme demarcação original, em frente à Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, hoje, Basílica do Carmo, compondo com esta um grande pátio com um tronco em seu centro, utilizado para os castigos corporais.<sup>381</sup>

Majestoso para a época, como atesta o historiador Mello Pupo, o sobrado passou por uma grande reforma em 1845, ganhando assim nova pintura e limpeza. Possuía:

...a fachada principal de uma porta central e quatro janelas no andar térreo, com cinco janelas no andar superior, a parede branca, as janelas de baixo, com grade e vedação integral de madeira com “fechaduras de brocas portuguesas” e as de cima com caixilhos de vidro, também vedação integral de madeira; entrando-se pela porta central, abria-se esta para uma sala transversal ao prédio, dando entrada para outras salas que lhe eram laterais e ocupadas pela delegacia de polícia e prisões; a sala de entrada ainda continha, por sobre o quarto do carcereiro, a escada do andar superior, finda a qual tinha-se entrada para a sala da Câmara num lado do andar superior, e, de outro lado, a sala do arquivo com o grande armário fixo na parede, do chão ao fôrro, e mais uma outra sala, cômodos todos, e mais o armário, com pintura a óleo branca, assim como os caixilhos, enquanto todas as folhas das janelas, tanto de cima como de baixo, oleadas de verde com as portadas côr de chumbo.<sup>382</sup>

---

<sup>378</sup> O levantamento do pelourinho e demarcação para os Paços do Conselho e Cadeia ocorreu aos 14 de dezembro de 1797, quando o Bairro do Mato Grosso de Campinas elevou-se à condição de Villa de Sam Carlos. Nessa época, a vila contava com 2.107 habitantes. Hoje ali se encontra o Monumento-túmulo em homenagem ao maestro Antonio Carlos Gomes. MENDES, José de Castro. História de Campinas. In: *Correio Popular*, Campinas, 27.6.1968, p.7, 8 e 9. Ver também: Teodoro de Sousa CAMPOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 5-188; Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*

<sup>379</sup> *Ibid.*, p. 88, 92; Mariano comenta que, em 1802, foi erguido um edifício de polivalente serventia: cadeia, fórum e paço municipal, considerado muito medíocre por alguns. Fica muito difícil saber se é a mesma construção citada por Pupo. Júlio MARIANO (1970), *op. cit.*, p. 154; Valter MARTINS, *op. cit.*, p. 92.

<sup>380</sup> Não foi possível fixar a data da construção do edifício em questão, devido a falta do livro de Atas da Câmara Municipal, correspondente ao período. Sabe-se, no entanto, que no ano da Independência do Brasil, ele não existia e em 1829, a cidade já dispunha de uma paço levantado em frente à Matriz. *Idem* (1983), *op. cit.*, p. 29.

<sup>381</sup> *Idem* (1969), *op. cit.*, p. 92, 122.

<sup>382</sup> *Ibid.*

Em 1853, sabe-se que ali funcionavam o Paço Municipal, a Cadeia e o Fórum.<sup>383</sup> Entretanto, se o referido sobrado foi majestoso, na descrição de Pupo, não foi para a maioria de seus ocupantes, muito menos para a população, um local pacífico durante grande parte do século XIX. (Fig. 9)

À Câmara cabia a administração de várias repartições municipais, muito diversas entre si, como o Matadouro (onde havia um espaço para matança de animais), o Mercado e o Cemitério, todos com quadro próprio de funcionários, além de médicos, zeladores, despachantes, porteiros, guardas, aferidores, arruadores etc. Para complicar mais a convivência entre todos, funcionava também, no mesmo edifício, uma escola pública de ensino primário para meninos. Para Amaral Lapa, era realmente incompreensível que:

... funções e serviços como esses ficassem acomodados num mesmo prédio, mas era o que acontecia, gerando problemas cotidianos que envolviam magarefes atarefados, juizes ordinários em audiência e agitados vereadores bradando pela causa pública, enquanto que, juntos, os animais caminhavam para o sacrifício final e os meninos iam aprender a ler!<sup>384</sup>

A Cadeia, onde convinha segurança e decência, estava mais para pesadelo, pois loucos se misturavam aos prisioneiros comuns, enquanto que a convivência forçosa entre livres e escravos era marcada por graves conflitos, tendo como agravante a promiscuidade, a sujeira e as constantes fugas, principalmente, através de suas grades de madeira, queimadas com frequência pelos presidiários e de túneis escavados que iam dar nos quintais vizinhos, apavorando mais e mais a população campineira. Em 1853, abrigava uma média de 32 presos, de ambos os sexos, entre livres e escravos, daqui e de várias outras localidades como Piracicaba, Limeira, Casa Branca, Rio Claro, Araraquara e Mogi Mirim, uma vez que estes locais não possuíam prisão.

Ao passar pela cidade, em sua *Peregrinação pela Província de São Paulo*, entre 1860 e 1861, o viajante português Emílio Zaluar<sup>385</sup> registrou que seus habitantes não podiam gozar com facilidade de todos os recursos que a civilização das grandes cidades proporcionava a seus moradores, mas sobrava, em compensação, os meios e o desejo de em breve conseguirem pois o progresso geral acelerava-se com muita rapidez, possuindo várias

---

<sup>383</sup> Idem (1983), *op. cit.*, p. 23.

<sup>384</sup> José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.*, p. 77-83.

<sup>385</sup> Zaluar, A EMILIO. *Peregrinações pela Província de São Paulo (1860-1861)*. 2ª ed. São Paulo: Edições Cultura.: s.d., p.148-53.

fábricas, um jornal, comércio ativo e florescente, além de quatro igrejas.<sup>386</sup> No entanto ...a casa de câmara e cadeia reunidas em um mesmo edifício, a-pesar-de edificadas com segurança, são acanhadas para o lugar e construídas com mau gosto e sem as condições convenientes para o seu duplo destino.

Os crônicos problemas daquele edifício continuaram a receber severas críticas na imprensa local, acirrando os debates na década dos setenta, onde manifestavam a necessidade urgente de Campinas ter acomodações dignas para a Câmara Municipal, uma vez que a cidade começava a conquistar significativos melhoramentos e a expandir-se no cenário econômico e social da Província.<sup>387</sup> Para a Gazeta de Campinas de 1875, o referido edifício precisava alargar mais seus aposentos, pois faltavam sala para as sessões do júri, repartições para fórum e espaço para o correio. Complementando sua manifestação, dizia: *Mudem-se pois para longe a causa de tantos apertos, e não se verão mais os delegados do povo obrigados a abandonar o paço de suas sessões para irem procurar na obsequiosidade d'um amigo, lugar onde discutirem ou administrarem os negócios do Município, como se tem dado ultimamente...*<sup>388</sup>

As duras críticas continuaram e as propostas da edilidade campineira à Assembléia Provincial, para a construção de uma nova cadeia nos anos seguintes, foram várias destacando-se, entre elas, a do médico e vereador Ricardo Gumbleton Daunt e a do jornalista e vereador Francisco Quirino dos Santos.<sup>389</sup> A primeira propunha a reforma do prédio, com o objetivo de transformá-lo somente em Paço Municipal onde abrigasse as repartições da procuradoria, secretaria, arquivo, fiscalização, aferição, dos arrematantes dos impostos etc. Propunha também que um prédio fosse construído pelo engenheiro Henrique Florence, afim de instalarem juntos Cadeia e Quartel. A segunda, sugeria que a responsabilidade da planta da nova cadeia fosse do engenheiro – arquiteto Ramos de

---

<sup>386</sup> Ele fala das Igrejas do Rosário, de Santa Cruz e da Matriz Velha. A Matriz Nova ainda estava em construção na época.

<sup>387</sup> MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. *Ramos de Azevedo. Presença e Atuação profissional – Campinas: 1879-1886*. Campinas, 2000. (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUCCAMP), p. 214.

<sup>388</sup> *Gazeta de Campinas*, Campinas, 17.1.1875, p. 1. O Imperador D. Pedro II, em sua 3ª visita à Campinas, em agosto de 1875, anota em seu diário que a Matriz Nova, principalmente os entalhes de seu altar mor, obra de Vitoriano dos Anjos, eram muito bonitos. No entanto, a Casa de Câmara e Cadeia eram as piores que tinha visto até então. Celso Maria de Mello PUPO (1969), *op. cit.*, p. 171.

<sup>389</sup> BRITO, Joluná. *História da Cidade de Campinas*. Campinas: Saraiva, 1956 – 1969, v. 12, p. 121.

Azevedo. Uma e outra proposta deixava claro o desejo de desvincularem as atividades do Paço Municipal da Cadeia e Quartel.<sup>390</sup>

Mesmo com as diversas propostas dos vereadores, o intento não se realizou de imediato, mas somente após a proclamação da República, quando foi liberada uma dotação orçamentária para a realização da obra, sob a responsabilidade de Ramos de Azevedo, como propusera Quirino dos Santos, anos antes.

Apesar da preocupação da maioria das autoridades em separar as instalações da Cadeia e da Câmara, o que se observa no projeto elaborado é que tais medidas não foram contempladas, pois Ramos de Azevedo se baseou em um programa tradicional, considerado obsoleto e até promíscuo para o final do século, onde procurava agregar, mais uma vez, todas as repartições municipais.<sup>391</sup>

De acordo com Amaral, o novo edifício compunha-se de *...três corpos, com dous pavimentos, sendo que as prisões acham-se no pavimento inferior e salas de Camara e do Jury no superior...* e estava localizado *...a cavaleiro da cidade no bairro 'Botafogo', á rua Andrade Neves...*,<sup>392</sup> em consonância com o Código Sanitário Estadual,<sup>393</sup> que recomendava que os edifícios considerados insalubres fossem construídos fora do perímetro urbano.<sup>394</sup> A *Cadêa Nova* foi concluída em 1896 e inaugurada no dia 1 de fevereiro de 1897 e os presos foram transferidos para lá no dia 10 de fevereiro do mesmo mês.<sup>395</sup>

Era necessário, entretanto, sob a ótica da edilidade campineira, que o edifício da Camara, *...símbolo máximo da administração...*, permanecesse na área central da cidade. Dessa maneira, ignorando a nova construção de Ramos de Azevedo, as autoridades do Paço Municipal, que haviam precariamente se instalado, desde anos anteriores, em alguns

---

<sup>390</sup> Ana Maria Reis Góes MONTEIRO, *op. cit.*, p. 216-7.

<sup>391</sup> *Ibidem*, p. 219. Ramos de Azevedo não se baseou em propostas correccionais e reeducativas das prisões modernas, imaginadas pelos filósofos utilitaristas Jeremy Benthan e John Howard, colocadas em prática em Auburn e Filadélfia, Estados Unidos. Fernando Antonio ABRAHÃO, *op. cit.*, p. 142.

<sup>392</sup> AMARAL, Leopoldo. *A cidade de Campinas em 1901*. Campinas: Casa Livro Azul, 1901, p. 207. Ver também: PINTO, Alfredo Moreira. *Campinas – Impressões de Viagem*. Rio de Janeiro: Cia. Typographica do Brazil, 1898, p. 10.

<sup>393</sup> Ana Maria Reis Góes MONTEIRO, *op. cit.*, p. 218.

<sup>394</sup> A Camara Municipal já proibía, em novembro de 1873, as instalações de enfermarias e lazaretos no interior da cidade, designando para tais edificações, as chácaras localizadas na *circunferência da cidade*. *Gazeta de Campinas, Campinas*, 27.11. 1873, p. 2;

<sup>395</sup> Fernando Antonio ABRAHÃO, *op. cit.*, p. 152. REMOÇÃO de presos. *Diário de Campinas, Campinas*, 11.2.1897. Ver também: Cadeia Nova. *Diário de Campinas, Campinas*, 2 e 4.2. 1897; DELEGADO de Polícia. *Diário de Campinas, Campinas*, 6.2.1897; MENDES, José de Castro. *Efemérides Campineiras – 1739 – 1960*. Campinas: Palmeiras, 1963, p. 84.;

edifícios, permaneceram no centro da cidade - exceto o presídio e as audiências do Júri, como atesta o *Diário de Campinas*, nos anos de 1896 e 1897.

O primeiro local de que se tem notícias sobre estas instalações provisórias vem através da Resolução nº 33, de 1892, a qual cita que as repartições municipais estavam alojadas no Edifício “Corrêa de Mello” e que seriam transferidas para os cômodos do Mercado Grande, depois deste passar *...pelos consertos e reformas de que carece, ficando o cidadão Procurador autorizado a mandar proceder a essas obras.*<sup>396</sup> Através desta resolução foi reaberta, naquele local, uma escola gratuita para crianças pobres, de ambos os sexos, e criado um Gabinete de Leitura com 2.600 volumes em português e francês.<sup>397</sup>

Quanto à transferência das repartições públicas para o Mercado, dois documentos encontrados não deixam dúvidas sobre o assunto: uma planta da cidade elaborada pela Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo – Secção de Campinas, de 1893, com a Rede Geral de Drenagem do Subsolo, cuja legenda registra a Intendência Municipal instalada nas dependências do Mercado Grande, no Largo Carlos Gomes (nº 10). Permaneceu no local por aproximadamente dois anos pois, através da Lei nº 34 de 6/9/1894,<sup>398</sup> a Câmara de Campinas autorizava o poder executivo a retirá-la dali, permitindo, para isso, o arrendamento de um prédio pelo tempo que julgasse necessário, até que o governo do Estado concluísse a nova cadeia. Desocupando o sobrado da cadeia, a intenção da municipalidade era reformá-lo, para ali ser instalado o Paço Municipal.

Poucos meses depois, através de contrato assinado com D. Maria Brandina de Sousa Aranha, proprietária de um prédio localizado à Rua Barão de Jaguará esquina com Conceição, nº 43, as repartições municipais foram novamente transferidas, se estabelecendo no local por vários anos.<sup>399</sup>

---

<sup>396</sup> RESOLUÇÃO nº 33, de 25/05/1892, p. 18. Intendencia Municipal de Campinas. Resoluções relativas aos anos de 1890 a 1892. Campinas: Typ a vapor Livro Azul.

<sup>397</sup> RESOLUÇÃO Nº 62, de 1892. *Ibid.*, p. 26. O edifício “Corrêa de Mello” estava localizado onde se encontra o terminal de ônibus, em frente ao Mercado Municipal. Em 1897, através da Resolução nº 38, de 29/03/1897, a escola passou para o governo do Estado.

<sup>398</sup> Lei nº 34, de 6/9/1894, p. 19-20. Câmara Municipal de Campinas. Através da Resolução nº 34/1896, o poder executivo cede ao governo do Estado o edifício do mercado para ali ser estabelecido o Desinfetório Central.

<sup>399</sup> O prazo do contrato seria de dois anos e o aluguel acordado entre as partes era de 500\$000 (quinhentos mil réis). LIVRO de Contratos :1894-1909, p. 11 e 12. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.

Em sua visita à Campinas, em 1898, Alfredo Moreira Pinto relata que a Câmara de Campinas funcionava ...na rua Barão de Jaguará, em um bonito prédio alugado, onde estão todas as repartições municipais e onde dão audiências os juizes de direito.<sup>400</sup>

Quanto ao antigo edifício da Cadeia, o Intendente Dr. Vieira Bueno, resolveu, em 1897, consultar a Câmara sobre o que fazer com o mesmo, pois considerava seu estado muito precário. Após a remoção dos presos para a Cadeia Nova, no início daquele ano e a transferência das audiências dos juizes para as dependências do edifício à rua Barão de Jaguará, nº 43, as reclamações da população vizinha acirraram-se pois ...aquillo esta muitissimo sujo! Não ha olphato que resista aquella essencia concentrada nem organismo que se julge immune diante daquele foco de infeccção.<sup>401</sup>

Após a deliberação das obras para reforma, dois meses depois, o Jornal Cidade de Campinas assim se manifestava: *Este pardieiro vae soffrer reformas, é o que dizem. Pela parte exterior, seu aspecto é de uma crueldade indizível (...). O que não comprehendemos é que não se fecham as janellas do palacete, e assim fiquem os transeuntes sujeitos a quebrar a cara contra as folhas de madeira que abrem para os passeio; ...com a ventania destes dias o barulho e insopportavel alli.*<sup>402</sup>

Apesar da vontade das autoridades públicas em reformar o prédio para instalação das repartições municipais, isso não ocorreu, pois as vistorias realizadas pelos engenheiros para procederem os reparos conduziram a um outro destino: a demolição, levada a termo em outubro de 1898.<sup>403</sup> Ali mesmo, diziam, seria construído o novo Paço Municipal.

Comenta Mariano que quando o escultor Rodolfo Bernardelli a quem fora encomendado o monumento em homenagem ao maestro Carlos Gomes, veio a Campinas, demonstrou preferência pela área.<sup>404</sup> Solicitado à Câmara que abrisse mão do terreno, os vereadores, após exaustivas discussões, concordaram em ceder o *pedaço de chão histórico*,

---

<sup>400</sup> Alfredo Moreira PINTO, *op. cit.*, p. 9.

<sup>401</sup> CADÊA Imunda. *Diario de Campinas*, Campinas, 15.12. 1896.

<sup>402</sup> CADÊA Velha. *Cidade de Campinas*, Campinas 10.5. 1897; Cadêa Velha. *Cidade de Campinas*, Campinas, 13.5. 1897.

<sup>403</sup> RESOLUÇÃO nº 49, de 18/01/1897, p. 21. CAMARA Municipal de Campinas. Leis, Resoluções e mais actos promulgados em 1897. Campinas: Typ. a vapor Livro Azul, 1898; MARIANO, Julio (1979). Por ocasião da demolição do edifício, o Pe. Manoel Ribas d'Ávila, vigário da Igreja Matriz de Santa Cruz (Basilica do Carmo, atualmente), solicitou à Câmara Municipal ...o antigo relógio que funcionou no torreão da cadêa velha... pedido aprovado pelos vereadores, com a condição de ...ser o referido relógio collocado na torre que se está construindo n'aquella matriz. RESOLUÇÃO nº 63, de 24/11/1898. Camara Municipal de Campinas, p. 15.

através da Resolução nº 128, de 22 de junho de 1901, para levantar o monumento no local.<sup>405</sup> Entre as autoridades políticas que não concordavam com o monumento no local escolhido, estava o Intendente Antonio Alvares Lobo, como mostra um ofício encaminhado ao presidente da Comissão Carlos Gomes, Barão de Ataliba Nogueira. Nele, o Intendente justificava sua discordância, entendendo que no espaço onde havia sido ocupado pela Cadeia Velha deveria ser erigido o novo Paço Municipal *...construindo-se uma só avenida da frente da antiga cadêa à Matriz Velha – colocando-se a estátua no ponto justo que fosse considerado o centro da praça*. O professor Bernardelli recusou a indicação sugerida por Álvares Lobo e, conseqüentemente, a comissão também.<sup>406</sup>

Na mesma época, o Intendente Municipal comunicava ao Sr. Firmino Tamandaré que o edifício à rua Barão de Jaguará, nº 43, onde funcionavam as referidas repartições estavam com *...o telhado bastante estragado, o que faz com que as múltiplas goteiras danifiquem-no mais. A Intendencia está mandando consertar a escada da entrada, que se acha em estado deploravel. Como taes serviços devem ser por conta da proprietaria, Exma. Snra. Maria Brandina, venho perder-lhe o obséquo de avisal-a*.<sup>407</sup>

Talvez pela más condição do edifício ou pela falta de resposta satisfatória da proprietária ou até pela expiração do contrato de arrendamento, o certo é que, no final de março de 1904, o Paço Municipal e o Fórum, mais uma vez, foram transferidos para outro local, desta vez, à rua Dr. Quirino, nº 65.<sup>408</sup> (Fig. 83)

Em janeiro de 1908, um termo de aditamento feito ao contrato de 1904, indicava a permanência das repartições públicas no sobrado da rua Dr. Quirino,<sup>409</sup> não fosse o sonho

---

<sup>404</sup> *Ibid.*, p. 53.

<sup>405</sup> Através da Res. Nº 47/1897, a Camara Municipal já havia cedido um terreno no Cemitério para a construção do mausoléu, uma vez que o corpo do maestro campineiro estava enterrado na Capela da Família Ferreira Pentead. A RESOLUÇÃO nº 67, de 31/12/1898, p. 15, autorizou outro local para aquele monumento – a praça José Bonifácio. No entanto, o escultor Bernardelli se recusou a construir o monumento em tal espaço, justificando sua negativa.

<sup>406</sup> LIVRO de Correspondência nº 2. Ofício nº 318, de 12/08/ 1903, p. 1. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.

<sup>407</sup> Provavelmente seja o Sr. Firmino Tamandaré algum aparentado ou advogado de D. Maria Brandina de Souza Aranha, proprietária do edifício em questão. Pupo comenta que D. Brandina demoliu-a para, em seu lugar, levantar o sobrado construído por Ramos de Azevedo, na mesma rua Barão esquina com Conceição. Celso Maria de Mello PUPO (1983), *op. cit.*, p. 56.

<sup>408</sup> Resolução nº 163, de 28/10/1903, p. 20-1. LIVRO de Contratos -1894-1909, p. 107 e 8. O proprietário era o Sr. Bento da Silva Braga; LIVRO de Correspondências. Of. 441, de 17/03/1904, p. 28

<sup>409</sup> LIVRO de Contratos (1894-1909). Termo de Aditamento, p. 167-8. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Intendência / Prefeitura Municipal de Campinas. O sobrado pertence à Família Di Lucca, desde 1908 e está locado, atualmente, para o Sr. Arildo da Costa Correia, proprietário da Choperia Giovanetti do

acalentado pelas autoridades em adquirir, por compra ou construção, um edifício próprio para sede definitiva do Paço Municipal, pois continuavam mal instalados por não terem encontrado um prédio em melhores condições que aquele.

A primeira proposta que a Câmara recebeu para compra de um prédio que abrigasse o Paço Municipal foi comunicada em sessão extraordinária de 4 de fevereiro de 1908 e vinha do Prefeito Orosimbo Maia. Dizia que os herdeiros do Barão de Itapura queriam vender o palacete da família, o pomar, e mais um amplo terreno pelo valor de 150 contos de réis, sendo 70 contos no ato da compra e o restante pagos em duas prestações anuais de 40 contos, com juros de 10% ao ano. Havia, porém, um agravante: necessitava de reparos e adaptações. A segunda proposta surgiu dois meses depois, também em comunicado do prefeito, sobre a venda do edifício à rua Regente Feijó, esquina com Campos Sales, por 100 contos de réis, de propriedade do Barão de Ataliba Nogueira. Depois de vistoriados e estudadas as primeiras propostas, veio a terceira, a mais vantajosa, na opinião de Orosimbo Maia - a venda de parte do velho sobrado da Família Ferreira Penteado, de propriedade da neta, D. Alzira Ferreira Penteado e de seu marido, o Coronel Francisco de Andrade Coutinho,<sup>410</sup> por 50 contos de réis (50:000\$000)<sup>411</sup> *...sendo 25:000\$000 (vinte e cinco contos de réis), pagos á vista e os restantes vinte e cinco contos de réis em uma letra da terra a prazo de nove meses...*, em condições de preço e pagamento magníficas, de acordo com o prefeito.<sup>412</sup>

A compra, para Orosimbo Maia, satisfazia uma justa aspiração da população, mas algumas dúvidas existiram por parte dos edis, quanto a uma suposta irregularidade na escritura de doação do sobrado Ferreira Penteado ao Coronel Francisco de Andrade Coutinho. Devidamente esclarecidas as dúvidas pelos Srs. Elisiário Ferreira de Camargo Andrade e Cneu Ferreira de Camargo, seu filho, residentes em São Paulo, a Câmara

---

Carmo Ltda. (Giovanetti II). Apesar de bastante descaracterizado, encontra-se em Processo de Tombamento pelo CONDEPACC.

<sup>410</sup> D. Alzira Ferreira Penteado Coutinho, nascida em Campinas e batizada no dia 17/02/1871, era filha de Elisiário Ferreira de Camargo Andrade. Salvador MOYA, *op. cit.*, p.53-4, 83.

<sup>411</sup> Júlio MARIANO (1979), *op. cit.*, p. 53-4.

<sup>412</sup> RESOLUÇÃO nº 276 e 287. CAMARA Municipal de Campinas. Leis, Resoluções e mais Actos. Promulgados durante o anno de 1908. Campinas: Typ. a vapor "Livro Azul", 1909, p. 27 e 49.

Municipal aprovou a aquisição do edifício em sessão extraordinária de 9 de julho de 1908.<sup>413</sup>

É importante lembrar que a residência comprada era a de nº 100, localizada na esquina das ruas Regente Feijó com Ferreira Penteadó, pois a compra da casa nº 102, de propriedade do Sr. Arthur Furtado Albuquerque Cavalcante, só foi efetivada em 1916.

Restava à municipalidade transformar a antiga residência em sede de atividades públicas, uma medida que já estava se tornando usual, segundo Carlos Lemos, pois velhos palacetes, como o dos Campos Elíseos, começaram a abrigar repartições públicas e a mudança no programa de necessidades não foi, com certeza, uma tarefa fácil para os engenheiros e arquitetos municipais.<sup>414</sup>

---

<sup>413</sup> RELATÓRIO dos serviços realizados no Triennio de 1908-1910. Apresentado em Sessão da Camara de 15 de Janeiro de 1911 pelo prefeito Municipal Orosimbo Maia. Campinas: Typ. da Casa Genoud, 1911, p. 20-21; MARIANO, Júlio (1979). *op. cit.*, p. 54.

<sup>414</sup> Carlos A. C. LEMOS (1999), *op. cit.*, p. 20. Muitos sobrados residenciais transformaram-se também em hotéis colégios, pensões ou quartéis. Outros, no entanto, não tiveram este destino. Ao contrário, se degradaram em cortiços e em casas de prostituição. Gilberto FREYRE (1968), *op. cit.*, p. 182-3.

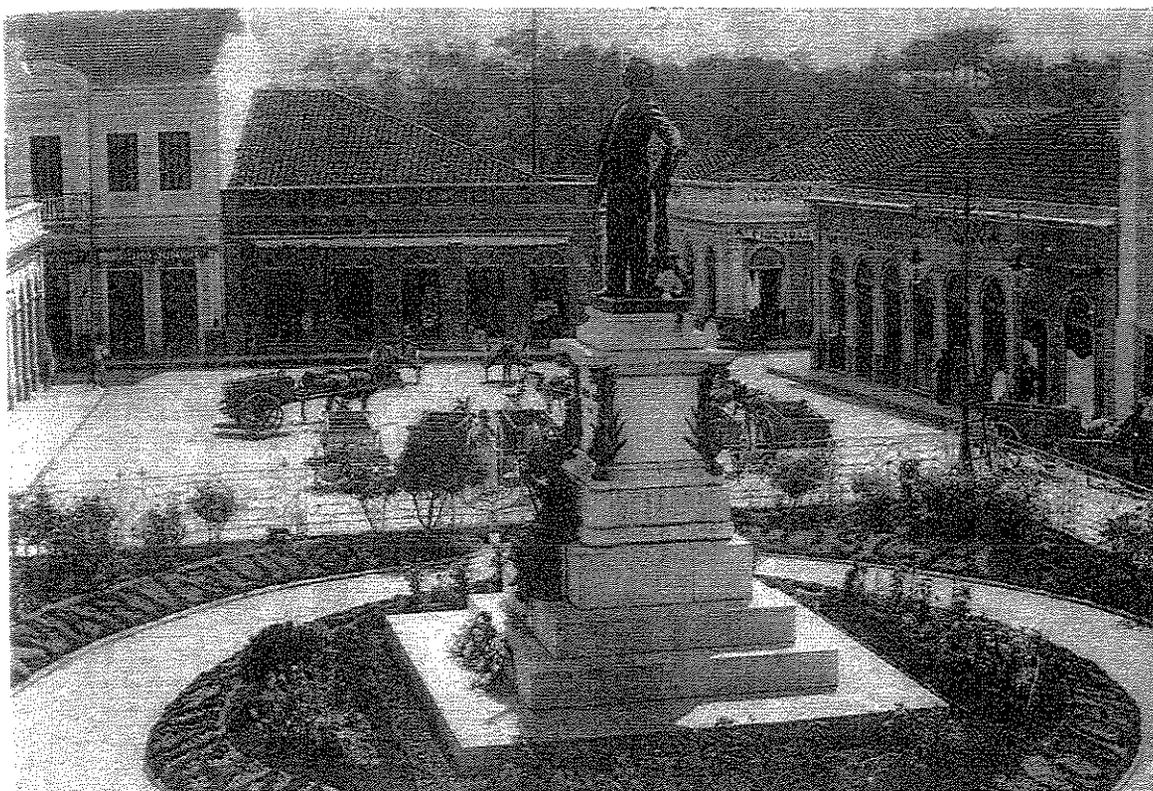


Fig. 83 – No canto à esquerda da praça na qual está situado o monumento-túmulo do maestro Antonio Carlos Gomes, encontra-se o sobrado (rua Dr. Quirino, nº 65) onde, por muitos anos, instalou-se o Paço Municipal juntamente com o Fórum de Campinas. Com a demolição da casa nº 67, à direita, para ampliação da futura rua Thomás Alves, o sobrado, nas mãos da Família Di Lucca sofreu grandes ampliações, instalando-se, a partir do início da década de 1980, a Choperia Giovanetti do Carmo Ltda. (Giovanetti II). Coleção: V8. Cartão Postal [1906] Acervo: Centro de Memória da Unicamp.

### 3.2 - AS INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS

*Isso nos leva a um outro exercício mental: dar novo destino a construções que se tornaram ineptas para satisfação de seus programas originais...*

Carlos Lemos

Imediatamente à efetivação da compra, o Prefeito Orosimbo Maia tratou de elaborar o difícil projeto de adaptação do novo Paço Municipal, chamando para a responsabilidade da tarefa a Repartição de Obras, sob orientação do engenheiro Dr. José Rios Rebouças, à princípio e, posteriormente, do Dr. Acrísio Paes Cruz. Contavam também com a colaboração do arquiteto Bruno Simões Magro, desenhista de inúmeras plantas, a partir desta data.<sup>415</sup> Levados à apreciação da Câmara Municipal o levantamento de uma planta completa do edifício com os devidos orçamentos, foi aberta concorrência pública e, dentre as seis apresentadas, saiu vencedora a proposta apresentada pelos proponentes Vergniand Veger e Luiz Dame, por ser a mais conveniente e barata. (Fig. 84)

Com o contrato de execução das obras nas mãos, a partir de janeiro de 1909 e com o compromisso dos empreiteiros de concluírem-nas em dois meses, a municipalidade deu início à adaptação especificada no orçamento organizado pela Repartição de Obras, mediante as seguintes condições: a alvenaria das paredes seria construída de tijolos de primeira qualidade, duros, requeimados, mas não vitrificados e de tamanhos regulares e dimensões comuns, com argamassa de cal e areia, na proporção de duas de cal para três de areia. Os arcos a construir seriam formados por anéis concêntricos com juntas de um centímetro de espessura no máximo e feitos na direção do raio do arco e desencontrados. Os tipos de tijolos empregados deveriam ser dois: o comum para as alvenarias do rés do chão e o tipo perfurado ou vazado para as alvenarias do andar superior. Havendo, em Campinas, tijolos do tipo comum e de boa qualidade com o mesmo peso dos vazados, eles poderiam ser empregados, pagando-se, neste caso, pelo preço da alvenaria do rés do chão e mais dez por cento para a elevação do material. A areia para as argamassas deveria ser limpa, lavada e peneirada, quando assim fosse exigido. A cal deveria ser também de primeira qualidade. O engenheiro fiscal poderia exigir que a argamassa utilizada nas

---

<sup>415</sup> RELATÓRIO de 1908-1910, *op. cit.*, p. 20-1. RESOLUÇÃO Nº 288, de 28.11.1908. Câmara Municipal de Campinas. Leis, Resoluções e mais Actos. Promulgados durante o anno de 1908. Campinas: Typ a Vapor "Livro Azul", p. 50.

primeiras fiadas das paredes do andar superior como nos arcos, fosse de cimento, sem aumento de preço; a demolição das paredes seria paga pelo preço de um mil réis o metro cúbico, correndo por conta dos empreiteiros as obras de consolidação necessárias para a retirada das paredes, exceto as colunas e vigas de ferro; as superfícies destinadas a receber o emboço e o reboco deveriam ser previamente lavadas e preparadas de forma a tornarem-se suficientemente ásperas. O reboco seria passado por desempenadeira nos cômodos destinados a caiação e alisados com colher onde tivesse que receber pintura a óleo; o mosaico seria de ladrilhos de cimento de boa qualidade de duas cores, assentados em argamassa de cal e areia, em superfície convenientemente preparada; a escada para o Tribunal do Jury deveria ser de peroba e ter um metro e trinta centímetros de largura (1m30) com degraus de dezessete centímetros de altura e trinta centímetros de piso, em dois lances com curva de concordância, como indicava a planta. O corrimão deveria ser envernizado, preso às paredes da caixa da escada; o vestibulo do Tribunal teria uma balaustrada de madeira envernizada, dando para a caixa da escada, com balaustres torneados e distantes dezessete centímetros de eixo a eixo; a reforma dos soalhos constaria de substituição de algumas tábuas estragadas, colocação de tábuas no lugar das paredes a demolir, fatura dos pavimentos das repartições de Rendas, Tesouraria e Sala do Tribunal, aproveitando o material e vigamento.

O pavimento da Sala do Tribunal seria de canela e peroba, com tábuas de sete centímetros de largura, de pregos escondidos e com requadrado. O pavimento novo das repartições seria feito com tábuas de dez centímetros de pregos escondidos, sem requadrado; os consertos seriam feitos com tábuas da espessura das existentes nos respectivos cômodos. O rodapé seria de vinte centímetros nas repartições e de vinte cinco centímetros na sala do Tribunal; a reforma dos forros constaria de restauração dos forros de estuque, remendos no lugar das paredes a demolir e forro novo nas Repartições de Rendas, Tesouraria e Sala do Tribunal. Os forros novos seriam em saia e camisa feitos com tábuas com aba e cimalha de remate. Na Sala do Tribunal o forro seria requadrado; as portas que saíssem das paredes a demolir seriam aproveitadas nas novas frestas que se abrissem, em lugares determinados pelo engenheiro fiscal. As portas novas seriam de canela ou de cedro, com as dimensões de 2,70 m x 1,00 m ou 2,40 m x 0,80 m. As janelas deveriam ser de cedro, com batentes de peroba e caixilhos de pinho, com dimensões de 2,20 m x 1,10 m e

1,40 m x 0,75 m e ser de guilhotina ou de abrir, de acordo com o engenheiro; as pinturas das paredes da sala da Prefeitura, das antecâmaras, da sala de recepção e de sessões da Camara, assim como do Tribunal e da Presidência deveriam ter duas camadas de tinta de óleo, com barra, filete, cantoneira, da cor e com moldes escolhidos pelo engenheiro.

As paredes das outras repartições seriam pintadas a tinta de cal, em duas camadas ou mais, se fosse necessário, com barra, filete e cantoneira. Os forros de madeira seriam pintados com duas camadas de tinta a óleo, em uma só cor, com dois tons para saia e camisa, com nós queimados nos forros novos. No vestibulo, corredores e em outros lugares onde a pintura a óleo necessitasse de pequenos reparos, a restauração deveria ser feita pelo empreiteiro, pelo preço estabelecido para a pintura a óleo. Na cavalaria e no depósito de material do Corpo de Bombeiros deveria ser feito o madeiramento do telhado, de peroba, assim como o material para divisão e pés direitos com esquadria conveniente para solidez do mesmo, de acordo com os engenheiros fiscais. As telhas seriam nacionais, do tipo marseilhas; as portas e janelas de todo o edificio e dependências seriam pintadas com duas camadas de tinta a óleo, com pintura ser lisa, imitando madeira conforme determinação do engenheiro fiscal. A pintura seria feita nas duas faces das portas e das janelas, nos batentes e nos caixilhos; a instalação sanitária constaria de aparelhos e canalizações para quatro latrinas e dois mictórios no andar superior e uma latrina no rés do chão do edificio principal; uma latrina na dependência do Corpo de Bombeiros; dois lavabos no andar superior e um no rés do chão. Os aparelhos sanitários seriam os mais modernos quanto a modelo, sistema, material e confecção. A instalação seria feita de acordo com as instruções e especificações da comissão de saneamento de Santos; as obras de consolidação de armação do telhado que se tornassem necessárias em virtude da demolição das paredes, assim como os consertos das goteiras correriam por conta dos empreiteiros, além dos serviços de remoção de entulhos resultantes das demolições e de outros serviços.<sup>416</sup>

As obras foram concluídas, não em dois meses, como havia sido previsto, mas somente em julho, juntamente com as adaptação para a instalação do novo quartel do Corpo de Bombeiros, anexo ao Paço, com custo total de 39:879\$740. No mês seguinte, iniciou-se a transferência das repartições públicas, com adequação da Prefeitura Municipal no andar

---

<sup>416</sup> LIVRO DE Lançamento de Contratos, termos de arrematação de vendas de terrenos municipais em hasta pública e outros. 1894-1909, p. 189-192. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.

térreo, restando à Câmara e ao Tribunal do Jury, o pavimento superior. O acesso à Câmara era pela rua Regente Feijó e ao Tribunal, pela rua Ferreira Penteado, por meio da construção de uma escada com balaustrada torneada e envernizada, de acordo com o contrato de execução de obras acima citado.

Mas não foi só com a possível irregularidade na compra do Paço Municipal que Orosimbo Maia teve problemas com a edilidade campineira. Dirigindo-se, ainda em 1909, ao Legislativo, pois necessitava de verbas para adquirir um mobiliário de qualidade, indispensável ao novo prédio, foi duramente censurado, pois os edis entendiam que a compra deveria ter sido realizada antes das instalações das repartições municipais. Apesar dos impasses, foi liberado um crédito de 14:000\$000, através da Resolução n. 326, de 17 de dezembro.<sup>417</sup> Entretanto, a verba era pequena demais e o prefeito não comprou o mobiliário de que tanto precisava, transferindo o problema para a gestão seguinte. O Paço Municipal, sem móveis, era, para Benedicto Octavio, *...um escarneo para o opulento municipio de Campinas, terceiro de São Paulo pelo valor de seu orçamento, em muito superior aos de muitos Estados da Federação.*<sup>418</sup>

Mesmo sem a compra dos móveis, outras melhorias fizeram parte das adaptações do paço, como a pintura das paredes e o ajardinamento do pátio interior. É muito provável que a única árvore preservada tenha sido a gingko biloba plantada pelo Sr. Eliziário Ferreira de Camargo Andrade, sobrevivente até os dias de hoje.

Antes do término de sua gestão, Orosimbo Maia mandou fazer o passeio ao redor de todo o edifício, utilizando-se, para esse serviço, do mosaico português. Outra vez criticado pelos vereadores que entendiam ter existido um descumprimento da Lei nº 114, de 26 de Maio de 1906,<sup>419</sup> que proibia o emprego de qualquer outro material que não fosse o ladrilho de cimento comprimido, principalmente canelado *...nas construções ou reconstruções dos passeios dos prédios, em ruas calçadas e sarjetadas a paralelepipedos, dentro do perímetro ...*, o prefeito justificou ao Presidente da Câmara Municipal, quando questionado, que a lei determinava que o ladrilho canelado era o mínimo a ser feito no calçamento da ci-

---

<sup>417</sup> RESOLUÇÃO Nº 326, de 17.12.1909 – Concorrência Pública; RESOLUÇÃO Nº 313, de 17.7.1909 – Verbas para obras do Paço; RESOLUÇÃO Nº 329, de 3.12.1909 – Pagamento das obras de adaptação do Paço. Câmara Municipal de Campinas. Leis, Resoluções e mais Actos promulgados durante o anno de 1909. Campinas: Typ a vapor “Livro Azul, 1910, p. 29-30, 56 e 58-9.

<sup>418</sup> OCTÁVIO, Benedicto, MELILLO, Vicente (org.) Almanach Histórico e Estatístico de Campinas – 1914. Campinas: Typ. da Casa Mascotte, 1914.



dade, por isso havia dado preferência ao sistema de mosaico pois, para ele, era ...o mais artístico e o mais bello e trazia, portanto, mais embelezamento e quebra de monotonia e não quebra de estética, como diziam. O custo desta obra não tinha sido grande e sua durabilidade era incontestável.<sup>420</sup>

Naquele final de década, o desenvolvimento da cidade encontrava-se ainda muito estagnado, com prejuízos acumulados pela febre amarela, ocorrida no final do século anterior, tendo perdido a primazia da indústria para a cidade de São Paulo, destacando-se apenas a abertura de poucas fábricas, entre elas, a Cervejaria Colúmbia (1908) e a Companhia Curtidora de Campinas (1910). Com algumas crises na cafeicultura, muitos cafeicultores se deslocaram para o interior do Estado, em busca de terras mais descansadas, cedendo lugar, nos anos que se seguiram, à cultura algodoeira.<sup>421</sup>

No início de 1911, o Dr. Heitor Teixeira Penteado assumiu a Prefeitura de Campinas, administrando a municipalidade durante dez anos subsequentes.

Em 1912, a população urbana era de 38.346 habitantes e em 1920, já havia completado 50 mil. Para Badaró, esta população ainda estava alojada dentro do perímetro urbano, constituído desde o século XIX, mas reurbanizado e valorizado, posteriormente, com obras de saneamento e pavimentação, não justificando, à princípio, expansões significativas na área urbana, pois os terrenos derivados do rocio estavam em grande parte ocupados e de posse da prefeitura, restando alguns remanescentes sem grande procura.<sup>422</sup>

No primeiro ano do governo de Heitor Penteado, o interior do Paço Municipal já estava convenientemente adequado, pois todas as dependências da Camara, da Prefeitura e do Tribunal do Jury tinham sido guarnecidas com mobiliário feitos pelos Srs. Luiz Checchia e Assuero Pedrazzoli. Foram adquiridos objetos, reposteiros, cortinas e tapetes da

---

<sup>420</sup> OFÍCIOS Nº 473 e 478, de 16 e 28/10/1910, p. 25-9. LIVRO de Correspondências – 28/03/1910 – 12/08/1913. Arquivo Municipal. Prefeitura Municipal de Campinas. Na mesma época, Orosimbo Maia mandou pavimentar o Largo do Rosário e a Praça José Bonifácio Para isso contratou um grupo de calceteiros do Rio de Janeiro, para fazer a pavimentação dos mesmos, com mosaico português. A calçada do Paço Municipal deve ter sido feita pelo mesmo grupo e não na época da construção do sobrado. RELATÓRIO do Triênio de 1908-1910, *op. cit.* Em Campinas, a arte do mosaico português se espalhou mais a partir de 1959, quando a legislação estabeleceu-a como padrão para as calçadas, complementadas pelo uso do concreto e grama, posteriormente. Os motivos mais preferidos foram as famosas andorinhas de Campinas, mas também flores, ondas e motivos geométricos, prevalecendo em certos lugares do centro da cidade, até hoje. COSTA, Maria Tereza. Pedras portuguesas levam arte milenar às ruas. *Correio Popular*, Campinas, 6.1.2002, p. 9. Cidades.

<sup>421</sup> Ricardo BADARÓ, *op. cit.*, p. 33-35

<sup>422</sup> *Ibid.*

Casa Alleman e colocados estrados e grades na sala de sessões para fechar o recinto, ficando todos os cômodos em condições de bem servir a população.

Concomitante à tarefa de organizar internamente o Paço Municipal, Heitor Penteado dera início a outro serviço, o de melhoramento do seu exterior, pois para ele, o prédio era *...pouco próprio e não condizia com a importância incontestável da Municipalidade campineira.*<sup>423</sup> Abrindo concorrência pública em fevereiro de 1911, as propostas foram abertas, no mês seguinte, aceitando-se a do Sr. Antônio Corrêa de Lemos, na qual as obras a serem executadas consistiram na retirada dos azulejos existentes e revestimento com alvenaria de tijolo, em toda extensão exterior do pavimento térreo, sendo as cinco primeiras fiadas de um tijolo e as demais de meio tijolo, assentados sobre argamassa de cal e areia; revestimento da parede com reboco de cal e areia e pintura a óleo; reforma do portão de entrada para a sala das audiências; limpeza e pintura exterior da cimalha do prédio em toda a sua extensão; limpeza e pintura a óleo da grade da sacada; dos batentes e venezianas das janelas exteriores, folhas das portas exteriores, além das folhas da porta principal de entrada do prédio à rua Regente Feijó. Todas as obras deveriam estar de acordo com o plano feito na Repartição de Obras. Foram pagos pelos serviços, quatro contos e quinhentos mil reis (4:500\$000), com prazo máximo de cinquenta dias, para entrega dos serviços.<sup>424</sup>

Como as instalações da rede elétrica na cidade haviam iniciado em janeiro de 1908 através das primeiras lâmpadas e ventiladores de teto à rua Barão de Jaguará, era natural que a iluminação do Paço também ocorresse com os anos.<sup>425</sup> Isso aconteceu depois de março de 1912, quando o prefeito solicitou ao Superintendente da C.C. Tração, Luz e Força, A. J. Byington, a execução deste novo melhoramento.<sup>426</sup>

Mas ainda era muito pouco para o exigente prefeito que sentiu, no mesmo ano, a real necessidade de construir um novo Paço Municipal. Ele argumentava, em ofício enviado à Câmara, que após a demolição da Cadeia Velha a edilidade campineira havia começado um *...cyclo de vida errante, por casas de aluguel que durou o longo espaço de*

---

<sup>423</sup> RELATÓRIO dos Trabalhos da Prefeitura de Campinas durante o anno de 1911. Apresentado á Câmara Municipal pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado. Campinas: Typ Livro Azul, 1912, p. 20-1.

<sup>424</sup> LIVRO Termo de Abertura de Propostas 1894-1924, *op. cit.*, p. 42, 49-50; LIVRO de Contratos Nº 2 – 1909 À 1917, P. 46-8; LIVRO de Correspondências Oficiais da Prefeitura Municipal de Campinas – De 28.03.1910 à 12.08.1913, p. 45. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.

<sup>425</sup> MENDES, José de Castro. A iluminação elétrica. *Correio Popular*, Campinas, 28.11.1968, p. 8.

<sup>426</sup> OFÍCIO Nº 305, de 20 de março de 1912, p. 103. *Ibid.*

*doze anos*, quando foi adquirido o sobrado à rua Regente Feijó. Em suas justificativas, dizia que não era só pelo lado estético e topográfico que o sobrado escapava às condições de servir bem, mas era pelo lado prático que deixava muito à desejar, pois:

Como todos os prédios adaptados, este não satisfaz por completo. Certas dependências são grandes por demais e outras por demais pequenas. Faltam-lhe outras indispensáveis. Assim no actual paço, não há uma sala que sirva para a instalação da Procuradoria judicial (...), um commodo para o inspector das estradas (...), um gabinete para o inspector das escolas (...). A secção de aferição (...) funciona num cubiculo (...). A Repartição de obras está numa dependencia sem espaço e quase sem luz, bem como a Repartição Fiscal. (...). Do mesmo modo não tem o paço um commodo decente para a portaria. (...), as agencias arrecadoras não tem o próprio publico a accomodação precisa (...). Ora, em época de affluencia de contribuintes, ficam estes na contingencia de supportar o sol e o calor de verão, e o frio e a chuva, de inverno. E isto tem originado reclamações continuas e procedentes.

A estas razões, seguia dizendo, poderiam ser acrescidas outras de peso, pois Campinas era a terceira cidade do Estado e merecia um edificio digno da terra, de seus créditos e de seus vereadores pois, enquanto que nas grandes capitais, cidades importantes e até mesmo as povoações de pequeno vulto cogitavam edificar as casas de suas Câmaras *...considerando que o melhor edificio de um lugar deve ser o de seu governo, não se comprehende que Campinas, povoação famosa a varios titulos, com dinheiro em caixa sufficiente para esse alto commettimento, deixe de realizal-o, empregando em obras de menos valia as sobras de sua emissão vantajosa...*

Sugerindo que o local onde se achava o desinfetório da Comissão Sanitária, no Largo Carlos Gomes, poderia servir para a construção do novo Paço Municipal, colocando em evidência o logradouro que passava por uma grande reforma, encerra o officio expondo à edilidade que já havia pedido ao *...Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo, o notável professional filho de Campinas e partidário da idéa, as plantas e estudos para o Paço Municipal... aguardando ...esse projecto para os fins convenientes.*<sup>427</sup>

Com a concordância dos edis, enviou à Ramos de Azevedo, em São Paulo, vários officios, no correr dos anos de 1913 e 1914, para que se responsabilizasse pela construção do novo edificio, recebendo, pouco tempo depois, plantas e orçamento, no valor de

---

<sup>427</sup> OFÍCIOS Nº 417, 2.09.1912, p. 128. *Ibid.* RELATÓRIO dos Trabalhos da prefeitura de Campinas durante o anno de 1912 apresentado á Camara Municipal pelo prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado. Typ. a vapor "Livro Azul", 1913, p. 16-20. Naquele ano, Ramos de Azevedo havia elaborado o projeto para a praça Carlos Gomes, e estava, portanto, a serviço do poder municipal. Ana Maria R. de Góes MONTEIRO, *op. cit.*, p. 256.

675:000\$000. O bellissimo trabalho, apreciado por todos, causou grande impressão. A Prefeitura, explanava à Camara Municipal, dispunha de 400:000\$000 em caixa, mas dispensando-se certas minúcias de luxo, sem prejuízo do plano geral da construção, reduziria essa importância, devendo o restante ser pago em prestações anuais. Em seu último officio acusava o recebimento da nota dos honorários pela organização do projeto do Paço Municipal e que mandaria processar a referida nota. O projeto não foi executado.<sup>428</sup>

Na opinião de Ana Góes Monteiro, a monumentalidade, o caráter de Paço Municipal que o edificio refletia através do projeto, aliado ao programa adotado e a racionalização dos espaços, levam a lamentar que não tenha sido construído.<sup>429</sup> (Fig. 85)

As melhorias tão acalentadas pelo Prefeito Heitor Penteado se concretizariam, em parte, no dia 13 de julho de 1916, quando surgiu a oportunidade de comprar, em Hasta Pública, o sobrado da Família Penteado, contíguo ao Paço Municipal, então pertencente ao agricultor e capitalista Arthur Furtado de Albuquerque Cavalcanti, pela quantia de RS. 26:630\$000. Submetido à apreciação do Poder Legislativo, o ato foi aprovado através da Resolução 514, em janeiro de 1917.<sup>430</sup> (Fig. 86, 86 A, 87 e 88)

Com o levantamento de plantas, os engenheiros e arquitetos iniciaram a execução de reparos e modificações que necessitavam para melhor adequação das repartições públicas.

Pelos documentos existentes, percebe-se ainda uma insatisfação do administrador municipal pois, no mesmo ano, em contato com a diretoria do “Club Campineiro”, viu a possibilidade de comprar a sede do clube em construção, situada na Praça Antonio Pompeo, devido as grandes dificuldades financeiras que pelas quais passava. A diretoria, oficiava ele à Câmara Municipal, estava *...prompta a vender o prédio por setenta contos de réis (70:000\$000), pagáveis em prestações annuaes de 10:000\$000 cada uma, vencendo juros de 6 % ano anno*. Para tal empreendimento havia elaborado, junto à Repartição de Obras,

---

<sup>428</sup> *Ibid.* Officios Nº 570, de 31.01.1913; Nº 620, de 18.03.1913; CÓPIA de Correspondências Officiais do Pref. Heitor Penteado. De 27.03.1913 à 30.12.1916. Livro 2. Officios Nº 663, de 08.05.1913; Nº 756, de 11.09.1913; Nº 957, de 4.06.1914; Nº 1013, de 18.08.1914.

<sup>429</sup> Existe uma pasta no Arquivo do Escritório Ramos de Azevedo (localizado na FAU-USP) contendo o projeto para o “Paço Municipal de Campinas”. Apesar de não ter data de elaboração, Ana Góes Monteiro comenta que é possível que seja o projeto solicitado pelo prefeito Heitor Penteado em 1912. Ana Maria Reis de Góes MONTEIRO, *op. cit.*, p. 254-261.

<sup>430</sup> RESOLUÇÃO Nº 514. Camara Municipal de Campinas. Leis, Resoluções e mais Actos. Promulgados durante o anno de 1917. Campinas: Typ Casa Mascotte, 1918, p. 19; CÓPIAS de Correspondências Officiais do Prefeito Heitor Penteado – Livro 2 - 27.03.1913 – 30.12.1916. Officios nº 1459 e 1490; RELATÓRIO dos Serviços realizados pela P.M.C. durante o exercicio de 1916, apresentado á Camara em sessão de 3 de Março de 1917. Pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado. Campinas: Typ Livro Azul, 1917, p. 18-19.

um projeto detalhado com os planos, desenhos e orçamentos dos serviços de adaptação do prédio.<sup>431</sup> Não concretizada esta compra o Dr. Heitor Penteado procurou encontrar novas soluções, desta vez no próprio Paço Municipal. Com a colaboração do arquiteto municipal Dr. Bruno Simões Magro, passaram para o papel, propostas de adaptação de seu interior e remodelação de toda fachada, conforme os desenhos encontrados. Os relatórios do prefeito, nos dois anos seguintes, silenciam sobre as propostas feitas, concluindo-se que nada tenha sido feito na época. (Figs. 89, 90, 91, 92 e 93)

De 1920 à 1922, ficara à frente do Poder Executivo o Prefeito Raphael de Andrade Duarte e nos três anos seguintes, o Dr. Miguel de Barros Penteado. A cidade, mal desenvolvida durante quase duas décadas, já havia superado grandes obstáculos, iniciando-se, a partir daí, uma significativa expansão industrial, trazendo profundas mudanças no mercado de trabalho e no processo de urbanização, pela expansão resultante da necessidade de novas habitações, mobilidade exigida pelos automóveis, apelo por bairros exclusivamente residenciais e emprego seguro de capitais.<sup>432</sup>

Extrapolando os limites do rocio, a tarefa de organização do espaço urbano saiu das mãos da Prefeitura Municipal, passando a ser desempenhada pela iniciativa privada, individual ou de companhias de loteamento, fato que levou o retalhamento do solo para as chácaras periféricas e antigas fazendas de café, localizadas nas proximidades da área urbana, reformada pelo Plano de Melhoramentos Urbanos elaborado em meados da década de trinta, como se verá.

No Paço Municipal, propriamente dito, nem Raphael Duarte nem o Dr. Miguel de Barros Penteado propiciaram grandes intervenções físicas, mas melhoramentos e manutenção do mesmo, como reformas e pinturas, além de uma dança geral entre as repartições públicas, que todo ano se instalavam em dependências diferentes, devido a necessidades emergenciais que apareciam e dificuldades encontradas numa edificação construída para ser residência, constituindo-se, como Carlos Lemos resume bem, no grande

---

<sup>431</sup> CÒPIAS de Correspondências Oficiais da Prefeitura Municipal da Campinas. De 9.01.1917 à 18.03.1919. Ofício nº 1596, p. 248. O “Club Campineiro” foi fundado em 1891 instalando-se no sobrado que havia pertencido ao Visconde de Indaiatuba, à rua Barão de Jaguará. Separado do Jóquei Clube de Campinas (antigo Clube Campineiro de Corridas), na época de sua fundação, voltaram a se fundir, em 1958, ganhando o nome de Jóquei Clube Campineiro. Superadas as dificuldades com a construção da sua sede, no final da década de 10, puderam retomar as obras sob a responsabilidade do engenheiro Dr. Augusto Lefréve, sendo inaugurado no dia 31 de dezembro de 1925. Ver : Leopoldo AMARAL (1927), *op. cit.*, p. 329.

<sup>432</sup> Rosana BAENINGER, *op. cit.*, p. 36. Ricardo BADARÓ, *op. cit.*, p. 35-6.,

exercício mental aos engenheiros e arquitetos de dar destino às construções que haviam se tornado ineptas para satisfação de seu atual programa.<sup>433</sup>

A primeira destas reformas ocorreu em 1921, quando os serviços de reforma das instalações do Corpo de Bombeiros foram executadas pela Repartição de Obras, consistindo em colocação de cancela na entrada do pátio de manobras; rebaixamento, ampliação, supressão de declives, calçamento com paralelepípedo e impermeabilização com pixe do pátio de manobras; melhoramento das cavalariças e baias; construção de depósitos; um telheiro em meia água para acomodar diversos veículos; adaptação de um cômodo interno para garagem, reforma de dormitório, etc.<sup>434</sup>

O ano de 1922 era especial pois comemorava-se o 1º Centenário da Independência do Brasil. Fazendo parte das festividades do dia 7 de setembro, foram inauguradas, após grandes reformas, as dependências da Assistência Pública, criada pela Lei nº 285, de 1922 e do Fórum, ambos instalados no prédio à Rua Regente Feijó, anexo à Câmara Municipal.

O andar térreo, ocupado pela Assistência, possuía salas para médicos, curativos, enfermeiros etc. O Fórum, ocupando as dependências do primeiro pavimento, contou com salas para juizes, audiências, inquirição de testemunhas, de espera e de arquivo e gabinetes. No vestibulo do prédio foi executada uma decoração pelo Sr. E. Fort, empreiteiro de pintura geral do prédio.

Os cômodos ocupados pela Câmara Municipal também haviam passado por manutenção, com pintura das fachadas e emboço do telhado. Nos dois anos seguintes, sob a administração do Dr. Miguel de Barros Penteado, as reformas continuaram no Paço Municipal recebendo, internamente, pintura geral a óleo e emboçamento do telhado, reforma das instalações sanitárias, separação de algumas seções das repartições com divisões de madeira envernizada, guinches para o público, melhorando consideravelmente

---

<sup>433</sup> Carlos LEMOS (1999), *op. cit.*, p. 20.

<sup>434</sup> RELATÓRIO dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1921. Apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Raphael de Andrade Duarte. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1922, p. 8, 83. RELATÓRIO dos Trabalhos realizados pela P.M.C., durante o exercício de 1922. Apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Raphael de Andrade Duarte. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1923, p. 8-9, 15, 29, 32-4, 85-6.

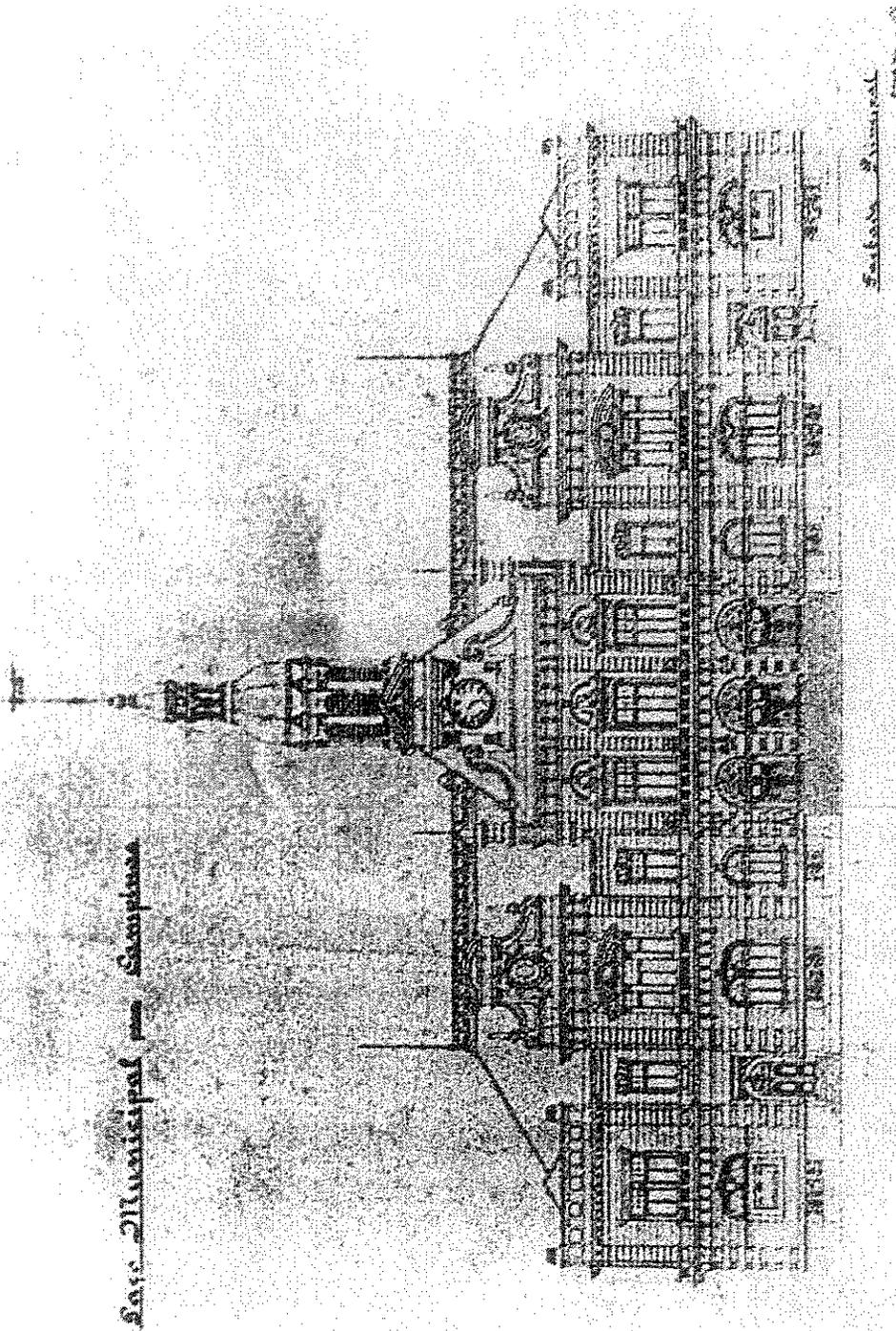


Fig. 85 – Projeto para o novo Paço Municipal de Campinas, elaborado pelo engenheiro- arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo a pedido do prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado em 1912. Elevação frontal do edifício. Citado por Ana Maria R. de Góes Monteiro. *Ramos de Azevedo. Presença e atuação profissional. Campinas: 1879 – 1886.* Campinas, 2000. (Dissertação de Mestrado. PUCCAMP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), p. 260.

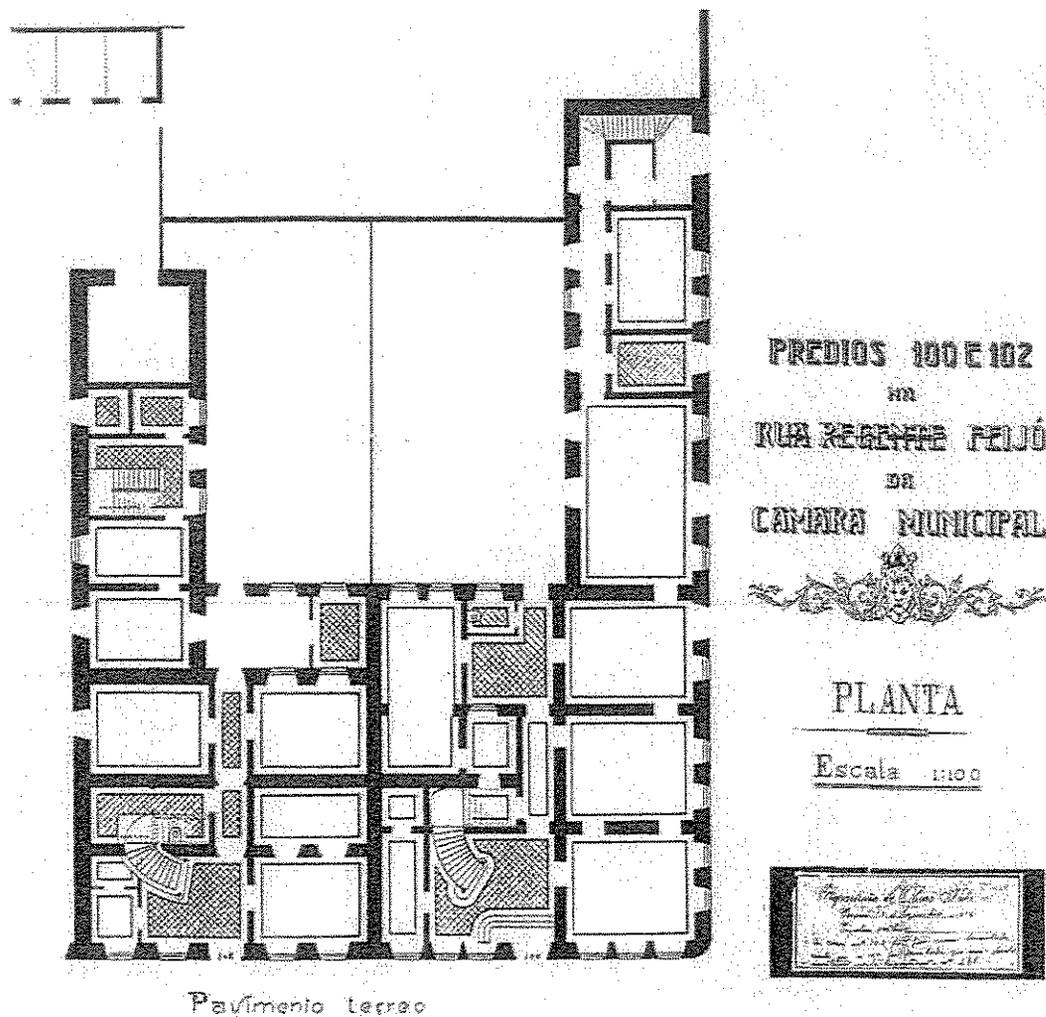


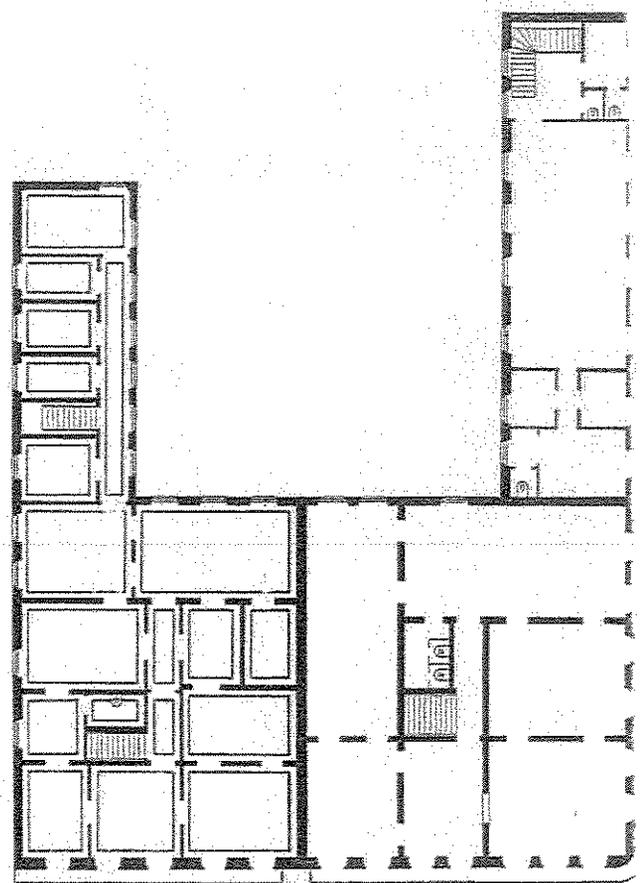
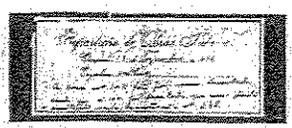
Fig. 86 – Com a compra do edifício contíguo através de Hasta Pública, em 13 de julho de 1916, a Repartição de Obras Públicas da Prefeitura Municipal elaborou planta em dezembro de 1916, iniciando após Resolução nº 514, de janeiro de 1917, as adaptações necessárias para ampliação das dependências das repartições municipais de Campinas. Para identificação do sobrado permaneciam os nº 100 (sobrado da esquina) e 102 (sobrado contíguo). Planta assinada pelo engenheiro municipal Dr. Acrisio Paes Cruz. Pavimento térreo. Data: 13/12/1916. Acervo: C.S.P.C. Prefeitura Municipal de Campinas.

PREDIOS 100 E 102  
NR  
RUA REGENTE FELIJO  
DA  
CAMARA MUNICIPAL



PLANTA

Escala 1:100



1º Pavimento

Fig. 86 A – Idem 86. 1º Pavimento.

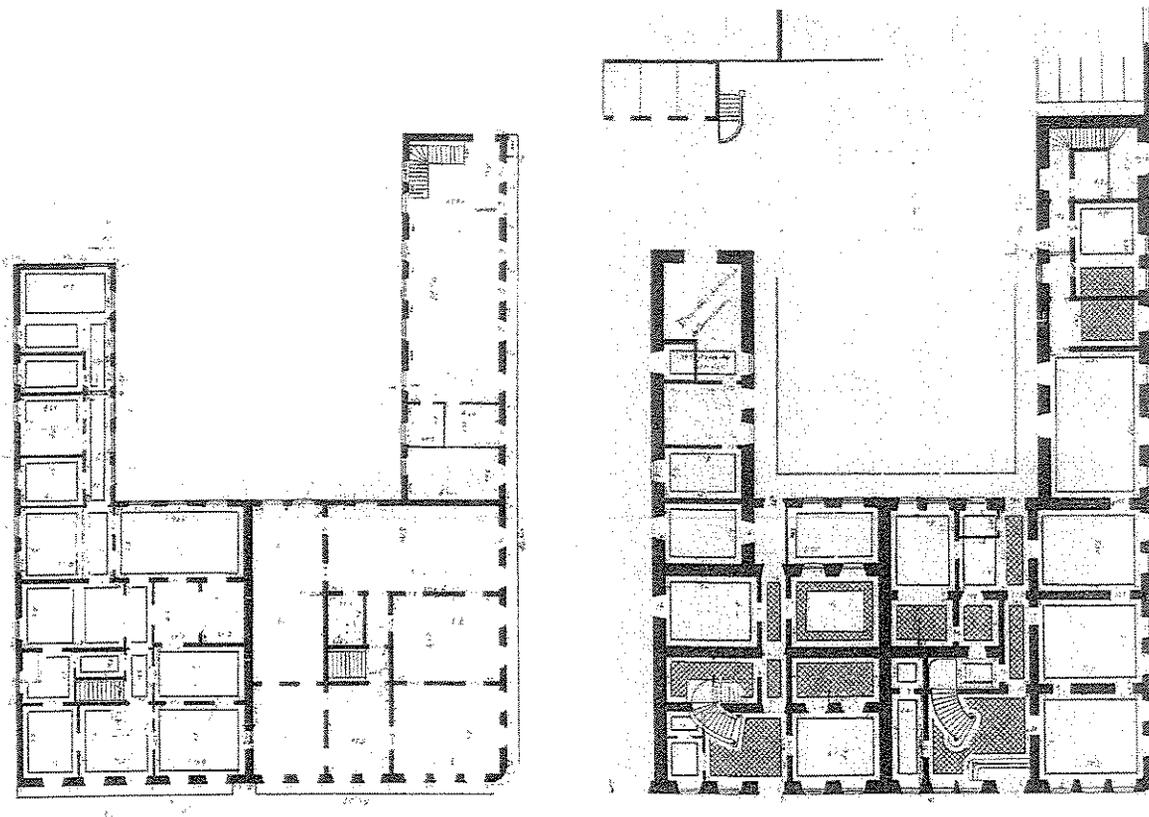


Fig. 87 e 88 – Esboços elaborados em meados da década de 1910, com medidas e detalhes das intervenções arquitetônicas que deveriam ser feitas no edifício. Os dois sobrados continuavam separados por grossas paredes de taipa. Sem assinatura e data. Acervo: C.S.P.C. Prefeitura Municipal de Campinas.

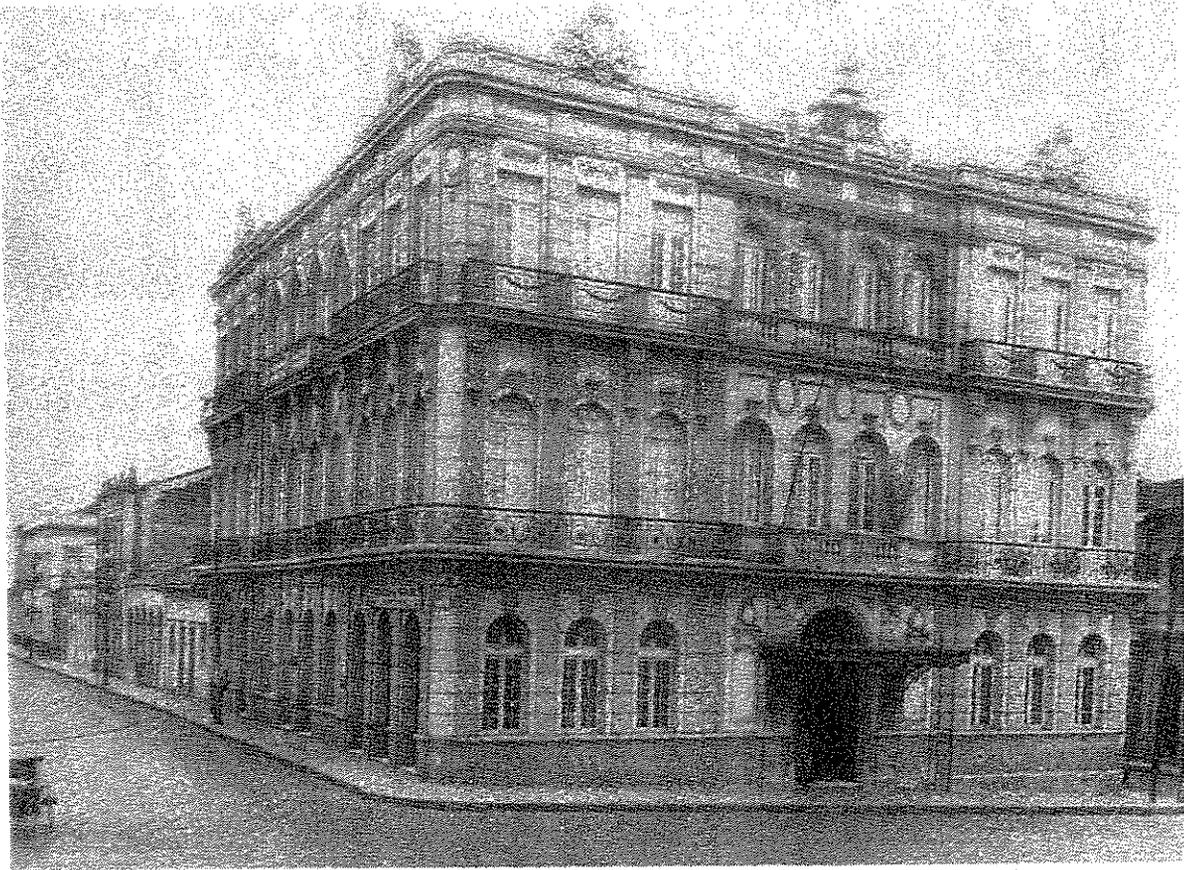


Fig. 89 – Com séria crise financeira, a diretoria do “Club Campineiro” procurou vender sua sede em construção à Prefeitura Municipal de Campinas em 1917. O ato não se concretizou e a diretoria do clube, com a situação financeira equilibrada, posteriormente, acabou de construir o edifício, em estilo eclético, com características “art-nouveau”, inaugurando-o no dia 31 de dezembro de 1925. MENDES, Cleso de Castro, PAES, Alvaro, BIONDE, Mario A. (orgs.). *Album Propaganda de Campinas*. 1º ed. Campinas: Casa Livro Azul, 1930, s.p.

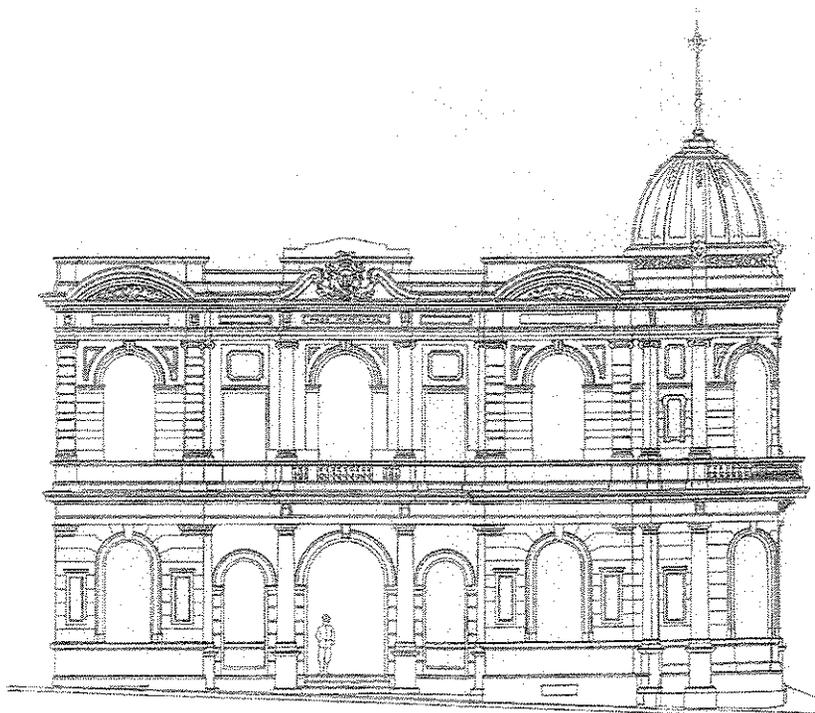


Fig. 90

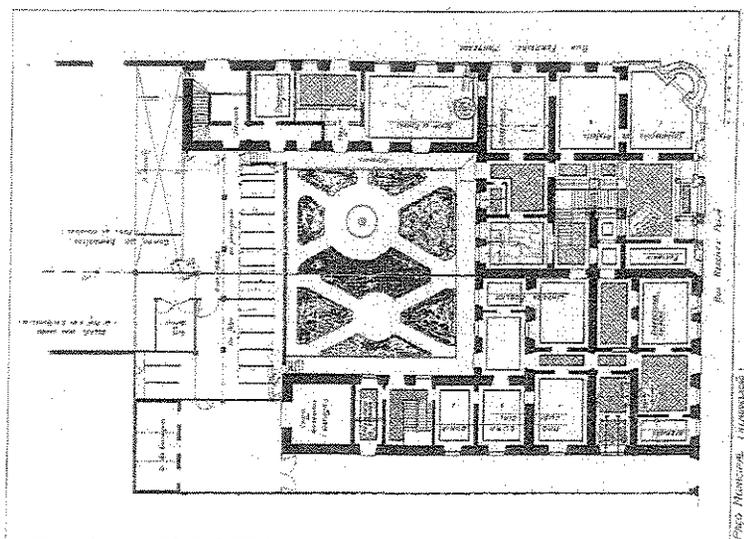


Fig. 91

Fig. 90 e 91 – Projetos de remodelação do Paço Municipal feitas pelo arquiteto Bruno Simões Magro, entre 1917 e 1919. Acervo: C.S.P.C. Prefeitura Municipal de Campinas.

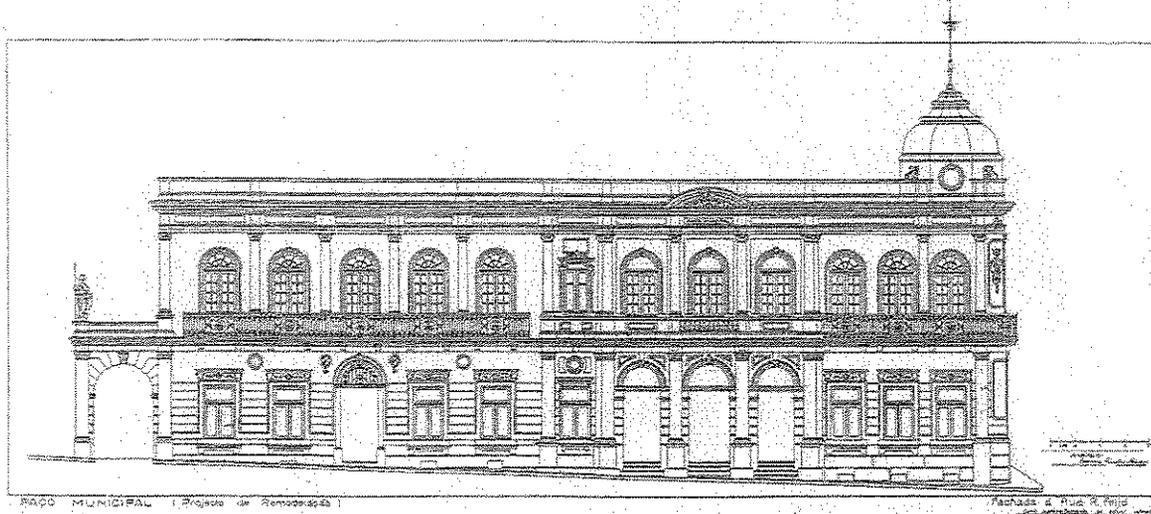


Fig. 92

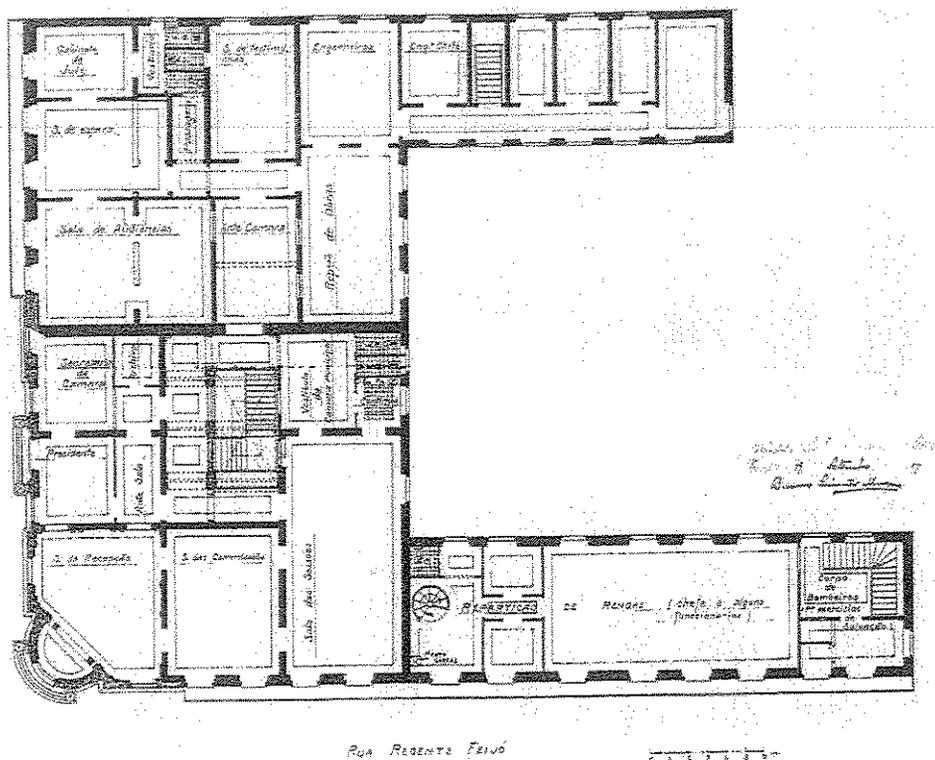


Fig. 93

Fig. 92 e 93 – Outras propostas elaboradas pelo arquiteto Bruno Simões Magro. Acervo: C.S.P.C. Prefeitura Municipal de Campinas.

suas condições, que passaram a proporcionar à população acesso fácil e maior conforto. Foi substituída também grande parte do mobiliário, que se encontrava em péssimas condições de conservação.

Algumas repartições foram redistribuídas dentro do Paço, com as necessárias adaptações, ficando o Tesouro no primeiro pavimento, “...na parte em que funcionava o Fórum...”, enquanto que no térreo, instalaram-se as Repartições Técnicas, Fiscais, Secretaria, Procuradoria Judicial e Aferição. Para facilitar as comunicações entre a Repartição de Obras e o Tesouro instalou-se um monta-cargas.<sup>435</sup> (Fig. 94)

O Prefeito Orosimbo Maia voltou a governar entre 1926 e setembro de 1932. Poucas foram as anotações sobre o Paço nos relatórios municipais, nos anos de sua gestão, evidenciando-se, com isso, uma estagnação nas reformas. No final do ano de 1928, com a transferência do Fórum para a “*parte alta do prédio Municipal da rua Dr. Quirino*”, instalaram-se, em seu lugar, as Repartições de Águas e Esgotos, não faltando, mais uma vez, as obras de adaptação e melhoramentos necessários. O Tesouro foi transferido para o pavimento térreo, nas dependências onde havia sido ocupado pelo *Tiro de Guerra 176*, sem, no entanto, as devidas reformas e, em 1932, foram feitas somente pintura das esquadrias.<sup>436</sup> (Fig. 95)

Após 1932, vários prefeitos assumiram a Prefeitura Municipal, permanecendo aproximadamente um ano em seus governos. O que se percebe é que os serviços públicos e,

---

<sup>435</sup> No dia 7 de setembro foi realizada uma sessão solene, na Câmara, inaugurando-se uma galeria de vultos que se destacaram em Campinas. Fazendo parte das comemorações, o Prefeito Raphael Duarte lançou também a pedra fundamental do Teatro Municipal Carlos Gomes, pois, na mesma época, o Teatro São Carlos tinha sido demolido pela municipalidade, com a justificativa de que se encontrava em suas péssimas condições de uso. No dia seguinte foram inauguradas as instalações da Assistência Pública e o Fórum. *Ibid.* RESOLUÇÃO Nº 678, de 16 de outubro de 1922. Nesta resolução, a Câmara Municipal cedia lugar para o funcionamento do Fórum nos altos das dependências do Paço Municipal, encerrando-se a cessão quando o Estado fizesse instalações próprias para o mesmo. Em 1924, o Relatório acusava a desocupação do Fórum das dependências à rua Regente Feijó, mas só em 1928, cita que ele funcionava à rua Dr. Quirino, provavelmente, no mesmo edifício alugado em 1904, onde já havia funcionado o paço e o próprio Fórum, mencionados no início deste capítulo. RELATÓRIO dos Trabalhos realizados pela P.M.C. durante o exercício de 1923 e apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Dr. Miguel de Barros Penteado. Campinas: Typ Livro Azul, 1924, p. 6-7,58-9. RELATÓRIO dos Trabalhos realizados pela P.M.C. durante o exercício de 1924 e apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Dr. Miguel de Barros Penteado. Campinas: Typ Casa Mascotte, 1925, p. 52.

<sup>436</sup> O Tiro de Guerra foi transferido para a rua Sales de Oliveira. RELATÓRIO dos Trabalhos realizados pela P.M.C., durante o Exercício de 1928 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Orosimbo Maia. Campinas, Typ. “Casa Mascotte”, 1929, p. 7, 38-9. RELATÓRIO dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o Exercício de 1932. Publicado de acordo com o Parecer nº 42 apresentado pelo Sr. Dr. Celso da Silveira Rezende em sessão do Conselho Consultivo desta cidade de 28.5.1934. Campinas: Linotypia da Casa Genoud Ltda., 1935, p. 34.

consequentemente, o número de servidores, haviam aumentado sensivelmente. O prédio do paço era pequeno demais e não comportava a demanda que a cidade em expansão exigia. Dos 132.819 habitantes que Campinas registrava em 1934, mais da metade morava na área urbana.<sup>437</sup>

As novas instalações sanitárias do Tesouro Municipal, para melhor acomodar a repartição e o próprio público, carentes há alguns anos de mais espaço, haviam ficado prontas em 1934, mas o Prefeito José Pires Neto alertava que as obras solucionariam temporariamente as necessidades que ali se notavam, pois, *...infelizmente, dia a dia mais se accentua a inadapabilidade geral do edificio e de uma Repartição Pública como a Prefeitura, sem obras de vulto e conseqüente dispendio de quantia apreciavel, o que, aliás, já constitui objecto de estudos por parte da Repartição competente.*<sup>438</sup>

O que se observa é que alguns estudos já haviam começado na Repartição de Obras e Viação, sob a responsabilidade do Dr. Perseu Leite de Barros, por volta de 1933, pela quantidade de plantas rascunhadas existentes e as obras de vulto se concretizariam com uma grande remodelação em todo o Paço, nos anos seguintes. O objetivo era que o prédio se transformasse em uma repartição moderna, à altura de sua importância e de seu movimento sempre crescente. (Figs. 96 e 97)

Assim sendo, todas as instalações das repartições arrecadadoras, em contato direto com os contribuintes, foram adaptadas no pavimento térreo, visando uma maior comodidade dos funcionários e do público em geral. Para isso, foram feitas supressão de uma série de alcovas e de cômodos sem arejamento e sem luz, e consequentemente, a remoção da quase totalidade das espessas paredes divisórias de taipa, de um metro ou mais de largura; demolição da parede que dividia os dois edifícios, formando um vestíbulo comum, ampliando, sobremaneira, a portaria; abertura de mais uma porta à rua Regente Feijó, dando acesso ao novo vestíbulo, com as mesmas características da original; construção de alpendre contornando o pátio interno; troca de pisos com tacos de madeira dos Gabinetes do Prefeito, Diretoria do Tesouro, Diretoria do Expediente, Procuradoria Judicial e Portaria, e Contabilidade da D.A.E.; ladrilhamento de todos corredores acessíveis

---

<sup>437</sup> Rosana BAENINGER, *op. cit.*, p. 42.

<sup>438</sup> RELATÓRIO dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o Exercício de 1934. Apresentado ao Conselho Consultivo desta cidade ao Departamento de Administração Municipal pelo prefeito José Pires Neto. Campinas: Linotypia da Casa Genoud Ltda., 1936, p. 16-17, 77.

ao público; instalações sanitárias; construção de um anexo, ao fundo, com três salas e sanitários, para instalação da Contabilidade, Diretoria do Tesouro e lançadores, além de uma casa forte para a Tesouraria. No pavimento superior as reformas foram de menor monta, compreendendo a demolição de algumas paredes, abertura de áreas internas para iluminação de alcovas e instalações sanitárias. (Figs. 98, 99, 101, 102)

O edifício ganhou também pintura nova, tanto interna como externamente, além de renovação das instalações elétricas e hidráulicas.<sup>439</sup> Apesar de não haver registro sobre a reforma do jardim interno, é possível que ela tenha ocorrido, pois um desenho do agrônomo Dr. Hermes Moreira de Sousa, do Instituto Agrônomo de Campinas, retrata, numa reconstituição, por volta de 1934, pés de camélias, rosas e um tanque com peixes. Sabe-se que a *ginkgo biloba*, plantada pelo seu último proprietário, transformou-se em uma árvore estagnada e doente, dela restando, atualmente, uma pequena muda.<sup>440</sup> (Fig. 103)

De todas as modificações, a construção do chanfro na esquina da Regente Feijó com Ferreira Penteado parece ter sido a que mais exigiu dos técnicos, por alterar as estruturas das paredes mestras do edifício. A imposição de sua construção tinha chegado através do Ato nº 663, de 10 de Agosto de 1934, também conhecido como “Consolidação do Código de Obras Arthur Saboya” editado pela Prefeitura de São Paulo, composto por quase oitocentos artigos e logo adotado por muitas prefeituras. O código dedicou uma especial e prioritária importância à circulação do automóvel, que não se adaptava mais às ruelas e logradouros ainda existentes, obrigando, em seu Art. 26, inciso 5º, que o canto do edifício fosse cortado, devendo o vão ser preenchido com janelas, portas ou outro motivo decorativo. O Código de Construções elaborado em Campinas, em 1934, tem em seu artigo 123º as indicações de como deveriam ficar as edificações feitas nos cruzamentos das vias públicas, como o Palácio dos Azulejos.<sup>441</sup> Com essa drástica medida, o edifício sofreu uma

---

<sup>439</sup> RELATÓRIO dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o Exercício de 1935. Apresentado á Camara Municipal desta cidade pelo Prefeito Dr. João Alves dos Santos aprovado em 06.09.1937. Campinas: Linotypia da Casa Genoud Ltda., 1938, p. 7, 50-1.

<sup>440</sup> Não foi possível compreender se a referência que faz na legenda é de um tanque com peixes verdadeiros ou apenas um tanque d’água com escultura de menino com repuxo, tendo quatro peixes funcionando como esguicho.

<sup>441</sup> DECRETO nº 76, de 16.03.1934 – Código de Construções, p. 42.

redução de 0,3% de sua área construída, ou seja, de sete e meio metros quadrados de esquina, conforme informações técnicas de Rocha Filho.<sup>442</sup> (Fig. 100)

Apesar da perda de alguns metros com a construção do chanfro, a edificação ganhou uma monumentalidade até então inexistente, após a demolição de uma parede interna, na entrada, transformando os dois vestíbulos das antigas residências em apenas um, tornando-se uma área muito mais espaçosa, iluminada e arejada, facilitada com a abertura de uma terceira porta de acesso pela rua Regente Feijó. Pode ser desta época o nascimento de sua identidade como Palácio dos Azulejos.<sup>443</sup> (Fig. 104)

Até a conclusão das obras em 1936, os gastos com a reforma do Paço chegaram à quantia de 277:656\$800. Somando-se a estes estavam os serviços da Assistência Municipal, no valor de 41:574\$300, que havia se transferido pra um prédio à Rua José Paulino e a reformas significativas realizadas nas instalações do Corpo de Bombeiros, no valor de 42:693\$500. Diferente das demais reformas até então executadas, o que se constata é que nestas foram feitas *...profundas modificações adoptadas para a parte constructiva em dois prédios bastante antigos, e de estrutura de difficil adaptação sem contar os problemas de estabilidade e segurança que tiveram que ser resolvidos, para abertura de salões amplos na parte térrea...*<sup>444</sup>

Naquele ano, o Prefeito João Alves dos Santos concluía, em seu relatório, que Campinas tinha resolvido o problema importante da localização adequada do seu aparelhamento administrativo municipal, no espaço de pelo menos dez anos. Ledo engano, pois o que se viu, nos relatórios dos anos seguintes, além de serviços de manutenção do prédio, foi uma série de apelos da Diretoria do Tesouro para execução de amplas reformas, devido aos problemas de espaço necessários ao desenvolvimento dos serviços daquele departamento que continuavam insolúveis. Essa situação continuou até 1952, apesar da construção de cômodos complementares, na tentativa de sanar transtornos existentes. No final da década dos quarenta e início dos cinquenta o Corpo de Bombeiros reclamava

---

<sup>442</sup> ROCHA FILHO, Gustavo Neves. *Levantamento Histórico e Arquitetônico elaborado para restauração do Palácio dos Azulejos*, 31.01.1975, p. 8. (Trabalho mimeografado).

<sup>443</sup> Diz Pupo que o sobrado da família foi, muitas vezes, denominado “sobrado do Ferreira Velho”, referindo-se ao Barão de Itatiba e que, logo após a instalação da Prefeitura, em 1908, passou a designar-se Palácio dos Azulejos. Não encontramos nenhuma referência a esta denominação, na época, mas muito posteriormente. Celso Maria de Mello PUPO, (1983), op. cit., p. 51.

também do mau estado de seus compartimentos que necessitavam de manutenção e ampliação.

É importante anotar que tinham sido desapropriados os prédios à rua Regente Feijó, nº 821 e 823, para aumentar as dependências do Paço Municipal, nos anos de 1942 e 43, mas as reivindicações continuadas demonstram-se insuficientes para a instalação satisfatória de todas as repartições.<sup>445</sup>

---

<sup>444</sup> RELATÓRIO dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o Exercício de 1936. Apresentado à Camara Municipal desta cidade pelo Prefeito Dr. João Alves dos Santos aprovado em 27.09.1937. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1939, p. 10-11, 18, 59-60.

<sup>445</sup> DECRETO-LEI nº 144, de 21.07.1942. Até o ano de 1942, os trabalhos realizados pelos prefeitos foram publicados. A partir deste ano, temos a documentação de todos os departamentos arquivadas no Arquivo Municipal de Campinas.

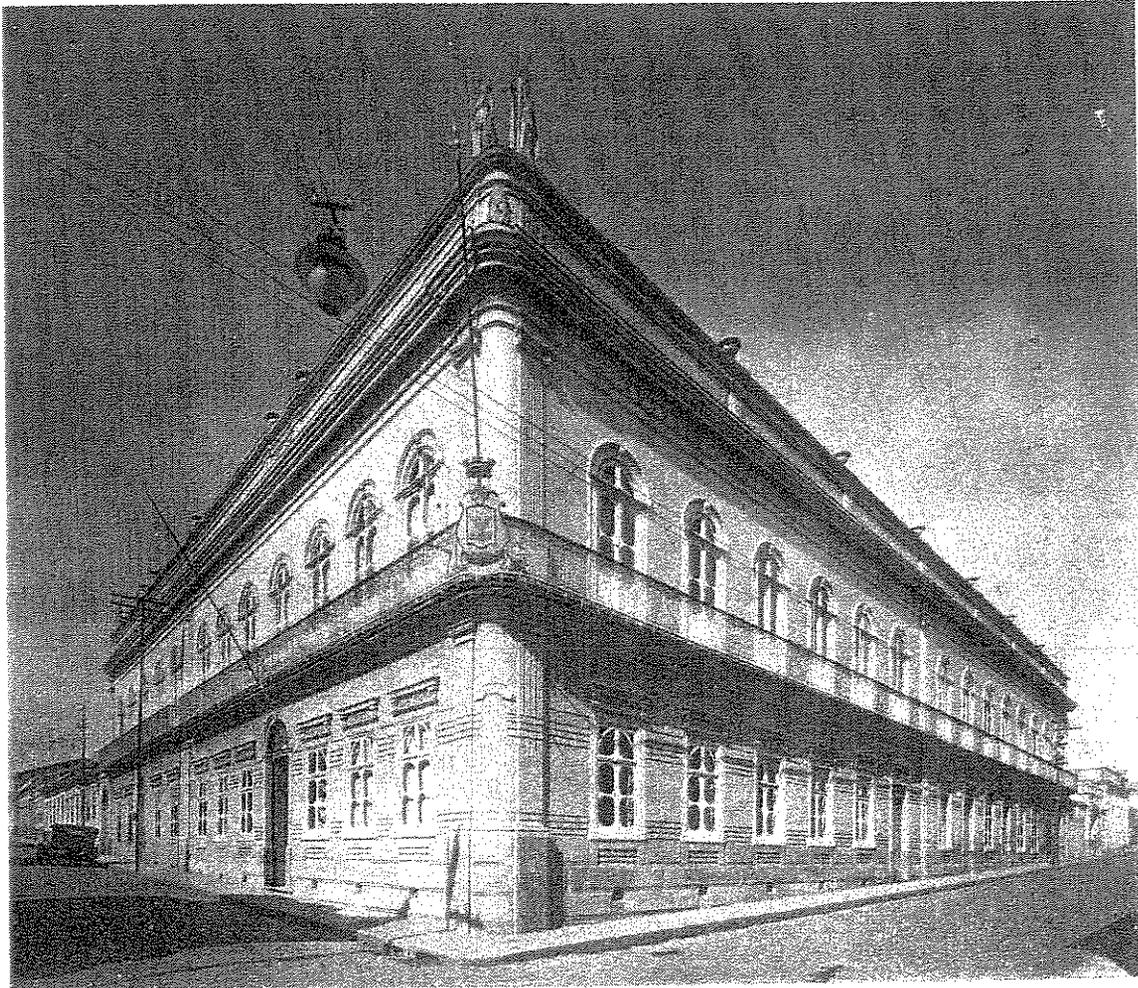


Fig. 94 – Na década de 20, o Paço Municipal já tinha recebido muitas adequações para acomodar as repartições públicas. Apesar de terem sido retirados os azulejos da fachada do pavimento térreo, muitos detalhes arquitetônicos permaneceram na fachada como os acrotérios e os vasos de louças sobre a platibanda, o gradil de ferro fundido, os suportes para as luminárias, os azulejos do pavimento superior etc. MENDES, Cleso de Castro, PAES, Alvaro, BIONDI, Mario A (org.). *Album Propaganda de Campinas*. 1ª ed. Campinas: Casa Livro Azul, 1930, s.p.

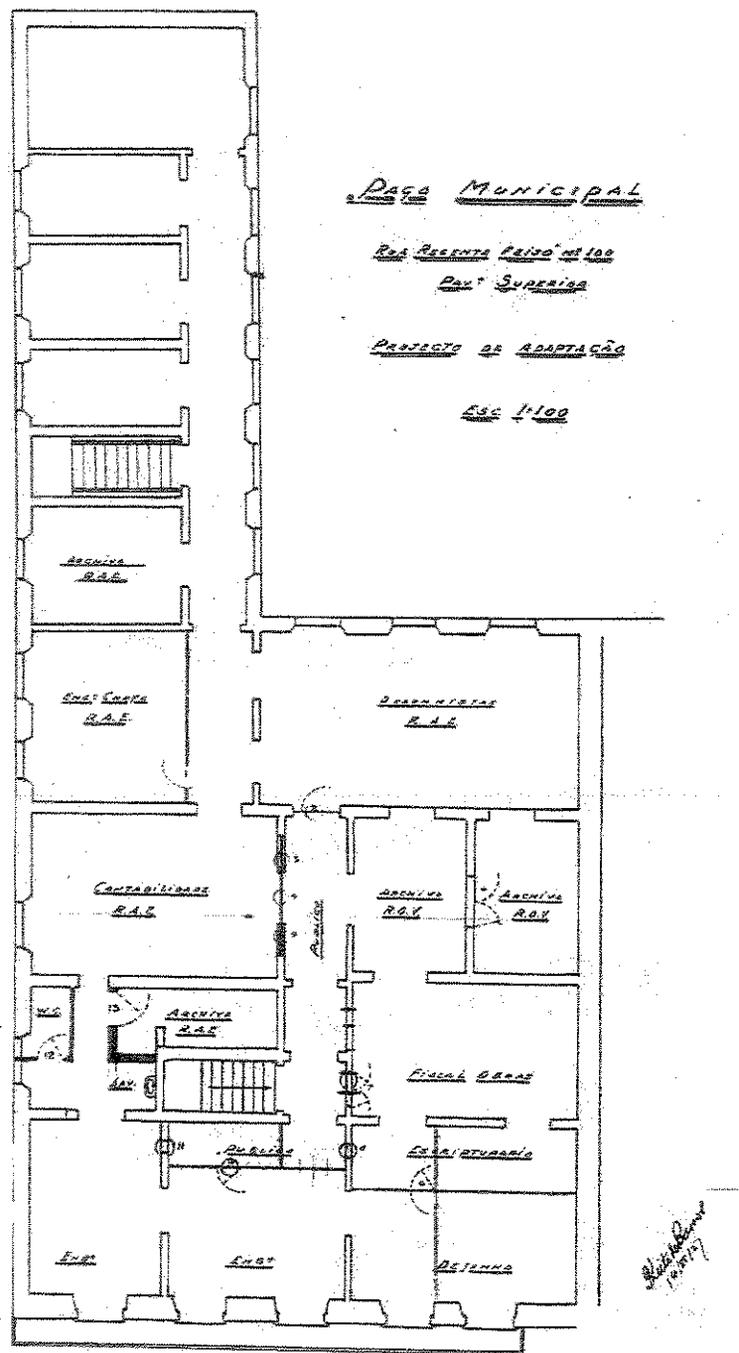


Fig. 95 – Com a transferência do Tiro de Guerra para um edifício à rua Dr. Quirino, várias adequações foram feitas no pavimento superior do sobrado nº 102, com o objetivo de garantir conforto e fácil acesso à população. Planta assinada por Perseu Leite de Barros. Data: 14/11/1927. Acervo: C.S.P.C. Prefeitura Municipal de Campinas.

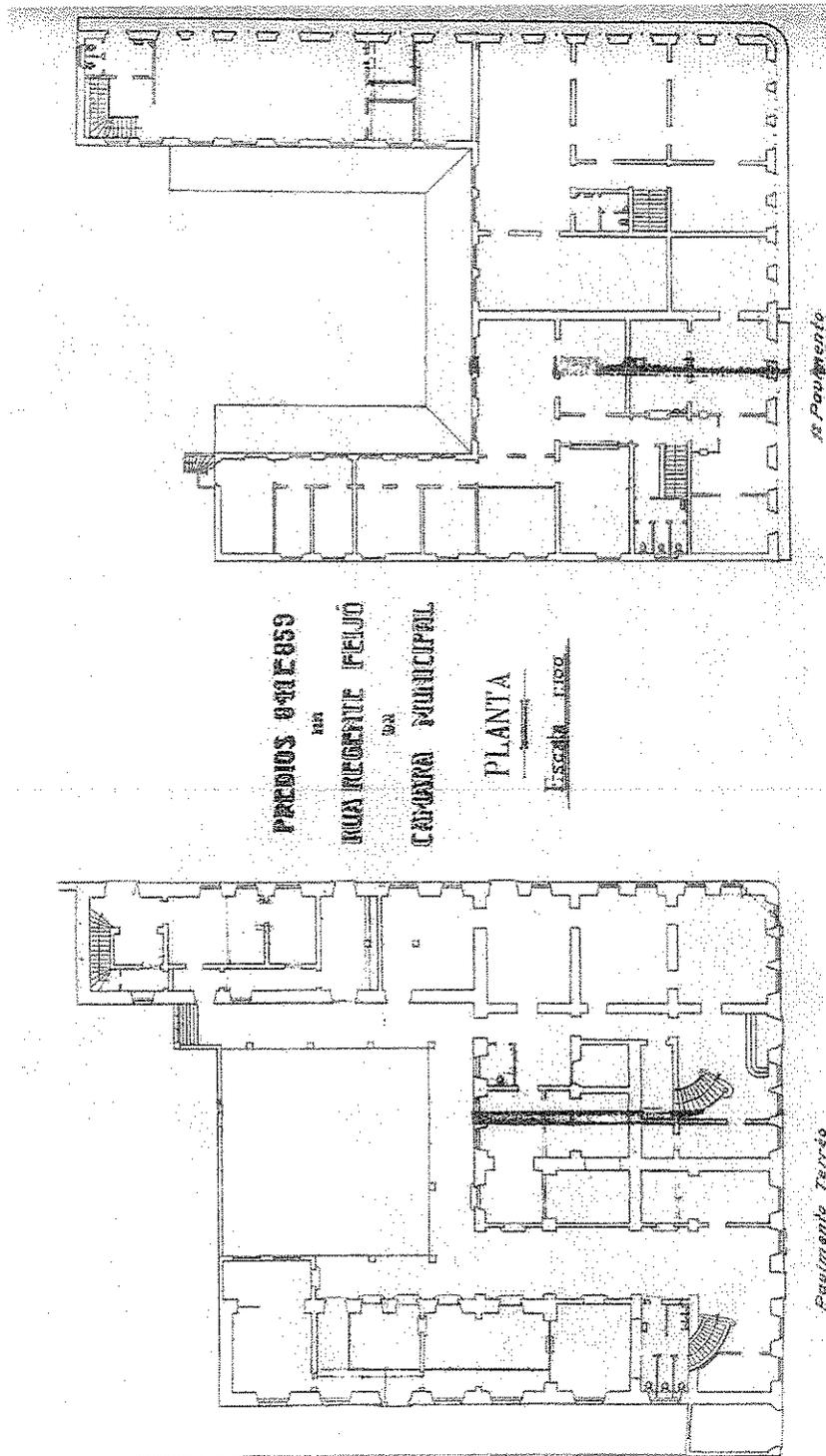


Fig. 96 e 97 – Esboços das futuras intervenções arquitetônicas que se realizariam a partir de 1934. No início da década de 1930, o Paço Municipal recebeu os nº 859 e 841, substituindo os antigos números 100 e 102. Planta assinada por Ferraris. Data: Out. 1933. Acervo: C.S.P.C. Prefeitura Municipal de Campinas.

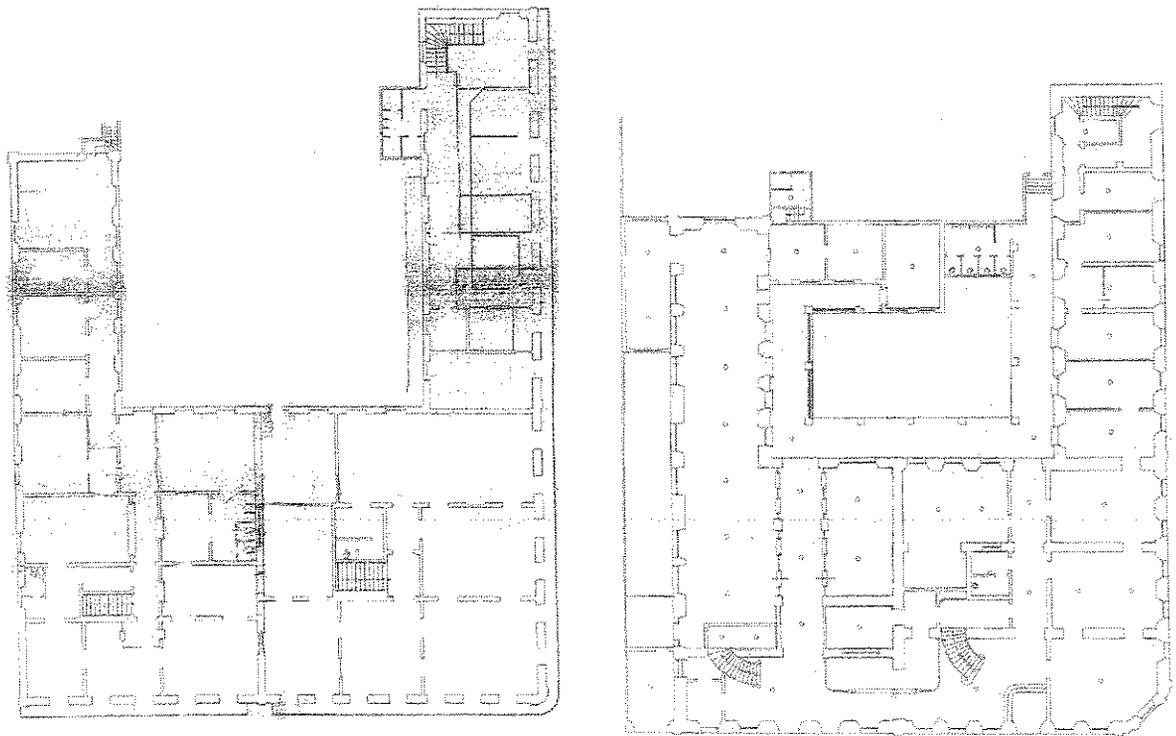


Fig. 98 e 99 – Nestas outras plantas, observam-se várias intervenções concretizadas entre 1935 e 1936, como: construção do chanfro da esquina; construção do anexo, ao fundo; demolição de uma parede para construção do vestibulo comum entre as duas edificações; abertura de mais uma porta de entrada, pela rua Regente Feijó, dando acesso ao vestibulo etc. Planta sem assinatura. Data: Meados da década de 1930. Acervo: C.S.P.C. Prefeitura Municipal de Campinas.

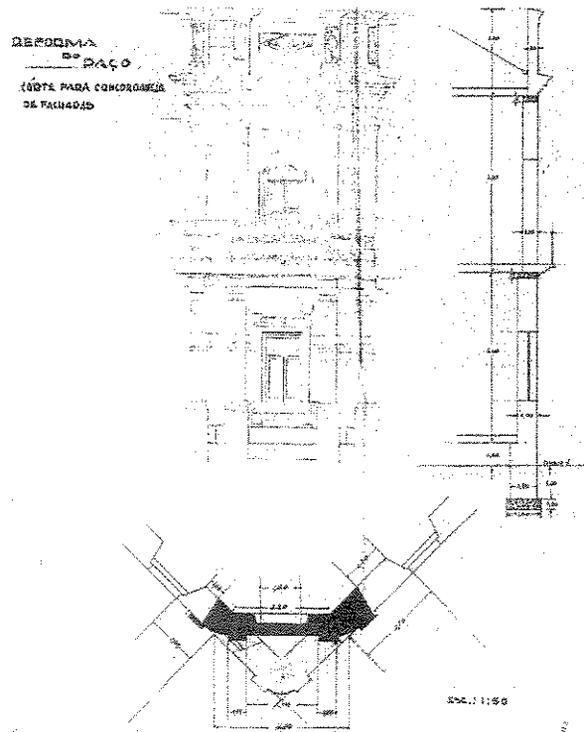


Fig. 100

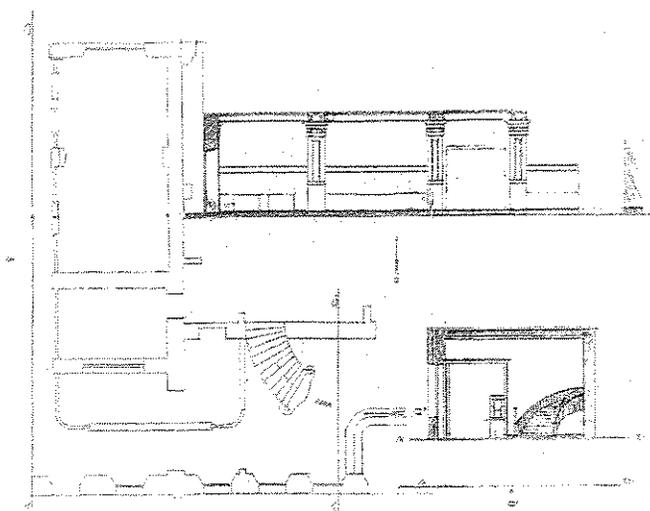


Fig. 101

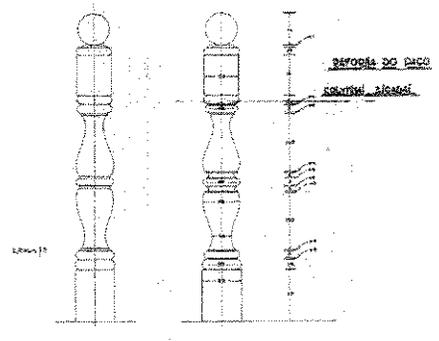


Fig. 102

Fig. 100, 101 e 102 – Outros detalhes da grande reforma ocorrida entre 1934 e 1936. Planta sem assinatura. Data: Meados da década de 1930. Acervo: C. S.P.C. Prefeitura Municipal de Campinas.

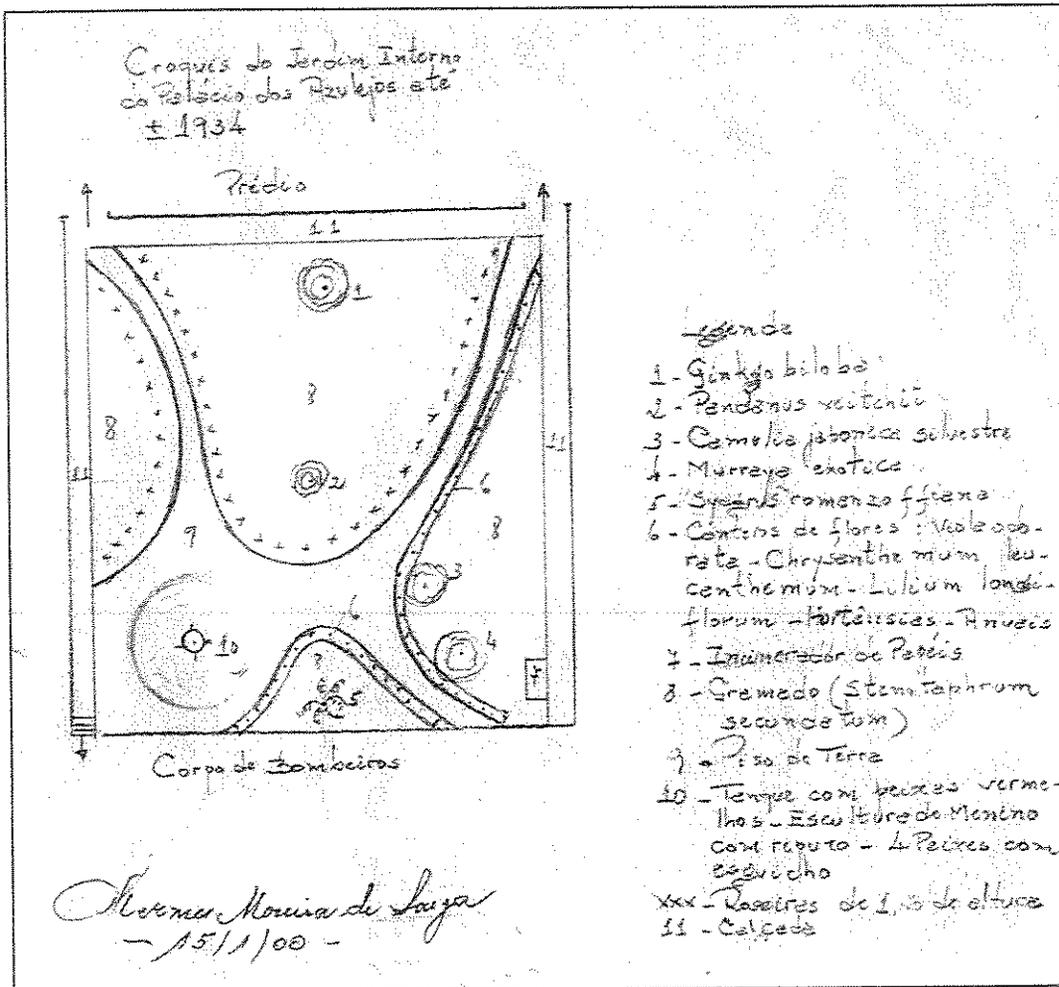


Fig. 103 – Desenho aproximado do jardim interno do Paço Municipal por volta de 1934, elaborado pelo agrônomo Dr. Hermes Moreira de Souza, no dia 15/01/2000. Nota-se no centro direito a árvore “Ginkgo biloba”. Com as construções do alpendre no entorno desse pátio e do anexo, ao fundo, a árvore foi transferida para seu centro, eliminando-se o jardim existente. Acervo: C.S.P.C. Prefeitura Municipal de Campinas.

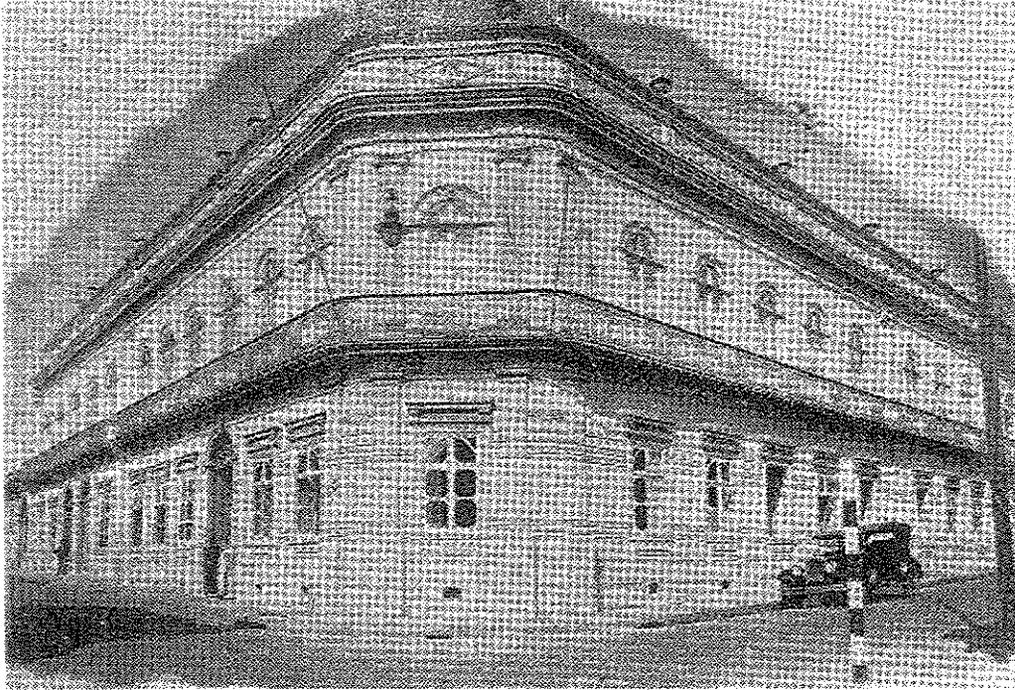


Fig. 104 – O Paço Municipal ou Palácio dos Azulejos como passa a ser conhecido após 1935. A obrigatoriedade da construção do chanfro na esquina, reduziu sua área construída em 0,3%. Data: Década de 1930. OLIVEIRA, Aguinaldo Pinto, TULLIO SOBRINHO, Pompêo, GARCIA FILHO, José (org.). *Album de Campinas*. Campinas: Tipografia Comercial Ltda. Nov. 1939, s.p.

### 3.3 – O PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS E A CONSTRUÇÃO DO NOVO PAÇO

A necessidade do poder público de elaborar um plano urbanístico havia nascido após algumas discussões feitas, no início da década de 1930, pelo Prefeito Orosimbo Maia que chamava a atenção da edilidade para a cidade moderna que Campinas deveria ser, pois com sua expansão, os problemas enfrentados estavam difíceis de serem solucionados. Entre as diversas propostas apresentada pelo Plano de Melhoramentos Urbanos em 1937, estava a construção de edifícios públicos em lugares de destaque na malha urbana, como o Paço Municipal, como veremos.

De acordo com Carpintero, a cidade, em 1929, ainda possuía características do período cafeeiro, pois mantinha:

...a malha viária ortogonal com ruas estreitas e indiferenciadas, permanecia intacta, suportando os novos usos e as novas edificações(...). No centro se mantinha o princípio de edificações construídas junto à rua, constituindo a linha de continuidade das fachadas. (...). A circulação dos bondes e dos automóveis havia, entretanto, aumentado e, com isso, começara a se manifestar o problema das ruas estreitas da área central da cidade. A largura das ruas dificultava (...) a circulação dos veículos e, por outro, dava-lhe um aspecto sombrio quando os sobrados se confrontavam. No centro, esses sobrados haviam aumentado de número, embora não fossem dominantes na paisagem.<sup>446</sup>

Na opinião de Badaró, essa disposição para melhorar a cidade não surgiu com Orosimbo Maia, mas de algumas autoridades da sociedade campineira, devido a fatores preponderantes, como maior consciência urbanística por parte das autoridades municipais, após a epidemia da febre amarela, que passaram a se preocupar com o planejamento de novas construções, saneamento de águas e esgotos etc.; bairrismo e bom nível intelectual da elite dominante que, herdados do áureo período cafeeiro, renovaram a esperança de transformar Campinas numa grande cidade, uma vez que, no século anterior, foi muito comparada à São Paulo, capital da Província; crescimento da cidade, devido ao impulso industrial gerado pela crise nos setores vinculados à cafeicultura, a partir de 1929, estimulando novos loteamentos, até então controlados pela Prefeitura Municipal, que se viu sem meios e diretrizes para orientar a expansão da cidade, de maneira ordenada etc.<sup>447</sup>

---

<sup>446</sup> Antonio Carlos Cabral CARPINTERO, *op. cit.*, p. 55-6.

<sup>447</sup> Ricardo BADARÓ, *op. cit.*, p. 36-7.

A muita gente incomodavam as ruas estreitas e as edificações do século passado – antítese do progresso. Era necessário uma reforma radical, com a criação de amplas avenidas e grandes edifícios, seguindo os preceitos do urbanismo moderno, discutidos nos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna, iniciados em 1928, sob liderança do arquiteto francês Le Corbusier. O urbanismo moderno propunha, entre outras coisas, a construção de ...*uma cidade diferente, correspondendo a uma nova maneira de viver e não mais uma mudança de estilo arquitetônico...*,<sup>448</sup> onde fossem respeitados certos elementos naturais, indispensáveis aos seres vivos, como o sol, o espaço e a vegetação, as três matérias-primas do urbanismo moderno.<sup>449</sup> Disseminados no Brasil por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Firmino Saldanha, José de Souza Reis e outros, os novos conceitos chegaram à Campinas através de arquitetos como Eduardo Edargê Badaró e Mário Penteado, formados na Escola Nacional de Belas Artes, do Rio de Janeiro, no início da década de trinta, o primeiro, contratado para chefiar a seção de urbanismo da Prefeitura Municipal e o segundo, projetando residências particulares em bairros de elite como o Cambuí.<sup>450</sup>

Em 1933, depois de a cidade ter passado por problemas políticos causados pela Revolução de 30, o engenheiro Dr. Carlos W. Stevenson, membro do Conselho Consultivo de Campinas, voltou a dar ênfase em importante palestra proferida no Rotary Club de Campinas sobre os graves problemas enfrentados pela cidade e não solucionados pela falta de planejamento. Para ele, ao receber as ilustres personagens que visitavam Campinas,

---

<sup>448</sup> SHERER, Rebeca. Apresentação d'A Carta de Atenas. In: LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas*. Versão de Le Corbusier. Trad. Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC/ EDUSP, 1993, s.p. (Estudos Urbanos).

<sup>449</sup> LE CORBUSIER, *op. cit.* Le Corbusier veio para a Argentina, em setembro de 1929, para realizar uma série de palestras. Em novembro passou por São Paulo e realizou duas conferências, uma sobre arquitetura e outra sobre urbanismo. Passou também pelo Rio de Janeiro, onde se encontrava outro arquiteto francês, Donat-Alfred Agache, contratado pela prefeitura para fazer os planos de remodelação e embelezamento do então Distrito Federal. SANTOS, Cecília Rodrigues dos (et. al.). *Le Corbusier e o Brasil*. S. Paulo: Tessela Projeto Editora, 1987, p. 34-5.

<sup>450</sup> Eduardo Edargê Badaró foi o grande colaborador de Francisco Prestes Maia no Plano de Melhoramentos Urbanos, elaborado pela Prefeitura Municipal de Campinas. Ao terminar seu curso na Escola Nacional de Bellas Artes no Rio de Janeiro, foi indicado por Lúcio Costa, diretor desta faculdade, para chefiar a seção de urbanismo em Campinas; Mário de Camargo Penteado foi engenheiro-arquiteto formado pela Escola Nacional de Bellas Artes do Rio de Janeiro, em 1931. Fez belíssimas casas modernas, na cidade, encerrando suas atividades em outubro de 1969. Le Corbusier veio para a Argentina, em setembro de 1929, para realizar uma série de palestras. Em novembro, passou por São Paulo, realizando duas conferências: uma sobre arquitetura e outra sobre urbanismo. Passou pelo Rio de Janeiro, onde encontrou outro arquiteto e urbanista francês, Donat Alfred Agache, contratado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, para fazer os planos de remodelação e embelezamento do então Distrito Federal. Ele se encanta pelo Brasil. LIVRO de Registros de engenheiros. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas. PRESTES MAIA: futurista urbano. *Correio Popular*, Campinas, 07.10.1999. Caderno Cidades. Cecília Rodrigues dos SANTOS, *op. cit.*, p. 34-5.

*...tradicional Princesa que é e será..., não tinha ...para apresentar-se senão os antiquados trajés, quasi andrajosos. Da dificilmente transitável urdidura das suas ruas deselegantes, estreitas, mal edificadas, cortadas de incomodas sarjetas e que, em pontos mais centrais da cidade, se transformam em desordenado conjunto de vielas com aspecto desolador.*<sup>451</sup>

Como solução dos problemas urbanos, sugeria que todos os campineiros natos ou de adoção deveriam querer *...ver esboçado o plano da nova cidade, a Campinas de amanhã, que possa abrir aos visitantes os solares da hospitalidade, pelas portas largas de bens traçadas avenidas, cheias de ar, de luz, de elegantes prédios e de bons edifícios públicos.*<sup>452</sup>

Em 1934, pressionada pelas emergências urbanas, a Prefeitura de Campinas contratou o urbanista Francisco Prestes Maia que, envolvido com o Movimento Moderno, preconizou o alargamento de várias ruas centrais para dar maior fluxo ao tráfego, sendo necessário, para tal empreendimento, a demolição de muitas edificações. Para o urbanista, o Plano de Melhoramentos Urbanos, como foi denominado, estava longe de se resumir a um plano de ruas, pois todos os fatos e aspectos urbanos e municipais se entrelaçavam. Além dos alargamentos, existia também uma extensa lista de obras e prolongamentos viários e outras intervenções a serem realizadas, com os anos. E mais: o caráter técnico ou científico do plano opunha-se ao palpite e ao sentimento, não havendo em Campinas, monumentos ou aspectos tradicionais centrais a preservar.<sup>453</sup>

A remodelação do Centro Histórico deveria ser implantada gradativamente, recebendo, para isso, tratamento próprio e redesenho com preocupação estética e cívica, principais parâmetros para justificar o alargamento das ruas, a padronização das edificações particulares e a disposição dos edifícios públicos. Outra preocupação no Plano de

---

<sup>451</sup> O Dr. Carlos W. Stevenson era engenheiro civil e esta palestra foi proferida no dia 17 de novembro de 1933. Participou, posteriormente, da Comissão de Urbanismo criada pelo decreto nº 135, de 1935, como representante dos engenheiros civis. Foi após a criação desta comissão, encarregada de expressar as condições e aspirações gerais da comunidade, que o trabalho tomou impulso. Ricardo BADARÓ, *op.cit.*, p. 39-41.

<sup>452</sup> *Ibid.*

<sup>453</sup> Francisco Prestes Maia, nascido em março de 1896, na cidade de Amparo – SP, forma-se como engenheiro civil e arquiteto pela Escola Politécnica de São Paulo em 1917. Foi contratado em 1934, mas os estudos preliminares foram concretizados somente em 23 de abril de 1938, através do Ato Municipal nº 118. Logo depois da concepção do plano de urbanismo para Campinas, foi nomeado prefeito da cidade de São Paulo pelo governador de São Paulo, Adhemar de Barros, permanecendo no cargo entre 1938 e 1945. Faleceu em São Paulo, no dia 26 de abril de 1960. RELATÓRIO dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas durante o exercício de 1940 apresentado ao Departamento das Municipalidades pelo prefeito Dr. Lafayette Álvaro S. Camargo. Campinas, Casa Livro Azul, 1942. PRESTES Maia: Futurista urbano. *Correio Popular*, Campinas, 07.10.1999. Caderno Cidades.

Melhoramentos era a organização funcional da cidade, com propostas referentes aos bairros residenciais e industriais, grandes parques e edifícios públicos. Entre os edifícios a serem construídos e que mereciam lugares de destaque na cidade moderna estavam o Paço Municipal, o Matadouro, o Stadium, o Mercado, o Hotel Municipal, o Centro de Saúde e algumas Escolas.<sup>454</sup>

A implantação do plano na área central da cidade, a curto prazo, não foi aceita pela comissão de urbanistas, prevalecendo o sistema de regulamentação de recuos, à medida que novas construções ou reformas substanciais fossem executadas nas ruas com previsão de alargamento. Dessa maneira, a Prefeitura adquiriria tais faixas e apenas quando uma quadra já houvesse sido recuada em duas terças partes é que seria providenciada a desapropriação da terça parte restante.<sup>455</sup>

Nos anos subsequentes, já na fase de implantação, muitas edificações foram consideradas de utilidade pública, conforme os Atos e Decretos-Lei, para serem oportunamente desapropriadas.<sup>456</sup> Segundo informações do I.B.G.E., o município de Campinas contava com 129.358 habitantes em 1940, tendo 77.779 só na área urbana. Existiam na cidade, 937 estabelecimentos industriais com 12.000 empregados, 15 bancos e 2.403 casas comerciais.<sup>457</sup> Em 1950, a população urbana já chegava a 100.000 e a área edificada se expandia rapidamente, motivada por uma concentração de investimentos na construção civil, iniciando um grande processo de verticalização no centro da cidade.<sup>458</sup>

Até essa época, haviam sido construídos vários edifícios públicos como o Fórum, os Correios e Telégrafos e o Centro de Saúde que, juntamente com as igrejas tradicionais, estavam se tornando marcos dominantes na paisagem urbana.(Fig.105) Com a construção do Fórum atrás da Igreja do Rosário, o Governo Estadual autorizou a instalação da Câmara Municipal no último pavimento do Palácio da Justiça, como foi denominada a nova edificação, cabendo ao legislativo municipal sua adequação comprando mobiliário, cortinas e persianas de alumínio, além de tapetes.<sup>459</sup>

---

<sup>454</sup> Ricardo BADARÓ, *op. cit.*, p. 58, 84-85.

<sup>455</sup> *Ibid.*, *passim*.

<sup>456</sup> *Ibid.*, p. 102-114.

<sup>457</sup> PEREIRA, Wlademir. Campinas na atualidade. In: *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro: I.B.G.E., 1952, p. 553-4.

<sup>458</sup> Dados registrados pela Prefeitura Municipal, em seus relatórios, apontam que a área urbana triplicou, entre 1945 e 1954, verificando-se um salto de 16.246.000m<sup>2</sup> para 52.921.000 m<sup>2</sup>.

<sup>459</sup> RELATÓRIO do Departamento de Obras e Viação ao Prefeito Miguel Vicente Cury em 1947, p. 10.

Posteriormente, enquanto era elaborado o novo Código de Obras e Urbanismo, foi aprovada a revisão do Ato nº 118, de 23/04/1938, que dispunha sobre a Lei de Melhoramentos Urbanos da cidade, resultando na Lei nº 640, de 28/12/1951, onde, entre outros procedimentos, fixava limites de altura para os edifícios, tendo por parâmetro seis pavimentos *...e dava maior agilidade à ação municipal, autorizando a promover desapropriações em massa quando necessárias à implementação das reformas viárias previstas.*<sup>460</sup>

Entre os melhoramentos complementares estava prevista a construção do novo Paço Municipal em uma praça na quadra formada pelas ruas Dr. Moraes Sales, Regente Feijó, Ferreira Penteado e José Paulino e construção de uma outra praça, na quadra formada pelas ruas Francisco Glicério, Regente Feijó, Dr. Moraes Sales e Cônego Cipião, além do alargamento da rua Ferreira Penteado, do lado par para 14 metros no trecho compreendido pelas ruas José Paulino e Francisco Glicério.<sup>461</sup>

Enquanto a construção do novo Paço Municipal não saía do papel, continuaram sendo feitas adaptações emergenciais no Palácio dos Azulejos, que se tornou cada vez mais exíguo, não atendendo ao bom funcionamento dos serviços, por mais que os engenheiros e arquitetos se esforçassem. Um grande anexo foi construído em 1953, realocando todas as repartições, conforme planta existente. Desta construção poucos documentos foram encontrados que pudessem fornecer maiores detalhes.<sup>462</sup> (Figs. 106, 107, 108, 109, 110 e 111)

Até 1955, a Administração Municipal não tinha tido recursos suficientes para imprimir mais ritmo às obras exigidas pelo Plano de Melhoramentos Urbanos, muito menos para construir o novo Paço. A possibilidade de solução, para o segundo, surgiu no ano seguinte, quando a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, premida pelas dificuldades econômico-financeiras que passava desde 1951, procurou vender em lotes residenciais o extenso terreno compreendido pela avenida Anchieta, ruas Benjamim Constant, Barreto

---

<sup>460</sup> ATO Nº 118, de 23.04.1938, p. 53-62. Atos promulgados no exercício de 1938. Campinas: Linotipia da Casa Genoud. LEI Nº 640, de 28.01.1951, p. 128-137.

<sup>461</sup> *Ibid.*; Ricardo BADARÓ, *op. cit.*, p. 119 - 120.

<sup>462</sup> NO MOMENTO: “Não podia a Prefeitura cogitar da construção de um novo Paço Municipal. *A Defesa*, Campinas, 6.08.1953.

Leme e Padre Vieira, medindo 18.328 metros quadrados, avaliado em 40 Milhões de Cruzeiros.<sup>463</sup>

O Prefeito Ruy Hellmelster Novaes havia assumido a Prefeitura de Campinas no início de 1956, dispondo de recursos financeiros federais e muita determinação política.<sup>464</sup> Ao impor um novo ritmo à implantação das obras almejadas pela Lei nº 640/51, não hesitou em demolir, num curto espaço de tempo, sessenta e seis prédios na área central, entre eles, a tradicional Igreja do Rosário, justificando que a mesma ... *estava numa posição incomoda, literalmente, no meio da rua*. Para Carpintero ... *todas as demolições no centro da cidade criaram uma sensação de destruição e de ruptura, principalmente pela rapidez com que aconteceram*.<sup>465</sup> (Fig. 112)

Já estavam sendo transformadas em avenidas as ruas Francisco Glicério, Campos Sales, General Osório, Conceição, Tomás Alves e Benjamim Constant e algumas praças centrais, passando por remodelações como o Largo do Rosário, com projeto do arquiteto Renato Righetto e a Praça das Andorinhas, com monumento executado pelo escultor Lélío Colluccini.<sup>466</sup>

Percebe-se, através de registros da imprensa local, que havia um certo fascínio pelos arranha-céus e grande menosprezo pelas antigas edificações, muitas delas abandonadas por seus proprietários e transformadas em cortiços, como demonstra a notícia de demolição de um sobrado colonial localizado no Largo do Rosário, em 1956:

Vem melhorando sem dúvida, o aspecto da cidade com o desaparecimento de velhos edifícios que enfeivavam a nossa *urbs*, prejudicando outrossim, a execução do plano de urbanismo. A cidade transforma-se. Embeleza-se. Perde as feições provincianas decorrentes das suas ruas estreitas. Quem esteve em visita à cidade há dois ou três anos nota agora uma diferença enorme. Velhos prédios vieram abaixo, não resistindo às picaretas do

---

<sup>463</sup> O NOVO Paço Municipal seria construído nos terrenos atualmente pertencentes à Santa Casa de Misericórdia. *Diário do Povo*, Campinas, 22.04.1956; O PROBLEMA do Novo Paço Municipal: Em seus primeiros passos o importante empreendimento. *Diário do Povo*, Campinas, 16.06.1956.

<sup>464</sup> A partir de 1956, o Governo Federal Juscelino Kubitschek, procurando intensificar o desenvolvimento industrial nacional, com adoção de política de atração do capital estrangeiro, entra numa fase de expansão, com ampliação da capacidade produtiva aliada a um notável avanço tecnológico. Paralelo ao desenvolvimento industrial, intensifica-se o processo de urbanização, no que Campinas foi muito beneficiada. Ricardo BADARÓ, *op. cit.*, p. 129-3.

<sup>465</sup> Antonio Carlos Cabral CARPINTERO, *op. cit.*, p. 70.

<sup>466</sup> O Monumento às Andorinhas foi executado pelo escultor em 1957. Lélío Coluccini (1910 – 1983) nasceu na Itália, chegando ao Brasil em 1912. Estudou artes em seu país de origem (Istituto d'Arti Stagio Stagi, em Pietrasanta e na Accademia d'Arti di Carrara). Retornou ao Brasil em 1931, montando seu atelier na sede da Marmoraria Irmãos Coluccini, em Campinas, onde passou a se destacar, cada vez mais, executando obras de grande valor, tendo sido premiado muitas vezes, no decorrer de sua vida.

progresso...Algumas resistem *teimosamente*. Haja visto o pardieiro do largo do Rosário com um sotãozinho em cima. Autêntica *reliquia* de Museu...No ponto central da cidade (...) Tendo ao lado um *arranha-céu* de linhas arrogantes. Duas épocas. O dia dele chegará... como chegou o do velho Mercado das Andorinhas, hoje reduzido à um monte de terra.<sup>467</sup>

Além da verticalização ocorrida muito rapidamente, outra ruptura ocorria na época: a adoção de novos princípios estéticos, passando a existir uma geometrização de formas e uma drástica redução no uso de ornamentos nas fachadas, como vasos, florões e desenhos caprichosos nas portas e janelas, conforme ditavam os defensores do Movimento Moderno. Pereira afirma que *...com o predomínio da produção imobiliária de mercado, as variações nos edifícios foram sendo restringidas e deslocadas da preocupação com os estilos para a preocupação com as estruturas, despindo-se os edifícios da decoração, que passava a ser considerada uma sobrecarga inútil e cara.*<sup>468</sup>

Disposto a resolver o problema do Paço Municipal com a construção de novo edifício e com a grande possibilidade de negociar com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, o Prefeito Ruy Novaes formou uma comissão, aprovando, pouco tempo depois, a Lei nº 1.613, de 5 de outubro de 1956, dando autorização para permutar alguns imóveis pertencentes ao município, avaliados em 30 Milhões de Cruzeiros com o terreno da referida entidade, no valor de 40 Milhões de Cruzeiros. Os imóveis estavam localizados nas ruas: Morais Sales, nº 513 e um terreno; José Paulino, nº 756, 764, 782; Regente Feijó, nº 769, 821, 823, 831, 841 e 859 e Ferreira Penteadado, nº 534. Os outros 10 Milhões de Cruzeiros restantes seriam pagos conforme determinava a lei. As repartições municipais deveriam permanecer nos imóveis vendidos pelo prazo de cinco anos, pagando aluguel anual de dois milhões e cem mil cruzeiros.<sup>469</sup>

Após a negociação do terreno, a prefeitura derrubou os muros que o cercavam, determinando que o bosque existente pudesse ser usufruído pela população com a instalação de um parque público central. Para este fim, o local seria limpo e iluminado. Ali,

---

<sup>467</sup> Virá abaixo um prédio dos tempos coloniais. *Diário do Povo*, 1.5.1956.

<sup>468</sup> PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *Espaço, técnica e construção*. São Paulo: Nobel, 1988., p. 81.

<sup>469</sup> LEI Nº 1.613, de 5.10.1956, p. 116-118; CONCRETIZADA a operação de permuta de imóveis entre Prefeitura e Santa Casa. *Correio Popular*, Campinas, 18.11.1956.

embaixo das antigas árvores seriam colocados alguns bancos que, segundo a tradição, tinham sido plantadas pelo Pe. Vieira, fundador da Santa Casa de Misericórdia,<sup>470</sup>

Decididos os trâmites legais, a Prefeitura Municipal lançou, em maio do ano seguinte, um edital para concorrência de anteprojetos do novo Paço Municipal que, de acordo com a Comissão de Planejamento do Município (Protocolo nº 29.029), deveria ser *...em granito de nossas pedreiras e azulejos à semelhança dos ora existentes na fachada do atual prédio sede da Prefeitura, que certamente emprestariam à atual fachada do novo edifício, um toque de tradição e respeitabilidade...*<sup>471</sup>

Em novembro do mesmo ano, realizou-se a entrega dos prêmios aos arquitetos de São Paulo vencedores do concurso, Rubens Carneiro Gouvêa Viana e Ricardo Sievers. O projeto completo, incluindo prêmios e despesas da Comissão Executiva do Paço (Protocolo 4121), havia custado aos cofres públicos Cr\$ 4.821.567,70.<sup>472</sup> Com pequenas modificações do projeto original elaborado pelo engenheiro arquiteto Rubens Carneiro Gouvêa Viana, foi lançada a pedra fundamental do edifício, com 21 andares, no dia 31 de janeiro de 1959.<sup>473</sup>

Voltando aos problemas cruciais do Palácio dos Azulejos, verifica-se, com a criação do Grupo de Planejamento Administrativo,<sup>474</sup> sob a presidência de José Faber de A. Prado, o encaminhamento de um relatório ao Prefeito Miguel Vicente Cury, em setembro de 1960, no qual expunha a situação em que se encontravam as repartições municipais, dispersas em

---

<sup>470</sup> PARQUE Público e edificação do novo Paço Municipal. *Correio Popular*, Campinas, 25.11.1956. A ADMINISTRAÇÃO de Campinas e seus problemas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 06.01.1957. Dos grandes jequitibás ali existentes, existe apenas um, em frente ao Paço Municipal.

<sup>471</sup> PREFEITURA Municipal de Campinas. Expediente despachado em 10.11.1956 pelo Sr. Prefeito Municipal. *Correio Popular*, Campinas, 11.12.1956. PREFEITURA Municipal de Campinas. Comissão Executiva do Paço. Edital. Concurso de anteprojetos para o novo edifício do Paço Municipal e Parque Público Central de Campinas. *Diário do Povo*, Campinas, 29.05.1957; A ELABORAÇÃO do anteprojetos do novo Paço Municipal. *Diário do Povo*, Campinas, 28.05.1957; MAIS DE SETENTA engenheiros inscreveram-se no concurso de anteprojetos do novo Paço Municipal. *Correio Popular*, Campinas, 27.09.1957; ATA dos trabalhos realizados pelo Conselho Julgador “Júri de Arquitetos”, na conformidade das disposições constantes do edital de concurso de anteprojetos para o novo edifício do Paço Municipal e Parque Público Central de Campinas. *Diário do Povo*, 24.10.1957.

<sup>472</sup> RELATÓRIO elaborado pelo Grupo de Planejamento Administrativo sobre o “Paço Municipal”, 7.12.1960. Arquivo Municipal – Prefeitura Municipal de Campinas, folhas nº 106-109; O CONCURSO do Paço Municipal de Campinas. *Folha da Manhã*, Campinas, 27.10.1957; CONCURSO de anteprojetos do Paço Municipal de Campinas. *Folha da Manhã*, Campinas, 16.11.1957.

<sup>473</sup> DA COMISSÃO Executiva do Paço (Prot.4121). *Diário do Povo*, Campinas, 19.02.1957. LANÇADA a pedra fundamental do novo edifício do Paço Municipal de Campinas. *Diário do Povo*, Campinas, 1.02.1959. LANÇAMENTO da pedra fundamental do futuro Paço Municipal de Campinas. *Correio Popular*, 01.02.1959.

<sup>474</sup> RELATÓRIO elaborado pelo Grupo de Planejamento Administrativo sobre o “Paço Municipal”, p. 104. Esse grupo foi criado através do DECRETO 1639, de 1960.

doze prédios, não se constituindo mais para o grupo, no Paço Municipal propriamente dito. Já tinham sido pagos Cr\$ 6.923.000,00 pelo terreno adquirido da Santa Casa de Misericórdia, mas a Prefeitura Municipal continuava a ocupar os edifícios negociados, pagando o aluguel de Cr\$ 175.000,00. Gastavam com outros prédios alugados mais Cr\$ 80.000,00, num total de Cr\$ 255.000,00 mensais. E mais: com um rendimento muito baixo face a desorganização espacial das repartições, sem entrosamento entre seus setores, sem trabalho harmônico e com duplicidade de tarefas, a Prefeitura não conseguia contar com um trabalho racional, refletindo negativamente no erário público e na população que necessitava de bons serviços. A solução ideal recaía sempre sobre a construção do novo Paço, mas a Prefeitura não tinha recursos financeiros para isso, mesmo que fosse construído em partes. Como não podia deixar de ser, as indicações foram as eternas (in)adequações, não só do Palácio dos Azulejos, mas de outras edificações públicas existentes.<sup>475</sup>

Pouco antes de 1962, na gestão do Prefeito Miguel Vicente Cury, já haviam sido demolidos inúmeros quarteirões para a construção do Viaduto Cury, que passou *...a estabelecer a ligação entre a entrada principal da cidade e a perimetral interna, articulando-se também com a estação ferroviária, e possibilitando o contorno e distribuição do tráfego da área central...* prevista desde a concepção preliminar do Plano de Melhoramentos Urbanos. Na ocasião, estavam alargadas as ruas Moraes Sales e Senador Saraiva<sup>476</sup> mas, com outras definições na implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos tomadas pela Lei nº 2626, de 22/12/61, muitas obras deixaram de ser executadas, primeiro, em função dos gastos vultuosos e, segundo, pela recessão da economia nacional que se abateria no país, entre 1962 e 1967, marcando o fim da experiência de urbanismo em

---

<sup>475</sup> O Paço continuava a ser representado pelo Palácio dos Azulejos, onde estavam localizados o Gabinete do prefeito, a Secretaria de Finanças, parte da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos, parte da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, parte da Secretaria de Saúde e Higiene e o Corpo de Bombeiros. O restante das secretarias se espalhavam por alguns prédios localizados na: rua José Paulino, nº 756: parte da Secretaria de Saúde e Higiene; rua José Paulino, nº 792: Departamento Legal da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos; rua José Paulino, nº 782: Divisão de Assistência Médica da Secretaria de Saúde e Higiene; rua Regente Feijó, nº 769: Comissão Central de Esportes; rua Regente Feijó, nº 809: Departamento de Serviços Internos da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos; rua Regente Feijó, nº 815: D.V.F; rua Regente Feijó, nº 823: Arquivo Geral; rua Regente Feijó, nº 821: Seção de Consumo do DAE; rua Regente Feijó, nº 858: G.O.V. e G.P.A.; rua Moraes Sales, nº 680: Seção de Compras do D.S.I. *Ibid.*, p. 106.

<sup>476</sup> Ricardo BADARÓ, *op. cit.*, p. 136-7.

Campinas.<sup>477</sup> Com tantas demolições e remodelações das ruas, Carpintero acrescenta que já não existia mais na cidade:

...a malha ortogonal indiferenciada, mas um sistema viário hierarquizado, com avenidas centrais, avenidas de ligação, perimetrais, como preconizado por Prestes Maia, desde 1934. Essa hierarquia não se evidenciava, apenas pela largura, mas, também pelos usos que se esboçavam e, mesmo, pela quantidade de construções *modernas*, e principalmente pela verticalização ocorrida(...), a avenida Francisco Glicério emergiu, no final desse período como a principal da cidade(...). O Largo do Rosário, assumira o papel de centro da cidade, marco simbólico, além de ter a função de *centro cívico* plenamente realizada.<sup>478</sup>

Em 1964 não tinha sido iniciada a construção do novo Paço Municipal e as dependências do Palácio dos Azulejos continuavam totalmente obsoletas. Vez ou outra, era ventilada pela imprensa local, a revitalização de sua área envoltória, transformando-se em acirrado ponto de discórdia entre setores da opinião pública, representados pelos estudiosos do passado campineiro que defendiam a preservação do Palácio dos Azulejos e autoridades da administração municipal, que ora queriam conservá-lo, ora colocá-lo no chão. Vendo o perigo iminente de demolição pelo prefeito Ruy Novaes, o vereador Eder Leme encaminhou à Câmara Municipal, um pedido de preservação, através do tombamento pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), que levou três anos para concretização.<sup>479</sup>

---

<sup>477</sup> *Ibidem*, p. 136-7. LEI nº 1859, de 11.03.1958, p. 15-6. Prefeitura Municipal de Campinas. Leis, Decretos e Resoluções promulgados no exercício de 1958. São Paulo: Ind. Gráfica Siqueira S.A.

<sup>478</sup> Até essa época, a principal artéria da cidade era a Rua Barão de Jaguara e o principal largo era o da Catedral onde, a visibilidade de sua torre, dos mais diversos lugares da cidade, era a principal referência do centro da cidade. Com a rápida verticalização da cidade, a torre desapareceu entre os altos edifícios que passaram a cercá-la. Antonio Carlos Cabral CARPINTERO, *op. cit.*, p. 76.

<sup>479</sup> PREFEITURA consulta preços para a construção do Paço Municipal. *Diário do Povo*, Campinas, 14.6.1964.



Fig. 105 - Vista aérea do centro da cidade, em 1950, onde se observam várias edificações importantes como Correio e Telégrafos, Hotel Municipal, Catedral Metropolitana, Igreja do Rosário e a construção do Palácio da Justiça. O Paço Municipal, no primeiro plano, apresentava nos fundos do terreno, o anexo construído em 1935. Data: 29/10/1950. Foto: Gilberto de Biasi. Acervo: Museu da Imagem e do Som. Prefeitura Municipal de Campinas.



Fig. 106 – Vista aérea do centro da cidade, em meados da década de 50. À esquerda da foto, o fundo do Palácio dos Azulejos com o anexo construído em 1953. Foto: Gilberto de Biasi. Acervo: Museu da Imagem e do Som. Prefeitura Municipal de Campinas.

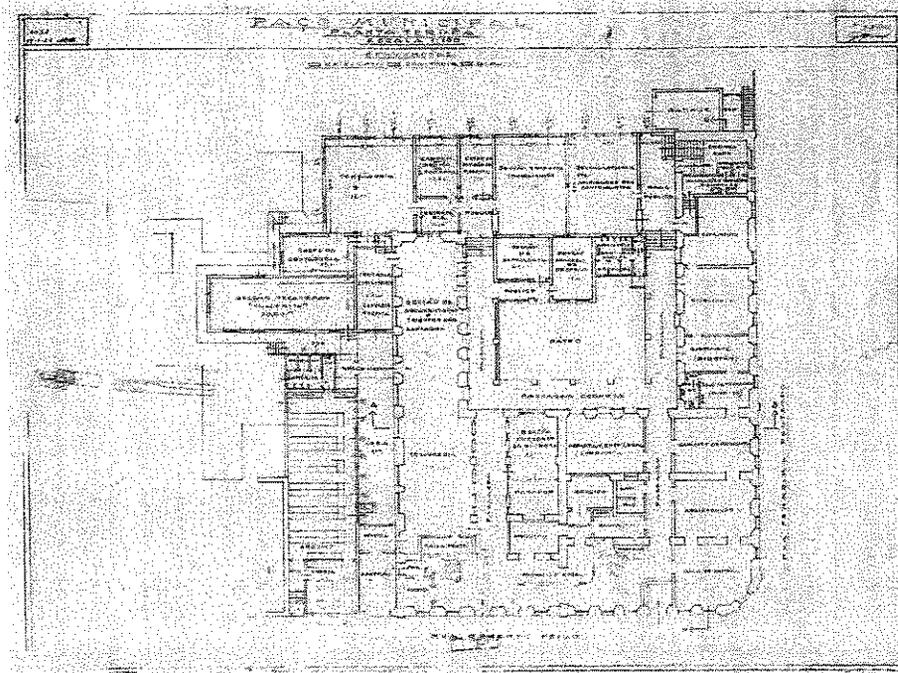


Fig. 108

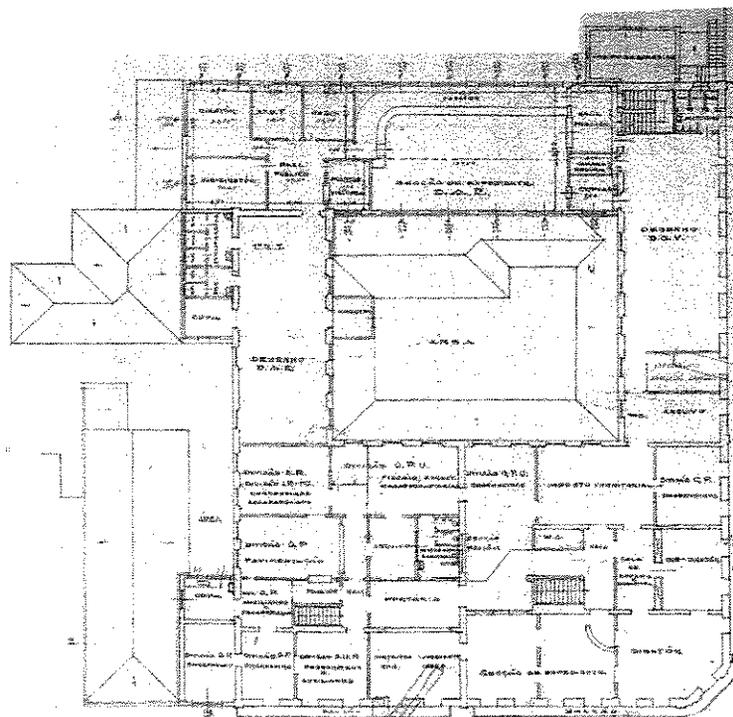


Fig. 107 e 108 – Reforma do Paço Municipal em 1953. Além das adequações das repartições municipais, foi construído mais um anexo, nos fundos, não resolvendo porém a exiguidade do edifício que não comportava mais tantas funções. Plantas assinada por Ferraris. Data: 27.01.1953. Acervo: C.S.P.C. Prefeitura Municipal de Campinas.

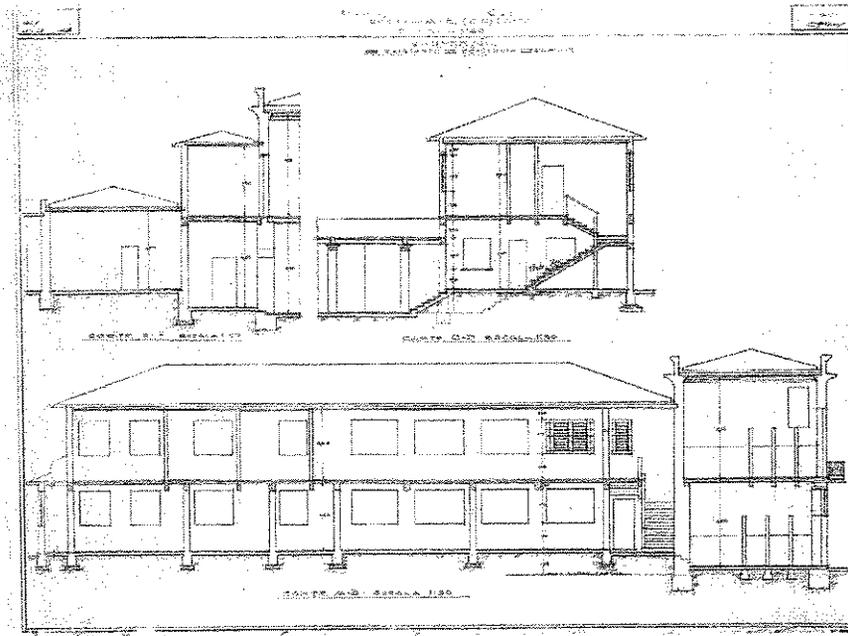


Fig. 109

Fig. 109 – Reforma do paço Municipal de Campinas em 1953. Construção do anexo no fundo do terreno. Cortes. Planta assinada por Ferraris em 27.01.1953. Acervo: C.S.P.C. Prefeitura Municipal de Campinas.

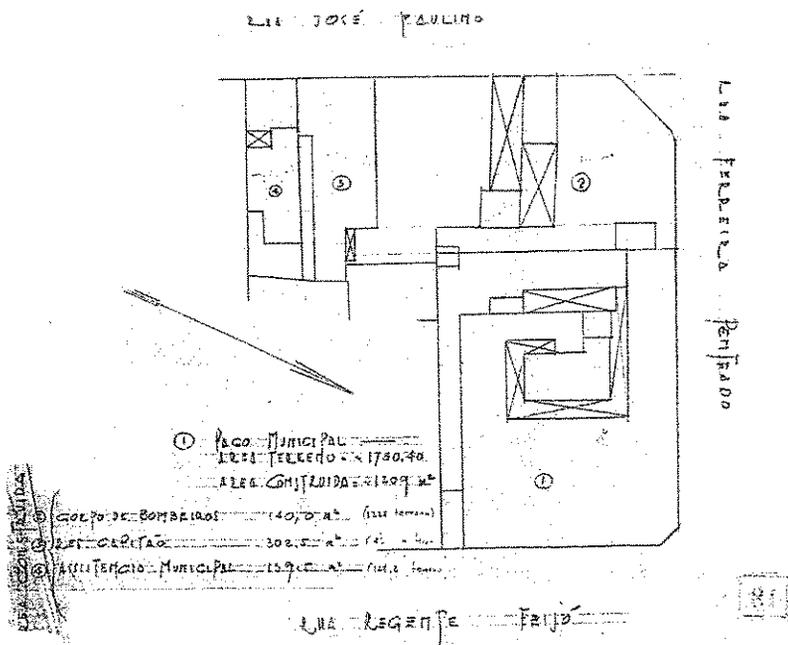


Fig. 110

Fig. 110 – Localização do Paço Municipal e seus anexos, do Corpo de Bombeiros e da Assistência Municipal, na quadra compreendida pelas ruas Ferreira Penteados, José Paulino, Moraes Sales e Regente Feijó. Planta posterior a 1953. Acervo: C.S.P.C. Prefeitura Municipal de Campinas.

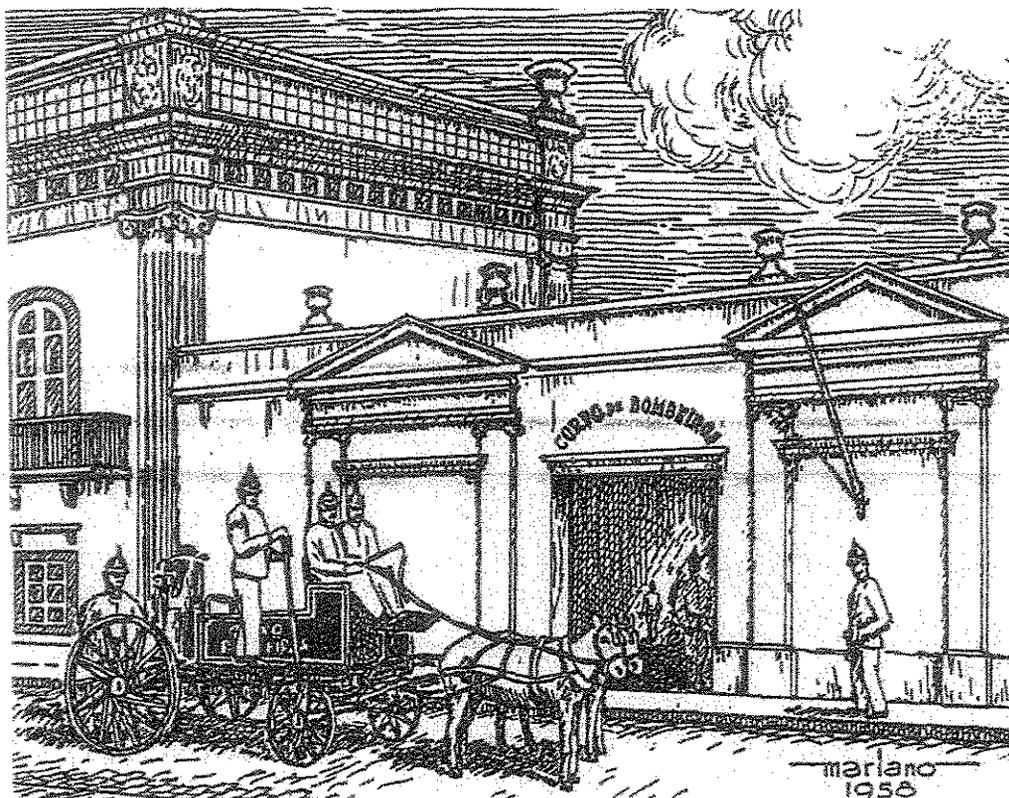


Fig. 111 – Desenho feito por Mariano, em 1958, onde se observa o portão de entrada do Corpo de Bombeiros, ao lado do Palácio dos Azulejos, localizado à rua Ferreira Penteados.



Fig. 112 – Vista do Largo do Rosário após a demolição da Igreja do Rosário, em 1956. Com a implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos elaborado pelo urbanista Francisco Prestes Maia, a nova cidade suplantava, rapidamente, naquela década, a cidade provinciana, com a demolição de muitos casarões antigos e o surgimento de edificações modernas e largas avenidas. Data: [1956]. Coleção Particular: Maria Luiza Pinto de Moura.

### 3.4 – A LUTA POR UM MUSEU HISTÓRICO PARA A CIDADE

Alguns meses após negociações com a Santa Casa de Misericórdia, Luso Ventura, redator-chefe do *Correio Popular*, sugeriu que entidades culturais campineiras se movimentassem com o objetivo de recolherem fundos para aquisição do Palácio dos Azulejos, a fim de nele instalarem o Museu Histórico pois, com a mudança do Paço Municipal para outro local, cogitava-se sua demolição. A notícia indignou muitos campineiros preservacionistas preocupados com as demolições desenfreadas que estavam ocorrendo, pois rompiam de vez com os últimos vestígios da cidade provinciana. Enquanto casarões centenários eram derrubados, alguns pares de edifícios surgiam, transformando Campinas na cidade moderna que muitos almejavam.<sup>480</sup>

A criação do Museu Histórico já havia sido amplamente discutida em 1949. O presidente da Câmara Municipal, Dr. Arlindo de Lemos Junior havia nomeado, na ocasião, uma comissão de estudos preliminares, presidida pelo historiador e museólogo Sr. Celso Maria de Mello Pupo e composta pelo Srs. Azael Lobo, Celso Ferraz, Floriano Peixoto de Azevedo Marques, João Lourenço Rodrigues, José Dias Leme, Luso Ventura, Teodoro de Souza Campos Junior e dos assistentes e conselheiros Afonso Escragnolle de Taunay e Pelágio Álvares Lobo.<sup>481</sup> Após levantamentos e visitas a vários edifícios antigos da cidade, a comissão entregou à Câmara Municipal um anteprojeto da criação do Museu, no qual a instituição com caráter pedagógico, deveria ser *...um centro de estudos e de investigações, um relicário de preciosidades, de documentos, de reconstruções, de registros, que permitissem compor um relato histórico de Campinas.*<sup>482</sup>

Entretanto, na opinião de Campos Junior, o anteprojeto não mereceu a atenção necessária da municipalidade durante anos, repercutindo muito bem a sugestão de Luso Ventura de aquisição do Palácio dos Azulejos para a instalação do Museu Histórico, em junho de 1957. Historiadores, genealogistas, heraldistas, professores e estudiosos da

---

<sup>480</sup> VENTURA, Luso. O museu que não temos. *Correio Popular*, Campinas, 30.06.1957; PELA criação do Museu de Campinas no Palácio dos Azulejos. *Correio Popular*, Campinas, 07.07.1957.

<sup>481</sup> Castro Mendes cita que no dia 17 de fevereiro de 1949, a Comissão dirigida pela Prefeitura Municipal de Campinas reuniu-se no Centro de Ciências, Letras e Artes para tratar da organização de um Museu Histórico para Campinas. José de Castro MENDES, *op. cit.*, p. 112; PELA criação do Museu de Campinas no Palácio dos Azulejos. *Correio Popular*, Campinas, 07.07.1957.

<sup>482</sup> UMA IDÉIA em Marcha. Pela criação do Museu Histórico de Campinas no Palácio dos Azulejos. *Correio Popular*, Campinas, 7 Jul. 1957.

história de Campinas se manifestaram através da imprensa, apoiando inteiramente o antigo empreendimento. Entre eles, estavam Celso Maria de Mello Pupo, o jornalista e radialista Jolumá Brito, o livreiro João Amêndola, o historiador e genealogista Dr. Teodoro de Souza Campos Junior, o pintor e memorialista José de Castro Mendes, os professores Antonio Celso Ferraz de Camargo e Amaral Santos, o advogado Milton Duarte Segurado e o médico e ex-prefeito Dr. Celso Rezende, alguns deles, como se pode observar, lutando pela causa desde 1949.<sup>483</sup> Era de consenso, entre os estudiosos, que o Palácio dos Azulejos possuía melhores condições de adaptabilidade, além de ser muito mais artístico que outros. O Professor Amaral Santos acrescentava a tudo isso:

...a tradição histórica que possui o edifício, solar do barão de Itatiba e cenário de memoráveis sessões de passadas edilidades, que muito honraram a cidade com desprendimento e sacrifício. A demolição desse solar será mais um sacrilégio a acrescentar a outros já perpetrados em Campinas, como por exemplo, a demolição da antiga Matriz Velha. É preciso que fique alguma coisa da cidade antiga. (...). Que façam alto as picaretas deante do Palácio dos Azulejos, que se respeitem aquelas paredes solarengas e, quando se levantar o novo Paço Municipal, que haja aí alguém com os pulsos fortes e a coragem necessária para concretizar esse ideal (...). Campinas merece ter o seu Museu.<sup>484</sup>

Após grande debates, o Museu Histórico da Cidade de Campinas foi criado pela Lei nº 1859, de 11/03/1958, subordinado à Secretaria de Educação e Cultura. Funcionaria *...em prédio ou edifício tomado em locação, até que possa fazê-lo em sede própria, adquirida ou construída pela Municipalidade.*<sup>485</sup> Não entenderam os vereadores que o museu deveria ser instalado no Palácio dos Azulejos, que permaneceu relegado à própria sorte até a transferência do Paço Municipal para seu novo endereço. O museu pretendido continuou sem sede durante longos anos, até sua instalação no edifício da antiga fábrica Lidgerwood

---

<sup>483</sup> UM DEVER das atuais gerações. Reconhecida a necessidade de instalação do Museu Histórico no Palácio dos Azulejos. *Correio Popular*, Campinas, 9 Jul. 1957; RECONHECIDA a necessidade da instalação do Museu Histórico no Palácio dos Azulejos. *Correio Popular*, Campinas, 9.7.1957; DE PLENO acordo com a preservação do Palácio dos Azulejos para a instalação de um museu histórico. *Correio Popular*, Campinas, 16.07.1957; IMPÕE-SE a criação de um Museu Histórico com o aproveitamento do Palácio dos Azulejos. *Correio Popular*, Campinas, 18.08.1957.

<sup>484</sup> QUE SE RESPEITEM as paredes solarengas do Palácio dos Azulejos com a instalação de um Museu. In: *Correio Popular*, Campinas, 11 Jul. 1957.

<sup>485</sup> LEI Nº 1.859, de 11. 03.1958, Leis, Decretos e Resoluções promulgados no Exercício de 1958. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira S.A , s.d. , p. 15-6.

Manufacturing Company Ltda., no início da década de 1990, tombado pelo CONDEPACC após ser salvo da demolição pelo grupo preservacionista Febre Amarela, em 1988.<sup>486</sup>

### 3.5 – A INAUGURAÇÃO DO NOVO PAÇO E O TOMBAMENTO DO PALÁCIO DOS AZULEJOS

Apesar de a pedra fundamental do novo Paço ter sido lançada no dia 31 de janeiro de 1959, as obras para sua fundação só começaram em março de 1965, sob a responsabilidade da firma “Estacas Franki” e a execução das estruturas por conta da firma construtora “Ribeiro Ltda.”, de São Paulo, com o compromisso de concluírem a primeira fase, em setembro de 1966. No dia 31 de julho do mesmo ano, as autoridades municipais anunciavam nova data de conclusão, incluindo acabamento para dezembro de 1967. O custo orçado foi de Cinco Bilhões de Cruzeiros.<sup>487</sup>

Pouco antes da data prevista para inauguração, o Prefeito Novaes apresentou novamente o projeto para revitalização da quadra composta pelas ruas Ferreira Penteadó, José Paulino, Moraes Sales e Regente Feijó. Muitos imóveis seriam demolidos, inclusive o Palácio dos Azulejos, para construção de um praça no local e uma garagem subterrânea com vagas para até 700 veículos, como havia determinado a Lei nº 640/51.

Foi nesta ocasião que a Prefeitura Municipal, desapropriando os imóveis daquela quadra, através do Decreto nº 2823, de 17.06.1966, pode rever os bens que havia permutado com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, mediante pagamento de 1.035.740.000 (um bilhão, trinta e cinco milhões, setecentos e quarenta mil

---

<sup>486</sup> Para Margarita Barreto não existe uma arquitetura ideal de museu, pois esta varia conforme as necessidades e especificidades das coleções que abriga. A orientação básica é que existam salas de exposições, reservas técnicas climatizadas, laboratório de restauração e/ou preparação, salas para administração, de pesquisas, de atividades com o público e salas complementares, além de auditórios. Em seu trabalho de mestrado desenvolveu importante pesquisa sobre os museus de Campinas. ANGELI, Margarita Nilda Barreto. *Museus por teimosia: uma análise da utilidade social dos museus de Campinas*. Campinas, 1993. (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação – Unicamp), p. 14, 62, 81-5

<sup>487</sup> LANÇADA a pedra fundamental do novo edifício do Paço Municipal de Campinas. *Diário do Povo*, Campinas, 1.02.1959; RESCINDIDO o contrato para execução das fundações do Novo Paço Municipal. *Diário do Povo*, Campinas, 19.02.1959; O NÓVO Paço: obras vão ser iniciadas. *Diário do Povo*, Campinas, 28.02.1965; INICIADAS as fundações do Novo Paço Municipal. *Diário do Povo*, Campinas, 13.03.1965; CONSTRUÇÃO do Novo Paço Municipal. *Diário do Povo*, Campinas, 5.10.1965; NÓVO Paço: em setembro deverá ser concluída a primeira fase das obras. *Diário do Povo*, Campinas, 4.01.1966; O PAÇO Municipal estará concluído dentro de ano e meio. *Diário do Povo*, Campinas, 31.12.1966.

cruzeiros) a serem pagos até 1969. Entre os imóveis que voltavam para as mãos da municipalidade estava o Palácio dos Azulejos.

Apesar da carência de áreas verdes na cidade e aprovação de muitos, a demolição do antigo paço gerou, mais uma vez, uma onda de protestos encabeçada pelo museólogo Celso Maria de Mello Pupo, que voltava a se manifestar a favor de sua preservação, justificando seu valor arquitetônico e o quanto seria importante a implantação do museu da cidade naquele espaço. Abraçando a mesma causa, estavam o arquiteto Waldemar Strazzacappa e o poeta Guilherme de Almeida. O primeiro, argumentava ser a única edificação que restava da última metade do século XIX com pureza de estilo e de grandes proporções. Não faltaria, dizia ele, dentro do esquema dos brilhantes engenheiros existentes, lugar para o velho Palácio dos Azulejos, em meio à vegetação da praça e aos espelhos d'água que construiriam.<sup>488</sup> O segundo, indignado também com a possibilidade de sua demolição, assim se manifestou:

Hoje (“horresco reforçus”...) as picaretas oficiais estão querendo trabalhar, digo: “trebelhar”. Será possível? Não posso crer. Campinenses, por mercê de Deus, embora distante, estou presente aí, mercê do meu sangue, do meu pensamento e da minha fé, ao lado de vocês, para o que der e vier. “Campinas é bom prá nascer” – dizia o meu velho parente Raphael Duarte. Tinha razão. Tão bom mesmo que, onde, porque, como e quando quer que seja, sempre ao inimigo soube dizer “NÃO”. E o dirá desta vez também.<sup>489</sup>

Mesmo com grandes defensores, outras personalidades campineiras eram contra a preservação do Palácio, como o arquiteto Marino Zigiatti, o projetista Geraldo Jurgensen, além do consultor histórico do Correio Popular e museólogo José de Castro Mendes. A justificativa era que, muito alterado pelas inúmeras intervenções e maltratado pelo anos, o antigo sobrado não merecia uma restauração pois haveria um dispêndio enorme e um gigantesco esforço técnico, não significando, contudo um sucesso, ao final.<sup>490</sup>

Diante dos impasses e sabendo o quanto era importante a conservação daquela edificação, o arquiteto Luis Saia, chefe 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e

---

<sup>488</sup> Muitas matérias foram publicadas, na época, sobre a situação da construção do novo Paço e do Palácio dos Azulejos. Entre outras, estão: INICIADAS as fundações do novo Paço Municipal. In: *Diário do Povo*, Campinas, 13 Mar. 1965. CONSTRUÇÃO do Novo Paço Municipal. In: *Diário do Povo*, Campinas, 5 out. 1965. HISTORIADOR Celso M.M. Pupo. Palácio do Azulejos tem valor arquitetônico. In: *Correio Popular*, Campinas, 18 Nov. 1967. GARAGEM Subterrânea não exige demolição da Prefeitura. *Correio Popular*, 22.11.1967.

<sup>489</sup> CONTRÁRIO À Demolição do Palácio dos Azulejos. *Diário do Povo*, Campinas, 26.11.1967.

<sup>490</sup> DEMOLIÇÃO do Palácio dos Azulejos divide opiniões. *Correio Popular*, Campinas, 29.11.1967.

Artístico Nacional (D.P.H.A.N.),<sup>491</sup> solicitou o tombamento do Palácio dos Azulejos no dia 13 de novembro daquele ano, fato concretizado dez dias depois, quando, em visita especial ao Prefeito de Campinas, entregou a notificação nº 1002, expedida e assinada no Rio de Janeiro pelo Dr. Renato de Azevedo Duarte Soeiro, Diretor da D.P.H.A.N. O velho sobrado da Família Penteado passou, a partir daquela data, a ser considerado monumento histórico nacional, não podendo mais ser demolido.<sup>492</sup>

Enquanto isso, as obras do Novo Paço, denominado Palácio dos Jequitibás, continuavam em ritmo acelerado,<sup>493</sup> ficando parcialmente pronto e apresentado ao público no dia 28 de outubro de 1968, dia do Funcionalismo Público e aniversário do então prefeito Ruy Novaes. Foi oficialmente inaugurado no dia 9 de novembro com hasteamento das bandeiras, missa e benção, discursos e visitação ao edifício.<sup>494</sup> Iniciava-se, logo após as festividades, a transferência de algumas repartições públicas para o pavimento térreo do Palácio dos Jequitibás,<sup>495</sup> perdendo, o Palácio dos Azulejos, a função de Paço Municipal de Campinas.<sup>496</sup> (Fig. 113 e 114)

Enquanto que, ao primeiro, cabiam as glórias por ser um dos edifícios públicos mais modernos e bonitos do Brasil (sem conclusão das obras), edificado em concreto e alumínio, símbolo do progresso exuberante que envolvia a cidade, ao segundo, o velho e maltratado casarão, cabiam o descaso de algumas autoridades municipais encarregadas de apagar os

---

<sup>491</sup> Na ocasião, quem fez o levantamento histórico para o I.P.H.A.N foi Jolumá Brito. PALÁCIO dos Azulejos. *Correio Popular*, 15.6.1972. Luis SAIA é autor de: *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

<sup>492</sup> EDIFÍCIO deve ser preservado. O Estado do São Paulo, *São Paulo*, 25.11.1967; O PAÇO Velho não será demolido: considerado monumento histórico. *Diário do Povo*, Campinas, 01.12.1967; PATRIMÔNIO Histórico preserva Palácio dos Azulejos. *Correio Popular*, Campinas, 01.12.1967; OBRA Histórica é patrimônio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 02.12.1967.

<sup>493</sup> A denominação oficial “Palácio dos Jequitibás” ocorreu através do Decreto nº 3385, de 31.01.1969. “PALÁCIO dos Jequitibás”: denominação oficial do novo Paço Municipal. *Correio Popular*, Campinas, 01.02.1969.

<sup>494</sup> A área total do prédio era de 33.000 m<sup>2</sup>, distribuída em 21 andares e o empreiteiro responsável pela obra tinha sido o engenheiro Celso Ribeiro. PAÇO avança em Campinas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21.4.1968; PALÁCIO dos Jequitibás. *Correio Popular*, Campinas, 5.5.1968; NÓVO Paço caminha em marcha acelerada. *Correio Popular*, Campinas, 25.08.1968; MOMENTO Social. Palácio dos Jequitibás será inaugurado parcialmente: 28. *Correio Popular*, 27.10.1968; PAÇO Municipal. *Correio Popular*, Campinas, 29.10.1968; PREFEITO homenageado no Palácio dos Jequitibás. *Correio Popular*, 29.10.1968; PALÁCIO dos Jequitibás: hoje a inauguração. *Correio Popular*, 9.11.1968; PREFEITO inaugurou ontem o novo Paço. *Diário do Povo*, 10.11.1968.

<sup>495</sup> Em setembro de 1972, muitas repartições e secretarias ainda estavam instaladas em prédios alugados pela municipalidade, aguardando a conclusão definitiva do Palácio dos Jequitibás, com possibilidade de reinauguração no final do ano. EM BREVE a inauguração do Paço. *Correio Popular*, 01.09.1972. GABINETE do Prefeito vai subir 2 pavimentos. *Correio Popular*, Campinas, 15.09.1972.

<sup>496</sup> PAÇO Municipal ficará pronto em dezembro de 70. *Correio Popular*, Campinas, 5.10.1969.

sinais do passado e a indiferença da maioria da sociedade que o via em condições precárias, agravadas no decurso dos anos e como um grande empecilho para revitalização do centro de Campinas.

### 3.6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

*...as contribuições de todas as épocas à edificação de um monumento devem ser respeitadas. A unidade de estilo não deverá se tornar um fim a ser alcançado, no curso de uma restauração (...) e que (...) o julgamento do valor dos elementos em questão e da decisão sobre as eliminações a operar não podem depender unicamente do autor do projeto.*

Le Corbusier

Com a inauguração do novo Paço “Palácio dos Jequitibás” em 1968, o Palácio dos Azulejos perdeu esta função, permanecendo, no local, apenas alguns departamentos municipais como o Departamento de Águas e Esgotos (D.A.E.)

Atentos a todo movimento contra o antigo paço, alguns poucos preservacionistas manifestavam-se, vez ou outra, através da imprensa local, insistindo para que nele fosse instalado o Museu Histórico.<sup>497</sup> Tanto pressionaram as autoridades municipais que, no dia 29.01.1969, foi criado (novamente) o Museu Histórico da Cidade de Campinas, através da Lei nº 3751, diferindo em alguns artigos da Lei 1859, de 11.03.1958, pois, desta vez, o órgão consultivo deveria ficar diretamente ligado ao Prefeito Municipal e estar instalado no Palácio dos Azulejos (artigos 7º e 8º). Com a nova lei, a edilidade daria, enfim, uma destinação oficial ao edifício, após a transferência das repartições públicas, com a grande possibilidade de Guilherme de Almeida ser assessor de museologia do mesmo.<sup>498</sup>

A realidade mostrou-se outra, com o passar dos meses, para desalento de muitos campineiros que ainda batalhavam pela instalação do museu no Palácio dos Azulejos. Com a mudança do governo municipal, assumiu a Prefeitura de Campinas o Sr. Orestes Quércia que permitiu a instalação de outras repartições no velho edifício da prefeitura, abrindo, na opinião de Raul Martins Costa, um precedente perigoso pois desvirtuava as finalidades do edifício – a instalação do Museu Histórico.<sup>499</sup>

---

<sup>497</sup> 60 ANOS de história nestas prefeituras. *Diário do Povo*, Campinas, 20.07.1969. AMEAÇADO velho sobrado. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01.03.1970. DEP. RUY de Almeida volta a abordar o tombamento do Palácio dos Azulejos. *Correio Popular*, Campinas, 17.05.1970.

<sup>498</sup> LEI Nº 3751, de 29 de janeiro de 1969.

<sup>499</sup> COSTA, Raul Martins. Um só Museu. *Diário do Povo*, Campinas, 3.04.1969. Por vários anos seguidos, a imprensa noticiou a implantação do museu no Palácio dos Azulejos, mas não houve cumprimento da lei. Nº 3751, de 1969. Posteriormente, A Lei nº 7200, de 1992, alterou o nome do Museu Histórico da Cidade de Campinas para Museu da Cidade, destinando-lhe o antigo edifício construído por Guilherme Van Wleck Lidgerwood, como já foi citado, situado à Avenida Andrade Neves, nº 1 e a Lei nº 7476, de 07 de abril de 1993, modificou a redação da lei anterior, mas não seu conteúdo. É TEMPO do Grande Museu de Campinas.

O objetivo do grupo não se concretizou e as eternas discussões continuaram na imprensa local, sobre a possível demolição, conservação e revitalização da área envoltória do Palácio dos Azulejos.<sup>500</sup> Para algumas pessoas que se manifestavam através dos jornais locais, o tombamento do imóvel em 1967 impedia o progresso da cidade, não deixando que bancos construíssem altos e modernos edifícios, pois em sua área envoltória não era permitido que novas edificações tivessem gabarito de altura maior que a sua. Sua demolição, diziam, permitiria ...o arejamento daquela vasta área central, tão carente de espaços livres... ou ...apesar de pertencer ao passado, não tinha tradição histórica. Nesta linha de argumentações, tanto o Prefeito Orestes Quércia como o vereador Lindemberg da Silva Pereira, solicitaram ao IPHAN, a revisão do tombamento e, conseqüentemente, seu destombamento.

Para Cássia Magaldi, as idéias de progresso e modernidade, nas cidades brasileiras, tem levado a uma sistemática destruição das marcas do passado. A ausência de preocupação com o problema e a grande fragilidade dos órgãos públicos de preservação e planejamento urbano tem criado uma situação de extrema gravidade no que diz respeito à necessária convivência entre o “antigo” e o “novo”.<sup>501</sup>

Apesar de existirem legislação específica de proteção aos bens culturais e órgãos federais desde 1937, além de instituições estaduais e conselhos municipais, criados sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, a aplicação desta legislação e a ação dos órgãos públicos de preservação tem implicado em resultados e reações diversas quando impostas a

---

*Correio Popular*, Campinas, 28.01.1969; MUSEU de Campinas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30.01.1969;; TOLEDO, Conceição Arruda. Museu de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 11.04.1969; COSTA, Raul Martins. Carta ao senhor Prefeito. *Diário do Povo*, Campinas, 26.06.1969; PALÁCIO permanece e pode virar museu. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5.05.1972; O PALÁCIO dos Azulejos. *Correio Popular*, 14.06.1972; MATOS, Odilon Nogueira de. Por um sílogeu campineiro. *Diário do Povo*, Campinas, 27.06.1975; LEI Nº 7200, de 23 de outubro de 1992. *Diário Oficial do Município* nº 5.594, de 24 de outubro de 1992; LEI Nº 7476, de 07 de abril de 1993. *Diário Oficial do Município* nº 5.705, de 08 de abril de 1993; Sobre o edifício Lidgerwood, ver também Ema E.R. CAMILLO, *op. cit.*, p. 50-60.

<sup>500</sup> O prefeito Orestes Quércia assumiu o cargo de prefeito de Campinas, após Ruy Novaes, insistindo muito, juntamente com alguns edis, na revisão do tombamento do Palácio dos Azulejos, por acharem que sua preservação era antítese do progresso. Pressionados pelo mercado imobiliário, viam, com sua demolição a possibilidade de redefinição da área para construção de alguns edifícios que, para eles, valorizariam mais o centro de Campinas. PREFEITURA tentará anulação de tombamento. *Diário do Povo*, Campinas, 13.02.1970; EDIL contra o tombamento do Palácio dos Azulejos. *Diário do Povo*, Campinas 14.02.1970; TOMBAMENTO do Paço não será revisto. *Diário do Povo*, Campinas 06.05.1970; VEREADORES pedem derrubada do Palácio dos Azulejos. *Correio Popular*, Campinas, 30.05.1972, CAMPINAS discute o tombamento do prédio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 06.07.1975.

<sup>501</sup> MAGALDI, Cássia. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. In: *Congresso Internacional "Patrimônio Histórico e Cidadania". O direito à memória*. São Paulo: D.P.H., 1992, s.p.

bens móveis (objetos de arte, documentos privados, fotografias, mobiliário etc.) e imóveis. Enquanto que aos primeiros, ligados ao restrito e sofisticado negócio das “antiguidades”, as leis de mercado contribuem para valorizá-los, aos bens imóveis, a mesma legislação tem sido entendida e duramente combatida como um verdadeiro atentado aos direitos de propriedade, significando, na prática, a desvalorização de bens particulares, na maioria das vezes, com alto valor monetário. Esta disparidade nos resultados e reações:

...caracteriza a permanente tentativa de controle das classes dominantes sobre os critérios e práticas de preservação neste país, que se materializa por um lado pelo cultivo do consumo sofisticado e, por outro, na aposta quanto à permanência do jogo de especulação imobiliária e o lucro desenfreado como último critério no uso do solo urbano. Se (...) a preservação do patrimônio ambiental urbano imóvel encontra tantos obstáculos, desencadeia tanta discussão e dá origem a tantos protestos de proprietários e incorporadores indignados, é justamente por ser considerada antagônica aos conceitos e políticas ditadas pelos grandes especuladores e empreiteiras, que transformam a cidade de acordo com suas diretrizes privadas – e, pelo menos até aqui, com anuência explícita ou implícita dos poderes constituídos.<sup>502</sup>

Não foi diferente com este patrimônio campineiro. Localizado na área central da cidade, o Palácio dos Azulejos suscitou desde muito a ganância de grandes especuladores imobiliários pelo alto valor do solo em que esta implantado. A resposta do Sr. Roberto Soeiro, Diretor do I.P.H.A.N. pela manutenção do seu tombamento, frustrou as intenções das autoridades campineiras, pressionadas, possivelmente, por estes grupos. Entretanto, sem se sentirem derrotados pela resposta, voltaram a insistir, no decurso dos anos, na demolição do imóvel que já estava protegido legalmente.

Em agosto de 1973 o Projeto Cura (Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada), um plano do BNH para recuperar áreas urbanas estagnadas, de autoria do arquiteto Fábio Penteadó, foi apresentado à cidade e à Bienal de Arquitetura, em São Paulo. No projeto, aprovado também por Luiz Saia do I.P.H.A.N., o Palácio dos Azulejos deveria ser preservado e transformado em Palácio de Pesquisas sobre Evolução dos Municípios Paulistas. O nome sugerido para o local era Praça dos Azulejos. Para tal empreendimento, as autoridades voltavam a falar em demolições ao seu redor, incluindo o prédios dos Correios e Telégrafos, num total de 17 mil metros quadrados de área e construção de um estacionamento para duas mil vagas no subsolo. O projeto incluía também a construção de

---

<sup>502</sup> *Ibid.*, s.p.

um moderno edifício de 16 andares, com cinemas, bares, livrarias e discotecas. O prefeito, na época, era Lauro Péricles Gonçalves.

Em abril de 1994 o Projeto Cura voltou a ser apresentado à sociedade por Magalhães Teixeira, existindo na época, segundo o então prefeito, empresas interessadas no empreendimento. O que ocorreu, no entanto, foi uma grande onda de conflito entre os poderes públicos e os comerciantes da região que, atônitos pela notícia, prometiam brigar judicialmente para que não desapropriassem seus bens.<sup>503</sup> O projeto não foi aprovado, novamente. (Fig. 115)

O Departamento de Águas e Esgotos, posteriormente, SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A., foi o único órgão que continuou instalado no Palácio dos Azulejos desde a transferência das repartições municipais para a nova sede da Prefeitura, a partir de 1968, tendo sido responsável por duas grandes reformas durante os anos em que permaneceu no local. A primeira, na gestão de Francisco Amaral, ficou sob a responsabilidade do engenheiro Oswaldo Bagnolli. Marcando o centenário de construção do prédio, foi entregue à população em 29 de dezembro de 1978. Nesta reforma, foram recompostos 60 azulejos à mão, além de estátuas e vasos sobre a platibanda. A pintura da fachada também foi reconstituída obedecendo suas cores originais: verde musgo, branco e grafite. Foi dada atenção especial às salas dos antigos prefeitos, no andar térreo, com nova pintura. A segunda reforma ocorreu em 1988. Os desenhos que cobriam as paredes da primeira sala do pavimento térreo foram refeitos e o piso reformado preservando-se a disposição dos tacos com a rosa-dos-ventos. Nas duas reformas ocorreram graves polêmicas, através da imprensa, onde alguns munícipes acusavam a Prefeitura do desaparecimento de ornamentos, troca de telhado não condizente com o original, substituição de antigos lustres por moderno sistema de iluminação etc.<sup>504</sup>

---

<sup>503</sup> ÁREA de 17 mil metros vai renovar o centro. *Diário do Povo*, Campinas, 09.09.1973; PROJETO Cura transformará todo o centro da cidade de Campinas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12.08.1973; FARIA, Ronaldo. Nossa história resiste neste velho palácio: dois prefeitos já tentaram derrubar o Palácio dos Azulejos. Foi salvo pelo tombamento. *Jornal de Domingo*, Campinas, 28.06.1987; COSTA, Maria Tereza. Desapropriação deixa comerciantes atônitos. *Correio Popular*, Campinas, 12.04.1994. (Caderno Cidades).

<sup>504</sup> ESTÃO mutilando o velho Palácio. *Diário do Povo*, Campinas 04.12.1977; PALÁCIO dos Azulejos vai ser restaurado. *Diário do Povo*, Campinas, 24.02.1978; PALÁCIO dos Azulejos em reformas. Há protestos. *Diário do Povo*, Campinas, 05.03.1978; Azulejos do velho Paço estão sendo reconstituídos. *Diário do Povo*, Campinas, 06.07.1978. O VELHO Paço, uma obra de arte. *Jornal da Cidade*, Campinas, 16.06.1980; A RECUPERAÇÃO do Palácio dos Azulejos. *Diário do Povo*, Campinas, 20.07.1988; RESTAURAÇÃO da Sanasa provoca polêmicas. *Correio Popular*, Campinas 17.12.1988.

Em junho de 1996 a SANASA se transferiu para o Palácio dos Espelhos, na Avenida da Saudade.<sup>505</sup> Menos de um mês depois, parte da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo ali se instalou: o Museu da Imagem e do Som, a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural e o Arquivo Histórico de Campinas.<sup>506</sup>

Em janeiro de 2000, o arquiteto e urbanista Antonio da Costa Santos assumiu a Prefeitura Municipal de Campinas, tendo como vice a Sra. Isalene Tiene, ambos do Partido dos Trabalhadores.<sup>507</sup>

Lutando sempre pela conservação e tombamento de inúmeros imóveis históricos, o prefeito foi presença marcante como conselheiro do CONDEPACC durante muitos anos. Consciente de que grandes obras da cidade, nascidas no ventre dos interesses da especulação imobiliária haviam destruído e desfigurado grande parte do patrimônio histórico e ambiental da cidade, fundou, com alguns preservacionistas, o grupo Febre Amarela. Ao escrever sua tese de doutorado<sup>508</sup> passou a conhecer a história de Campinas como poucos, criando projetos urbanísticos arrojados para a cidade, onde o antigo e o moderno deveriam conviver em plena harmonia. Por isso, anunciou aos jornais locais, naquele início de governo, que seu gabinete seria transferido para o Palácio dos Azulejos, símbolo do poder municipal de antigos prefeitos, numa clara demonstração da intenção de revitalizar o centro da cidade, iniciando a obra por este patrimônio. A restauração e revitalização de sua área envoltória era o mote para ampliação de um projeto muito mais global, pois seu olhar não estava sobre um bem mas sobre a cidade. Não era, no entanto,

---

<sup>505</sup> SANASA sai do Palácio dos Azulejos. *Correio Popular*, Campinas, 18.05.1996.

<sup>506</sup> A Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo instalou os departamentos supracitados no dia 27 de junho de 1996, data fornecida pela autora deste trabalho, por fazer parte, na época, da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural como Historiadora e por ter acompanhado a transferência da mesma, que estava no Lago do Café. Antes mesmo disso, a Câmara Municipal de Campinas já havia anunciado, em 1993, sua mudança para o Palácio dos Azulejos, decisão aprovada por quase todos os vereadores, mas a transferência não deu certo. Atualmente, permanecem o Museu da Imagem e do Som e a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural. O Arquivo Municipal iniciou a transferência de sua documentação em novembro de 2002, encerrando em meados de 2003. NUNES, João. O antigo Palácio abrigará a nova Câmara. *Jornal de Domingo*, Campinas, 01.02.1993; CAMARA vai para o Palácio dos Azulejos. *Diário do Povo*, 26.01.1993.

<sup>507</sup> Formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC – Campinas. Eleito vice-prefeito de Jacó Bitar, pelo PT, em 1989, saiu da administração após formalizar uma série de denúncias de corrupção de projetos e obras do então governo petista. Voltou a se candidatar em 1996, não chegando ao segundo turno que foi disputado por Célia Leão (PSDB) e Chico Amaral (PPB). Ganhou o último. Em 2000, disputando pelo PT com Carlos Sampaio (PSDB), ganhou as eleições obtendo 59,79% do votos válidos, isto é, 290.132 votos. GUGLIELMINETTI, Rose Ele morreu por ser uma pessoa incorruptível. *Correio Popular*, 8.09.2002..

um olhar solitário pois sentia necessidade de debater a cidade cheia de problemas com os mais diversos segmentos da sociedade procurando encontrar, desta maneira, soluções que fossem condizentes com uma cidade moderna. O projeto de desenvolvimento de Campinas elaborado por ele tinha o sinal da cruz e nele foram desenhados eixos com os quatro pólos de desenvolvimento. Em uma ponta estaria o Aeroporto de Viracopos; na outra, a área de Proteção Ambiental (APA); em outra, a rede de alta tecnologia e, no outro extremo, a região mais pobre e apartada da cidade. Todos os quatro pólos, deveriam estar ligados entre si e ao centro da cidade. Nos oito meses que esteve à frente do governo municipal, o assunto dominou quase integralmente sua agenda.<sup>509</sup>

Não houve tempo porém, para colocar em prática o projeto que tinha em mente e se suas idéias foram partilhadas por alguns poucos técnicos no dia-a-dia, sua obstinação em ver o patrimônio da cidade recuperado foi captado por muitos cidadãos, desde os mais simples, que olham, admiram e visitam o Palácio dos Azulejos e outros bens da cidade, aos empresários que começam a abraçar a causa em benefício de uma cidade melhor, com qualidade de vida, proporcionada inclusive pela valorização da memória.

A presença de Antonio da Costa Santos, integrante da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), foi decisiva para aprovação do projeto de Restauro do Palácio dos Azulejos, em novembro de 2001, através da Lei Rouanet,<sup>510</sup> junto ao Ministério da Cultura (MINC). Nomeou para a coordenação desta importante restauração, o arquiteto e professor da Unicamp, Dr. Marco do Valle. A obra foi orçada em C\$ 2,1 milhões.<sup>511</sup>

Com o assassinato do prefeito, em 10 de setembro de 2001, assumiu a Prefeitura de Campinas a vice-prefeita da cidade Isalene Tiene, dando continuidade a projetos anteriores. Sabendo da intenção do prefeito ao antigo Paço Municipal, a edilidade campineira decidiu, através da Lei nº 10.994, de março de 2002, dar a ele nova denominação, se tornando, a partir daquela data “Palácio dos Azulejos Prefeito Antonio da Costa Santos”.

---

<sup>508</sup> SANTOS, Antonio da Costa. *Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732- 1992)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

<sup>509</sup> COSTA, Maria Teresa. A cidade que Toninho queria foi embora com ele. *Correio Popular*, 19.05.2002; CAMPINAS 228 Anos. O poder de mudança para os Azulejos. *Correio Popular*, Campinas, 14.07.2002;

<sup>510</sup> A Lei 8313/91 permite deduzir do Imposto de Renda os investimentos em projetos culturais aprovados pelo MINC.

<sup>511</sup> Marco do Valle era um dos membros da equipe de confiança de Antonio da Costa Santos. É arquiteto e professor no Instituto de Artes e na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Unicamp. Sua tese de

Um mês mais tarde a Prefeita Izalene Tiene anunciou à população quatorze medidas para recuperar o centro da cidade, designando para coordenação e implantação do *Projeto de Requalificação Urbana do Centro de Campinas*, o Secretário de Cultura, Esportes e Turismo, Valter Ventura da Rocha Pomar. A restauração do Palácio dos Azulejos e a revitalização de sua área envoltória continuaram na lista de prioridades, juntamente com a ocupação e recuperação da Estação Ferroviária Central.<sup>512</sup>

No dia 11 de agosto de 2002, a Estação Cultura havia sido inaugurada com grande evento, instalando-se no local a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo que deu início a uma série de atividades culturais, atraindo muita gente para uma área até então bastante deteriorada.

O que se percebe é que nos dois últimos anos, os setores público e privado já discutem várias restaurações de edificações antigas como a do Palácio da Mogiana, localizado na Avenida Campos Sales; a recuperação da praça Bento Quirino que está sendo adotada pela Associação dos Amigos do Centro de Campinas; e a Praça Carlos Gomes, adotada pelo Grupo Arcel, presidida pelo empresário Armindo Dias.<sup>513</sup>

Muito mais do que em outras épocas, especialistas do setor imobiliário campineiro começam a se manifestar através de seminários como *Revitalização dos Centros Urbanos, perspectivas para Campinas*, dizendo que a revitalização e a renovação dos centros urbanos significam, atualmente, valorização imobiliária. Curitiba e Blumenau são dois exemplos de cidades brasileiras que recuperaram e, conseqüentemente, valorizaram seus centros históricos. A conclusão a que chegam é que o patrimônio recuperado pode ser um negócio muito lucrativo, pois ao resgatar a memória da cidade, atrai o público para o antigo, porém, belo, de bom gosto. Se o bem imóvel for tombado, o proprietário (ou inquilino) tem a seu favor, a vantagem de se isentar de impostos. Exemplo disso, em Campinas, é a Choperia Giovanetti 5, localizada à rua Benjamim Constant, ao lado da Prefeitura Municipal. O

---

doutorado defendida na USP foi sobre a trajetória do arquiteto Oscar Niemeyer: *Desenvolvimento da forma e procedimento de projetos na obra de Oscar Niemeyer: 1935-1998*.

<sup>512</sup> VERZIGNASSE, Rogério. Centro Cultural é inaugurado na Fepasa. *Correio Popular*, 8.08.2002; COSTA, Maria Teresa. Decreto de Isalene abre revitalização do Centro. *Correio Popular*, Campinas, 10.04.2002; *Idem*. Lojistas agilizam revitalização do Centro. *Correio Popular*, 14.05.2002; *Idem*. Prefeitura define 14 ações para o Centro. *Correio Popular*, Campinas, 16.04.2002;

<sup>513</sup> COSTA, Maria Teresa. Estação Ferroviária vai abrigar Cultura. *Correio Popular*, Campinas, 11.05.2002. OPINIÃO do Jornal. O CENTRO como atração. *Correio Popular*, Campinas 19.09.2002; *Idem*. ESTAÇÃO Cultura constitui início de revitalização. *Correio Popular*, Campinas, 8.8.2002; CAFIERO, Carlota. Antiga

imóvel em ruínas e abandonado por muitos anos, foi reformado, transformando-se num dos *points* mais “badalados” da cidade.<sup>514</sup>

As ruas 13 de Maio e Costa Aguiar estão sendo estudadas para iniciar um processo de revitalização com grandes intervenções como mudança de piso, limpeza, pintura e despoluição visual das fachadas de seus edifícios, além de melhoria em toda iluminação que poderá ser subterrânea. Os jornais também anunciam que boa parte dos comerciantes quer melhorias nestas ruas, mas se preocupam com o destino que será dado aos camelôs. Comerciantes de outras áreas centrais, como a do Mercado Municipal, por exemplo, não querem ser excluídos da recuperação do centro.<sup>515</sup> Muitos compreenderam que a parceria do poder público com as empresas privadas é de fundamental importância para o sucesso do empreendimento idealizado por Antonio da Costa Santos e almejado por muitos.

Com base na Lei Rouanet, as verbas para a restauração do Palácio dos Azulejos já começaram a ser captadas pelo Clube dos Dirigentes Lojistas de Campinas (CDL), entidade proponente do projeto de restauro junto ao Ministério da Cultura. De acordo com Marco do Valle, Assessor da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural, a restauração deverá ser feita em duas etapas. Na primeira, serão feitas revisões da cobertura e do fluxo d’água do prédio, evitando-se, assim, a continuidade de infiltrações e goteiras; dos azulejos da fachada, da platibanda, das caixilharias externas do palácio, além de um trabalho de proteção de pinturas durante as obras. Na segunda, haverá a perícia dos materiais existentes tais como madeira, ferro, afrescos, azulejos, para avaliar o tipo de procedimento de restauro que será utilizado. A conclusão destas obras está prevista para 9 de setembro de 2004, onde pretende-se, no dia seguinte, data de morte do Prefeito Antonio da Costa Santos, reabri-lo ao público. O Palácio dos Azulejos sediará o Museu da Imagem e do Som.<sup>516</sup> ( Figs. 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122 e 123)

---

estação confirma vocação cultural. *Correio Popular*, Campinas 12.08.2002; CAMPINAS 228 Anos. EMPRESÁRIO quer adotar a praça. *Correio Popular*, 14.07.2002.

<sup>514</sup> VERZIGNASSE, Rogério. Urbanistas debatem revitalização do Centro. *Correio Popular*, Campinas, 25.07.2002; COSTA, Maria Teresa. Revitalização do Centro valoriza imóveis. *Correio Popular*, Campinas, 13.10.2002; *Idem*. Patrimônio recuperado é um bom negócio. *Correio Popular*, 8.09.2002.

<sup>515</sup> COSTA, Maria Teresa. 13 de Maio e Costa Aguiar serão revitalizadas. *Correio Popular*, Campinas, 23.10.2002; *Idem*. Comerciantes querem revitalizar o Mercado. *Correio Popular*, Campinas, 12.11.2002; *Idem*. Lojista aceita investir no Centro, diz pesquisa. *Correio Popular*, Campinas, 10.11.2002

<sup>516</sup> *Idem*. Ministério dá sinal verde à revitalização. *Correio Popular*, 17.08.2002; *Idem*. CDL Negocia parcerias para revitalização. *Correio Popular*, Campinas, 20.08.2002; *Idem*. Universitários redescobrem Palácio dos Azulejos. *Correio Popular*, Campinas, 25.08.2002. Marcando o aniversário de dois anos da morte de Antonio da Costa Santos, o “Toninho” como era conhecido, a Prefeitura Municipal de Campinas anunciou

Muitos projetos foram concebidos para o Palácio dos Azulejos e sua área envoltória, durante os últimos trinta anos, como foi visto, ora preservando-o, ora incitando, através da imprensa, sua demolição. Com perigo sempre rondando à porta, o CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico e o CONDEPACC - Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas, ratificaram o tombamento, constituindo-se o Palácio no único imóvel tombado pela instâncias federal, estadual e municipal, na cidade de Campinas.

Se o fantasma da demolição está se dissipando, lentamente, outro perpassa pela sua história e ainda persiste: a falta de cuidados especiais, que só pode ser realizada através de restauração patrocinada pelos órgãos públicos e privados, restituindo sua real beleza, sua importância arquitetônica e histórica, mesmo após tantas intervenções, premido pelas necessidades emergenciais de uma cidade que se expandia e se modernizava, mas que ainda preserva, na sua monumentalidade, a marca dos áureos tempos da cidade imperial, dividida entre os costumes tradicionais e as inovações do século seguinte.

A história do Palácio dos Azulejos, portanto, não se encerraria por aqui, mesmo que sua restauração tivesse sido efetivada, pois outros usos e outras histórias serão incluídos no correr dos anos. Outras edificações como esta tem histórias e valores importantes a serem resgatados. No entanto, quaisquer decisões sobre a preservação de bens culturais imóveis,<sup>517</sup> só se tornarão eficazes se não estiverem dissociados das diretrizes da política e do desenvolvimento urbano, pois a lei de tombamento municipal não deverá se sobrepor às demais leis urbanísticas. É esta discussão que os setores público e privado começam a construir, lentamente. Somada à conscientização da população que deverá participar efetivamente do processo de recuperação da história da cidade em que vive, descortinar-se-á, ao meu ver, o caminho que evitará a perda definitiva de nosso patrimônio edificado.

---

a assinatura de um termo de compromisso com a Petrobras para liberação de R\$ 2 milhões para a restauração do Palácio dos Azulejos que deverá ser entregue (1ª fase) em setembro de 2004. A Câmara dos Diretores Lojistas (CDL), autora do projeto para captação dos recursos, já havia arrecadado outros R\$ 200 mil da Construtora Camargo Corrêa. A verba da Petrobras será repassada em homenagem a Antonio da Costa Santos, um dos maiores defensores da restauração deste bem. PETROBRÁS assina liberação de R\$ 2 mi para Palácio dos Azulejos. *Diário Oficial* Nº 8.267 e 8.284, Campinas, 11.09. e 04.10.2003; COSTA, Maria Teresa. Petrobras libera hoje R\$ 2 milhões para o Palácio dos Azulejos. *Correio Popular*, 10.09.2003. LIMA, Zélia de. Palácio dos Azulejos terá 1ª fase pronta em 2004. *Correio Popular*, Campinas, 11.09.2003.

<sup>517</sup> Sobre os discursos do patrimônio cultural no Brasil, na década de 1990, ver: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996, p. 125.

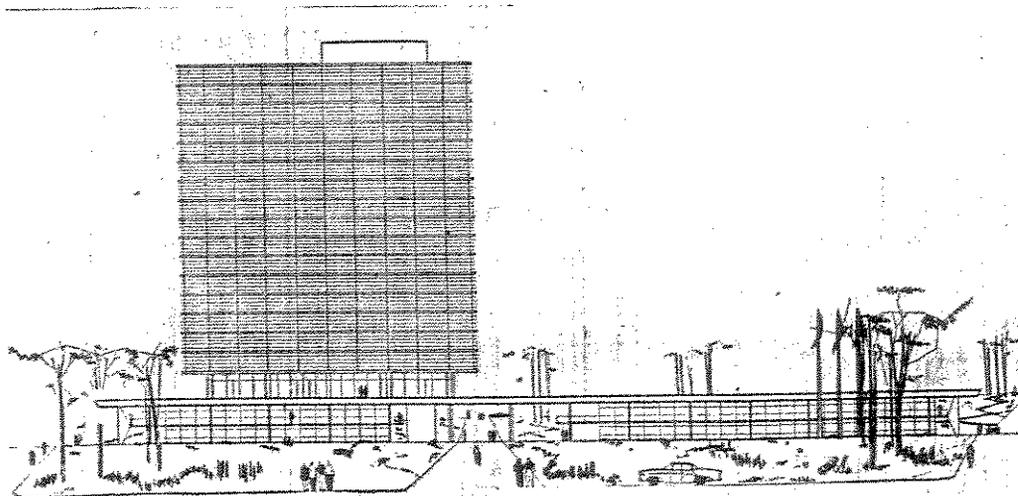


Fig.113



Fig. 114

Fig. 113 – Através de concurso público, foi apresentado à população o projeto do novo Paço Municipal de Campinas, em outubro de 1957, tendo como vencedores pelo trabalho, os arquitetos Rubens Carneiro Viana e Ricardo Sievers, de São Paulo. O corpo elevado estava destinado ao Executivo e o corpo horizontal, ao Legislativo e o Centro Comunal. O CONCURSO do Novo Paço Municipal de Campinas. *Folha da Manhã*, Campinas, 27.10.1957. Fig. 114 – O Palácio dos Jequitibás foi parcialmente inaugurado no dia 28.10.1968 pelo prefeito Ruy H. Novaes. Postal do início da década de 1970. Coleção Maria Luiza P. de Moura.

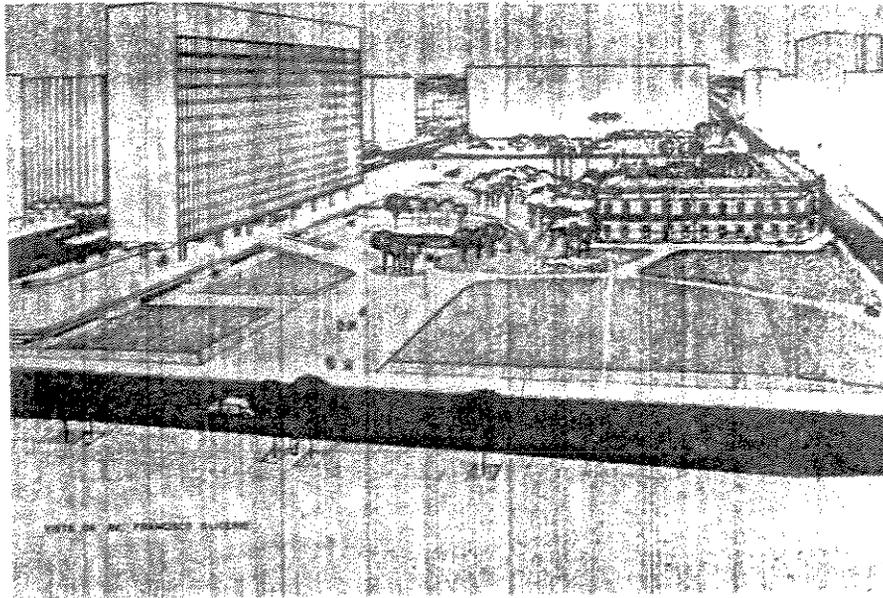
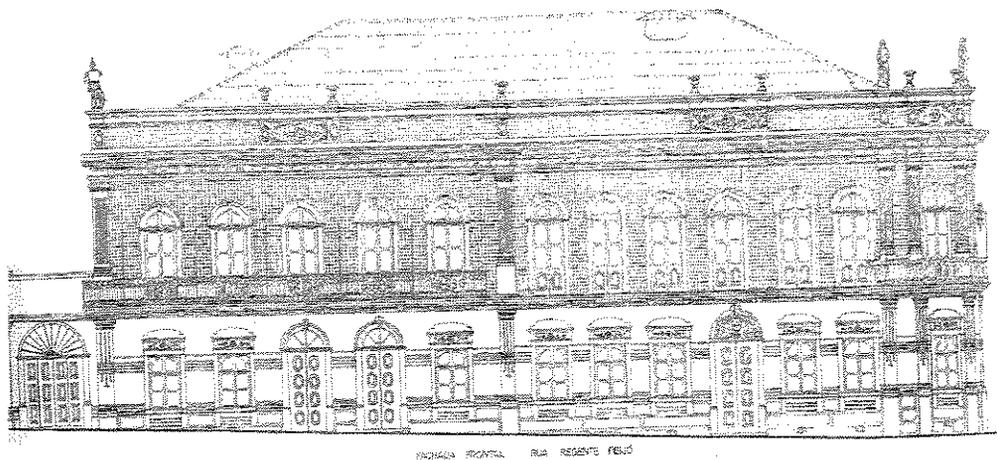
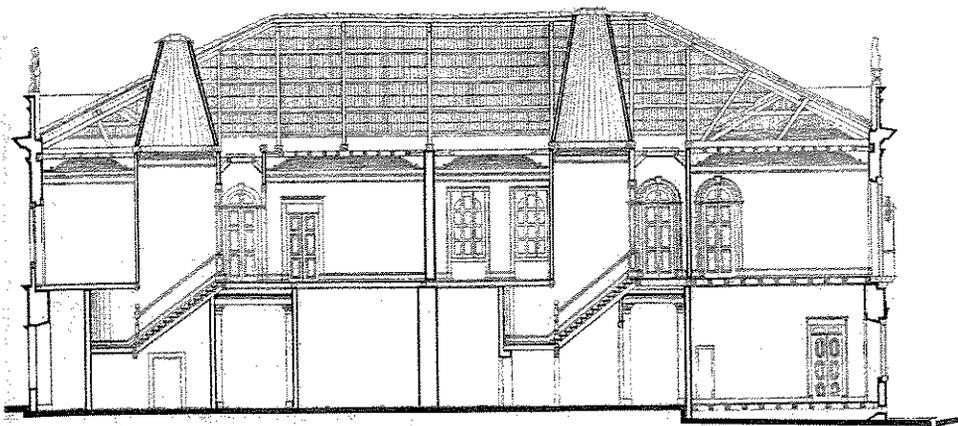


Fig. 115 – O Projeto Cura (Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada), um plano do BNH elaborado pelo arquiteto Fábio Penteadó, foi anunciado pela primeira vez, em agosto de 1973. Nele, estavam inclusos uma grande praça, cinemas, bares e lojas ligadas à cultura, estacionamento e o Palácio dos Azulejos recuperado. A praça ocuparia duas quadras, indo da Avenida Francisco Glicério até a Rua José Paulino e da Ferreira Penteadó à Avenida Moraes Sales. A Rua Regente Feijó desapareceria, o Corpo de Bombeiros seria transferido e os Correios receberiam uma área no novo edifício. Em abril de 1994, o mesmo projeto voltou a ser cogitado mas, mais uma vez não foi aprovado.



FACHADA FRONTAL RUA REGENTE FELIX

Prefeitura Municipal de Campinas  
 Secretaria de Cultura Esportes e Turismo  
 Coordenadoria Setorial de Patrimônio Cultural  
 "Resumo do Projeto dos Azulejos"  
 Projeto Arquitetônico Fachada Frontal  
 1:50 04/2001 08/16



Prefeitura Municipal de Campinas  
 Secretaria de Cultura Esportes e Turismo  
 Coordenadoria Setorial de Patrimônio Cultural  
 "Resumo do Projeto dos Azulejos"  
 Projeto Arquitetônico Corte Transversal 03  
 1:50 04/2001 08/16

Fig.116 e 117 - Fachadas frontal e transversal do Palácio dos Azulejos elaborado em junho de 2001 pela Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (C.S.P.C.), para o restauro pretendido desde 1997. Acervo: C.S.P.C. Prefeitura Municipal de Campinas.



Fig. 118

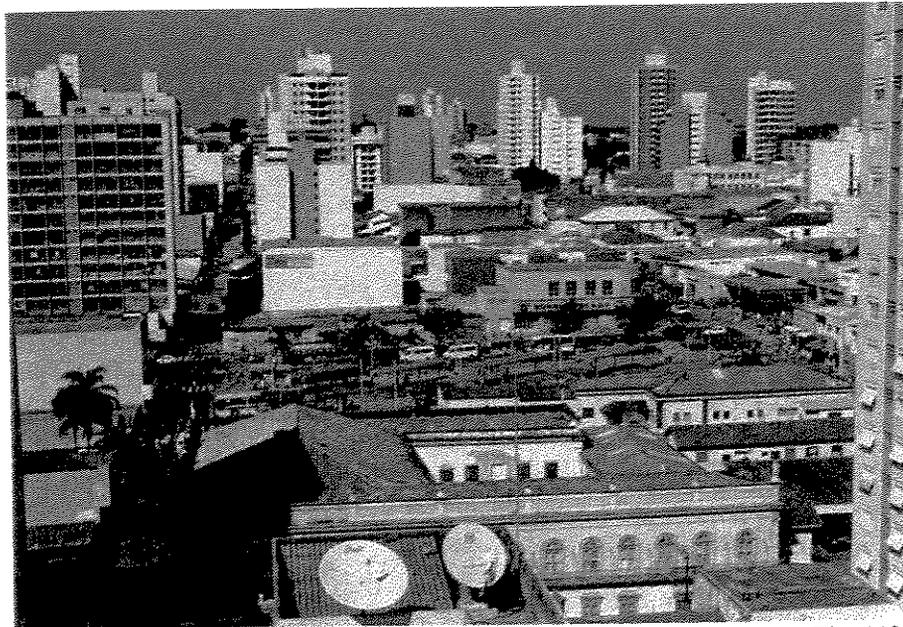


Fig. 119

Fig. 118 e 119 – Vistas panorâmica do Palácio dos Azulejos e sua área envoltória, a primeira a partir do alto do Edifício Mirante, localizado no início da Av. Moraes Sales e a segunda, da Catedral Metropolitana. Apesar de sua monumentalidade, o antigo sobrado da Família Pentead, construído em 1878, se perde na paisagem urbana atual. Fotos: Iracema Fernandes. Data: Julho/ 2001.



Fig. 120



Fig. 121

Fig. 120 e 121 – Vistas aéreas do Palácio dos Azulejos. Na primeira foto observa-se o interior de seu pátio, bastante descaracterizado. Na segunda foto, vista do Terminal de Ônibus e da lateral esquerda do Palácio dos Azulejos. As duas fotos denunciam a necessidade urgente de uma restauração, na busca da beleza arquitetônica que o caracterizou durante muitas décadas. Fotos: Iracema Fernandes. Data: 17/08/ 2002.



Fig. 122 – Foto da fachada do Palácio dos Azulejos tirada do edifício dos Correios e Telégrafos. Foto: Iracema Fernandes. Data: 30/08/2001.



123 – Foto parcial de Antonio da Costa Santos na janela do Palácio dos Azulejos, um dos grandes idealizadores não só de sua restauração mas da requalificação da cidade, nos últimos anos. Infelizmente, uma tragédia o impediu de dar continuidade aos projetos que almejava. Resta à administração atual colocar efetivamente seus compromissos na pauta do dia. COSTA, Maria Teresa. A cidade que Toninho queria foi embora com ele. *Correio Popular*, Campinas, 2002.

## **ANEXOS:**

## ANEXO 1 – ASCENDENTES DOS BARÕES DE ITATIBA

*Antonio Rodrigues Penteadó*  
*Rosa Maria da Luz Prado*

*Anna Vicencia Paes de Barros*  
*Ignácio de Camargo Paes*

*Barbara Paes de Barros*  
*José de Camargo Paes*

*Capitão José de Camargo Penteadó*  
*1ª esposa: Ama Joaquina de Arruda*  
*2ª Anna de Almeida Bueno*

*Alferes Antonio Pompêu de Camargo Penteadó*  
*Anna de Arruda Campos*

*Reducindo de Camargo Penteadó*  
*Antonia Gonçalves de Arruda Oliveira*

*Floriano de Camargo Penteadó*  
*1ª esposa: Paula Joaquina de Andrade*

*Gertrudes de Camargo Penteadó*  
*1º marido: Jeronimo Pedroso de Barros*  
*2º marido: José do Amaral Gurgel*

*Barbara Paes de Barros*  
*Capitão José Corrêa da Fonseca*

*Manoela faleceu sem geração*

*Joaquim de Camargo Penteadó*  
*Maria Luzia de Almeida Pinto*

*Anna Esmeria de Camargo*  
*Manoel Leite de S. Paio*

*Theresa de Camargo Penteadó*  
*Capitão Ignacio Ferreira de Sá*

*Alvaro Xavier de Camargo e Silva*  
*Francisco José de Camargo Andrade*  
*Elizario de Camargo Andrade*  
*Cândido José da Silva Serra*  
*Anna Francisca de Andrade*

*Francisca de Paula Camargo – Baronesa de Itatiba*

*Rita Antonia da Silva Serra*  
*Tenente Antonio Francisco de Camargo*  
*Barbara Paes de Barros*  
*Alda Brandina*  
*Felippe Nery de Camargo*

*Delphina de Camargo Penteadó*  
*1º marido: Capitão Ignacio Ferreira de Sá*  
*Filho do 1º casamento: Joaquim Ferreira Penteadó – Barão de Itatiba*  
*2º marido: João Novaes Dias*  
*Filha do 2º casamento: Anna Novaes de Camargo*  
*3º marido: Floriano de Camargo Penteadó*  
*Sem descendentes*

*Lowrenço de Camargo Penteadó*

*Anna Leoniza de Camargo*

## ANEXO 2 – DADOS BIBLIOGRÁFICOS DOS FILHOS DOS BARÕES DE ITATIBA

**F1-Floriano Ferreira de C. Andrade (1/6/1831 +12/11/1906).** Casou-se no dia 9/4/1856, em Campinas, com a prima-irmã Delphina Novaes de C. Andrade (? +25/12/1867), contando vinte e cinco anos. Filhos: Pedro Ferreira de Camargo; Carlos Ferreira de Camargo; Dario e Ana (faleceram menores). Teve também um filho natural com Augusta Cortezzi: Umberto Ferreira de Camargo (criado pelo Tio Estanisláu)

Em 1873 morava na Rua do Rosário, nº 15, atual Avenida Francisco Glicério.

Propriedade Rural: Fazenda Palmeiras (Cabras). Fazendo parte das terras do Engenho de N. Sra. da Conceição do Sertão, adquirido em 1820 pelo capitão-mor Floriano de Camargo Penteado, a fazenda passou, posteriormente ao Barão de Itatiba. Em 1885 pertencia à Floriano de Camargo Penteado, com 130 mil pés de café, com máquina de beneficio a água e terreiros atijolados. Em 1914, era propriedade de seu filho Umberto Ferreira de Camargo, com 107 alqueires de terras e 116 mil pés de café, vendida em 1920.<sup>518</sup>

### **F2- Joaquim Ferreira de C. Andrade (30/11/1832 +21/8/1915)**

Casou-se duas vezes: Em Limeira, no dia 15/1/1856, com D. Cândida Marcolina de Cassia Franco (1º/2/1842 +1º/2/1866).<sup>519</sup> Com ela teve vários filhos: Maria Ferreira de Camargo; D. Francisca Ferreira de Camargo; Cândida Ferreira de Camargo, Joaquim Ferreira de Camargo, Ana Ferreira de Camargo (que faleceu menor); Se casou em Pirassununga no dia 18/5/1867 com Maria Hígina de Almeida Lima (28/3/1833+1º/4/1902).<sup>520</sup>

Filhos: Alberto Ferreira de Camargo; Clodomiro Ferreira de Camargo; Fausto Ferreira de Camargo; Amália Ferreira de Camargo.<sup>521</sup>

Endereços: Em 1882: Rua do Alecrim, nº 1,3,5 e 7. Endereço Comercial: Rua do Comércio,<sup>522</sup> nº 14.

Propriedades rurais: Fazenda Cabras.<sup>523</sup> Comprada em 1829 pelo Capitão-mor Floriano de Camargo Penteado, foi transferida a seus descendentes. Era em 1890, era da herança da Baronesa de Itatiba. Em 1900, a fazenda de café pertencia a Fausto Ferreira, com produção de 14 mil arrobas e em 1914, com 306 alqueires de terras e 335 mil pés de café. Foi da viúva Ofélia Ferreira e Filhos, com luxuosa casa sede. (PUPO, p. 172)

Fazenda São José (Cabras): Do latifúndio do capitão-mor Floriano de Camargo Penteado, pertenceu a Joaquim Ferreira de Camargo Andrade. Em 1885 tinha 200 mil pés de café em terra salmourão e em 1900, pertencia ao filho deste, Clodomiro Ferreira de Camargo, produzindo 8 mil arrobas de café. Do mesmo, em 1914, tinha 180 alqueires de terras com 200 mil pés de café.

---

<sup>518</sup> As informações sobre as propriedades rurais de toda família foram extraídas da obra *Campinas Município no Império*, de Celso Maria de Mello PUPO, *op. cit., passim*.

<sup>519</sup> Era filha do Capitão Joaquim Franco de Camargo e de sua 2ª esposa D. Maria Lourença de Moraes. Era irmã da Baronesa de Araras. Salvador MOYA, *op. cit.*, p. 7-8-12

<sup>520</sup> Maria Hígina de Almeida Lima, Baronesa de Ibitinga, nascida em Limeira, era filha de Antonio Álvares de Almeida Lima e de sua 1ª esposa, D. Maria Emilia de Toledo Lima. Era irmã da Baronesa de Pirapitingui e sobrinha do Barão de Descalvado. Maria Hígina era viúva do Dr. João Carlos Leite Penteado. Salvador MOYA, *op. cit.*, p. 10; Silva LEME, *op. cit.*, p. 272.

<sup>521</sup> D. Amália Ferreira de Camargo tornou-se esposa do engenheiro Dr. Henrique dos Santos Dumont, irmão do inventor Santos Dumont. Eram naturais de Minas Gerais. Salvador MOYA, p. 11.

<sup>522</sup> Rua do Comercio: foi rua do Meio e posteriormente, rua Dr. Quirino. Todas as informações sobre os nomes antigos e atuais de ruas de Campinas foram pesquisadas em: MENDES, José de Castro. História de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 8 Ago. 1968, p. 11. (Suplemento)

<sup>523</sup> Esta fazenda era uma espécie de centro comercial da época e abrigava um hotel onde os barões se hospedavam e realizavam seus negócios. Foi também ponto de transportes. Era ali que o trem que vinha do Mercado Municipal de Campinas parava para carregar a produção. COSTA, Maria Tereza. Fazendas Seculares resistem em Joaquim Egídio. *Correio Popular*, Campinas, 12 Mai. 1991.

**F3- Estanisláu Ferreira de C. Andrade (16/4/1834 +24/5/1902)**

Casou-se com prima 2ª em 1869? Ana de Campos Novaes (20/2/1848 +9/4/1921). Filhos: José Ferreira de C. Andrade; Alcides Ferreira de Camargo; Anália (ou Amália?) Ferreira de Camargo; Vitalina Ferreira de Camargo; Estanislau Ferreira de Camargo; Paula Ferreira de Camargo; Ana Ferreira de Camargo; Endereço: Rua da Constituição, nº 5.

Propriedade Rural: Fazenda São Pedro. Era parte do latifúndio de Floriano de Camargo Penteado. Passou ao Barão de Itatiba e deste à Estanislau Ferreira de Camargo Andrade, com 200 mil pés de café em terra salmourão em 1885. Sua produção em 1900 era de 10 mil arrobas de café, máquina de benefício a vapor e terreiros atijolados.

**F4- Delphina Candida Ferreira de Andrade (10/10/1835 +29/4/1915)** .Casou-se em Campinas, com pouco menos de treze anos, com primo irmão José de Camargo Penteado conhecido como Juca Bravo (16/12/1823 +3/6/1903)<sup>524</sup> em 1/5/1848. Filhos: Messias (faleceu menor); Maria Francisca de Camargo Andrade; Joaquim Ferreira Penteado (Quim Bravo); Alberto Ferreira Penteado; Coronel José de Camargo Penteado (Zé Bravo); Francisca de Paula Ferreira; Coronel Elisiário Ferreira Penteado; Ana Ferreira Penteado; Antonio Ferreira Penteado; Joaquina Ferreira Penteado; Delfina Ferreira Penteado; Otilia Ferreira Penteado.

Endereço: Rua da Constituição, nº 25 ( este mesmo número sofreu alteração em 1902 – passou a ser nº 29.

Cargo do marido: Camareiro de Honra de Capa e Espada Supernumerário de Sua Santidade o Papa.<sup>525</sup>

Propriedade Rural: não foi identificada nenhuma propriedade, na cidade, no nome deles.

**F5- Maria de Camargo Andrade<sup>526</sup> (23/4/1837 +2/4/1859)**. Casou-se em Campinas, com doze anos, com o tio materno Francisco José de Camargo Andrade<sup>527</sup> ( ? ), no dia 7/5/184. Sem sucessão.

Endereço: Rua Barão de Jaguará esquina com Barreto Leme (casa que pertencera à Floriano de Camargo Penteado), onde, posteriormente, morou o Barão de Itatiba até a finalização da construção de seu sobrado.<sup>528</sup>

Propriedades Rurais: Fazenda Santa Luzia. Em 1885 a fazenda tinha 80 mil pés de café, máquina de benefício à água, terreiros atijolados. Em 1914 já era de outro proprietário.

Fazenda Sertão: A gleba foi comprada em 1820 pelo Capitão-mor Floriano de Camargo Penteado. Nas mãos do filho Francisco José obteve, em 1851 uma produção de 4 mil arrobas de açúcar. Após o falecimento do proprietário, tomou posse sua viúva (3ª esposa), Maria Luiza Nogueira de Camargo. Posteriormente, passou para as mãos do Conde de Três Rios e seus herdeiros.

**F6- Dr. Candido Ferreira da Silva Camargo (26/5/1839 +18/3/1922)**. Casou-se com a prima 3ª, Ana Leonizia do Amaral Camargo(24/8/1846 +?) em Indaiatuba, em 22/10/1864, com 25 anos. Filhos: Joaquim (morreu ao nascer); Maria Ferreira de Camargo; Dr. José Ferreira de Camargo; Candido Ferreira de Camargo ( Nhonhô Candinho); Luiza Ferreira de Camargo; Ana Candida Ferreira de Camargo; Delfina Ferreira de

<sup>524</sup> Filho do Sargento-mór Eliziário de Camargo Andrade, irmão da Baronesa de Itatiba e de Francisco José de Camargo Andrade. LEME, Silva, p. 263.

<sup>525</sup> Salvador MOYA, op. cit., p. 69.

<sup>526</sup> Salvador de Moya registra o nome desta filha como Maria Luzia de Almeida Pinto, mesmo nome de sua bisavó materna. *Ibid.*, p. 76.

<sup>527</sup> O Capitão Francisco José de Camargo Andrade (mais conhecido pela alcunha de Chico Gordo ou Capitão Chico) era filho do Capitão-mór Floriano de Camargo Andrade com D. Paula Joaquina de Andrade. Em 1830, o mesmo casou-se, em São Roque, com D. Anna Candida Novaes, filha de João Novaes Dias e D. Delphina de Camargo Penteado; Casou-se pela 2ª vez, com a sobrinha Maria de Camargo Andrade, filha dos Barões de Itatiba. Com sua morte, casou-se, pela 3ª vez, com Maria Luiza Nogueira. Opulento fazendeiro em Campinas, teve com a 1ª mulher, oito filhos, entre eles: Joaquim Floriano Novaes de Camargo, casado com Bárbara, filha dos Barões de Itatiba; o Major Álvaro Xavier de Camargo Andrade, casado, pela 1ª vez, com Anna de Camargo Andrade, também filha dos Barões de Itatiba; e Delphina Novaes de Camargo Andrade casada com Floriano Ferreira de Camargo Andrade, também filho dos Barões de Itatiba. O Capitão Francisco José casou-se pela 2ª vez, com Angela Teixeira. Silva, LEME, op. cit., p. 264-5

<sup>528</sup> MENDES, José de Castro. Velha Casa Remanescente de 1846. *Correio Popular*, 1952; Celso Maria de Mello PUPO (1983), op. cit.

Camargo; Agêo Ferreira de Camargo; Odila Ferreira de Camargo; Décio Ferreira de Camargo; Cassio Ferreira de Camargo; Livia Ferreira de Camargo; Silvia Ferreira de Camargo.

Endereço: Em 1882: Rua do Regente Feijó, nº 31, pouco acima do sobrado de seu pai.

Cargos Ocupado: Advogado, vereador, filantropo e abastado proprietário urbano e rural. Foi acionista e diretor da Escola “Culto à Ciência”, além de responsável por muitos anos, da Escola Ferreira Penteado.

Propriedade Rural: Fazenda Santa Tereza.

**F7- Bárbara Carolina Ferreira de Andrade (28/1/1841 +14/04/1871).** Casou-se em Campinas, aos quatorze anos com o primo irmão Joaquim Floriano Novaes de Camargo (? + 23/11/1897), no dia 9/4/1856. Filhos: Joaquim Floriano Novaes de Camargo Junior;<sup>529</sup> Alfredo Ferreira Novaes de Camargo; Victor Ferreira Novaes de Camargo;<sup>530</sup> Tenente-Coronel Dario Ferreira Novaes de Camargo; Ana Ferreira Novaes de Camargo.

Endereço: Rua Direita,<sup>531</sup> nº 2.

Propriedade Rural: Fazenda Três Pedras. Originária do antigo latifúndio Sertão, de Floriano de Camargo Penteado, foi fundada por Joaquim Floriano Novaes de Camargo casado com Bárbara. Em 1885 a fazenda possuía 150 mil pés de café em terra salmourão, máquina de beneficio à água, terreiros atijolados. Passou ao filho Dário, com 170 mil pés de café e área de 180 alqueires, em 1914. Desta fazenda foi destacada a Fazenda Santa Helena. Herdeiros deste último venderam-na, em 1962. A fazenda foi escolhida em 1962, pela TV Cultura para as gravações da novela “O Tronco do Ipê”, baseada no romance de José de Alencar.<sup>532</sup>

**F8- Francisca Ferreira de C. Andrade (22/9/1842 + ? em SP ).** Casou-se em Campinas com Tenente-Coronel Antônio Carlos Pacheco e Silva (4/2/1832 +4/11/em 4/2/1859), com 16 anos.<sup>533</sup> Filhos: Dr. Otávio Pacheco e Silva; Coronel Silvano Pacheco e Silva; Tenente-Coronel Pérsio Pacheco e Silva; Plácida Pacheco e Silva; Capitão Evandro Pacheco e Silva; Elfrida Pacheco e Silva; Nizia e Edgar Pacheco e Silva.

Propriedade Urbana: **Sobrado à rua Regente Feijó, nº 102-104.**

Propriedade Rural: Fazenda São João da Cachoeira (Valinhos – na época pertencente à Campinas ). Antonio Carlos Pacheco e Silva era seu proprietário em 1885, com 105 mil pés de café em terra de massapé superior, com máquina de beneficio a água e terreiros atijolados. Em 1900, produzia 4 mil arrobas de café. Em 1914 a propriedade era de Orosimbo Maia, com fontes de água radioativa, que o proprietário fez analisar, transformando a fazenda em hotel de repouso, denominada Fazenda Fonte Sonia.

**F9- José Ferreira Penteado (12/10/1844 +24/11/1887).** Casou-se em Campinas com a prima 2ª Maria Eleuteria de Campos (Ferreira?) - (1/6/1852 + 1/3/1920)<sup>534</sup> por volta de 1870. Filhos: Joaquim Ferreira Penteado Neto; Francisca Ferreira Penteado; José Ferreira Penteado, Francisco de Campos Andrade Neto.

Endereço: Morou na Rua Barreto Leme esquina com Barão de Jaguará, antiga casa da família, depois que Joaquim Ferreira Penteado mudou para o sobrado à rua Regente Feijó.

Propriedade Rural: Fazenda São Joaquim. Esta fazenda fazia parte do latifúndio Sertão. Tinha pertencido ao Barão de Itatiba. Com a morte de José, passou a pertencer à sua viúva Maria Eleutéria de Campos Ferreira sob a razão de Viúva Ferreira & Genro. Em 1914 já pertencia à outros proprietários.

---

<sup>529</sup> Faleceu no Rio de Janeiro, em 11/11/1883, aos 22 anos, em vias de se formar em medicina, após brilhante curso. MOYA, Salvador, p. 79.

<sup>530</sup> Também faleceu jovem, aos 26 anos de idade, no dia 14/08/1897, solteiro Apesar de três filhos de Bárbara e Joaquim Floriano terem se casado, nenhum teve filhos. Ibidem, p. 79.

<sup>531</sup> A rua Direita é atualmente a rua Barão de Jaguará.

<sup>532</sup> TRÊS PEDRAS perpetuará a fase áurea do café. *Correio Popular*, Campinas, 21 Mar. 1982

<sup>533</sup> Era filho do Guarda-mór Antonio Carlos Pacheco e Silva e de D. Ana Candida do Amaral, irmã do Visconde de Indaiatuba.

<sup>534</sup> Filha de Francisco de Campos Andrade e de D. Bárbara Paes de Barros de Campos,

**F10- Francisco Ferreira de C. Andrade (16/5/1846 + 9/11/1924)**

Casou-se aos 24 anos, em Campinas, com a prima 2ª Maria Ferreira Bueno de Andrade, em 8/2/1870. Não tiveram filhos. Ocupou uma das salas do sobrado da família, com acesso pela rua Ferreira Penteado, possivelmente como escritório.

Propriedades Rurais: Era proprietários da Fazenda Santa Luzia (Valinhos) e Pouca Vista e Fazenda Ribeirão. Foi 1º Suplente de Juiz Municipal de Órfãos.

**F11- Elisiario Ferreira de C. Andrade (1847- +?)**. Elisiario casou-se por volta de 1869 com D. Maria Joana Leite Penteado, tendo desde consórcio 12 filhos: Artur Ferreira Penteado, Alzira Ferreira Penteado, Lucila Ferreira de Camargo, Adelaide Ferreira de Camargo, Adhemar Ferreira Penteado, Ofélia Ferreira de Camargo, Coronel João Ferreira Penteado, Carlos Ferreira Penteado, Joaquim Cnêu Ferreira Penteado, Maria Elisa Ferreira Penteado (Mariêta), Maria (faleceu menor) e Inácio (faleceu menor).

Propriedade urbana: **Sobrado de esquina à rua Regente Feijó, nº 100.**

Propriedade Rural: Chácara Laranjeiras localizada onde hoje está o bairro da Nova Campinas. Mais detalhes sobre Elisiário, ver: 2º Capítulo: Os sobrados da Família Penteado.

**F12- Anna Ferreira de C. Andrade (8/4/1849 +25/9/1870)**. Casou-se no dia 7.5.1862, aos treze anos, com o primo-irmão Major Álvaro Xavier de C. Andrade (3/12/1839 +16/2/1924). Tiveram cinco filhos: Joaviano Ferreira de Camargo Andrade;<sup>535</sup> Antonio Ferreira de Camargo Andrade; Eugenio Ferreira de Camargo; Álvaro Ferreira de Camargo; Francisco Ferreira de Camargo.

Propriedades Rurais: Fazenda BONFIM. Fazia parte da sesmaria comprada pelo Capitão-mor Floriano de Camargo Penteado em 1820. Passou, depois, para o Barão de Itatiba e, em 1885, pertencia ao Major Alvaro Xavier de Camargo Andrade, com 150 mil pés de café em terra salmourão, máquina de beneficio a vapor e terreiro atijolado. Continuou nas mãos de herdeiros deste último proprietário. Hoje pertence ao casal Estanislau Martins e Maria Odila Penteado de Queiroz, esta descendente dos Barões de Itatiba. Outra propriedade foi a Fazenda Ponte Alta da sesmaria do Capitão Floriano de Camargo Penteado e outros. Em 1885 pertencia à Alvaro Xavier de Camargo Andrade, com 60 mil pés de café em terra roxa, máquina à vapor de beneficio e terreiros de terra. Em 1900, produzia 4 mil arrobas de café, conservando, em 1914, 1.600 alqueires de terras e 140 mil pés de café. Foi vendida à outros posteriormente. Atualmente tem o nome de Fazenda Monte D'Este.

**F13- Inácio Ferreira de C. Andrade (11/6/1852 + 3/10/1894**. Faleceu em Paris) Casou-se em Campinas no dia 2/1/1877 aos 25 anos com D. Brandina Emilia Leite Penteado, filha da Baronesa de Ibitinga, pelo seu primeiro casamento com Dr. João Carlos Leite Penteado. Ignácio e D. Brandina não tiveram filhos.

Propriedade urbana: **sobrado contíguo à Rua Regente Feijó, nº 102-104.**

Propriedade Rural: Fazenda Duas Pontes. Antigo engenho, comprado pelo capitão-mor Floriano de Camargo Penteado, estas terras passaram à Joaquim Ferreira Penteado e, posteriormente, à Inácio Ferreira de Camargo Andrade. Em 1885, possuía 220 mil pés de café em terras de massapé, com máquina de beneficio a água e terreiros atijolados. Com o falecimento de Inácio, sua viúva contraiu núpcias com Artur Furtado de Albuquerque Cavalcante, tendo com ele vários filhos. Mais detalhes sobre Arthur Cavalcanti, último morador do sobrado à Rua Regente Feijó, nº 102-104, ver: 2º Capítulo – Os sobrados da Família Penteado.

**ANEXO 3 – INVENTÁRIO DOS BENS EXISTENTES**  
**NO SOBRADO À RUA REGENTE FEIJÓ**

**MOBILIÁRIO**

**Sala de espera**

1 mobília avaliada por 200\$000, contendo: 1 sofá, 2 aparadores, 1 mesa redonda, 3 cadeiras de braços, 2 cadeiras de balanço, 12 cadeiras simples;

**Sala principal**

1 espelho oval avaliado por 120\$000; 1 mobília avaliada por 500\$000, contendo: 1 sofá, 6 cadeiras de braços, 1 mesa redonda, 4 consolos, 16 cadeiras simples;

**No quarto**

1 cama avaliada por 150\$000;

**Quarto de passagem**

1 cama avaliada por 50\$000, 1 marquesa avaliada por 15\$000;

**Varanda**

1 mobília avaliada por 270\$000, contendo: 1 etagère, 2 consolos, 1 sofá, 4 cadeiras de balanço, 1 cadeira de braços, 11 cadeiras simples;

**No corredor para outra casa**

1 armário avaliado por 50\$000;

**1º quarto da varanda**

1 cama avaliada por 50\$000, 1 cómoda avaliada por 30\$000;

**2º quarto da varanda**

1 cómoda pequena avaliada por 15\$000, 2 genuflexórios avaliada por 10\$000;

**3º quarto da varanda**

1 cama avaliada por 50\$000, 1 lavatório avaliado por 13\$000, 1 lavatório avaliado por 10\$000;

**Salinha da frente**

1 espelho avaliado por 10\$000, 1 lavatório avaliado por 10\$000, 1 cabide avaliado por 2\$000, 1 cama avaliada por 80\$000;

**Sala de jantar**

1 mesa elástica 70\$000, 12 cadeiras 36\$000, 2 potes 5\$000, 1 mesa de ferro 5\$000;

**Sala da entrada (à esquerda)**

1 cama avaliada por 50\$000;

1 mobília avaliada por 75\$000, contendo: 1 sofá, 6 cadeiras, 2 consolos;

**BAIXOS**

**1ª sala**

1 cadeirinha – liteira 25\$000

**2ª sala**

1 sofá 15\$000, 1 cadeira velha 3\$000, 1 cama 50\$000, 1 catre (no quarto) 15\$000;

**Baixos da rua Ferreira Penteados**

**3ª sala**

2 camas (no quarto) 50\$ 100\$000; 1 mobília avaliada em 120\$000, contendo: 1 sofá, 2 cadeiras de braços, 12 cadeiras simples, 2 consolos, 1 mesa de centro;

**4ª sala**

1 cama (no quarto) 50\$000; 1 lavatório (no quarto) 40\$000; 1 mobília 60\$000, contendo: 1 marquesa, 6 cadeiras, 2 consolos;

**Cosinha**

1 armário 20\$000, 1 armário com tampo de pedra 20\$000, 6 caçarolas, 3 caldeirões, 6 assadeiras, 1 barril, 2 canecas, tudo por 30\$000;

**Corredor da Cosinha**

(No quarto)

3 catres 6\$000

## Louças e Porcelana

### Nos Armários

1	aparelho completo para jantar, porcelana francesa dourada com monogramas .....	600\$000
2	aparelho para chá e café, completo, da mesma porcelana como monogramas .....	200\$000
3	50 tigelas azuis com 50 copinhos de porcelana.....	50\$000
3	jarros e bacias de porcelana.; 4 jarros e bacias de louça, 1 escarradeira de mão .....	50\$000
13	jarros de porcelana para flores (de diversas cores) .....	80\$000
1	par de farinheiras de madeira:.....	10\$000
1	lâmpião para querosene.....	5\$000
1	aparelho usado de porcelana branca, para jantar, contendo: 101 pratos rasos, 32 pratos fundos, 10 pratos peq. para doces, 10 travessas sortidas, 4 travessas p/peixe, 9 travessas cobertas, 4 travessas redondas, 3 sopeiras, 6 fruteiras, 8 molheiras, 10 pratinhos – molheiras, 3 saladeiras grandes, 3 saladeiras pequenas, 1 cremeira.....	100\$000
1	aparelho de porcelana, usados para chá e café (23 casais de xícaras de chá de porcelana branca, 26 casais de canequinhas café porcelana dourada, 4 bules sortidos, 2 manteigueiras, 1 açucareiro, 2 leiteiras .....	25\$000
5	tigelas diversas e 1 caneca: ...2\$000; 3 bandejas :...15\$000; 1mezinha: ...10\$000; 1 cadeira para banca ...10\$000; 1 banca: <sup>536</sup> ...5\$000;	

### Cristais e vidros:

6	dúzias de cristal para champagne, com o monograma; 36 dúzias e 7 cálices de cristal com pé, com monogramas: 12 compoteiras de cristal; 3 compoteiras de cristal, 18 garrafas de cristal para água, 1 garrafas de cristal para água c/musica, 8 garrafas de vidro para água, 4 garrafas de vidro pequenas .....	500\$000	
13 ½	dúzias de cálices lisos de vidro, 3½ dúzias de copos 6 cortes para água, 4 copos menores para água, 20 copinhos 6 cortes para vinho, 1 copo com tampo:....	70\$000; 20 globos de vidro para iluminação .... 40\$000;	
2 ½	dúzias de garrafas de vinho Bordeaux dz.9\$600 : ...	24\$000; 11 escarradeiras, 5 urinóis: .....	50\$000;

### Roupa etc.

25	pares de cortinas para janelas a 15\$000:....	375\$000; 12 pares de cortinas para janelas a 20\$000:....	24\$000; 2 pares de cortinas para cama a 50\$000:....	100\$000; 4 pares de cortinas para cama a 30\$000: ....	120\$000; 2 reposteiros....	60\$000; 1 almofada para sofá por:....	25\$000; 1 almofada para sofá por: ....	15\$000; 1 almofada para sofá por: ....	8\$000;
----	---	--	---	---	-----------------------------	--	---	---	---------

### Prata<sup>537</sup>

#### 1º Faqueiro com a Firma

58	colheres para sopa, 1 dita (quebrada) para chá, 1 dita (quebrada), 1 conchas para sopeira, 4 colheres para arroz, 4 conchas para açúcar, 61 garfos, 4 garfos trinchantes, 54 facas, 4 facas trinchantes. Peso total: 9,839 grs. ....	845\$552
----	--	----------

#### 2º Faqueiro com Firma

24	colheres para sopa, 24 colherinhas para chá, 1 concha para sopeira, 2 colheres para arroz, 1 concha para açúcar, 24 garfos, 1 garfo trinchante, 24 facas, 1 faca trinchante. Peso Total 5,285 grs. ....	301\$245
----	---	----------

#### Castiçais

16	castiçais de prata. Peso Total 6,620 grs. ....	569\$320
----	--	----------

#### Bandejas

2	bandejas grandes ,2 bandejas menores. Peso total: 8,860grs. ....	1:621\$960
---	--	------------

#### Salvas

3	salvas redondas. Peso Total: 3,735 grs. ....	321\$210
---	--	----------

#### Aparelho

1	bule para chá, 1 bule para café, 1 leiteira, 1 manteigueira, 1 açucareiro, 1 escalda-louças. Peso Total 4,905 grs. ....	429\$930
---	---	----------

#### Jarro e Bacia:

1	jarro, 1 bacia. Peso Total: 2,410 grs.: .....	207\$260
---	---	----------

#### Paliteiros:

1	Paliteiros. Peso 424 grs. ....	36\$464
---	--------------------------------	---------

#### Espevitadores

4	Espevitadores. Peso 2,902 grs. ....	114\$114
---	-------------------------------------	----------

<sup>536</sup> Banca – Segundo o Dicionário Aurélio “ Banca de Cozinha – mesa de qualidade inferior, mesa de trabalho, com pia embutida para lavar louça, geralmente feita de mármore, cimento, etc.

<sup>537</sup> Pelos cálculos feitos pela autora deste trabalho, o quilo da prata custava , na época, por volta de 85\$938.

## ANEXO 4: INVENTÁRIO DOS BENS EXISTENTES NA CHÁCARA:<sup>538</sup>

### **Sala de visitas**

1 sofá, 4 cadeiras de braços, 1 Dúzia de cadeiras, 3 consolos, 1 meza de centro, 1 espelho grande .... 300\$000;  
1 Brinccalo?: ..... 10\$000

### **1º quarto da sala**

1 cama ..... 50\$000

### **2º quarto da Sala**

1 cama....50\$000; 1 mezinha ....10\$000

### **Alpendre**

1 Mesa e 18 cadeiras ....57\$000

### **Quarto do alpendre**

1 cama, 1 cama de ferro, 1 mezinha ....80\$000

### **Sala para o jardim**

1 sofá, 4 cadeiras de balanço, 12 cadeiras simples, 2consolos, 1 espelho grande ....300\$000

### **1º quarto**

1 cama, 1 mezinha, 1 marquesa pequena ....75\$000

### **2º quarto**

1 cama: ....50\$000

### **Varanda**

1 mesa de jantar grande, 1 mesa de jantar pequena, 1 mesinha, 1 relógio de parede, 1marquesa, 12 cadeiras, 2 cadeiras de braço ....200\$000

### **1º quarto**

1 cama, 2 mesinhas ....70\$000

### **2º quarto**

1 cama, 1 cama de ferro, 1 mesinha ....60\$000

### **3º quarto**

1 cama, 1 mesinha ....60\$000

### **Sobre-varanda**

1 mesa para engomar, 1 cômoda, 1 armário ....75\$000

### **Quarto**

1 cama (marquesa), 1 mesinha ....15\$000

## **BAIXOS**

### **Sala**

1marquesa, 1 mesa redonda, 2 cadeiras de braços .... 40\$000

### **Quarto**

1 marquesa, 1 mesinha ....55\$000

### **Quarto do meio**

1 marquesa grande ....5\$000

### **Quarto do jardineiro**

2 camas tecido de couro, 1 marquesa pequena, 1 mesa ....25\$000

### **Guardanapos**

50 guardanapos para chá ....10\$000; 27 guardanapos para chá ....5\$000; 76 guardanapos para mesa...23\$000; 20 guardanapos de algodão:....2\$000, 17 guardanapos de algodãozinho ....1\$700

### **Toalhas**

27 toalhas para rosto, 4 toalhas para rosto, 6 toalhas de algodãozinho para rosto, 16 toalhas para pés, 3 toalhas para pés, 7 toalhas de algodão para os pés ....122\$000; 17 toalhas para mesa de jantar (de linho) ....170\$000; 9 toalhas pequenas ordinárias para mesa de jantar ....27\$000; 9 toalhas grandes ordinárias para mesa de jantar....54\$000; 1 toalha grande de linho para mesa de jantar:....10\$000; 4 toalhas grandes de algodão para mesa de jantar....12\$000; 5 toalhas velhas, 5 toalhas de cassa para bandejas, 4 toalhas para pratos ....?;

### **Colchas**

7 colchas brancas....35\$000; 2 colchas vermelhas ....4\$000; 5 colchas de chita ....6\$000; 2 colchas de seda vermelhas....100\$000; 2 colchas de damasco novas....30\$000;

### **Lençóis**

<sup>538</sup> Sobre a chácara, ver referências de rodapé no segundo capítulo.

32 lençóis ....70\$000; 9 lençóis de renda ....36\$000; 5 lençóis de babado ....10\$000; 4 lençóis para camaradas ....4\$000; 4 lençóis para açúcar ....4\$000; 3 pares lençóis com babado de cassa ....42\$000; 6 lençóis de algodãozinho ....6\$000; 7 lençóis velhos ....3\$500; 2 lençóis felpudos para banho ....8\$000; 1 aparelho para cama bordado....100\$000;

#### **Fronhas**

5 fronhas grandes de babado ....5\$000; 8 fronhas pequenas de babado ....4\$000; 36 fronhas grandes....144\$000; 47 fronhas pequenas ....98\$000; 4 fronhas para camaradas ....4\$000; 3 fronhas velhas ....3\$000; 9 fronhas ordinárias ....9\$000;

#### **Cobertores**

15 cobertores ....120\$000; 6 cobertores ordinários ....12\$000; 1 cobertor acolchoado ....5\$000;

#### **Redes**

9 Redes ....90\$000

#### **Travesseiros**

11 travesseiros grandes ....22\$000; 16 travesseiros pequenos ....16\$000; 6 travesseiros compridos ....6\$000;

#### **Cortinados**

1 par de cortinados brancos para cama ....40\$000; 2 pares de cortinados chita para cama ....20\$000;

#### **Sacos**

42 sacos grandes ....8:400; 40 sacos pequenos (de sal) ....2:000;

#### **Canastras**

8 canastras (4 soltas e 4 de couro) ....56?; 1 canastrinha de sala ....50?

#### **Caixas**

8 caixas de madeira; 2 caixas de madeira pequenas;

### **LOUÇA**

#### **Porcelana**

53 pratos rasos; 17 pratos rasos menores; 19 pratos fundos; 6 travessos rasos; 4 travessos fundos; 3 travessos com defeito; 3 travessos redondos; 3 travessos cobertos grandes; 1 terrina grande com defeito; 1 terrina pequenina; 1 dita pequenina com defeito; 2 molheiras com bico; 4 molheiras de concha; 2 fruteiras; 1 saladeira

#### **Porcelana Dourada**

21 casais de xícaras ; 1 bule para chá; 1 bule para café (c/defeito); 1 leiteira; 1 açucareiro; 1 escalda-louça;

4 pratos p/doces .....20\$000

22 canequinhas e pires; 1 bule para café; 1 açucareiro; 1 manteigueira todos de porcelana.....10\$000

#### **Louça**

#### **Outros materiais**

48 pratos rasos de granito; 12 pratos rasos de louça; 2 bules de granito 12 pratos fundos de granito, 1 terrina grande; 7 travessos rasos de granito; 3 travessos rasos de louça; 1 travesso fundo de granito; 4 travessos cobertos de granito; 1 molheira de granito; 2 saladeiras; 2 terrinas azuis; 4 travessos azuis; 3 tigelas diversas, 1 sopeira com friso pequeno; 2 jarras e 2 bacias azuis; 1 jarro só (porcelana); 3 pares de escarradeiras porcelana; 1 escarradeira de granito branco; 2 urinóis brancos de granito, 3 ourinoes brancos de louça, 2 urinóis azuis de louça.....81\$000

16 canequinhas e pires – louça/granito ; 1 bule de louça; 1 manteigueira sem tampo; 1 leiteira; 1 açucareiro; 3 xícaras de porcelana para caldo.....10\$000

#### **Vidros**

4 compoteiras; 1 garrafa p/água c/musica; 11 pratos de vidro; 18 copos para água (6 cortes); 7 copos para vinho (6 cortes); 37 cálices; 2 mosquiteiras.....30\$000

#### **Talheres e Outros**

2 farinheiras pretas....2\$000; 5 facas para meza, 5 garfos, 5 colheres, 10 colherinhas ....3\$000 (todos estes talheres); 3 bandejas ....5\$000; 1 bandeja velha ....1\$000; 1 máquina de costura (de pé) ....10\$000; 1 máquina para moer café ....20\$000; 3 tachos grandes bons ....50\$000; 1 tacho pequeno ....5\$000; 1 forno de ferro para forrar ....10\$000; 10 caçarolas, 2 caldeirões, 5 chaleiras, 6 assadeiras, 8 bacias para cozinha, 3 bacias para banho/ 1 de catre ....20\$000; 1 bacia de arame grande ....10\$000; 1 pilão para socar biscoitos; 1 cuscuzeiro de folha, 1 coador de folha, 1 tacho de ágata ...2\$000; 4 barris, 2 espumadeiras, 1 assadeira p/pão de ló ....1\$000; 1 máquina para torrar café ....10\$000; 1 máquina para tabaco, 1 caneca para água (metal), 24 latas grandes, 1 peneira de seda, 1 marmita, 7 caixetas de folha para doce, 1 balança e pesos, 2 gamelas, 2 pilões ....15\$000; 1 lampião de querosene ....5\$000; 1 licoreiro fino ....10\$000; 1 baú de folha ....2\$000.

## GLOSSÁRIO:<sup>539</sup>

**Abertura:** termo genérico que resume todo e qualquer rasgo na construção, seja para dar lugar a portas e janelas, seja para criar frestas ou vãos.

**Abobadilha:** Abóboda de pouca espessura, em geral de tijolos; hoje também se fazem de rede de arame ou de chapas de ferro formando uma espécie de esteira.

**Academismo ou academicismo:** Escola que se preocupa em copiar fielmente as obras da antiguidade clássica; obediência aos preceitos acadêmicos.

**Acrotério:** Pequeno pedestal colocado nas extremidades e no vértice dos frontões e destinado a estátuas, troféus e outros enfeites; a mesma designação é dada a estes motivos decorativos; soco entre balaustradas que coroam edifícios servindo para dissimular os condutores d'água.

**Água:** Vertente do telhado; superfície plana inclinada de um telhado. A designação do telhado segue o número de planos inclinados que possui: telhado de uma água, telhado de duas águas, etc.

**Alcova:** quarto pequeno de dormir, sem abertura para o exterior, fazendo comunicação com ante-salas. Do árabe: *al-qubbá*, que significa abóboda.

**Alinhamento:** no planejamento urbano, a linha dentro da qual é possível construir nas ruas e praças; sequência (ou fileira) de cômodos que tem o mesmo eixo.

**Almofada:** peça de madeira que ressaí na face das portas e janelas.

**Apainelado:** revestimento de madeira em tetos e paredes, típicos do Norte da Europa entre o século XV e o XVIII, frequentemente decorado com preciosos trabalhos de entalhe.

**Aplique:** ornamento. Enfeite fixado em paredes ou muros.

**Arco-pleno:** Arco cuja seção corresponde à semicircunferência. Característico dos estilos romanos, românico e renascença.

**Argamassa:** mistura de materiais inertes (areia) com materiais aglomerantes (cimento e/ou cal) e água, usada para unir ou revestir pedras, tijolos ou blocos, que forma conjuntos de alvenaria.

**Arquitetura:** arquitetura é toda e qualquer intervenção no meio ambiente criando novos espaços, quase sempre com determinada intenção plástica, para atender as necessidades imediatas, ou a expectativas programadas e caracterizada por aquilo que se chama partido. Por **partido** entende-se uma consequência formal derivada de uma série de condicionantes ou de determinantes, ou seja, é o resultado físico da intervenção sugerida. Os principais determinantes ou condicionadores do partido são: a técnica construtiva, segundo os recursos locais, tanto humanos como materiais, incluindo a intenção plástica, às vezes, subordinada aos estilos arquitetônicos; o clima; as condições físicas ou topográficas do sítio onde se intervém; o programa de necessidades, segundo os usos, costumes populares ou conveniências do empreendedor; as condições financeiras do empreendedor dentro do quadro econômico da sociedade; a legislação regulamentadora e/ou as normas sociais e/ou as regras da funcionalidade.<sup>540</sup>

**Arquitrave:** A parte do entablamento que repousa imediatamente sobre os capitéis das colunas. É um dos principais elementos do entablamento, com variantes nas ordens clássicas. Em geral, oferece superfícies

<sup>539</sup> Grande parte dos verbetes citados segue a orientação dos seguintes dicionários: DICIONÁRIO DA Construção. In: *Arquitetura e Construção*, Ano 12, nº 5; KOCH, Wilfried. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*. Trad. Neide Luzia de Rezende. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996; REAL, Regina M. *Dicionário de Belas-Artes: Termos técnicos e materiais afins*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

<sup>540</sup> LEMOS, Carlos. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1981, p. 9

destinadas a valorizar a riqueza dos ornatos do friso e demonstrar que a finalidade dessa parte do entablamento é unir, horizontalmente, os suportes verticais.

**Balanço:** saliência ou corpo que se projeta para além das linhas gerais das paredes, sem estrutura de sustentação aparente, como também saliências menores como sacadas, balcões, etc. Também designado avançamento.

**Balaustre:** pequena coluna ou pilar que, alinhada lado a lado sustenta corrimãos, guarda-corpos ou parapeitos. Tem origem no latim *balaustum*, nome da flor da romã, cuja forma inspirou os primeiros balaustres. O conjunto, flanqueado por pedestais, leva o nome de balaustrada.

**Balcão:** Plataforma avançada, descoberta, com parapeito e situada nos andares superiores, disposto diante de portas e janelas. É protegido com grades e peitoril. Diz mirante ou sacada quando os suportes do andar de cima se apoiam no térreo.

**Bandeira de portas e janelas:** caixilho fixo ou móvel situado na parte superior de portas e janelas. Favorece a iluminação e a ventilação dos ambientes

**Beiral:** prolongamento do telhado para além da parede externa, protegendo-a das chuvas. As telhas dos beirais podem ser sustentadas por mãos-francesas. Ver: telhado.

**Caixa de escada:** Espaço, em sentido vertical, destinado à escada.

**Caixilho:** parte da esquadria que sustenta e garante os vidros de portas e janelas.

**Canelura:** Estrias ou sulcos no fuste das colunas ou dos pilares antigos. Na coluna dórica, são separadas por arestas vivas; na coluna jônica e na coríntia, por nervuras.

**Cantaria:** pedra aparelhada para construção.

**Capitel:** parte superior, em geral esculpida, de uma coluna. Alguns capitéis são simples, pouco ornamentados, a exemplo dos dóricos. Outros, como os jônicos, são arrematados com volutas. Ver: volutas.

**Cercadura ou Moldura:** Toda guarnição decorativa que serve para delimitar um centro, seja gravura, página, tapete, assoalho, teto, parede.

**Chanfro:** Corte oblíquo na extremidade de fio, orla, superfície, que permite formar ângulo ao juntar-se com outro; aresta cortada..

**Cimalha:** parte superior da cornija. Saliência ou arremate na parte mais alta da parede, onde assentam os beirais do telhado. Pode ser em alvenaria (ou pedra), estuque.

**Clarabóia:** abertura no teto da construção, fechada por caixilho com vidro ou outro material transparente, para iluminar o interior.

**Código de obras:** conjunto de leis municipais que controla o uso do solo urbano.

**Coluna:** elemento estrutural de sustentação, quase sempre vertical. Ao longo da história da arquitetura, assumiu as formas mais variadas e diversos ornamentos. Pode ser de pedra, alvenaria, madeira ou metal e consta de três partes: base, fuste e capitel.

**Cornija:** conjunto de molduras que serve de arremate superior às obras de arquitetura.

**Croqui:** primeiro esboço de um projeto arquitetônico.

**Cumeeira:** parte mais alta do telhado, onde se encontram as superfícies inclinadas (águas). A grande viga de madeira que une os vértices da tesoura e onde se apoiam os caibros do madeiramento da cobertura. Também chamada de espigão horizontal.

**Decoração:** conjunto de todos os objetos e ornamentos que servem para embelezar; também o conjunto de motivos ornamentais de cada obra; uma fachada, um interior, etc. Nos objetos em cerâmica. Diz-se desenho.

**Emboço:** primeira camada de argamassa.

**Entablamento:** conjunto composto pela arquitrave, friso e cornija. Ou conjunto de molduras usadas para ornamentar a parte superior das fachadas.

**Envasadura:** Abertura dos vãos nas paredes dos edifícios.

**Escultura arquitetônica:** escultura colocada no interior ou no exterior de um edifício, em estreita conexão com sua estrutura arquitetônica. As formas da escultura arquitetônica figurativa que ocorrem com maior frequência são: acrotério, Atlas, Cariátide, Hermes, Eros, Cupidos, Putti, carranca, mísulas esculpidas., etc.

**Espigão:** ponto culminante de um telhado. Linha que divide as águas de uma cobertura. Ver cumeeira.

**Esquadria:** qualquer tipo de caixilho usado numa obra, como portas, janelas, venezianas.

**Estátua:** ver escultura arquitetônica.

**Estilo Luís XV:** estilo dominante na França durante o reinado de Luís XV (1723-74), também chamado rococó.

**Estrutura:** conjunto de elementos que forma o esqueleto de uma obra e sustenta as paredes, telhados e forros.

**Fachada:** Face exterior de um edifício, distinguindo-se cada uma delas por: anterior, posterior, laterais. Quando se diz simplesmente fachada, entende-se a principal ou anterior.

**Flor-de-lis:** tipo de ornamentação; lírio borbônico (de 1179, nas insígnias reais francesas).

**Folha:** cada parte da porta e da janela que necessita de dobradiça para se mover ou correr.

**Friso:** Parte do entablamento, entre a cornija e a arquitrave.

**Frontão:** Conjunto arquitetônico que adorna a parte superior de portas e janelas ou que coroa a entrada principal de um edifício.

**Frontispício:** Frontão de forma triangular colocado sobre um relevo.

**Fuste:** parte intermediária de uma coluna, entre a base e o capitel. Ver coluna

**Gradil:** armação de ferro em forma de grades utilizado para proteção ou vedação de uma abertura.

**Guarda-corpo:** grade ou balaustrada de proteção usada em balcões, janelas, sacadas ou varanda.

**Guarnição:** régua ou sarrafo que cobre a junta formada pelo encontro da parede com o marco da porta ou da janela.

**Geminada:** referência a duas casas unidas por uma mesma parede.

**Gelósia:** grade de fasquias de madeira cruzadas intervaladamente, que ocupa o vão de uma janela; rótula; janela de rótula.

**Iluminação zenital:** recurso para trazer luz natural ao interior da casa por meio de clarabóias e de domo de vidro, de plástico ou de acrílico.

**Incrustação:** inserção de pedras coloridas, por exemplo, mármore claros e escuros em camadas alternadas, sobretudo em paredes e pavimentos. Os entalhes são inserções em madeira. Ver: Marchetaria.

**Jônico:** Referente à antiga Jônia; designativo de uma das ordens arquitetônicas clássicas, caracterizada pelas volutas nos cantos dos capitéis.

**Lambreuim:** ornato de recorte de madeira ou lâmina metálica para beiras de telhado ou cantoneiras, adornos de portas e janelas; também diz-se de recortes, em fazenda, para cortinas e adornos.

**Lanço de escada:** Parte de uma escada compreendida entre dois patamares.

**Luminária:** candelabro; suporte para velas.

**Mão-francesa:** série de tesouras. Escora. Elemento estrutural inclinado que liga um componente em balanço à parede, diminuindo o vão livre no pavimento inferior.

**Marchetaria:** arte de incrustar ou embutir peças de madeira, pedras preciosas ou madreperla em obras de marcenaria, formando desenhos. O mesmo que tauxia.

**Marquesa:** Espécie de canapé largo, com assento de palhinha.

**Mísula ou cachorro:** peça de pedra, madeira ou concreto que sustenta ou beirais, sacadas ou balcões, estátuas, vigas, meia-colunas, etc..

**Modinatura:** o conjunto das molduras de um edifício, segundo o caráter das ordens arquitetônicas.

**Monta-carga:** pequeno elevador utilizado em algumas casas para movimentar mercadorias.

**Mosaico:** trabalho executado com cacos de vidro ou pequenos pedaços de pedras e de cerâmicas engastados em base de argamassa, estuque ou cola para formar uma decoração.

**Mourisco:** relativo a mouros. Termo com que se distinguem a arquitetura e as obras de arte atribuídas aos mouros ou por eles influenciadas.

**Ordem:** Disposição dos elementos característicos dos conjuntos arquitetônicos, ditos clássicos. As ordens fundamentalmente gregas são duas: dórica e jônica. A coríntia deriva da jônica. As duas ordens romanas admitidas são a toscana e a compósita, porém a última é uma corrupção da jônica e da coríntia misturadas. É principalmente nos capitéis que as ordens se distinguem.

**Ornato, ornamento:** motivo decorativo, forma decorativa. O conjunto das formas ornamentais de um objeto, de um cômodo, de uma fachada, leva o nome de decoração; o conjunto de todas as decorações produzidas num determinado âmbito artístico é chamado ornamentação

**Patamar:** piso que separa os lances de uma escada.

**Pavimento:** andar. Conjunto de dependências de um edifício situadas num mesmo nível.

**Pau-a-pique:** parede feita de armação de paus roliços a prumo (pau-a-pique) e varas entrecruzadas, cheios os vazios com barro. O mesmo que taipa de sebo.

**Pilastra:** pilar que sobressai um pouco da parede. Dividido, como a coluna, em base, fuste, capitel e/ou arquitrave; as vezes canelado e ornado. Funções: reforço de paredes, estruturação de paredes, suporte de entablamento, cornijas de portais e janelas. Tem, portanto, função diferente da coluna, empregada apenas com finalidade decorativa.

**Pináculo:** pequena torre ornamental gótica, fina e pontiaguda, construída sobre pilares e colocada sobre torres ou gabletes.

**Pinásio:** cada uma das fasquias que nos caixilhos das portas e janelas segura e separa os vidros; cada uma das peças de cantaria que ladeiam as chaminés de uma cozinha; cada uma das tábuas verticais que amparam a horizontal onde assentam os pés no degrau de uma escada.

**Pinho de Riga:** madeira europeia castanho-escura em processo de extinção.

**Platibanda:** moldura contínua, mais larga do que saliente, que contorna uma construção acima dos frechais, formando uma proteção ou camuflagem do telhado.

**Pombalino:** Estilo neoclássico português introduzido pelo Marquês de Pombal em Lisboa após o tremo de terra que assolou a cidade em 1755.

**Porão:** pequeno espaço situado entre o solo e o primeiro pavimento de uma casa.

**Porta-balcão:** aquela de duas folhas que se abrem para as sacadas, terraços ou varandas.

**Prefeitura:** (Hôtel-de-ville). Edifício-sede da autoridade municipal. Alguns hôtels-de-ville de cidades europeias tornaram-se célebres pela sua imponência arquitetônica.

**Programa:** reunião de necessidades sociais e funcionais de uma família ou dos moradores de uma casa. Serve de base para o desenvolvimento do projeto.

**Projeto:** plano geral de uma construção, reunindo plantas, cortes, elevações, detalhamento de instalações hidráulicas e elétricas, previsões de paisagismo e acabamentos.

**Recuo:** refere-se às distâncias entre as faces da construção e os limites do terreno. Afastamento.

**Restauração:** o ofício de consertar, conservar, renovar, recuperar uma obra de arte.

**Rosácea:** caixilho de dimensões grandes e circulares. Ornato colocado no centro dos tetos, abóbodas ou pisos em forma de rosa.

**Rótula:** semelhante ao muxarabiê, é um caixilho de porta ou janela fechado com uma grade de pequenas tiras de madeira cruzada diagonalmente. Com as rótulas, obtém-se ambientes sombreados, ventilação e também pode-se olhar para fora sem ser visto.

**Sacada:** pequena varanda. Qualquer espaço construído que faz uma saliência sobre o parapeito de uma parede. Balcão de janela rasgada até o chão com peitoril saliente.

**Saia-e-camisa:** tipo de forro de madeira em que as tábuas se encaixam e formam reentrâncias e saliências. A tábua reentrante é chamada de saia, e a saliente, de camisa. Também chamada saia-e-blusa.

**Seteira ou óculos:** fresta utilizada nos porões para dar luz ao interior e combater a umidade dos mesmos. Janela estreita e comprida, inspirada nas aberturas das muralhas dos antigos palácios.

**Soleira:** a parte inferior do vão da porta no solo. Também designa arremate na mudança de acabamento dos pisos, mantendo o mesmo nível, e nas portas externas, formando um degrau na parte de fora.

**Sótão:** cômodo que surge dos desvãos do telhado no último pavimento de uma construção.

**Tábua corrida:** piso de tábuas em geral largas e contínuas. Elas são encaixadas.

**Taipa de pilão:** parede feita com barro calcado entre tábuas ou taipas (em Portugal: enxaiméis), mantidos a prumo por meio de travessas e cavilhas. Tal como o concreto armado, esta armação é retirada quando o barro seca.

**Taipa de sebe ou de mão:** ver pau-a-pique.

**Telha capa-canal:** feita de barro, a peça tem curvatura que permite o encaixe alternado: uma côncava, outra convexa. A peça côncava serve para escoar a água da chuva, Já a convexa protege a junção dos canais.

**Tímpano:** frontão do templo clássico.

**Tombo:** inventário, registro ou ralação de coisas ou fatos referentes a uma especialidade ou região; arquivo. Livro de tombo: livro onde são registrados os fatos ocorridos.

**Urbanismo:** ciência e arte do planejamento da construção, reforma, melhoramento e embelezamento das cidades.

**Urupema:** espécie de peneira de fibra vegetal, para utilidades culinárias; vedação de teto, paredes, janelas, etc., feita com esteira semelhante à urupema.

**Vão:** abertura ou rasgo nas paredes para entrar ar e luz ou para colocar portas e janelas; espaço aberto entre pilastras, arcos, arcadas.

**Verga:** peça de madeira, pedra ou ferro assentada horizontalmente sobre as ombreiras das portas e janelas.

**Volumetria:** Conjunto das dimensões que determinam o volume de uma construção, dos agregados, da terra retirada ou colocada no terreno, etc.

**Voluta:** ornato em forma de espiral que aparece nos capitéis de colunas clássicas, especialmente nas jônicas. As volutas servem também de ornamento aos modilhões e às mísulas.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES Primárias (manuscritas e impressas):

CAMARA Municipal de Campinas. Leis, Resoluções e Mais Actos. Promulgados durante o anno de 1906. Campinas: Typ a vapor “Livro Azul”, 1907.

\_\_\_\_\_. Leis, Resoluções e Mais Actos. Promulgados durante o anno de 1908. Campinas: Typ a vapor “Livro Azul”, 1909.

\_\_\_\_\_. Leis, Resoluções e mais Actos promulgados durante o anno de 1909. Campinas: Typ a vapor “Livro Azul”, 1910.

\_\_\_\_\_. Leis, Resoluções e mais Actos promulgados durante o anno de 1917. Campinas: Typ “Casa Mascotte”, 1918.

\_\_\_\_\_. Leis, Resoluções e mais Actos promulgados durante o anno de 1922. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1922.

\_\_\_\_\_. Leis, Decretos e Resoluções. Promulgados no Exercício de 1958. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira S.A , s.d.

\_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos da Prefeitura de Campinas durante o anno de 1911. Apresentado á Camara Municipal pelo Prefeito Dr. Heitor Penteado. Campinas: Typ. Livro Azul, 1912.

\_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos da Prefeitura de Campinas durante o anno de 1912. Apresentado á Camara Municipal pelo prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado. Campinas: Typ a vapor “Livro Azul”, 1913.

\_\_\_\_\_. Relatório dos Serviços realizados pela Prefeitura Municipal durante o Exercício de 1913. Apresentado á Camara em sessão de 15 de janeiro de 1914 pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado. Campinas: Typ Livro Azul, 1914

\_\_\_\_\_. Relatório dos Serviços realizados pela Prefeitura Municipal durante o Exercício de 1914. Apresentado á Camara em sessão de 1 de fevereiro de 1915 pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado. Campinas: Typ Livro Azul, 1915.

\_\_\_\_\_. Relatório dos Serviços da Prefeitura Municipal de Campinas, durante o anno de 1915, apresentado á Camara pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado. Campinas: Typ Livro Azul, 1916.

\_\_\_\_\_. Relatório dos Serviços realizados pela Prefeitura Municipal durante o exercício de 1916, apresentado á Camara em sessão de 3 de março de 1917 pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado. Campinas: Typ Livro Azul, 1917.

\_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1918, apresentado á Camara pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado. Campinas: Typ Livro Azul, 1919.

\_\_\_\_\_. Relatório dos serviços da Prefeitura de Campinas no exercício de 1919, apresentado á Camara Municipal pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado. Campinas: Typ Livro Azul, 1920.

\_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1920, apresentado á Camara Municipal pelo Prefeito Raphael de Andrade Duarte. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1921.

\_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1921. Apresentado à Camara Municipal pelo Prefeito Dr. Raphael de Andrade Duarte. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1922.

\_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1922. Apresentado à Camara Municipal pelo Prefeito Dr. Raphael de Andrade Duarte. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1923.

\_\_\_\_\_. CÓDIGO de Posturas da Camara Municipal da Cidade de Campinas. Campinas: Typ. Campineira, 1858.

\_\_\_\_\_. CÓDIGO de Posturas da Camara Municipal da Cidade de Campinas. Campinas: Typ. Campineira, Jan. 1864.

CONTROLE de Bens. Escravos. Fundo Barão de Itatiba. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.

CÓPIA de Certificado de Transcrição das Transmissões. Livro nº 3-AJ. 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Campinas – SP.

CORRESPONDÊNCIAS. Fundo Barão de Itatiba. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.

INTENDENCIA Municipal de Campinas. LIVRO de cópias de Correspondências - 14.02.1893 à 11.08.1903.

\_\_\_\_\_. LIVRO de Cópias de Correspondências – 12.08.1903 à 17.03.1910.

\_\_\_\_\_. LIVRO de Lançamento de Contratos, termos de arrematação de vendas de terrenos municipais em hasta pública e outros – 1894 –1909. Arquivo Municipal de Campinas.

\_\_\_\_\_. LIVRO de Lançamento de Impostos sobre cafeeiros para os exercícios de 1897 – 1921. Arquivo Municipal de Campinas

\_\_\_\_\_. LIVRO de Registro de Imposto Predial para os exercícios de 1894 – 1920. Arquivo Municipal de Campinas.

\_\_\_\_\_. LIVRO de Termo de Abertura de Propostas 1894-1924. Arquivo Municipal de Campinas.

INVENTÁRIO de bens existentes no sobrado à rua Regente Feijó. Fundo Barão de Itatiba. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.

LEVANTAMENTO Histórico e Arquitetônico elaborado para Restauração do Palácio dos Azulejos, 1975. (Trabalho Mimeografado).

PREFEITURA Municipal de Campinas. Actas da Comissão Consultiva do Plano da Cidade de Campinas. (Comissão de Melhoramentos Urbanos). De 20.03.1931 à 15.03.1938.

\_\_\_\_\_. Código de Construções. “Separata” do Código de Posturas Municipais. Decreto nº 76, de 16.03.1934, Campinas: Typ. da Casa Genoud, 1935.

\_\_\_\_\_. LIVRO de cópias de Correspondências - 8.03.1910 à 12.08.1913.

- \_\_\_\_\_. LIVRO de cópias de Correspondências. Arquivo Municipal: 27.03.1913 à 30.12.1916 .
- \_\_\_\_\_. LIVRO de cópias de Correspondências. Arquivo Municipal: 09.01.1917 à 18.03.1919 .
- \_\_\_\_\_. LIVRO de Propriedades Rurais para o lançamento de impostos do ano de 1911. Arquivo Municipal de Campinas.
- \_\_\_\_\_. Livro de Registros de engenheiros.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1923 e apresentado á Camara Municipal pelo prefeito Dr. Miguel de Barros Penteado. Campinas: Typ Livro Azul, 1924.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1924 e apresentado á Camara Municipal pelo Prefeito Dr. Miguel de Barros Penteado. Campinas: Typ. Casa Mascotte, 1925.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1926 e apresentado á Camara Municipal pelo Prefeito Orosimbo Maia. Campinas: Typ Casa Mascotte, 1927.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1927 e apresentado á Camara Municipal pelo Prefeito Orosimbo Maia. Campinas: Typ Casa Mascotte, 1928.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1928 e apresentado á Camara Municipal pelo Prefeito Orosimbo Maia. Campinas: Typ “Casa Mascotte”, 1929.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1929 apresentado á Camara Municipal pelo Prefeito Orosimbo Maia. Campinas: Typ. Casa Genoud, 1931.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1930, organizado pelo Prefeito Orosimbo Maia. Campinas: Typ Casa Genoud, 1931.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1931, apresentado ao Departamento de Administração Municipal pelo Prefeito Orosimbo Maia. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1932.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1932. Publicado de acordo com o Parecer n.42 apresentado ao Dr. Celso da Silveira Rezende em sessão do Conselho Consultivo desta cidade de 28 de Maio de 1934. Campinas: Linotypia da Casa Genoud Ltda., 1935.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de campinas, durante o exercício de 1933. Apresentado ao Conselho Consultivo desta cidade e ao Departamento da Administração Municipal pelo Prefeito P. Leite de Barros. Campinas: Linotypia da Casa Genoud Ltda., 1934.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1934. Apresentado ao Departamento de Administração Municipal pelo Prefeito José Pires Netto. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1936.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1935. Apresentado á Camara Municipal desta cidade pelo Prefeito João Alves dos Santos aprovado em 6 de setembro de 1937. Campinas: Linotypia da Casa Genoud Ltda., 1938.

- \_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1936. Apresentado á Camara Municipal desta cidade pelo Prefeito João Alves dos Santos aprovado em 27 de setembro de 1937. Campinas: Linotypia da Casa Genoud Ltda., 1939.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1938. Apresentado ao Departamento das Municipalidades pelo Prefeito Dr. Euclides Vieira. Campinas: Estab. Gráfico "Casa Livro Azul", 1940.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1939. Apresentado ao Departamento das Municipalidades pelo Prefeito Dr. Euclides Vieira. Campinas: Estab. Gráfico "Casa Livro Azul", 1941.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1940. Apresentado ao Departamento das Municipalidades pelo Prefeito Dr. Lafayette Alvaro S. Camargo. Campinas: Oficinas Gráficas "Casa Livro Azul", 1941.
- \_\_\_\_\_. Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1941 apresentado ao Departamento das Municipalidades pelo Prefeito Dr. Lafayette Alvaro S. Camargo. Campinas: Companhia Stella Ltda., 1943.
- \_\_\_\_\_. Relatório Geral do Exercício de 1942 da prefeitura Municipal de Campinas apresentado ao Departamento das Municipalidades pelo prefeito em Comissão Dr. Perseu Leite de Barros. Campinas: Cia. Stella Ltda., 1944.
- \_\_\_\_\_. Relatório Geral do exercício de 1943. Prefeito em Lafayette Alvaro de Sousa Camargo. (Trabalho datilografado)
- \_\_\_\_\_. Relatório Geral do exercício de 1944. Prefeito Perseu Leite de Barros. (Trabalho datilografado)
- \_\_\_\_\_. Relatório Geral do exercício de 1946. Prefeito Joaquim de Castro Tibiriçá. (Trabalho datilografado)
- \_\_\_\_\_. Relatório Geral do exercício de 1947. Prefeito Manoel Alexandre Marcondes Salgado. (Trabalho datilografado)
- \_\_\_\_\_. Relatório Geral do exercício de 1948. Prefeito Miguel Vicente Cury. (Trabalho datilografado)
- \_\_\_\_\_. Relatório Geral do exercício de 1949. Prefeito Miguel Vicente Cury. (Trabalho datilografado)
- \_\_\_\_\_. Relatório Geral do exercício de 1950. Prefeito Miguel Vicente Cury. (Trabalho datilografado)
- \_\_\_\_\_. Relatório Geral do exercício de 1951. Prefeito Miguel Vicente Cury. (Trabalho datilografado)
- \_\_\_\_\_. Relatório Geral do exercício de 1952. Prefeito Dr. Antonio Mendonça de Barros. (Trabalho datilografado)

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo. Processo de Tombamento do Palácio dos Azulejos. Áreas Envolvórias do Palácio dos Azulejos e Catedral Metropolitana. CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico, 1985.

\_\_\_\_\_. Processo de Tombamento do Palácio dos Azulejos CONDEPACC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, 1988.

PROCESSO de Tombamento do Palácio dos Azulejos. 1967. Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- DPHAN (atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

RELATÓRIO elaborado pelo Grupo de Planejamento Administrativo sobre o Paço Municipal. Campinas, 7.12.1960. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas.

REQUERIMENTO para Baixa de Imposto, 21.2.1905. Arquivo Municipal – Setor Arquivo Histórico. Prefeitura Municipal de Campinas

SAIA, Luis. Cópia de Solicitação de Tombamento do “Palácio dos Azulejos”. D.P.H.A.N (atual IPHAN). Ministério da Educação e Cultura, 13.11.1967.

#### LIVROS:

ALCÂNTARA, Dora de (org.). *Azulejos na cultura luso-brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997.

ALMEIDA, Angela Mendes. Notas sobre a Família no Brasil. *Pensando a Família no Brasil: da colônia a modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.

ALMEIDA, Guilherme. A Casa. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 82,177-184,1942.

AMARAL, Leopoldo. *Campinas Recordações*. São Paulo: Secção de Obras D’O Estado de São Paulo, 1927.

AMIGOS do I.P.H.A.N. *A lição de Rodrigo*. Recife (PE): UFP, 1969 (*In memoriam*).

ANDRADE, Mário de. *Padre Jesuíno do Monte Carmelo*. São Paulo: SPHAN, 1945.

ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (org. geral). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

AZEVEDO, Aroldo. (org.). *Brasil, a terra e o homem*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1970.

AZZI, Riolando. Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. *Sociedade brasileira contemporânea. Família e Valores*. São Paulo: Loyola, 1987.

BACHELARD, Gaston. *A poética do Espaço*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBOSA, Irene. *Enfrentando preconceitos*. Campinas: Unicamp/CMU, 1997.

\_\_\_\_\_. *Um estudo de família negra em Campinas*. São Paulo: USP-FFLCH, 1983.

BARRETO, Margarita. *Vivendo a História de Campinas*. Campinas: Mercado das Letras – Autores Associados, 1995.

- BADARÒ, Ricardo de Souza Campos. *Campinas: O despertar das modernidade*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996. Coleção Campiniana;
- BAENINGER, Rosana. *Espaço e Tempo em Campinas: Migração e a Expansão do Pólo Industrial Paulista*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996. Coleção Campiniana;
- BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. Trad. Jorge Hagime Oseki. *Espaço e Debates* n. 34. 'Cidade e História', NERU, 1981.
- BERGÓ, Maria Estela de Abreu. Estudo Geográfico da Cidade de Campinas. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia* (3), Rio de Janeiro, 1952;
- BEYER, Gustavo. Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro á Capitania de São Paulo. *Revista do Instituto Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 12, 275-311, 1907.
- BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidade. FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio A de Figueiras (org.). *Cidade & História: Modernização das Cidades Brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: ANPUR/ UFBA, [1989-1991].
- \_\_\_\_\_. A casa em Gilberto Freyre: síntese do ser brasileiro? In: CHIAPPINI, Lígia, BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRITO, Joluma. *História da Cidade de Campinas*. Campinas: Saraiva, 1956-1969, 26 vols.
- CAMILLO, Ema E.R. *Guia Histórico da Indústria Nascente em Campinas*. Campinas: Mercado das Letras/CMU, Unicamp, 1998.
- CAMPOS JUNIOR, Teodoro de Sousa. História da Fundação de Campinas (Subsídios). In: *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.
- \_\_\_\_\_. Titulares do Império. In: *Monografia Histórica do Município de Campinas*, Rio de Janeiro: IBGE, 1952.
- CANTARINO, José Martins. *19*. Salvador: s.e., 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, BIGNOLI, Héctor Péres. *Os métodos da História*. 5ª ed. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. *Momentos de Ruptura: As transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Relume – Dumará, 1996.
- CAVALCANTI, Sylvia Tigre de Hollanda, MENEZES e Cruz, António. *O Azulejo na Arquitetura Civil de Pernambuco. Século XIX*. São Paulo: Metalivros, 2002.
- CHIAPPINI, Lígia, BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). *Literatura e cultura no Brasil: Identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo – Utopias e realidades. Uma antologia*. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1998. (Coleção Estudos).

- COSTA, Luiz César Amad, MELLO, Leonel Itaussu A. *História do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Scipione, 1992.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, [1990?].
- DPHAN. *A lição de Rodrigo*. Recife (PE): Escola de Artes da UFP, 1969.
- DUARTE, Gal. Paulo de Queiroz. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- DUARTE, Raphael. *Campinas de outr'ora*. São Paulo: Typografia Andrade & Mello, 1905.
- FERREIRA, Orlando Rodrigues. Arqueoastronomia dos patrimônios históricos: estudo de caso do Palácio dos Azulejos. *Revista Saráo. Memória e vida cultural de Campinas*, v.1, nº 4, dez.2002.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Smidt, 1933.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. 5ª ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- GOMBRICH, E.H. *História da Arte*. Trad. Alvaro Cabral. São Paulo: Circulo do Livro S.A, 1972.
- GOMES, Zuleika Godoy. *Monografia Histórica do Município de Sosas*. Campinas: s.n., 1973. Trabalho Datilografado.
- GONÇALVES, Margareth de Almeida. Expostos, Roda e Mulheres: a lógica da ambigüidade médico-higienista. In: *Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo/ UFRRJ, 1987.
- GOULART, Edmo. *Campinas Ruas da Época Imperial*. Campinas: Maranata, 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico. Dispersão e unidade*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964, v.2.
- HOMEM, Maria Cecília N. *O Palacete Paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 31.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- KNOFF, Udo. *Azulejos da Bahia*. Revisão: Olimpio Pinheiro. Salvador: Kosmos, 1986.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). Trad. Lina G. Ferreira da Silva. In: SAMARA. Eni de Mesquita (org.). *Família e Grupos de Convívio. Revista Brasileira de História*, São Paulo:AMPUH/ Marco Zero, 9 (17), 37-63, set.88/fev.89.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850 - 1900*. São Paulo: Edusp, 1996.

- LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas*. Versão de Le Corbusier. Trad. Rebeca Sherer. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. Vol. 1º. São Paulo: Duprat & Comp., 1903.
- LEMOS, Carlos A. C. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: PINI, 1993.
- \_\_\_\_\_. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989. (Col. Repensando a História).
- \_\_\_\_\_. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/ EDUSP, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Nobel, 1989.
- \_\_\_\_\_. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (org.) e outros. *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Cozinhas e etc. um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1976. Coleção Debates.
- \_\_\_\_\_. Transformações do espaço habitacional ocorridas na Arquitetura Brasileira do Século XIX. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, nº 1, 1993.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. 3º. Ed. São Paulo: EDUSP, 1980.
- MAGALDI, Cássia. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. Congresso Internacional "Patrimônio Histórico e Cidadania"*. São Paulo: D.P.H., 1991.
- MARIANO, Júlio. *Badulaques*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Campinas de Ontem e Anteontem*. Campinas: Maranata, 1970.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas: 1800-1850*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996, Coleção Campiniana.
- MATOS, Odilon Nogueira. *Café e Ferrovias*. São Paulo: Ed. Arquivo do Estado, 1981. (Coleções Monográficas)
- MENDES, José de Castro. *Efemérides Campineiras: 1739 – 1960*. Campinas: Palmeiras, 1963.
- \_\_\_\_\_. História de Campinas. In: *Correio Popular*, Campinas, 1968-1970. (Suplemento Especial).
- MOYA, Salvador. *Anuário Genealógico Brasileiro*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1941.
- NOVAES, José Nogueira. *A Camara Municipal de Campinas. Relação de Vereadores das Câmaras Municipais de Campinas*. Campinas, 1974. (Trabalho mimeografado)
- NOVAIS, Fernando A. (org. geral). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- OCTÁVIO, B. *Campinas Antiga – As Festas de 1946*. Campinas: Typ á vapor Livro Azul, 1905.
- PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *Espaço, técnica e Construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- PEREIRA, Wladimir. Campinas na Atualidade. In: *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.
- PERROT, Michelle (org.) *História da vida privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras.
- PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. 2ª ed. São Paulo: Livraria MartinsEd., 1942.
- PINTO, Alfredo Moreira. *Campinas – Impressões de Viagem*. Rio de Janeiro: Cia. Typographica do Brasil, 1898.
- PINTO, Luis A. Costa. *Lutas de família no Brasil: era colonial*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- PIRES, Mário. *Campinas. Sementeira de Ideais*. Limeira: Empresa Gráfica Editorial Paulista S.A, 1981.
- PUPO, Benedito Barbosa. *Oito Bananas por um tostão. Campinas de outros tempos*. 2ª edição. Campinas: Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo.
- PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, Município no Império*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Campinas, Seu Berço e Juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa – Omega, 1976.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ROCHA FILHO, Gustavo Neves. *Levantamento Histórico e Arquitetônico elaborado para a restauração do Palácio dos Azulejos*, 31. 01.1975. (Trabalho mimeografado)
- RODRIGUES, João Lourenço. Subsídios para a História do Ensino em Campinas. In: *Monografia Histórica do Município de Campinas*, Rio de Janeiro: IBGE, 1952.
- RODRIGUES, José Wash. *Documentário Arquitetônico relativo à antiga construção civil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.
- RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma grande idéia*. Trad. Betina Von Staa. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *São Paulo nos tempos coloniaes*. Trad. Leopoldo Pereira. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia. Editores, 1922.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da História da Família no Brasil. In: *Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo/ UFRRJ, 1987.

- \_\_\_\_\_. *A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998. Coleção Tudo é História.
- \_\_\_\_\_. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo. Século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- SANTOS, Antonio da Costa. *Campinas, das origens aos futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732 – 1992)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- SANTOS, Cecília Rodrigues dos. (et.al.). *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessala Projeto Editora, 1987.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. NOVAES, José Nogueira. *A febre amarela em Campinas: 1889 – 1900*. Campinas: CMU/ UNICAMP, 1996. (Coleção Campiniana)
- SCHIMIDT, Carlos Borges. *Construções de Taipa*. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, São Paulo, 1949, p. 12-14.
- SESSO JUNIOR, Geraldo. *Retalhos da velha Campinas*. Campinas: Empresa Gráfica e Editora Palmeiras Ltda., 1970.
- SIEGEL, Roslyn. *Decorating with tiles*. Londres: Columbus Books, , 1989.
- SIGNOS de um novo tempo: a São Paulo de Ramos de Azevedo. Cidade, São Paulo: D.P.H., Ano 5 (5), Jan.98.
- SOUZA, Antonio Cândido de Mello e. *The Brazilian family*. In: SMITH, T. Lynn, MARCHANTS, Alexander. *Brasil: portrait of half e continent*. Nova York: Dryden Press, 1951, p. 291-311.
- SOUZA, Rosa Fátima. *Educação e Tradição: E.E.P.G. “Francisco Glicério” de Campinas – 1897-1997*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 1997.
- SOUSA, Vitalina Pompêo e. *Reminiscências da Campinas*. Campinas: s.n., 1951.
- STOLF NETO, Francisco. *Quadro Geral e Administrativo da Loja Independência:1867-1917*. Campinas, 1997. (Trabalho mimeografado).
- TAUNAY, Visconde de. *Cartas da Campanha do Mato Grosso*. S.n.t.
- TAUNAY, Afonso d’ Escragnolli. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. do Departamento Nacional do Café, 1939.
- VALLADARES, José. *Azulejos da Reitoria*. Salvador: Universidade da Bahia, 1953.
- VASCONCELLOS, Antonio Luiz de Brito Aragão e. *Memórias sobre o estabelecimento do Império do Brazil ou Novo Imperio Luzitano*. In: *Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, 3-48, 1920-1.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1974. 2V.
- ZALUAR, A Emilio. *Peregrinações pela Provincia de São Paulo (1860 –1861)*. 2ª ed. São Paulo: Edições Cultura, s.d.

## DICIONÁRIOS, ENCICLOPÉDIAS, ATLAS, ALMANAQUES, CATÁLOGOS:

- AMARAL, Leopoldo. *A cidade de Campinas em 1901*. Campinas: Typ. a vapor Livro Azul, 1901.
- AULETE, F.J. Caldas. *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1884.
- BARATA, Carlos Almeida, BUENO, Antonio Henrique. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. São Paulo: s.n.t.
- BARCELLOS, Henrique de (org.) *Almanach do Correio de Campinas para 1886*. Campinas: Typ a vapor do Correio Popular, 1886.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.
- BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Trad. Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Editora, s.d.
- CHING, Francis D.K. *Dicionário visual de Arquitetura*. Trad. Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A.C. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: São Paulo Livraria Editora, 1972.
- DICIONÁRIO da Construção. In: *Arquitetura & Construção*, Ano 12, nº 5.
- FARIA, Eduardo. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1859.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, s.d.
- GRANDE Enciclopedia Portuguesa e Brasileira. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopedia Ltda., s.d., v. XI.
- HISTÓRIA Geral da Arte. Arquitetura II. Espanha: Ediciones del Prado, 1996.
- KOCH, Wilfried. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*. Trad. Neide Luzia de Rezende. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- LISBOA, José Maria. *Almanack de Campinas para 1872*. Campinas: Typ da Gazeta de Campinas, 1871.
- \_\_\_\_\_. *Almanack de Campinas para 1873*. Campinas: Typ da Gazeta de Campinas, 1872.
- LUNÉ, Antonio José Baptista, FONSECA, Paulo Delfino da. *Almanak da Provincia de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typografia Americana, 1873.
- \_\_\_\_\_ & MELILLO, Vicente (org.). *Almanach Histórico e Estatístico de Campinas – 1912*. Campinas: Typ “Casa Mascotte”, 1911.
- \_\_\_\_\_. *Almanach Histórico e Estatístico de Campinas – 1914*. Campinas: Typ. da Casa Mascotte, 1914.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. s.l.: Editorial Confluência, 1952-59.

NITERÓI. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Restauração do Solar do Jambuí*. Niterói: s.e., 2001.

OLIVEIRA, Aguinaldo P., TÚLLIO SOBRINHO, Pompêo, GARCIA FILHO, José (org.). *Álbum de Campinas*. Campinas: Tipografia Comercial Ltda., 1939.

QUEIROZ, R.F. Mansur. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, s.n.t.

REAL, Regina M. *Dicionário de Belas Artes – Termos técnicos e materiais afins*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

SECKLER, Jorge. *Almanak Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1886*. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckler, 1886.

\_\_\_\_\_. *Almanak Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1886/1890*. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckler, 1890.

SIMÕES, J.M. dos Santos. *Azulejos. Catálogo da 6ª exposição temporária*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1947.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Na Typographia Lacérdina, 1813.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FAE, 1985.

#### **TESES E DISSERTAÇÕES:**

ABRAHÃO, Fernando Antonio. *Criminalidade e Modernidade em Campinas: 1880 a 1930*. Campinas, 2002. (Dissertação de Mestrado. UNICAMP – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas)

ANGELI, Margarita Nilda Barretto. *Museus por teimosia: uma análise da utilidade social dos museus de Campinas*. Campinas, 1993. (Dissertação de Mestrado. UNICAMP – Faculdade de Educação)

BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. *Imigração, Educação e Religião: um estudo histórico-sociológico do Bairro dos Pires de Limeira, uma comunidade rural de maioria teuto-brasileira*. Campinas, 2001. (Dissertação de Mestrado. UNICAMP – Faculdade de Educação)

CAMPOS JUNIOR, Eudes de Mello. *Arquitetura Paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. São Paulo, 1997. (Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

DUGNANI, Patrício. *A herança simbólica nos azulejos do claustro do Convento de São Francisco da Bahia*. São Paulo, 2001. (Dissertação de Mestrado. USP-SP)

GRININGER, Valdemar. *Imigração suíça em São Paulo – A história da Colônia Helvetia*. Campinas, 1991. (Dissertação de Mestrado. UNICAMP – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas)

LIMA, Siomara Barbosa. *Os jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade (1850 – 1935)*. Campinas, 2000. (Dissertação de Mestrado. PUCAMP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

LORETTE, Antonio Carlos Rodrigues. *Cemitérios em Campinas: a transformação do espaço para sepultamentos (1753-1881)*. Campinas, 2003. (Dissertação de Mestrado. PUCAMP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

MAGALHÃES, Wanda Moreira. *Eleitores e Eleitos: os agentes do poder em Campinas, na segunda metade do século XIX*. São Paulo, 1992. (Tese de Doutorado. USP – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas)

MARCONDES, Marli Ap. *História e Informática: O uso da hipermídia no resgate da História da “Estrada de Ferro Funilense” (1899-1924)*. Campinas, 2000. Dissertação de Mestrado. UNICAMP - Instituto de Artes)

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. *Ramos de Azevedo. Presença e Atuação Profissional – Campinas 1879-1886*. Campinas, 2000. (Dissertação de Mestrado. PUCAMP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *Uma ponte para o século XIX: um estudo da casa meiapontense*. Goiânia, 1999. (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia).

#### **JORNAIS:**

- A Defesa: 1953.
- A Província de São Paulo: 1875 – 1880.
- A Tribuna: 1926.
- Cidade de Campinas: 1897, 1902, 1906.
- Correio de Campinas: 1887.
- Correio Popular: 1956-59; 1967-1972; 1988; 1994, 1996-2003.
- Diário de Campinas: 1881 – 1884; 1887; 1889; 1896-7.
- Diário do Povo: 1956-1959; 1964-1970; 1973; 1975-1978; 1981; 1988, 1993.
- Diário Oficial do Estado:
- Diário Oficial do Município: 1992-2003.
- Folha da Manhã: 1957.
- Folha de São Paulo: 1973.
- Gazeta de Campinas: 1869-1880; 1882- 1887;
- Jornal da Cidade: 1980.
- Jornal de Domingo: 1987; 1993.
- O Constitucional: 1874-5.
- O Mensageiro: 1915.

## ARQUIVOS

- Arquivo Municipal, Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, Prefeitura Municipal de Campinas:
  - . Fundo Barão de Itatiba
  - . Documentos Avulsos
  - . Livros de impostos, contratos e outros
  - . Relatórios e Leis
- Arquivo da Câmara Municipal de Campinas
- Centro de Memória da Unicamp, Universidade Estadual de Campinas
- Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural, Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, Prefeitura Municipal de Campinas
- Hemeroteca da Biblioteca Municipal, Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, Prefeitura Municipal de Campinas
- Hemeroteca do Centro de Ciências, Letras e Artes
- Museu da Imagem e do Som – Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo – Prefeitura Municipal de Campinas

**UNICAMP**  
**BIBLIOTECA CENTRAL**  
**SEÇÃO CIRCULANTE**